



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

HUMBERTO DE ALENÇAR CASTELLO BRANCO

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1967



80709175
11233
320.987
8223m
1967
105.2

CASTELLO BRANCO

BRASÍLIA
BRASIL

Inventariado sch. o. v.º
P. R. 39836

Presidência da	
República	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
9175	23.2.70

SUMARIO

INTRODUÇÃO

- a) A crise anterior à Revolução.
- b) Definição da Política do Governo.

PARTE I

A REVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

(Balanço da atividade do Governo no período 1964/1966)

ASPECTOS ECONÓMICOS

- O Combate à Inflação
- A Retomada do Desenvolvimento
- A Política de Desenvolvimento Regional
- A Política Económica Internacional

ASPECTOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

- As Reformas Económicas e Sociais
- A Democratização de Oportunidade e o Novo Trabalhismo
- Educação, Saúde, Previdência Social e Habitação
- As Forças Armadas

ASPECTOS DA POLITICA EXTERNA

PARTE II

ASPECTOS SETORIAIS DO DESENVOLVIMENTO — 1964/66

INFRA-ESTRUTURA

Energia, Transportes e Comunicações

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

INDÚSTRIA E MINERAÇÃO. SERVIÇOS

PARTE III

O BRASIL DE HOJE E DE AMANHÃ: PERSPECTIVAS
PARA OS PRÓXIMOS ANOS

Senhores Membros do Congresso Nacional:

Quando pela primeira vez falei à Nação, como Presidente da República, prometi a todos os brasileiros promover, sem fadigas, o bem-estar geral. Não desconhecia, naquele momento, a responsabilidade do meu gesto nem a grandeza dos encargos que me esperavam. E também estava convencido de que toda a Nação responderia ao meu apêlo dramático de contribuir, até com sacrifícios, para a retomada do desenvolvimento e para a conquista de uma verdadeira justiça social.

Decorridos quase três anos, trago a Vossas Excelências a prestação de contas do meu Governo, como um testemunho do muito que se exigiu do povo brasileiro, para que êle recuperasse a confiança naqueles ideais.

Não houve tréguas e a luta possuiu todos os setores de atividades. A implantação de uma profunda reforma de estruturas, uma estóica e permanente descompressão inflacionária, ao lado do propósito quase intolerante de soerguer a economia nacional e revitalizar a administração do País, constituíram os pródromos da programática eleita.

Mas nenhuma mudança social se opera sem reflexos no equilíbrio de forças políticas. As deformações de infra-estrutura incitam sempre a resistência de antigos privilégios contra as novas leis de equidade; o contexto institucional substituído recalca ainda no bôjo de distorções tradicionais e a lembrança dos velhos hábitos acirra descontentamentos e mágoas, em conluio permanente para a retomada do Poder.

Por isso mesmo, a ruptura da Ordem Jurídica existente até 31 de março de 1964 impôs, inclusive, a expedição de alguns Atos

políticos para adequá-la e substituí-la, nos termos do ideário da Revolução.

Ressalto, desde logo, a aplicação dos arts. 7º e 10 do Ato Institucional nº 1, revigorados mais tarde pelos arts. 14 e 15 do Ato Institucional nº 2. No exercício dessas prerrogativas foram cassados mandatos legislativos ou suspensos os direitos políticos de pessoas indicadas pelos membros do Conselho de Segurança Nacional, mediante representação submetida a esse órgão. Estes decretos, repito, constituem atos políticos da Revolução. Não lhes inspirou uma veiledade simplista de punir. Ao contrário, observou-se em cada caso rigorosa apuração de responsabilidades. É mister relembrar que todo processo revolucionário pressupõe, no seu contexto, medidas de natureza repressiva. Em muito poucos, entretanto, agiu-se com a justeza e moderação do Movimento de março de 1964.

Outras medidas, de caráter estrutural, buscaram também renovar a vida política do País. Entre os quatro Projetos de Emenda Constitucional submetidos ao Congresso, no primeiro ano deste Governo, avulta aquêle que se transformou na Emenda Constitucional nº 10. É possível dizer-se que, através desta norma, começou a grande mudança de estruturas operada pela Revolução. Depois de tantos anos objeto do reacionarismo de alguns e da demagogia irresponsável de muitos, iniciava-se no Brasil uma reforma agrária séria e irreversível. A Emenda nº 10 permitiu a desapropriação de terras mediante pagamento com títulos especiais da dívida pública, tornando viável o desencadeamento posterior do processo. Em outras palavras, a Revolução de março arrebatou de mãos insinceras a bandeira da reforma agrária, para desfraldá-la numa racionalizada e efetiva conquista da terra pelo homem.

Não preciso insistir no significado econômico-social ou nas repercussões políticas desta arrancada. Desejo, sim, lembrar que este, como os demais Projetos elaborados em 1964, constituiu parte de uma sistemática de reformulação nacional, cujas etapas foram desdobradas e cumpridas nos dois anos seguintes de meu Governo. Em 1965, por exemplo, destaco duas iniciativas: o novo Código Eleitoral e o Estatuto dos Partidos Políticos.

Desde 1945, a legislação e dinâmica do sistema representativo enformam profundas distorções da vontade nacional. A multiplicidade partidária e o abuso do poder econômico nos pleitos eleitorais apareciam como duas de suas causas-motoras.

Os partidos fracionavam a opinião pública sem uma polarização realística de forças. A sua pluralidade contrastava com uma estrutura interna uniforme e não exprimia, de fato, qualquer conotação sócio-ideológica. Por isso, a sua extinção pelo Ato Institucional nº 2 já encontrou estes organismos estranhos e desajustados à realidade nacional.

Por sua vez, a incidência do multipartidarismo sobre a vida administrativa do País provocava uma instabilidade continuada, com prejuízos de fácil aferição. À guisa de exemplo, lembre-se que a média de permanência dos Ministros de Estado, de 1946 a 1964, não alcançou a 224 dias.

De outro lado, o abuso do poder econômico violava os colégios eleitorais, dirigindo as opções e impondo preferências ao eleitorado. As normas preventivas, bem assim as sanções existentes não asseguravam um mínimo razoável de garantias para a lisura e honestidade dos pleitos.

Dai a importância das Leis de nºs. 4.737-65 e 4.740-65. Ao estabelecerem uma disciplina e organização mais rígida para os partidos e condições de autenticidade eleitoral, estes diplomas revelam o propósito de reestruturar a vida política do País, conferindo maior legitimidade ao sistema representativo.

Ainda em 1965 foram convocadas eleições para a escolha de 11 Chefes de Executivo estadual. Esta deliberação não somente se ajustava às origens democráticas do Movimento de março, como respondia à determinação de meu Governo de reinstaurar, o mais breve possível, a normalidade institucional. Mas os resultados dos pleitos de logo modificaram as atitudes e aplausos uníssonos. Um debate artificial foi forjado, em torno da posse dos eleitos, por alguns políticos descontentes com as derrotas dos seus candidatos e pelos grupos interessados em frustrar a Revolução. Uns e outros, construindo um clima insustentável

de agitação nacional, desafiavam a ordem pública em nome da democracia que desrespeitavam e pretendiam destruir.

Orá, não era possível comprometer um princípio e o próprio regime, em favor de caprichos ou de despudores. E o Governo se empenhou na posse dos eleitos. O atendimento dêste compromisso com a Nação exigiu, entretanto, que fôsse editado um novo Ato Institucional, revigorando as amplas prerrogativas legais constantes do Ato Institucional nº 1. O Poder Executivo reafirmava assim os podêres originários da Revolução ao tempo em que garantia ao País a certeza de tranqüilidade.

Também neste Ato foram cristalizados outros princípios de há muito requeridos pela experiência político-administrativa do País, como o aumento do número de Ministros do Supremo Tribunal, a criação de Juizes Federais e a paridade de vencimentos para os servidores dos três Podêres. Além disso, estrangulando dúvidas de falsos profetas, estabeleceu-se, de modo inequívoco, a data de eleição do novo Presidente da República, que «não poderá ultrapassar o dia 3 de outubro de 1966».

Esta última norma foi secundada pelo Ato Institucional nº 3, que estendeu às eleições dos Governadores de Estado o sufrágio indireto.

Circunstâncias contingenciais, assim como a adaptação operacional dos princípios contidos nesses Atos, demandaram, ainda, providências aditivas ou regulamentadoras. Cinco Atos Complementares em 1965 e mais 29 no curso de 1966 perfizeram estas exigências normativas. Da sua análise, por sua vez, emergem duas ordens preponderantes de objeto. De um lado, coibir abusos de governos estaduais ou municipais, notadamente no setor de recrutamento de pessoal. A prática dêstes abusos, de inspiração eleitoreira, e negligenciando inclusive as limitações constantes da Emenda Constitucional nº 15, chegou a comprometer seriamente o organismo financeiro daquelas unidades, com onerosas projeções no Tesouro Nacional. De outro lado, 17 dos Atos Complementares se ocupam da atividade político-eleitoral, ora ajustando as normas a uma formulação prática realística, ora regulando hipóteses não previstas e outras vêzes ainda interpretando e detalhando as regras de caráter geral.

Permitam-me Vossas Excelências que aduza, em separado, algumas palavras sôbre o Ato Complementar nº 23, que decretou o recesso temporário do Congresso Nacional, na forma do art. 31 do Ato Institucional nº 2. Jamais tive dúvidas sôbre a legitimidade dêste Ato. Também não acredito que, em qualquer momento, êle possa ter sido interpretado como um gesto de menor aprêço ao Poder Legislativo. Os motivos que o inspiraram, tôda a Nação os conhece. Talvez, entretanto, nem todos tivessem podido avaliar, naquele momento, a profundidade e conseqüências da crise que se esboçava, estimulada por elementos contra-revolucionários e cuja repercussão reverteria sôbre o prestígio do Congresso e a realização das eleições, já convocadas, para o dia 15 de novembro. De fato, portanto, o Ato Complementar nº 23 não menosprezou o Poder Legislativo. Ao contrário, garantiu a autoridade de princípio legalmente previsto e preservou o respeito ao sistema representativo.

Assim, nas datas fixadas pelo Ato Institucional nº 3 realizaram-se os pleitos proporcionais e majoritários. Em 3 de outubro foi escolhido o Presidente da República, desmentindo ainda uma vez aleivosias assacadas contra o meu Governo.

Cumprido o calendário eleitoral, os resultados marcaram uma ampla vitória para a Revolução. Vale dizer, o povo brasileiro também ratificava, expressamente, a programática abraçada e desenvolvida pelo Governo. Não houve coações de autoridades nem os Institutos de Previdência financiaram candidatos oficiais. A vontade nacional, livre e consciente, legitimara nas urnas a Revolução.

Fortaleceu-se assim o entendimento do Governo sôbre a necessidade de projetar no tempo, de institucionalizar, as reformas já processadas na vida brasileira. Este é o sentido maior da nova Constituição da República. Pode ser que o seu texto consagre incorreções e até desencantos. Mas ninguém lhe poderá desconhecer a consciência atual de nossas expectativas, ajustada a um mecanismo de Governo capaz de equacionar, institucionalmente, a problemática do País. Ao tempo em que proclama as liberdades e garantias individuais, ela também se ocupa das pré-condições sócio-econômicas indispensáveis para efetivá-las como atributos

de todos. Aliás, não é outro também o significado da nova Lei de Imprensa, onde, ao invés de se exigir a liberdade como privilégio de poucos, preferiu-se condicionar o seu exercício a uma responsabilidade comum.

Em suma, procedeu-se em curto período a uma mudança global de estruturas. Da reforma financeira à reforma agrária ou universitária, despontam em todo o Brasil novas atitudes e novas perspectivas.

Todos êstes fatos, decerto, são muito recentes. Desejo, entretanto, ainda recordar as dificuldades vencidas e as providências executadas, pelo meu Governo, no setor econômico-financeiro, para que, estabelecido de logo o paralelo, possa a Nação se deter no exame minucioso desta Mensagem sôbre a situação do País.

a) A CRISE ANTERIOR À REVOLUÇÃO

Cabe, ainda uma vez, caracterizar o grave processo de debilitamento das instituições democráticas na fase anterior à Revolução. A crise social e política, ao atingir níveis intoleráveis, se converteu em fator de agravamento da situação econômica e financeira, interna e externa, já por si mesma, naquela altura, profundamente crítica.

Seguiu-se, como decorrência inarredável, a queda da eficiência em todos os aspectos da atividade nacional. Ante a necessidade de revelar as implicações desse estado de coisas em relação ao desenvolvimento nacional, procederemos agora a uma rápida análise da situação brasileira em março de 1964, focalizando notadamente os aspectos econômico-sociais.

A despeito de várias limitações de ordem estrutural que tendiam a conspirar contra o desenvolvimento auto-sustentável e rápido, a economia brasileira apresentou um desempenho satisfatório no período que vai desde a Segunda Guerra Mundial até o ano de 1961, e especialmente entre os anos de 1947-1961. Durante aquêle período, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu à média anual de 5,8%, equivalendo a cêrca de 3% por habitante.

O processo ativo de expansão do setor industrial, através da substituição por manufaturas nacionais de produtos importados, foi o seu estímulo mais importante.

Esse processo de desenvolvimento, entretanto, ocorreu contra o pano de fundo de uma estrutura econômica e social pouco propícia ao progresso econômico duradouro. Ao lado do vertiginoso crescimento do setor manufatureiro, permaneciam quase inalteradas as condições da agropecuária, onde mais de 50% da população nacional subsistem a baixos níveis de vida, mercê do atraso técnico imperante nas atividades rurais e dos níveis insatisfatórios de educação, saúde e higiene.

Subsistia, igualmente, uma estrutura financeira arcaica, enormemente sensível a pressões inflacionárias, e uma inadequada disponibilidade de serviços básicos (transporte, energia, silos e armazéns, comunicações, etc.), agravada de forma recorrente por políticas econômicas equivocadas. Por outro lado, uma visão oportunista e unilateral das relações econômicas do País com o exterior fez descuidar as exportações, que constituem a principal determinante do poder de compra externo do País; em consequência, estagnava-se a capacidade brasileira de importar.

Finalmente, durante todo o período mencionado, isto é, do pós-guerra até 1961, a economia brasileira se desenvolveu dentro de um ambiente inflacionário continuado, com intensidade variável mas suportável, a ponto de haver permitido evolução satisfatória do Produto Interno Bruto, pelo menos até 1961. A presença dessas pressões inflacionárias, entretanto, foi suficientemente danosa para, simultaneamente com o seu controle parcial por parte das autoridades governamentais, produzir indesejáveis distorções no sistema de preços relativos e ensejar atividades especulativas, cujas consequências foram, entre outras, o debilitamento do mercado monetário e de capitais, da taxa de poupanças e das exportações. O extraordinário crescimento da população brasileira e o resultante aumento da demanda por novos empregos, associados à vulnerabilidade da administração pública a pressões políticas, estimularam o «empreguismo» nas sociedades de economia mista, nas autarquias e nos próprios quadros da

administração pública direta, com o conseqüente comprometimento da sua eficiência operacional e a criação de *deficits* crescentes. Os *deficits* consolidados do setor Governo, por sua vez, se financiavam tradicionalmente com a emissão monetária, alimentadora de renovadas pressões inflacionárias. Caíra-se num círculo vicioso. Tal mecanismo iria facilitar a expansão dos gastos governamentais e a maior proporção destes relativamente às despesas totais do País.

A partir de 1962, várias circunstâncias tenderam a expandir os gastos governamentais independentemente de aumento comparável das receitas fiscais, com a conseqüente evolução progressiva dos *deficits* de caixa do Tesouro Nacional e o crescimento da taxa de inflação. Por outro lado, havia sérios indícios de agravamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos e de asfixia da capacidade de importar. Fêz-se mais aguda a deficiência da infra-estrutura econômica e gerou-se um clima de incerteza e intranquilidade. Diminuíram, em conseqüência, o nível de investimentos e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto e tornaram-se mais manifestas as debilidades estruturais da economia nacional.

Com efeito, a elevação do nível geral dos preços, que havia alcançado a média de 15% a.a. entre 1941 e 1946, e aumentado para 20% no período de 1951 a 1958, sofreu rápida aceleração a partir de 1959. A taxa de aumento do custo de vida subiu, nesse ano, para 52% na Guanabara, e, após baixar em 1960, passou a elevar-se progressivamente, para atingir 55% em 1962 e 81% em 1963. No primeiro trimestre de 1964, ela chegou a alcançar os 25% e, dada a sua taxa de aceleração, poderia ter-se aproximado dos 150% até o fim do ano.

A repressão parcial do processo de elevação dos preços afetou a organização da economia nacional, com repercussões negativas sobre muitos setores. Além disso, o clima de intranquilidade política e social gerado pela administração passada contribuiu para o debilitamento das atividades econômicas correntes e determinou progressiva diminuição no processo de expansão do estoque de capital. Em conseqüência, interrompeu-se a favorável tendência de crescimento do Produto Interno Bruto

observada até 1961. Após crescer a uma taxa média anual de 5,8% entre 1947 e 1961, aumentou 5,4% em 1962, para alcançar apenas 1,4% em 1963. Tomando-se em conta a expansão demográfica do País, houve uma diminuição de 1,8% neste último ano.

A desorganização da economia interna se refletiu agudamente no seu setor externo, com o exagerado endividamento de curto prazo, o desatendimento de compromissos com organismos internacionais e a inevitável deterioração do crédito brasileiro no exterior. A limitação da nossa capacidade internacional de compra, por sua vez, afetou o nível interno de investimentos, de vez que parcela ponderável destes é adquirida no mercado internacional.

A diminuição da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto espelha o esmorecimento das atividades econômicas nos diversos setores da economia nacional. A produção industrial, por exemplo, que havia constituído o esteio principal do desenvolvimento econômico do Brasil desde os anos da Segunda Guerra Mundial, havendo crescido, em média, 9,7% por ano, no período de 1947 a 1961, reduziu o ritmo para 7,7% em 1962 e não chegou a alcançar 1% em 1963, taxa bem inferior à da expansão demográfica. Entre as conseqüências do esmorecimento do setor manufatureiro, sobrepõe a diminuição das alternativas de emprego, em face de um aumento anual da demanda por novas ocupações, estimada atualmente em mais de um milhão. O setor agropecuário por sua vez, e que, a despeito de suas limitações de caráter estrutural e da falta de incentivo da política econômica de administrações anteriores, havia crescido em aproximadamente 5% anuais médios entre 1947 e 1961, esteve praticamente estagnado em 1963, com um aumento de somente 0,1%.

O ambiente político e social da administração anterior não era menos desfavorável, destacando-se os seguintes fatores: a constante tensão política criada pela desarmonia entre o Executivo Federal de um lado e o Congresso Nacional e governos estaduais de outro, suspeitando êstes de intenções continuistas e anticonstitucionais; a propensão estatizante, criando contínuo desestímulo e ameaça aos investidores privados: a infiltração co-

munista gerando apreensões quanto à subversão da ordem econômica e social; as paralisações sucessivas da produção pelos «comandos das greves». Não apenas as atividades urbanas se ressentiram: os investimentos na agropecuária foram desestimulados pela incerteza quanto às atividades da SUPRA e aos reais programas de Governo em matéria de reforma agrária. Gerou-se, portanto, verdadeira crise de motivação, agravada pela ausência de um projeto nacional de desenvolvimento, capaz de traçar rumos e incentivar a população. Em seu lugar, prevaleciam a instabilidade política e o imediatismo administrativo do Governo, criando uma ausência de orientação. A produtividade dos sistemas de transportes, nas áreas ferroviária, marítima e portuária, tornou-se extremamente baixa. A eficiência da administração seguia o mesmo caminho. As classes empresariais passaram a sofrer uma crise de desconfiança; as classes operárias se viram frustradas ante a inexecutabilidade de promessas demagógicas; finalmente, certos grupos mais inquietos, como a classe estudantil, não encontravam escoadouro para a sua impulsividade idealista, descambando afinal para soluções subversivas.

Deve-se ter presente que, a despeito da reversão do clima geral da economia brasileira no período post-revolucionário, é provável que a diminuição do ritmo de investimentos em 1962 e 1963 tenha produzido suas influências negativas sobre as atividades econômicas de 1964, 1965 e 1966, devido ao inexorável período de espera entre a realização daqueles e os seus efeitos finais sobre o nível de produção e emprego.

Em resumo, quando este Governo assumiu o poder, a situação econômico-financeira era realmente sombria: às deficiências estruturais da economia nacional se haviam somado perturbações ocasionais que ressaltaram aquelas, desorganizaram os mercados internos, levaram a elevação dos preços à beira da hiper-inflação, geraram uma crise de motivação, queda no fluxo de investimentos, e da taxa de desenvolvimento econômico, bem como do volume de emprego e, finalmente, comprometeram o crédito do País no exterior. A tarefa mais urgente, portanto, era a de conter a extraordinária elevação do nível geral de preços, recuperar o mínimo de ordem necessário ao funcionamento da economia nacional, su-

perar a crise de motivação e devolver aos empresários e trabalhadores a tranqüilidade necessária às atividades produtivas, e, finalmente, conceber, conjuntamente com os nossos credores internacionais, um esquema mutuamente conveniente de saldar os nossos compromissos financeiros. O êxito da ação governamental nesses setores permitiria a retomada do ritmo de desenvolvimento interrompido em 1962 e prepararia o caminho para a adoção de medidas tendentes a superar os entraves de ordem estrutural e dar à economia nacional as condições necessárias ao desenvolvimento duradouro e auto-sustentável.

A criação das condições requeridas para o crescimento duradouro e auto-sustentável da economia brasileira requer, demais da superação das dificuldades de conjuntura apontadas e o ordenamento interno que permita o funcionamento eficaz do sistema de preços, a remoção de insuficiências estruturais dominantes em alguns setores, principalmente na agropecuária, no capital-social básico, no manufatureiro e no próprio setor govêrno, bem como nos relacionados diretamente com o homem, isto é, saúde e educação.

b) DEFINIÇÃO DA POLITICA DO GOVERNO

Diante dessa análise da situação brasileira anterior a 31 de março, a nova política do Govêrno passou a abranger dois planos de atuação: num, mais imediato, a correção das deformações que se revelavam em tôdas as manifestações do processo de desenvolvimento brasileiro, considerado êste num sentido orgânico, que inclui os aspectos político, militar, econômico, social e externo; em outro, a adoção de uma estratégia para desencadeamento de um surto de progresso, igualmente naquele sentido integrado, levando em conta a realidade brasileira em seu conjunto.

O primeiro passo dessa política de reconstrução nacional consistia, evidentemente, na restauração da ordem, em tôdas as áreas, e da autoridade, segundo o princípio constitucional.

A eliminação das deformações do sistema, com o objetivo de melhorar o funcionamento das instituições existentes, impunha

mudança de métodos de ação com o propósito de buscar soluções objetivas para os problemas, em lugar da adoção de paliativos e da criação de «slogans» demagógicos. Por outro lado, a fim de preparar a estrutura institucional adequada à deflagração do novo surto de progresso e à construção da nova sociedade brasileira, fazia-se mister o aperfeiçoamento das instituições, através de reformas democráticas, realisticamente concebidas.

Na área econômica e social, o papel que coube ao atual Governo, fundamentalmente, foi o de retirar o País do impasse a que havia sido levado, segundo o quadro já descrito.

A despeito das graves limitações representadas pela deterioração a que haviam chegado os serviços públicos, em geral, e pela curta duração do nosso mandato, levou-se a cabo um Programa de Ação destinado a *combater a inflação, retomar o desenvolvimento, reduzir desequilíbrios setoriais e regionais, evitar descontrole no setor externo e lançar as reformas econômicas e sociais.*

O balanço das realizações deste Governo, numa análise serena e objetiva, parece apresentar resultados em geral positivos, com limitações em certos aspectos. Tais limitações se prendem notadamente a dois fatores: de um lado, aquela mesma pequena duração do mandato, exigindo um ritmo de trabalho e uma sucessão de mudanças que não permitiram ao sistema uma assimilação imediata; de outro lado, as dificuldades de conciliar múltiplos objetivos, segundo o elenco já indicado, levando freqüentemente ao sacrifício de umas em favor de outras metas.

A *luta antiinflacionária* não chegou, ainda, a seu termo, conquanto já se haja demonstrado ser viável, no Brasil, eliminar gradualmente a inflação. Partiu-se de um ritmo de elevação de preços superiores a 100%, para chegar a um ritmo da ordem de 40%. E isso se fez simultaneamente com um gigantesco trabalho de correção de distorções que já haviam adquirido foros de permanência, no País, e que, se mantidas, conduziriam ao fracasso qualquer esforço nacional de desenvolvimento.

O Governo procurou dar o exemplo, assumindo o ônus maior no combate à inflação, pela recuperação de sua situação financeira, praticamente eliminando o impacto desequilibrador do *deficit* de

caixa. Ao mesmo tempo, procurou equipar-se para funcionar eficientemente, através da instituição do mecanismo de planejamento, do orçamento-programa e da reforma administrativa. Embora apenas começada, após vencida a fase inicial, de restabelecimento da ordem e de reestruturação de órgãos, fica esta última lançada nas suas bases, com todos os instrumentos para uma adequada execução.

Mantidas segundo a formulação em que foram postas, a política de crédito ao setor privado e a política de salários prestarão inestimável contribuição aos objetivos de desinflação e desenvolvimento. Concebidas de forma equilibrada, sem ônus excessivo quer para as empresas ou para os assalariados, tais políticas devem receber o maior cuidado na execução. Aplicadas com rigor excessivo, tornarão intolerável a luta antiinflacionária. Desviadas do sentido de prudente contenção em que foram formuladas, reativarão a orgia inflacionária, invalidando os esforços dos últimos dois anos e transformando em tabu a até pouco todo-poderosa inflação brasileira.

No setor externo, os resultados ultrapassaram a expectativa, no sentido da eliminação de um desequilíbrio grave que vinha afetando a política de desenvolvimento. Não há dúvida, entretanto, que a continuação de *superavits* tornará substancialmente mais complexo o controle da inflação. Por isso, e pela necessidade de complementar a poupança interna através daquela de origem externa, deve-se evoluir para um *deficit* em conta-corrente de dimensões aceitáveis.

Na trajetória para a *retomada do desenvolvimento*, alcançaram-se alguns resultados altamente positivos, conquanto não tenha sido possível elevar a taxa de crescimento do produto ao nível que gostaríamos de ter alcançado.

Como se terá oportunidade de verificar, foram removidos ou estão em vias de sê-lo todos os obstáculos institucionais que, nos últimos dez anos, têm dado origem a tantas campanhas, democráticas ou subversivas. Resta um trabalho de consolidação das reformas a ser empreendido com vigor.

Das contribuições maiores para o desenvolvimento sem distorções, muitas estão à vista, outras ainda demandam tempo para serem reconhecidas. Por dois motivos: de um lado, porque o ritmo em que se vem trabalhando não permite, às vezes, ver claramente os resultados, até «sentar a poeira»; de outro lado, porque os benefícios de grande número de medidas só se manifestarão de forma inequívoca a mais longo prazo.

É inegável, entretanto, que, seja diretamente, pelo seu Programa de Investimentos, ou, indiretamente, pela ação dos bancos de desenvolvimento nacionais e regionais, o Governo desempenha hoje papel altamente dinâmico na aceleração do desenvolvimento. Resultados dos mais satisfatórios, igualmente, se revelam na recuperação de setores da maior importância, na Infra-estrutura (transportes, energia elétrica, petróleo, comunicações) e nas Indústrias Básicas. Quanto a estas, o programa siderúrgico está bem definido, o volume de projetos em Metais Não-Ferrosos e Indústrias Químicas ultrapassa todos os recordes. Como simples indicação do dinamismo industrial já deflagrado, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, em 1966, aprovou projetos em valor superior a Cr\$ 1 trilhão, em comparação com Cr\$ 200 bilhões em 1965.

Através dos preços mínimos, do crédito, do estímulo ao uso de fertilizantes e outros modernos fatores de produção, está-se dinamizando a agricultura brasileira.

Nas áreas sociais, notadamente em Educação e Habitação, reformas se fizeram e estão fazendo, recursos vultosos vêm sendo empregados. Tais programas, a despeito de hesitações iniciais, estão agora em ritmo satisfatório, que cabe preservar e intensificar.

PARTE I

**A REVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO**

ASPECTOS ECONÔMICOS

Na área econômica e social a política do Governo se definiu:

- a) pela retomada do ritmo de desenvolvimento econômico do País, interrompido em 1963;
- b) e, simultaneamente, pela contenção progressiva do processo inflacionário;
- c) pelas reformas econômicas e sociais;
- d) pela democratização das oportunidades e pelo autêntico trabalhismo.

No tocante ao combate à inflação, assinala-se que em nenhum momento cogitou o Governo de uma política deflacionista, no sentido da queda do nível geral dos preços. Não existe, aliás, país do mundo em que se persiga o deflacionamento, por estar êste, nas condições atuais, inelutavelmente associado à queda de produção e de emprêgo; o que o Governo pretendeu, realística e conscientemente, foi a desinflação, isto é, o contrôle e redução do ritmo de aumento de preços para atingir a estabilidade.

Ainda mais, conforme se esclareceu desde o primeiro instante, aquela contenção teria de ser necessariamente gradativa, sob pena de vir a frustrar-se o próprio esforço de combate à inflação, ou de sacrificar-se o objetivo de reativação do desenvolvimento.

A verdade é que muitos, de forma não muito coerente, estariam desejosos de lograr os resultados de um tratamento de choque (isto é, a contenção rápida dos preços, se bem sucedido), mas nunca dispostos a enfrentar o preço de tal política. Um tratamento de choque implicaria no congelamento geral dos salários, com a deterioração da posição relativa daquelas categorias salariais ainda não reajustadas; na eliminação imediata do *deficit* governamental, impossível sem a mutilação substancial dos investimentos

públicos; e, entre outras conseqüências, no colapso de certos setores produtivos viciados pela persistência do processo inflacionário (baixa produtividade, recurso excessivo a capitais alheios, obtenção de empréstimos a taxas de juros negativas em termos reais). Daí a política adotada, de redução da taxa inflacionária a níveis toleráveis, para em seguida alcançar relativa estabilidade de preços.

No tocante à retomada do desenvolvimento, definido este em termos de aumento do produto real *per capita*, ou seja, do volume de bens e serviços finais produzidos, em média, por habitante, no período de um ano, a escolha dessa meta como objetivo-síntese revela que a preocupação fundamental do poder público se concentrou em aumentar continuamente o tamanho daquilo que, em linguagem simples, se poderia considerar o bolo econômico a ser distribuído, permitindo assim que a fatia destinada a todas as categorias de rendas também continuamente possa aumentar. A alternativa, tentada no passado próximo, foi apelar para políticas de redistribuição simplesmente demagógicas, com descaso do esforço de desenvolvimento, as quais, segundo a análise já levada a efeito, conduziram apenas à redução de tudo e ao empobrecimento de assalariados e não-assalariados.

Necessário assinalar que, simultaneamente com a política de desenvolvimento, objetivando aumentar a renda real por habitante, a política salarial definida no Programa de Ação Econômica visa manter a participação dos assalariados no produto nacional, de modo que os salários reais (ou seja, em termos de poder de compra) se elevem na mesma proporção do aumento do produto real por habitante (mais rigorosamente, do produto real por trabalhador). Isso significa que quanto mais rico ficar o Brasil, mais rico ficará também cada qual dos brasileiros.

Por outro lado, o Governo fez uma opção definida pelo tipo de desenvolvimento econômico desejado, isto é, desenvolvimento de ritmo sustentável, num contexto democrático e sem as distorções que o tornariam instável e efêmero: desenvolvimento sem inflação (ou com inflação apenas moderada), sem distorções na estrutura dos investimentos, sem descaso dos problemas de emprego, sem excessivo endividamento externo.

As reformas econômicas e sociais, vigorosamente atacadas a partir de 1964, têm por objetivo fundamental não apenas a remoção de deformações na composição dos investimentos (reforma habitacional, lei do inquilinato, lei de incorporações), senão também a preparação das condições institucionais para um processo de desenvolvimento acelerado e auto-sustentável (reformas agrária, tributária e bancária; fundo de democratização do capital das empresas, salário-educação).

Democratização de oportunidades tem, aqui, o sentido de revelar a insuficiência do formalismo democrático, que assegura aos indivíduos certos direitos, sem dúvida essenciais, mas não necessariamente a participação no progresso e bem-estar nacional.

A retomada do desenvolvimento pressupõe, de um lado, a necessidade de motivar, através de estímulos legítimos e eficazes, a participação sempre crescente das diferentes categorias sociais e das diversas regiões de sorte a realizar o potencial máximo de crescimento do produto nacional. E impõe, por outro lado, que os resultados do esforço coletivo atinjam, também crescentemente, regiões e grupos de menor participação.

Constituiu êsse, inegavelmente, um dos aspectos mais relevantes de inúmeras medidas de alta significação econômica e social já levadas a efeito, notadamente a reforma habitacional e a reforma agrária.

O COMBATE A INFLAÇÃO

Os resultados da luta contra a inflação não foram mais evidentes principalmente pelo fato de que, numa sociedade moderna e num país em desenvolvimento, os objetivos nacionais são múltiplos e têm de ser compatibilizados.

Não se trata, simplesmente, de combater a inflação a qualquer custo. É mister dar impulso ao desenvolvimento e para isso se evita traumatizar excessivamente o setor privado, mantém-se alto o nível de investimentos, corrigem-se distorções de toda ordem. É preciso evitar queda na participação dos assalariados no produto,

e por isso os reajustamentos nominais de salários devem continuar dentro de limites adequados. É preciso corrigir desequilíbrios regionais, e para isso realizar grandes aplicações governamentais em áreas menos desenvolvidas. É preciso sanear o balanço de pagamentos criando-se muitas vezes, com isso, um foco de expansão de preços.

No esforço de conciliar tantos e tão complexos objetivos, tem a política econômica financeira de manter um difícil equilíbrio, mais complexo ainda quando certos instrumentos de ação não apresentam os resultados esperados e o sistema de informações ainda carece de aperfeiçoamento. Como o atendimento a vários desses objetivos torna mais lentos os resultados da política desinflacionária, e conseqüentemente as expectativas se mantêm pouco favoráveis, retardou-se a consecução de certas metas no tocante ao programa de estabilização.

No ano de 1966, consolidou-se o esforço governamental de estabelecer efetivo controle dos grandes fatores responsáveis pela inflação, no tocante ao *deficit* governamental, à expansão do crédito, aos aumentos dos salários e ao comportamento do setor externo. Muito em particular, levou-se adiante a política de realismo no sistema de preços, cheia de asperezas a curto prazo, mas certamente indispensável à definitiva contenção da inflação e à aceleração do desenvolvimento.

Os Resultados do Combate à Inflação

A inflação, que no início da execução do PAEG acelerava-se rapidamente, chegando por vezes a um ritmo mensal de 7%, num processo que se tornava cumulativo, foi imediatamente conduzida à forma corretiva e decrescente, alcançando resultados animadores a cada período. Se pelos motivos já expostos houve dificuldade no cumprimento total das metas programadas, o que se conseguiu efetivar foi bastante satisfatório.

No sentido de revelar a tendência à desaceleração dos aumentos de preços apresentamos a seguir, para períodos de doze meses, as variações dos principais índices de preços:

VARIÇÃO DO CUSTO DE VIDA NA GUANABARA

(%)

PERÍODO DE 12 MESES	1962/1963	1963/1964	1964/1965	1965/1966
Novembro a novembro.....	84,3	83,9	63,7	41,9
Dezembro a dezembro.....	80,6	86,6	45,4	41,1
Janeiro a janeiro (1).....	93,4	81,0	46,1	40,2

VARIÇÃO DOS PREÇOS POR ATACADO — EXCLUSIVE CAFÉ

(%)

PERÍODO DE 12 MESES	1962/1963	1963/1964	1964/1965	1965/1966
Novembro a novembro.....	82,3	85,8	33,2	45,6
Dezembro a dezembro.....	83,1	84,1	30,2	42,7
Janeiro a janeiro.....	80,4	78,5	34,6	35,3

VARIÇÃO DO ÍNDICE GERAL DE PREÇOS

(%)

PERÍODO DE 12 MESES	1962/1963	1963/1964	1964/1965	1965/1966
Novembro a novembro.....	80,5	92,0	39,6	40,7
Dezembro a dezembro.....	79,9	92,1	34,2	39,0
Janeiro a janeiro.....	84,9	81,0	36,9	35,1

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

(1) Para efeito de formar seqüência, a comparação de janeiro a janeiro diz respeito ao período seguinte no indicado.

A análise desses períodos anuais, eliminando a influência de variações estacionais e reduzindo o efeito retardado das expansões de meios de pagamento, mostra um quadro definido da substancial desaceleração da inflação. Tomando-se o período de janeiro a janeiro, para o custo de vida na Guanabara, a elevação foi de 81% em 1964, 46% em 1965 e 40% em 1966. Para o índice geral de preços ela foi de 81% em 1964, 37% em 1965 e 35% em 1966.

É importante assinalar que nos aumentos de preços em 1964, 1965 e 1966 houve importante componente de correção de distorções. Isto é, de elevações de preços verificadas não em decorrência de pressões inflacionárias correntes, do lado da demanda ou dos custos, mas tendo em vista a política do Governo

de corrigir os subsídios, congelamentos e controles que até pouco ameaçavam tornar inviável a economia brasileira. Apenas para exemplificar, o índice do custo de vida na Guanabara aumentou de 45% em 1965 e de 41% em 1966, enquanto o índice de aluguéis subiu de 116% e 73%, respectivamente. Outro componente altamente influenciado pelos reajustamentos corretivos, o índice de serviços públicos, elevou-se de 71% e 47%, respectivamente.

É inegável que tais reajustamentos oneram os usuários de tais serviços, a curto prazo, de forma considerável. Sem isso, todavia, seria impossível, a mais longo prazo, manter elevados níveis de produção e investimento no tocante a habitação, petróleo, energia elétrica, transportes e comunicações. E sem expansão contínua desses setores básicos qualquer economia está fadada à estagnação.

Por outro lado, se é verdade que em 1965 e 1966 a inflação ainda foi considerável, é preciso notar que sua natureza e causas mudaram substancialmente.

É sabido que a causa imediata mais importante do processo inflacionário brasileiro eram os *deficits* de caixa do Governo Federal, que passaram de 10% da Despesa Orçamentária em 1955 a cerca de 35% em 1963. Em 1965, os grandes fatores da expansão de meios de pagamento foram principalmente o setor externo, a grande safra de café e a dinamização da política de preços mínimos. Em 1966, novamente o *deficit* deixou de ser o grande fator expansionista. O aumento dos meios de pagamento estava relacionado principalmente com o setor externo.

Objetivamente, do ponto de vista de impacto sobre os preços e salários reais, não importa que os fatores da inflação se hajam modificado. Se isso é verdade, num dado momento, cumpre salientar, entretanto, que do ponto de vista de controle do crônico, persistente, até pouco intocável, processo inflacionário brasileiro, a diferença é substancial. Conseguiu-se superar uma causa sistêmica e em contínuo agravamento, como se viu, enquanto as outras são de caráter eventual e reversíveis, segundo já se observa mais recentemente.

O Controle dos Principais Fatores Inflacionários

A Política Fiscal em 1966

a) *Deficit do Tesouro*

O Orçamento da União para o exercício de 1966, de acordo com a Lei nº 4.900, de 10-12-65, indicava, não considerada a soma equivalente às operações de crédito, um saldo negativo de Cr\$ 338 bilhões. Com isso, a receita e a despesa se situavam, respectivamente, em Cr\$ 4.381 e Cr\$ 4.719 bilhões. Todavia, nesse confronto inicial, ressaltado pela Lei de Meios, haveriam de ser incluídos outros valores pertinentes às despesas correspondentes a créditos adicionais transferidos de anos anteriores e autorizados no exercício, cujo valor alcançou cerca de Cr\$ 390 bilhões. Além desse fato, incorporaram-se ao potencial dos dispêndios a cargo do Tesouro Nacional, no mesmo exercício, gastos atinentes a resíduos passivos acumulados em anos precedentes, no valor aproximado de Cr\$ 1 trilhão, dos quais cerca de Cr\$ 340 bilhões transferidos de 1965 e decorrentes da programação financeira estabelecida para aquele período, bem como as insuficiências das verbas destinadas às despesas com pessoal e outras cuja natureza justificava a sua aplicação. Em que pese a tais responsabilidades, vira-se o Tesouro ainda obrigado a atender à suplementação de recursos a vários Estados da Federação, mediante assistência financeira de valor substancial. O cômputo das despesas correspondentes às insuficiências de verbas de pessoal, art. 48 e assistência financeira, acresceu o potencial dos dispêndios de aproximadamente meio trilhão de cruzeiros.

Com toda aquela carga, os gastos em potencial do exercício elevaram-se a Cr\$ 6,6 trilhões, os quais, em confronto com a receita prevista no orçamento, indicavam que o *deficit* ultrapassara a grandeza de 2 trilhões, ou seja, cifra incompatível com a capacidade financiadora do Tesouro Nacional, tendo em vista o prosseguimento da política de estabilização econômico-financeira do Governo, pois que sem dúvida tão acentuado desequilíbrio teria que ser fatalmente atendido através de emissão de papel-moeda.

Mantendo a continuidade do processo de recuperação das finanças da União, mediante a coordenação dos gastos da administração pública, através da determinação de critérios prioritários integrantes do Programa de Ação, do qual decorre a fixação do desequilíbrio de caixa compatível com os recursos para tal fim estimados pelo orçamento monetário elaborado para o exercício de 1966, procurou o Governo, no ano recém-encerrado, exercer, da mesma forma que a partir de abril de 1964, um rígido controle dos gastos públicos.

Para tanto, das dotações orçamentárias foram anulados inicialmente Cr\$ 550 bilhões, através da instituição de um «fundo de reserva» equivalente a, aproximadamente, 20% das despesas de natureza variável consignadas na Lei de Meios. As liquidações de «restos a pagar» foram limitadas a Cr\$ 400 bilhões; os créditos adicionais, os financiamentos, os gastos sem créditos realizados ao abrigo dos artigos 46 e 48 do Código de Contabilidade da União, tiveram igualmente seus quantitativos limitados a importâncias capazes de não prejudicarem o *deficit* de caixa do Tesouro admitido para o exercício, ou seja, de cerca de Cr\$ 420 bilhões. Além disso, tornou-se ainda necessário transferir despesas de 1966 para o exercício em curso, no valor inicial de Cr\$ 250 bilhões, posteriormente elevado para cerca do dobro dessa importância.

No que tange à Receita, ainda se fizeram sentir em 1966 as reformulações tributárias solicitadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional desde abril de 1964, das quais resultaram novas legislações sobre os principais tributos federais e possibilidade da adoção de medidas anticíclicas, através de redução temporária de pagamento de impostos em casos de depressão observada em certos setores da atividade econômica nacional.

Com a melhoria do aparelho arrecadador e descentralização do recolhimento da receita federal, através da rede bancária privada, o volume dos recursos carreados para o Tesouro Nacional tornou-se mais substancial, sendo ainda de observar que as correções monetárias de débitos fiscais concorreram com parcelas significativas.

Embora certas medidas anticíclicas tenham proporcionado a queda de recolhimento da receita orçamentária, o quantitativo efetivamente registrado no exercício alcançou bom nível, uma vez que a arrecadação atingiu o montante de cerca de Cr\$ 5,1 trilhões, ou seja, Cr\$ 700 bilhões acima da estimada pela Lei de Meios.

Em consequência das providências adotadas, a despesa em potencial do exercício reduziu-se, em princípio, a Cr\$ 5,3 trilhões, o que, para uma receita estimada de Cr\$ 4,9 trilhões, ensejava limitar o desequilíbrio do Tesouro, em 1966, a cifra ligeiramente superior a Cr\$ 400 bilhões. Todavia, durante os primeiros meses da execução financeira, alguns novos fatores concorreram para alterar os quantitativos globais da receita e despesa, sem, contudo, elevar o desequilíbrio inicialmente indicado pelo Decreto nº 57.612, de 7 de janeiro de 1966. Nesta oportunidade, era de supor-se um contingente anual de receita maior que o estimado pela Lei de Meios e um nível de despesa Cr\$ 200 bilhões mais elevado que os Cr\$ 5,3 trilhões acima referidos, mantido, assim, o mesmo *deficit* programado.

Reformulada nos seus quantitativos globais, a programação financeira do exercício passou a ser mais enérgicamente controlada, dado o empenho da manutenção do *deficit* inicialmente previsto. Para isso, mais uma vez fêz-se necessário conter, reexaminar e adiar parcelas de gastos consignados na Lei de Meios a favor dos órgãos públicos. O resultado dos esforços do Governo nessa área foi bastante significativo, pois que na realidade, diante de uma receita de cerca de Cr\$ 5.100 bilhões, contrapôs-se uma despesa de caixa de aproximadamente Cr\$ 5.502 bilhões, deixando destarte um saldo negativo de Cr\$ 402 bilhões, mais baixo do que o previsto pela programação financeira e cuja importância fôra de Cr\$ 420 bilhões. A necessidade de regularizar compromissos cambiais de responsabilidade de entidades públicas e sociedades de economia mista, bem como obrigações, avalizadas pelo Tesouro, anteriormente levadas a débito de conta transitória do Tesouro, elevou o desequilíbrio final relativo a 1966 a Cr\$ 587 bilhões, ainda assim sem ultrapassar, mesmo em termos nominais, o do exercício anterior.

Por outro lado, o *deficit* de caixa da União, que equivalia, em 1963, a apenas 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), teve essa posição sensivelmente agravada em anos posteriores, até alcançar, entre 1960 e 1963, as proporções crescentes de 3,2%, 3,7%, 5,1% e 5,3%, respectivamente. Assim, em 1963, ano anterior ao da Revolução, o desequilíbrio de Caixa do Tesouro Nacional, no montante de Cr\$ 505 bilhões, estava expresso, em relação ao PIB, pela elevada proporção de 5,3%.

Nessas condições, é importante observar que, já no ano de 1964, como resultado das medidas de controle que se impuseram, o Governo Federal logrou reduzir aquela participação para cerca de 3,7%, ou seja, a mesma de 1961. Em 1965 e 1966, os *deficits* de Caixa apurados, além de nominalmente inferiores ao de 1964, correspondem, em relação ao PIB, a taxas de apenas 1,8% no primeiro caso e a cerca de 1,2% no exercício de 1966, o que demonstra a perda gradativa de influência das contas federais como fator inflacionário.

Com referência ao orçamento corrente, sua análise revela, a partir de 1965, melhoria bastante significativa entre o comportamento das despesas correntes e receitas correntes, demonstrando que aquelas estão sendo plenamente atendidas pela arrecadação do Governo, deixando saldos crescentes para os investimentos.

Cr\$ bilhões

A N O S	RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES	SALDOS
1962.....	511	596	— 85
1963.....	953	1.033	— 80
1964.....	2.010	2.179	— 168
1965.....	3.237	2.655	582
1966.....	5.728	5.752	1.976
1967 (*).....	6.683	4.473	2.210

(*) Estimativas

b) Crédito Público

A subscrição de Obrigações do Tesouro Nacional tipo Reajustável vem apresentando, de outubro/64 a dezembro/66, um crescente desenvolvimento.

Iniciada em 1964, com a colocação de Cr\$ 59 bilhões, atingiu, em 1965, a cifra de Cr\$ 293 bilhões para, em 1966, alcançar o valor de Cr\$ 743 bilhões, crescimento êsse que se situa em torno de 275% ao ano.

A comparação entre a subscrição voluntária e a alternativa de tributos mais a compulsória é analisada com o auxílio do quadro abaixo. Verifica-se que, enquanto as voluntárias aumentavam sua participação no total, de 37% para 63% e 84% nos anos de 1964, 1965 e 1966, respectivamente, as demais caíam de 63% para 37% e 16% nos mesmos anos.

COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DAS SUBSCRIÇÕES VOLUNTÁRIAS
E ALTERNATIVAS DE TRIBUTOS MAIS COMPULSÓRIAS
1964/66

Unid. Cr\$ bilhão

SUBSCRIÇÃO \ ANO	1964		1965		1966(1)	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
TOTAL.....	59	100	293	100	743	100
Voluntárias.....	22	37	185	63	621	84
Compulsória ou Alternativa de Tributos	37	63	108	37	122	16

Fonte: Banco Central.

(1) Dezembro, computado parcialmente. Dados sujeitos a correções.

Uma vez atingida a preponderância da subscrição voluntária, verificou-se que a fase mais difícil havia sido ultrapassada e, daí em diante, com segurança e tranqüilidade, poder-se-ia utilizar a Obrigação do Tesouro não somente para cobertura de caixa do Tesouro como também, para ativar, diretamente, a iniciativa privada, como foi realizado pela Resolução nº 21 do Banco Central da República do Brasil e pelo Fundo de Estabilização de Receita Cambial, ou indiretamente, como foi efetuado através do auxílio financeiro aos Estados e Municípios, que permitiu a realização de novos investimentos e paralelamente saldar compromissos em atraso com empreiteiros e fornecedores.

Essa política, benéfica em todos os sentidos, fêz-se sem aumento dos meios de pagamento, pois coube à Dívida Pública a tarefa de atrair as indispensáveis poupanças no atendimento do objetivo colimado.

Analísado, exclusivamente, do ponto de vista das necessidades de caixa do Tesouro e do cumprimento de resgates e juros, o resultado, no período estudado (1964/1966), teria sido o que o quadro a seguir demonstra:

RECURSOS LÍQUIDOS ORIUNDOS DA SUBSCRIÇÃO
DE OBRIGAÇÕES DO TESOUREO NACIONAL

Unid. Cr\$ bilhão

DISCRIMINAÇÃO	A N O S					
	1964	1965	1 9 6 6 (1)			
			1.º TRIM.	2.º TRIM.	3.º TRIM.	4.º TRIM. (2)
Recursos líquidos (I-II)	59	288	147	283	92	48
I — RECEITA						
1 - subscrição bruta	59	295	148	291	118	186
II — DESPESA						
2 - juros	—	5	1	6	26	138
3 - resgate	—	—	—	—	13	119

Fonte: Banco Central.

(1) Dados sujeitos a retificações.

(2) Computado parcialmente.

Embora tendam a crescer as responsabilidades do Tesouro com os resgates e juros, é de se esperar, tendo em vista o comportamento da subscrição até agora observado e o retôrno para Receita da União das transferências com que o setor privado foi beneficiado, que o próximo exercício se apresente promissor.

Iniciada em fins de 1964, embora fraca (Cr\$ 22 bilhões), experimentou alguma reação em 1965 com Cr\$ 185 bilhões, mas

somente em 1966, com o advento da Resolução nº 21/66, do Banco Central, que se destinava a suprir as emprêsas com capital de giro menos onerosos, através das Financeiras, foi que o incremento da subscrição se fez substancial. A arrecadação no corrente ano, em consequência, atingiu a importância de Cr\$ 621 bilhões, equivalente a um acréscimo sobre o ano de 1964 de 2.722%.

O grande incentivador do mercado foi, todavia, a própria correção monetária, sendo de se observar que outros estímulos foram sendo introduzidos, tais como taxas de juros mais atraentes, prazos de resgates mais reduzidos e épocas para pagamento de juros mais curtas.

Autarquias federais e sociedades de economia mista passaram a aplicar suas disponibilidades ociosas em Obrigações, uma vez que, além de auferirem juros reais, acobertavam-se contra a desvalorização da moeda.

A fim de atender casos especiais de poupanças a serem investidas a curto prazo, permitiu-se o resgate antecipado ao vencimento, proporcionando, assim, condições para a canalização de novos recursos.

A «correção cambial» foi outra forma de incentivo pela qual se atraiu o investidor acostumado a adquirir dólares, com a finalidade de reserva de valor da moeda. Assim, aquêl que subscrivesse Obrigações do Tesouro, teria a segurança de, por ocasião do resgate, receber em cruzeiros a quantia necessária para comprar, ao câmbio do mercado manual do dia, os mesmos dólares que teria adquirido na época em que preferiu investir em Obrigações do Tesouro.

A faculdade de o subscritor poder abater de sua renda bruta até 30% do valor subscrito, reduzindo dessa forma o seu impôsto de renda, foi outra vantagem proporcionada pelas Obrigações do Tesouro.

De outro lado, esta espécie de título público pode ser utilizada como caução, fiança e depósito para recursos pelos valores vigentes à época de sua efetivação.

Analisando o curso das Obrigações do Tesouro nas Bólsas de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo, que sem dúvida se constituem nos dois melhores indicadores do mercado, pode-se aquilatar o prestígio atual dêste título público, o que representa o pleno cumprimento de um dos objetivos da política econômico-financeira, qual seja, o de recuperação e disciplina do crédito público.

c) Reforma Tributária

Completoou-se, no curso de 1966, a reestruturação legislativa decorrente da reforma tributária instituída pela Emenda Constitucional nº 18.

Uma etapa da maior importância nessa reestruturação foi a representada pela Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Em seu Livro Primeiro, essa lei delinea, em seus contornos gerais, toda a organização do sistema tributário nacional e, em seu Livro Segundo, estatui um corpo orgânico de normas gerais de direito tributário, aplicáveis à União, Estados e Municípios.

Dentro do marco traçado pela Lei nº 5.172, processou-se, ainda, no decurso de 1966, a revisão de toda a legislação fiscal do País, abrangendo os tributos federais, estaduais e municipais.

No setor federal, podem ser destacados os seguintes pontos:

a) A legislação do imposto de renda experimentou alguns ajustes finais, a fim de melhor adequá-la à conjuntura econômica do País.

b) Foi instituído, como tributo federal, o imposto de exportação, a ser utilizado como instrumento auxiliar da política de comércio exterior.

c) O imposto de consumo foi transformado no imposto sobre produtos industrializados, dentro das características definidas pela Lei nº 5.172.

d) Desapareceu o imposto de selo federal e, em sua substituição, foi instituído o imposto sobre operações financeiras, extremamente mais simples e destinado a atuar, não como fonte de re-

curso para o Tesouro, mas como instrumento auxiliar da política monetária.

e) A Tarifa Aduaneira foi convenientemente ajustada dentro das diretrizes gerais da política econômica do Governo e a legislação alfandegária, atrasada de quase um século, foi colocada ao nível das mais modernas legislações aduaneiras do mundo.

f) Os chamados impostos únicos, especialmente o imposto sobre combustíveis e lubrificantes, experimentaram também, em 1966, alguns aperfeiçoamentos em sua estrutura.

g) Finalmente, cabe destacar a extraordinária simplificação introduzida no sistema tributário da União, em virtude da supressão de quase vinte variedades de taxas federais.

Em relação ao sistema tributário estadual, as transformações foram ainda mais profundas, destacando-se:

a) supressão dos antigos impostos sobre transmissão de propriedade *inter vivos* e *causa mortis*, e sua substituição por um imposto unificado sobre transmissões de bens imóveis e de direitos reais sobre bens imóveis, com alíquotas máximas variáveis entre 0,5 e 2,0%;

b) substituição do imposto sobre vendas e consignações, de incidência em cascata, pelo imposto de circulação de mercadorias, de caráter não cumulativo;

c) transferência para a União da competência para cobrança do imposto de exportação, antes incluído no campo estadual;

d) supressão do imposto de selo estadual e enquadramento do numeroso grupo de taxas instituídas pelos Estados dentro das características traçadas pela lei básica do sistema tributário nacional;

e) instituição do Fundo de Participação dos Estados, constituído por 10% da arrecadação dos impostos federais de renda e sobre produtos industrializados.

Ao lado da supressão do imposto sobre vendas e consignações, responsável por graves distorções na estrutura econômica do País, forçando a integração vertical das empresas e impedindo a melhoria da produtividade decorrente da especialização, o critério

de rateio do Fundo de Participação dos Estados constituiu-se em medida do maior alcance para o fortalecimento da Federação.

Já no corrente exercício de 1967, cerca de 520 bilhões de cruzeiros serão entregues aos Estados. A distribuição com base no inverso da renda *per capita* contribuirá para atenuar, em parte, as desigualdades de capacidade financeira dos Estados. As Unidades mais pobres receberão do Fundo quotas mensais equivalentes a duas e até três vezes o montante de suas atuais receitas tributárias. E tais quotas lhes serão entregues de forma absolutamente automática, sem que tenham de barganhar apoios políticos ou mendigar à porta dos gabinetes ministeriais.

Em relação ao sistema tributário municipal, as transformações foram, também, de grande profundidade. Feita exclusão do Imposto Territorial Rural, que continuou regido pelo Estatuto da Terra, todos os demais tributos municipais foram afetados pela reforma, destacando-se os seguintes pontos:

a) a base de cálculo dos Impostos Predial e Territorial Urbano foi unificada em função do valor venal do imóvel, suprimindo-se, em consequência, a incidência do primeiro sobre o valor locativo dos prédios;

b) supressão da quota de retorno do art. 20 da Constituição de 1946 e do Imposto de Indústrias e Profissões, e, em substituição a essas fontes de receita, instituição de um regime de participação automática dos Municípios na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias;

c) supressão do Imposto de Sêlo Municipal e dos Impostos de Licença e sobre Jogos e Diversões Públicas, cujas incidências passarão ao âmbito do imposto municipal sobre serviços e das taxas, conforme a natureza de cada tributo;

d) enquadramento das taxas municipais dentro das características traçadas pela Lei nº 5.172;

e) instituição do Fundo de Participação dos Municípios.

Comparado com o regime anterior de distribuição aos Municípios das quotas dos Impostos de Renda e Consumo, o Fundo

de Participação, instituído pela Emenda Constitucional nº 18 e regulado pela Lei nº 5.172, apresenta, entre outras, as seguintes vantagens:

a) o montante a ser distribuído é maior, porque calculado sobre a arrecadação do próprio exercício em que se efetua a distribuição. Só em 1967 o acréscimo será da ordem de Cr\$ 240 bilhões, passando de Cr\$ 280 para Cr\$ 520 bilhões;

b) o critério de distribuição passou a ser mais justo, porque, embora continuando a beneficiar preferentemente os Municípios médios e pequenos, procurou aquinhoar cada um na proporção de suas necessidades;

c) ao invés da insegurança do sistema atual, os Municípios passarão, pelo novo regime, a receber suas quotas em parcelas mensais, de forma absolutamente automática. Em consequência, poderão programar sua aplicação com toda segurança;

d) dentro do novo regime, metade das quotas provenientes do Fundo de Participação deverá ser aplicada, obrigatoriamente, em despesas de capital, competindo ao Tribunal de Contas a respectiva fiscalização. Tal providência deverá assegurar extraordinária melhoria na forma de aplicação desses recursos.

É natural que uma reforma tributária de tal profundidade, por melhor que tenha sido planejada, apresente alguns problemas na fase inicial de sua implantação.

Será, sem dúvida, grande o esforço que se está exigindo da maquinaria fiscal da União, dos Estados e dos Municípios no sentido de que se adapte às exigências da nova estrutura tributária. Maiores ainda serão as dificuldades que terão de enfrentar os empresários nacionais, para assimilarem, em tão curto período de tempo, a vasta e complexa regulamentação do novo elenco de tributos.

Mas, superada essa fase inicial, o País reconhecerá os imensos benefícios que, para a economia nacional, advirão da reforma tributária introduzida pela Emenda Constitucional nº 18 e consagrada pela nova Constituição do País.

Situação Monetária e Bancária

a) *Expansão Monetária*

A análise do orçamento federal revela, a partir de 1965, melhoria bastante significativa entre o comportamento das despesas correntes e receitas correntes, demonstrando que aquelas estão sendo plenamente atendidas pela arrecadação do Governo, deixando saldos crescentes para os investimentos.

O *deficit* de Caixa da União, que equivalia, em 1953, a apenas 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB), teve essa posição sensivelmente agravada em anos posteriores, até alcançar, entre 1960 e 1963, as proporções crescentes de 3,2%, 3,7%, 5,1% e 5,3%, respectivamente. Assim, em 1963, ano anterior ao da Revolução, o desequilíbrio de caixa do Tesouro Nacional, no montante de Cr\$ 505 bilhões, estava expresso, em relação ao PIB, pela elevada proporção de 5,3%.

Nessas condições, é importante observar que, já no ano de 1964, como resultado das medidas de controle que se impôs, o Governo Federal logrou reduzir aquela participação para cerca de 3,7%, ou seja, a mesma de 1961. Em 1965 e 1966, os *deficits* de caixa apurados, além de nominalmente inferiores ao de 1964, correspondem, em relação ao PIB, a taxas de apenas 1,8% no primeiro caso e a cerca de 1,2% no exercício de 1966, o que demonstra a perda gradativa de influência das contas federais como fator inflacionário.

A despeito do comportamento favorável da execução financeira, os anos de 1964, 1965 e 1966 foram, ainda, de grande expansão monetária, embora gradativamente atenuada, revelando, no exercício recém-findo, taxas de aumento menos intensas que as dos índices de preços.

O total das emissões de papel-moeda, em números redondos, alcançou as cifras de Cr\$ 595 bilhões em 1964, Cr\$ 690 bilhões em 1965 e Cr\$ 667 bilhões em 1966, correspondendo, em variação percentual, a taxas de expansão da ordem de, respectivamente, 67%, 47% e 31%, contra elevações de 33% em 1960, 52% em 1961, 62% em 1962 e 75% em 1963.

A evolução, nos últimos 5 anos, do saldo do papel-moeda em circulação, ou seja, já deduzida a parcela retida na Caixa das Autoridades Monetárias, é a que se vê no quadro abaixo:

PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO

Saldo em Cr\$ bilhões

DATAS	PAPEL-MOEDA EMITIDO	CAIXA DAS AUTORIDADES MONETÁRIAS	PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO		
			SALDOS EM FINS DE MÊS	VARIÁÇÕES SOBRE FIM DE ANO	
				Cr\$ bilhões	%
1962-dezembro.....	508,8	31,1	477,7	182,1	61,6
1963-dezembro.....	888,8	64,7	821,4	347,7	71,9
1964-dezembro.....	1.483,8	95,4	1.388,5	666,9	69,0
1965-dezembro.....	2.174,8	101,3	2.073,6	685,2	49,4
1966-dezembro.....	2.840,2	(*) 94,0	2.746,2	672,7	32,4

(*) Estimativa.

Fonte: Banco Central.

No caso brasileiro, o exame do comportamento dos meios de pagamento, nos últimos anos, tem revelado que, basicamente, as emissões de papel-moeda promovidas pelo Governo têm sido destinadas, em sua quase totalidade, à cobertura dos *deficits* do Tesouro e das Autarquias federais. Em sentido contrário, o saldo negativo do Balanço de Pagamentos, igualmente comum nos últimos anos, vinha atuando com efeitos deflacionários, amortecendo a pressão altista dos preços internos.

Em 1964, as operações financeiras da União representaram, ainda, impacto inflacionário expressivo, absorvendo recursos da ordem de Cr\$ 748 bilhões. A partir de 1965, porém, inverteram-se inteiramente as posições.

De um lado, o resultado satisfatório da execução financeira do Tesouro Nacional e o crescente financiamento, por via não inflacionária, do *deficit* de caixa apurado, fizeram com que o desequilíbrio das contas governamentais deixasse de ser a causa primária das emissões de papel-moeda e, portanto, o principal responsável pela inflação. Assim é que, em 1965, as operações financeiras

ras do Tesouro, a despeito do *deficit* registrado de Cr\$ 588 bilhões, refletiram, em relação ao papel-moeda em circulação, pressão líquida de recursos da ordem de apenas Cr\$ 265 bilhões. Com relação a 1966, as apurações disponíveis indicam que o *deficit* de caixa da União foi em grande parte coberto com a colocação das Obrigações do Tesouro, financiamento êsse que atingiu, no exercício, soma líquida superior a Cr\$ 400 bilhões, já deduzida a parcela de Cr\$ 261 bilhões correspondente a operações específicas (Resolução n.º 21, do Banco Central, unidades federativas etc.). Considerando-se outras fontes de recursos do Orçamento Monetário, verifica-se que o *deficit* da União não contribuiu, em 1966, para a expansão monetária: até novembro, a posição líquida das operações financeiras do Governo Federal mostra, inclusive, que o Tesouro, nos 11 meses, se apresentou como supridor de recursos às Autoridades Monetárias, em cêrca de Cr\$ 47 bilhões.

Em contraposição, resalte-se que, a partir de 1965, as operações ligadas ao comércio com o exterior, em face dos resultados positivos verificados no balanço de pagamentos (*superavit* de US\$ 362 milhões em 1965 e US\$ 152 milhões em 1966), assumiram a liderança como fator de pressão inflacionária, uma vez que o Governo se viu obrigado a adquirir o excesso das divisas das exportações sobre as importações. Conjugado com o financiamento ao café (inclusive compra de excedentes), que deixou saldo líquido negativo de Cr\$ 46 bilhões, o resultado dessas operações, em 1965, absorveu recursos das Autoridades Monetárias no valor de Cr\$ 1.130 bilhões.

Outro fator que, em 1965, concorreu para o elevado índice de expansão monetária foi o relacionado com a execução da política de preços mínimos, que consumiu recursos da ordem de Cr\$ 250 bilhões no citado exercício.

Quanto ao ano de 1966, embora mantida aquela tendência inflacionária das operações cambiais, é de notar que os seus reflexos se fizeram sentir de forma sensivelmente menos intensa, em virtude da melhor posição em relação ao café, que apresentou, até novembro, saldo líquido favorável de Cr\$ 159 bilhões. As operações ligadas à política de sustentação dos preços mínimos apre-

sentaram, também, pressão líquida substancialmente mais baixa (cêrca de Cr\$ 21 bilhões até novembro), em decorrência, principalmente, da venda de importantes contingentes dos estoques acumulados no ano anterior. Houve, do lado das operações de redesconto ao sistema bancário, expansão bem mais expressiva que a experimentada no ano de 1965: entre janeiro e novembro/66, o saldo geral dessas operações registrou aumento da ordem de Cr\$ 177 bilhões, elevado para Cr\$ 224 bilhões quando se excluem as variações relativas a café e «preços mínimos». O resultado do líquido das operações das Autoridades Monetárias com os bancos comerciais, que deixou saldo positivo de Cr\$ 545 bilhões no período janeiro-novembro/65, passou a exercer, em 1966, ação expansionista, absorvendo recursos líquidos no valor de Cr\$ 151 bilhões, o que decorreu, básicamente, do comportamento dos depósitos compulsórios e voluntários dos bancos junto ao Banco do Brasil (Cr\$ 620 bilhões nos 11 meses de 1965 e apenas Cr\$ 26 bilhões no período correspondente de 1966).

Ainda com referência às emissões de papel-moeda no exercício de 1966, cabe ressaltar que o total emitido no mês de dezembro chegou a atingir Cr\$ 388 bilhões, montante que se reduziu posteriormente a Cr\$ 237 bilhões, em face do recolhimento de Cr\$ 151 bilhões realizado nos últimos dias do mês. Esse movimento de retôrno das fortes emissões de dezembro teve prosseguimento no mês de janeiro, que logo registrou nova retirada de papel-moeda em circulação, no montante de Cr\$ 50 bilhões, afora acréscimo de cêrca de Cr\$ 90 bilhões-na Caixa do Banco do Brasil. Vê-se, pois, que as Autoridades Monetárias retomam, ràpidamente, o contrôle da situação monetária, condicionando, em grande medida, à vista das últimas emissões, o comportamento futuro do sistema bancário no sentido da expansão de suas operações ativas.

b) Política de Crédito

Os dados estatísticos disponíveis indicam que os empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado, até novembro de 1966, registraram incremento de apenas 22,3%, ao passo que as aplicações do Banco do Brasil aumentaram em cêrca de 48%. No

conjunto, ocorreu expansão de crédito do sistema bancário ao setor privado no equivalente a 29,6% sobre o saldo de 31-12-65.

Em números absolutos, o aumento global dos empréstimos foi da ordem de Cr\$ 1.638 bilhões, sendo Cr\$ 759 bilhões pelo Banco do Brasil e Cr\$ 879 bilhões pelos bancos comerciais. Dêsse total, cerca de Cr\$ 594 bilhões correspondem a aplicações na lavoura e pecuária, representando expansão de 45% sobre o saldo de 31-12-65. A assistência à indústria foi de Cr\$ 581 bilhões (aumento de 25%), cabendo Cr\$ 281,9 bilhões ao comércio (19%) e Cr\$ 181 bilhões a outras atividades.

Confrontado com a posição de fim de ano em 1965, o total do crédito ao setor privado, em termos reais, apresenta ligeiro decréscimo com base na evolução dos 11 meses de 1966. Esse fato decorre, em parte, do próprio comportamento verificado no exercício anterior, quando ocorreu expansão particularmente elevada de crédito, impondo redução em 1966. Considerando-se o comportamento nos três exercícios — 1964, 1965 e 1966 —, observa-se que o saldo de novembro/66, relativo às operações de empréstimo do sistema bancário ao setor privado, apresenta, em termos reais, melhoria sobre a posição de 31-12-63.

Os depósitos bancários, contrariamente ao que ocorreu em 1964 e 1965, apresentaram expansão bastante moderada no decorrer do período janeiro-novembro/66. Em relação ao Banco do Brasil, os depósitos do público ampliaram-se em cerca de 40%, contra 85% no período correspondente de 1965 e 142% em 1964. No que se refere aos bancos comerciais, o aumento total dos depósitos, nos 11 meses de 1966, não foi além de 8%, sendo que apenas 2% nos depósitos à vista.

Destaque-se, em relação ao sistema bancário, a mudança de comportamento observada, em 1966, quanto aos depósitos a prazo, como primeiro resultado das medidas governamentais no sentido de estimular a formação dêsse tipo de poupança. Assim é que o saldo global dêsses depósitos, entre dezembro de 1965 e novembro de 1966, evoluiu de Cr\$ 247 bilhões para Cr\$ 635 bilhões, ou seja, um crescimento da ordem de 157% no período.

A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Resultados

Segundo a análise realizada, o quadro da economia brasileira, no início de 1964, era de retrocesso econômico, ameaça de hiperinflação, fortes desequilíbrios setoriais e regionais, estrangulamento do balanço de pagamentos. Efetivamente, a tendência dos preços era para elevação acima de 100%, naquele ano. O Produto Interno Bruto (PIB), em 1963, cresceu de apenas 1,6% o que significa queda do produto *per capita* de cerca de 1,4%.

No ano de 1964, mercê do esforço de retomada do desenvolvimento — a despeito do desempenho insatisfatório do início do ano, tanto no setor agrícola como no industrial —, a taxa de crescimento do PIB foi de 3,2%.

O ano de 1965 assistiu a um excelente desempenho do setor agrícola. O setor industrial experimentou recessão em alguns ramos, durante o período de março a junho, associada à reversão de expectativas natural num processo de desinflação. No segundo semestre, verificou-se rápida recuperação, de tal modo que, de julho a dezembro, a produção das indústrias de transformação aumentou de 24%. Não obstante essa intensa recuperação, a queda de produção verificada no primeiro semestre, juntamente com o estado recessivo da indústria de construção civil, não permitiu que para o ano em conjunto a taxa de variação do setor secundário fosse positiva. Em consequência, considerando-se a evolução dos diversos setores em 1965, detém-se um aumento do Produto Interno Bruto de cerca de 4,7%, bem próximo da estimativa preliminar de 5% realizada por alguns órgãos não-oficiais.

A recuperação experimentada pelas indústrias de transformação no segundo semestre de 1965 é demonstrada pelo quadro se-

guinte. Como se verifica, em algumas indústrias o aumento verificado foi superior a 20%, em apenas seis meses.

VOLUME DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO SEGUNDO SEMESTRE DE 1966

Índice: Base - Julho = 100

RAMO INDUSTRIAL	ÍNDICE EM DEZEMBRO
Minerais não-metálicos.....	114,61
Metalúrgica de base.....	119,91
Produtos Metalúrgicos.....	117,76
Madeira.....	95,48
Papel e papelão.....	104,87
Borracha.....	110,52
Couro, peles e produtos similares.....	130,16
Química.....	129,22
Têxtil.....	109,64
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos.....	118,23
Produtos alimentares.....	127,83
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.....	123,66

Fonte: IBRE - FGV

Além disso, existe evidência de que a intensificação do ritmo de produção industrial continuou no primeiro semestre de 1966. É sabido que na indústria automobilística, indústrias mecânicas e elétricas, principalmente, o desempenho de 1966 foi superior ao de anos anteriores.

Para o conjunto da economia brasileira, a evidência estatística disponível não permite, ainda, uma quantificação do produto. Pode-se apenas salientar que, no setor primário, é de esperar uma queda de produção, em decorrência de safras pouco elevadas, notadamente em relação ao café. No setor secundário, a indústria manufatureira, segundo já assinalado, apresentou excelente desempenho no primeiro semestre, conquanto seu ritmo haja arrefecido na segunda parte do ano.

A mineração apresentou resultados satisfatórios. O setor de construção, em tôdas as formas, apresentou indício evidente de recuperação, sendo de ressaltar o impulso recebido pela habitação. A área de infra-estrutura, particularmente em relação a energia elétrica e petróleo, apresentou grande dinamismo. O setor de telecomunicações começou a recuperar-se do longo período de abandono a que foi relegado.

As Diretrizes da Ação Governamental

Temos repetido que o êxito de uma política de desenvolvimento não poderá ser julgado apenas com base no comportamento da taxa de crescimento em períodos curtos, semestres ou anos. Por esse tipo de argumentação de horizonte curto, se chegaria à estranha conclusão de que a política de desenvolvimento teria sido desastrosa em 1947 (quando o produto real só cresceu de 1,8%), mas excelente em 1948 (9,5% de crescimento do produto real); fraca em 1953 (3,2%) mas ótima em 1954 (7,7%); péssima em 1956 (1,9%) mas excelente em 1957 (6,9%).

Ao concentrar a análise em um período curto, a eficácia de uma política de desenvolvimento deve ser avaliada principalmente do ponto de vista da ação governamental no sentido de estimular os fatores de desenvolvimento. E nesse sentido o Programa de Ação Econômica foi altamente positivo.

Antes de tudo, procurou-se dotar a economia brasileira das chamadas *pré-condições para o desenvolvimento*. Tais condições são notadamente a *relativa estabilidade de preços* e as *reformas econômicas e sociais*, já aprovadas ou em curso de execução, como sejam: reforma agrária, tributária, bancária, do mercado de capitais. Sem o controle da inflação e sem a reestruturação das instituições básicas do País (inclusive na área administrativa e estatística), qualquer arrancada para o desenvolvimento é necessariamente temerosa e de fôlego curto.

Em seguida, realizou-se grande esforço no sentido de *fortalecer a empresa privada nacional*. Através dos mais diversos instrumentos, o governo levou-lhe incentivos fiscais, creditícios, cambiais, a fim de permitir-lhe o aumento da produtividade. Desde o início do processo de desinflação, preocupou-se o Governo em assistir o setor privado durante a difícil fase de transição para a relativa estabilidade de preços. Tal compreensão da necessidade de amparar a empresa nacional se manifestou seja pela escolha do tratamento gradualista, seja pela reforma tributária que vem sistematicamente eliminando a tributação de lucros e ganhos fictícios, em todas as suas formas.

Manifestou-se ainda pela preocupação de solucionar-lhe os principais problemas, tanto no tocante ao financiamento de capital de giro como de capital a longo prazo, de fontes nacionais e internacionais. Foi contínua a ação governamental no sentido de criar novos instrumentos ou mesmo instituições financeiras capazes de reaquecer o mercado de capitais para atender às já mencionadas finalidades. É importante assinalar a criação de grande número de FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO já instituídos, e que, de forma dinâmica e desburocratizada, vêm suprindo graves deficiências no tocante ao fornecimento de crédito a médio prazo. Tal é o caso do FINAME (Fundo de Financiamento da Mecânica Pesada), FIPEME (Fundo de Financiamento da Pequena e Média Empresas), FUNDECE (Fundo de Democratização do Capital das Empresas), FINEP (Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos), FUNFERTIL (Fundo de Fertilizantes) etc.

Grande apoio emprestou o Governo não apenas a órgãos de desenvolvimento regional, como a SUDENE, que teve substancialmente aumentados os seus recursos, como a estabelecimentos oficiais de desenvolvimento, notadamente o BNDE e o Banco do Nordeste. Com relação ao BNDE, alcançou, êle, em 1966, o recorde de aprovação de operações em moeda nacional.

Muito se realizou, outrossim, no sentido de proporcionar às empresas nacionais acesso a fontes de crédito internacionais, seja estimulando os chamados empréstimos globais, para redistribuição a empresas privadas por instituições de crédito nacionais, seja oferecendo garantia de instituições oficiais a empresas brasileiras, seja obtendo das instituições financeiras internacionais melhores condições e maior disponibilidade de recursos para projetos nacionais.

A receptividade das empresas brasileiras a tais incentivos tem sido satisfatória, a despeito da natural hesitação de algumas empresas em expandir sua capacidade durante um período de transição. Vale a pena lembrar não apenas o grande número de

propostas que, em volume crescente, vêm sendo recebidas pelos FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO e BANCOS DE DESENVOLVIMENTO, como também significativa expansão do número e valor de projetos aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial, segundo adiante exporemos.

Política de Desenvolvimento Industrial

A atuação do Ministério da Indústria e Comércio, no decorrer do exercício de 1966, teve especial destaque, pois, a par do acentuado aumento de projetos analisados e aprovados — o que reflete a recuperação havida no setor industrial — realizou estudos setoriais da mais alta importância para orientar, de forma harmônica, o crescimento do nosso parque industrial.

Durante o ano de 1966, coerente com a política do Governo Revolucionário de manter constante diálogo com as organizações representativas da iniciativa particular visando acelerar o processo de industrialização do País, a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), aprovou 147 projetos industriais, encaminhados aos diferentes Grupos Executivos que a integram, os quais *perfezaram um valor global de 1 011 bilhões de cruzeiros.*

Os projetos aprovados pelos Grupos Executivos abrangem os setores das indústrias químicas, de tecidos e couros, metalúrgica, mecânicas, automobilística, e de produtos alimentares, cujos investimentos apresentam a seguinte distribuição:

GRUPOS DE INDÚSTRIA	N.º DE PROJETOS	VALOR EM MILHÕES DE CRUZEIROS
1 — Indústrias Químicas.....	16	563.972
2 — Indústrias de Tecidos e Couros.....	19	24.334
3 — Indústria Metalúrgica.....	16	224.900
4 — Indústrias Mecânicas e Automotiva.....	92	171.888
5 — Indústria de Produtos Alimentares.....	4	6.041
TOTAL.....	147	1.011.135

Regionalmente, os projetos aprovados revelam o quadro baixo, no qual o parque industrial de São Paulo mantém enorme preponderância, o que, aliás, seria de esperar:

ESTADOS	N.º DE PROJETOS APROVADOS
São Paulo.....	117
Guanabara.....	7
Bahia.....	5
Rio Grande do Sul.....	8
Rio de Janeiro.....	5
Santa Catarina.....	1
Pernambuco.....	1
Alagoas.....	1
Minas Gerais.....	2
TOTAL.....	147

Dois fatores contribuíram, de forma decisiva, para o aceleração do ritmo de desenvolvimento econômico: a confiança que o Governo soube inspirar ao empresário, de um lado, e a orientação adotada, no sentido de facilitar o acesso aos benefícios concedidos, por meio dos Grupos Executivos, de outro lado.

A Comissão de Desenvolvimento Industrial adquiriu nova e mais dinâmica estruturação. Assim é que, ao lado da intensificação dos trabalhos dos Grupos Executivos, a ela subordinados, o Decreto nº 58.829, de 15 de julho de 1966, dispondo sobre a administração do Fundo de Pesquisas Industriais e Técnicas, criou a Secretaria de Coordenação (SECOR) e o Centro de Pesquisas Industriais e Técnicas (CEPIT).

Alguns Grupos Executivos, face à necessidade de reformulação de seus programas, somente no segundo semestre de 1966 tiveram os seus trabalhos dinamizados. Dentre estes, cabe realçar o Grupo Executivo da Indústria de Produtos Alimentares (GEIPAL), que estudou seis projetos, aprovando quatro deles, destacando-se os ramos industriais da liofilização, da produção de sucos de frutas nacionais, com vistas à exportação desses produtos, além da instalação de matadouros e frigoríficos avícolas, precipuamente destinados à complementação da dieta protéica do povo brasileiro.

Os Grupos Executivos funcionam como órgãos de deliberação coletiva e, portanto, capacitados a sanar os óbices que porventura existam nos projetos ou solicitações apresentados, emprestando-lhes

livre tramitação nesses órgãos, indispensável à rápida execução desses projetos ou solicitações.

A presença dos representantes dos órgãos da administração econômico-financeira nos Grupos torna eficiente o sistema, de vez que dispensa os empresários de solicitarem a aprovação de cada item constante dos projetos aos órgãos governamentais respectivamente competentes, economizando o longo tempo que necessariamente seria dispendido na tramitação dos processos pelos vários setores de cada um dos órgãos competentes.

Além disso, os projetos ou solicitações aprovados nos Grupos, adquirem condições técnicas especiais que os integram no espírito das necessidades quantitativas e qualitativas prioritárias do setor, dada a prerrogativa de suas decisões dependerem de formulação coletiva dos diferentes órgãos e representações de classe reunidos nos Grupos.

Em resumo, procuram os Grupos, dentro das amplas atribuições da Comissão de Desenvolvimento Industrial, contribuir para o progresso e o desenvolvimento de nosso parque industrial, realizando estudos que se estendem dos aspectos técnicos aos econômico-financeiros.

No sentido de neutralizar os obstáculos que se antepõem ao desenvolvimento do parque industrial e fomentar a exportação de produtos de seus diversos setores, e ainda com objetivo de realizar a racionalização dos custos e o aperfeiçoamento tecnológico, vem a Comissão de Desenvolvimento Industrial exigindo das empresas, para a concessão dos incentivos, uma nova filosofia de trabalho, calcada na apresentação de planos e programas demonstrativos da eficiência dos empreendimentos, em benefício dos próprios empreendedores.

Por sua vez, a criação do Fundo de Pesquisas Industriais e Técnicas permitirá à Comissão de Desenvolvimento Industrial orientar a expansão harmônica dos vários setores industriais e fazer a previsão das necessidades de recursos humanos, de matérias-primas e de bens de capital, realçando muito mais o papel dos Grupos Executivos na promoção do desenvolvimento equilibrado das diversas atividades fabris, segundo as conveniências do mercado, suprindo, com recursos capazes, as deficiências que surgirem.

A ação dos Grupos Executivos, sob a coordenação da Comissão de Desenvolvimento Industrial, vem propiciando as condições essenciais de surgimento ou fortalecimento de ramos industriais da mais alta importância, incentivadores, eles próprios, por uma reação em cadeia, de outros variados empreendimentos que vêm contribuindo, marcadamente, para a evolução da estrutura econômica brasileira.

O trabalho da Comissão procura, assim, contemplar não só objetivos imediatos, mas resultados de longo prazo, traduzidos quer no aumento de nível de renda e emprêgo do País, como no equilíbrio do desenvolvimento e bem-estar entre as diferentes regiões do Brasil, formulando prioridades de acôrdo com os critérios específicos, que atendam às necessidades globais e se coadunem com os recursos existentes para a concretização dêsse objetivo, pois só assim, haverá uma disciplinação do emprêgo dos recursos e esforços disponíveis.

Assistência Financeira ao Desenvolvimento

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

A ação promocional do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico manteve consonância com a política econômica do Governo, cujas metas objetivam reduzir o ritmo da inflação, sem prejuízo do crescimento da economia.

Em 1966, com a ampliação das operações de repasse de recursos através de uma vasta rêde de agentes financeiros, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico propiciou o surgimento e a consolidação de um sistema nacional de Bancos de Fomento. Com isto, além de permitir levar sua assistência financeira aos mais distantes rincões do País, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, em cooperação com os bancos regionais e estaduais de desenvolvimento, bem como junto a bancos privados que operam com o FINAME, ensejou um processo de homogeneização de métodos e procedimentos, com vistas ao balanceamento da capacidade de absorção das diversas regiões do País.

No último triênio, a colaboração financeira dispensada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico pode ser resumida na forma do quadro abaixo:

**COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA PELO BANCO NACIONAL
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

A N O S	EM MOEDA NACIONAL (Cr\$ bilhões)		AVAIS (equivalente em US\$ milhões)
	A PREÇOS CORRENTES	A PREÇOS DE 1966	
1964.....	105,6	221,2	2,5
1965.....	367,4	460,3	55,4
1966 (*).....	518,2	518,2	44,3
1962/1966.....	1.136,3	3.601,9	855,3

(*) Dados preliminares

Como se vê, no período 1964-66, o volume das operações em moeda nacional atingiu, em termos absolutos, a cifra de Cr\$ 972,2 bilhões, que, a preços de 1966, equivaleram a Cr\$ 1.199,7 bilhões, superando em 86 % o valor da colaboração financeira registrada no triênio anterior, além de corresponder a mais de 1/3 do montante autorizado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico desde o início de suas operações.

Cabe ressaltar, no conjunto de atividades do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a instituição recente dos diversos Fundos específicos que vieram reforçar a linha de atuação tradicional do Banco como gestor do Fundo de Reparelhamento Econômico. Assim é que, entre 1964 e 1966, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico passou também a administrar os seguintes Fundos especiais :

I — *Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico* — FUNTEC, criado em 1964 pelo próprio Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico com seus recursos normais, destinados principalmente a financiar a realização de cursos de pós-graduação em matérias fundamentais, para elevar o nível de formação universitária, assim como de pesquisas técnico-científicas necessárias para permitir acelerar a absorção adequada das inovações tecnológicas ou propiciar o surgimento de processos próprios ;

II — *Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais* — FINAME, criado pelo Decreto nº 55.275-64, mais tarde transformado em Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), pelo Decreto nº 59.170-66 e que, de acôrdo com o Decreto-lei nº 45, de 21-11-66, passou a constituir-se em subsidiária financeira do BNDE, sob forma de sociedade anônima ;

Inventariado sob o n.º
R. 39836

III — *Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa* — FIPEME, também criado pelo próprio BNDE, em 1965, contando com recursos fornecidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Banco de Reconstrução da República Federal da Alemanha;

IV — *Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas* — FINEP, instituído pelo Decreto nº 55.820-65 e contando, inicialmente, com recursos do BNDE e da AID, do qual o Banco é agente financeiro.

V — *Fundo de Desenvolvimento da Produtividade* — FUNDEPRO, criado em 1966 pelo BNDE, para atender, com recursos próprios, ao financiamento de projetos, objetivando corrigir pontos de estrangulamento na estrutura técnica interna de produção das empresas industriais.

O quadro seguinte especifica as diversas modalidades de colaboração financeira propiciada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

MODALIDADES	COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA PELO BNDE		
	1964	1965	1966 (1)
I — OPERAÇÕES EM MOEDA NACIONAL			
(Cr\$ bilhões a preços de 1966).....	221,2	460,3	518,2
A — À CONTA DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO.....	92,3	318,9	387,8
— Empréstimos convencionais.....	35,0	25,0	138,4
— Participação societária e "underwriting".....	53,6	280,0	240,6
— Inversões de empresas seguradoras.....	3,4	4,0	5,1
— FUNTEC.....	0,3	1,3	3,6
— FUNDEPRO.....	—	—	0,2
— Repasse a bancos de desenvolvimento.....	—	8,6	—
B — À CONTA DE FUNDOS ESPECÍFICOS.....	128,9	(2) 141,4	130,4
— Acórdos AID/BNDE.....	23,2	44,0	1,8
— FUNAI.....	105,7	12,6	—
— FINAME (*).....	—	64,0	67,2
— FIPEME (*).....	—	20,4	60,5
— Repasse de créditos externos.....	—	10,2	—
— FINEP.....	—	0,2	0,9
II — OPERAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA			
(Equiv. em US\$ milhões).....	2,5	55,4	44,3

(1) Dados sujeitos a revisão

(2) Inclui Cr\$ 7,0 bilhões de repasse a Bancos de Desenvolvimento.

(*) Inclusive repasses a agentes financeiros.

Setorialmente, ou seja, segundo as atividades beneficiadas com o apoio financeiro do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a colaboração aprovada, no período 1964-1966, distribuiu-se como segue:

SETORES BENEFICIADOS	COLABORAÇÃO FINANCEIRA APROVADA PELO BNDE		
	1964	1965	1966 (*)
I — OPERAÇÕES EM MOEDA NACIONAL			
(Cr\$ bilhões, preços de 1966).....	221,2	460,3	318,2
Transportes e comunicações.....	—	—	—
Energia elétrica.....	45,4	5,2	64,3
INDÚSTRIAS BÁSICAS.....	174,3	351,2	318,0
Siderurgia.....	158,1	313,4	242,0
Outras Indústrias.....	16,2	37,8	76,0
Agricultura e setores complementares.....	1,2	2,2	3,6
Aquisição e venda de equipamentos industriais (FINAME).....	—	54,0	67,2
Pequena e média indústrias (FIPEME).....	—	20,4	60,6
Estudo de projetos e programas (FINEP).....	—	0,2	0,9
Fusão e Pesquisas (FUNTEC).....	0,3	1,3	3,6
Produtividade.....	—	—	0,2
Repasse a bancos de desenvolvimento.....	—	15,6	—
Repasse a CAPES.....	—	10,2	—
II — OPERAÇÕES DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA			
(Equivalente em US\$ milhões).....	2,5	55,4	44,3
Transporte.....	—	12,7	26,6
Energia elétrica.....	2,1	2,4	2,1
INDÚSTRIAS BÁSICAS.....	0,4	40,3	15,6
Siderurgia.....	—	39,0	2,2
Outras Indústrias.....	0,4	1,3	15,4
Agricultura e setores complementares.....	—	—	—

(*) Dados preliminares.

Não obstante o fato de que os empreendimentos siderúrgicos, por suas características, continuem absorvendo o maior volume da colaboração aprovada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, é importante registrar o aumento generalizado em relação aos demais setores, de acordo com a política de diversificação de aplicações que vem sendo seguida pelo órgão.

Nesse particular, cabe destacar que, em 1966, foi duplicado o valor de autorizações para outras indústrias, cujo montante, se adicionado ao das operações autorizadas em favor da indústria

de pequeno e de médio porte, através do FIPEME, assume particular realce, correspondendo, no conjunto, a cerca de 26,3% do total aprovado no referido exercício, contra apenas 12,6% no ano anterior.

Fundos de Financiamento

Além dos Fundos de Financiamento agregados ao BNDE, e já comentados, cabe mencionar aqueles centralizados no Banco Central, no Fundo Geral para a Agricultura e Indústria — FUNAGRI.

O Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), que visa proporcionar recursos de capital de giro às empresas industriais que se proponham a elevar seus índices de produção e produtividade, aplicou em 1966 a importância de 47 bilhões de cruzeiros. As aplicações acumuladas desde sua criação se elevaram a 75 bilhões de cruzeiros.

O Fundo atendeu a um grande número de empresas dos mais diferentes ramos de atividade e se constituiu num valioso instrumento de financiamento de capital de giro das empresas.

O Fundo Nacional de Refinanciamento Rural, que se destina a prestar assistência financeira à Agricultura, para aumentar sua produção e melhorar sua produtividade, ampliou, consideravelmente, suas aplicações em 1966. O quadro abaixo nos mostra, com exatidão, a extensão das operações deste Fundo.

Fundo Nacional de Refinanciamento Rural

Saldo em fins de ano
(Cr\$ bilhões)

SETOR	1965	1966
Rural	18,1	91,1
Fertilizantes	15,5	52,6
TOTAL	33,6	143,7

Tomando-se por base a variação de saldos em fins de ano, o Fundo praticamente triplicou o volume de suas operações no ano de 1966. A importância que este Fundo vem representando para a Agricultura brasileira permite antever uma ampliação considerável de seus recursos nos anos próximos.

O Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL é o mais recente dos Fundos criados por este Governo. Foi criado pelo Decreto nº 58.193, de 14-4-66, com o objetivo de conceder estímulos financeiros diretamente aos produtores rurais que apliquem adubos na formação de suas pastagens e lavouras de gêneros alimentícios essenciais e que utilizem suplementos minerais na alimentação de seus rebanhos.

Para atender estes objetivos o Fundo conta com recursos de origem interna e externa. As operações do FUNFERTIL, que são realizadas através de seus agentes financeiros, poderiam assumir várias modalidades. Até o momento, a forma efetiva de estímulo adotada consiste na absorção das despesas bancárias relativas ao custo de financiamento das vendas dos distribuidores de adubos. Estima-se que tal procedimento tenha reduzido o preço do adubo, para o agricultor em cerca de 30 a 35%.

No ano de 1966 o montante do subsídio concedido elevou-se a 2,9 bilhões de cruzeiros. Prevêem-se grandes possibilidades de ampliação da escala de operações deste Fundo que, em curto prazo, já apresentou excelentes resultados.

Banco do Brasil

A reforma bancária, introduzida pela Lei nº 4.595, de 31-12-64, preservou a posição de destaque do Banco do Brasil dentro do sistema financeiro nacional, mantendo a sua condição de agente financeiro do Tesouro Nacional e definindo-o expressamente como o principal instrumento da política creditícia do Governo Federal.

Em seus grandes grupos as aplicações do Banco do Brasil apresentaram no período de 1964 a 1966, de acordo com os seus balancetes, a seguinte evolução:

EMPRÉSTIMOS

SALDOS EM FIM DE PERÍODO

Cr\$ bilhões

A N O S	TOTAL	ENTIDADES	BANCOS	SETOR
		PÚBLICAS		PRIVADO
1964.....	5 284	1 994	7	1 283
1965.....	4 530	2 535	1	1 844
1966 (nov.).....	6 220	3 716	1	2 603

Observa-se, assim, uma expansão geral de 42% no saldo dos empréstimos no ano de 1966 (até novembro), contra cerca de 33% no período correspondente de 1965. No mesmo período correspondeu acréscimo da ordem de 36% nos empréstimos ao setor privado.

Os empréstimos concedidos pela Carteira de Crédito Geral (CREGE), até novembro de 1966, revelam crescimento de 40% sobre o saldo de 31-12-65, verificando-se que na Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) a ampliação dos financiamentos atingiu 30%.

No que se refere à Carteira de Crédito Geral (CREGE), o acréscimo dos empréstimos, em termos absolutos, foi de Cr\$ 1.577 bilhões nos 11 meses de 1966, sendo Cr\$ 1.232 bilhões para o setor público. A ampliação da assistência às atividades econômicas atingiu, no referido período, o montante de Cr\$ 345 bilhões, sendo Cr\$ 49 bilhões para o comércio, Cr\$ 185 bilhões para a indústria, Cr\$ 86 bilhões para a lavoura e a pecuária, e Cr\$ 25 bilhões para as demais operações, conforme se vê do quadro abaixo:

EMPRÉSTIMOS

CARTEIRA DE CRÉDITO GERAL

Saldo em fim de período — Cr\$ bilhões

ANOS	TOTAL	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	LAVOURA	PECUÁRIA	OUTRAS
1964.....	674	180	345	128	17	4
1965.....	870	231	468	131	33	7
1966 (nov.)..	1 215	280	653	200	60	32

Sobre a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), cabe destacar a assistência propiciada à lavoura e à pecuária, cujos financiamentos se expandiram 29% em 1965 e nos 11 meses de 1966 se elevaram em Cr\$ 291 bilhões, representando aumento de 56% sobre o saldo de fim de ano anterior.

EMPRÉSTIMOS

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL

Saldo em fim de período — Cr\$ bilhões

ANOS	TOTAL	LAVOURA	PECUÁRIA	INDÚSTRIA	POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS	OUTRAS
1964.....	607	351	87	95	16	58
1965.....	971	411	107	114	244	95
1966 (nov.)..	1 262	605	206	170	149	134

A «Política de Preços Mínimos» — que em 1965 absorveu recursos em montante superior a Cr\$ 250 bilhões —, em 1966, não representou impacto de caráter inflacionário. As dotações foram reajustadas, o que implicou numa redução de cerca de Cr\$ 22 bilhões no conjunto das operações dessa espécie (CREAI e CREGE).

Banco do Nordeste do Brasil

A política oficial de distribuição de renda em favor do Nordeste, consubstanciada, principalmente, nas Leis nºs 1.649-51, 3.995-61 e 4.239-63, permitiu um extraordinário crescimento de recursos para o Banco do Nordeste. Nos últimos 3 anos estes recursos cresceram de 100,4 bilhões em 1964 para 295,6 bilhões em 1965 e atingiram 497,5 bilhões em 1966. Em termos relativos estes acréscimos montaram a 194% em 1965 e 68% em 1966.

Ocupa posição de destaque, na composição dos recursos globais do Banco, o montante relativo ao «Depósito Obrigatório do Tesouro Nacional», previsto no art. 6º da Lei nº 1.649-51, com o qual conta para o programa de crédito especializado em empréstimos a médio e longo prazo e empréstimos a curto prazo — crédito geral — nas proporções de 70% e 30%, respectivamente.

Os depósitos efetuados em decorrência do disposto nos arts. 34, da Lei nº 3.995-61, e 18, da Lei nº 4.239-63, constituem outra fonte de recursos de crescente significação tanto para o Banco como para a região. Até que sejam carreados para investimentos na indústria e na agricultura regionais, tais depósitos são utilizados no suprimento de capital de trabalho às empresas que operam na área.

São também relevantes os recursos obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para empréstimos com finalidades específicas. Até agora, o Banco do Nordeste firmou três contratos com o BID, sendo um para repasse à indústria regional (financiamento para importação de equipamentos não produzidos no País), outro para financiamento de serviços básicos a Estados e Municípios e o último, de caráter puramente social, para financiamento de habitações populares.

As aplicações globais do Banco do Nordeste cresceram de Cr\$ 158 bilhões em 1965 para Cr\$ 268 bilhões em 1966, o que corresponde a um acréscimo de 109 bilhões em valor absoluto e 69% em termos relativos. Este acréscimo de financiamento se desdobrou em Cr\$ 80,5 bilhões para operações de crédito especializado e Cr\$ 29,4 bilhões para operações de crédito geral.

As aplicações do Banco do Nordeste processam-se, basicamente, através de duas linhas de crédito: o especializado, concedido a médio e longo prazos, e o geral, de pronta liquidez.

Até 5-11-66, o investimento total comprometido nas operações de crédito especializado, em moeda nacional, ascendia a Cr\$ 214 bilhões, sendo Cr\$ 98 bilhões já contratados e Cr\$ 116 bilhões em fase de contratação. Essas inversões, que incluem os recursos oriundos do BID, num total de US\$ 6.248.325, ensejaram a criação de cerca de 3.200 novas oportunidades de emprêgo direto na região.

Banco da Amazônia

Quatro leis básicas foram propostas ao Congresso Nacional, durante o ano de 1966, visando à reformulação completa da ação do Governo Federal na Região Amazônica. Ao terminar o ano,

três haviam sido aprovadas e sancionadas, encontrando-se em pleno vigor:

a) Lei nº 5.122, de 28-9-66, que transformou o Banco da Amazônia S. A.;

b) Lei nº 5.173, de 27-10-66, que extinguiu a SPVEA e criou a SUDAM;

c) Lei nº 5.174, de 27-10-66, que concede favores fiscais à Amazônia;

d) Lei nº 5.227, de 18-1-67, que reformula a Política Econômica da Borracha.

Dentro da nova política de desenvolvimento da área, sob a égide da SUDAM, assumiu o Banco da Amazônia a importante função de agente financeiro da Superintendência. A êle cabe a missão de suporte ao setor privado da economia regional, concedendo os créditos indispensáveis à realização dos projetos, e a função de depositário dos recursos oriundos das deduções do imposto de renda, pelas pessoas jurídicas, em benefício da Amazônia. Neste particular, o Banco divide com a SUDAM a atribuição da análise e decisão final sobre a aplicação do valor dessas deduções nos projetos de interesse para o desenvolvimento da Região.

Entre janeiro e setembro, os créditos concedidos pelo Banco, nas diversas modalidades, ultrapassaram o montante de Cr\$ 104 bilhões, contra menos de Cr\$ 64 bilhões no ano de 1965. No último trimestre de 1966, essa expansão continuou.

Cumprir destacar, ainda, o impulso que tomaram as aplicações dos depósitos oriundos do imposto de renda deduzido pelas pessoas jurídicas, ainda ao abrigo da legislação anterior (Lei nº 4.216, de 1963). Enquanto em 1965 o total liberado girava em torno de um bilhão de cruzeiros, em 1966 essas liberações foram além dos 10 bilhões.

Banco Nacional de Crédito Cooperativo

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que se caracterizava por essa escassez crônica de recursos experimentou, nos últimos três anos, notável expansão.

Esta expansão pode ser aferida pela análise das taxas anuais de crescimento de suas aplicações. Estas cresceram de 4,3 bilhões de cruzeiros em 1963, para 15,3 bilhões em 1964, 48 bilhões em 1965 e aproximadamente 73 bilhões em 1966. Estes valores significaram taxas de crescimento de 255,8% em 1964, 213,7% em 1965 e 52,1% em 1966.

Consciente do importante papel que o Banco desempenha como principal financiador das Cooperativas, o Governo reestruturou-o em 1966. Essa reestruturação, realizada por meio do Decreto-lei nº 60, de 21-11-1966, transforma o Banco Nacional de Crédito Cooperativo em Sociedade Anônima, e coloca à sua disposição um fluxo permanente de recursos através do recolhimento da taxa de cooperação criada no mesmo decreto.

Espera-se, assim, que os anos próximos, especialmente o ano de 1967 consolide a posição financeira deste importante estabelecimento de crédito e lhe abra amplas perspectivas de desenvolvimento.

Caixas Econômicas

O panorama econômico-financeiro das Caixas Econômicas Federais, em 1963, era sombrio. Dez destas instituições apresentavam-se em situação difícil. O Governo empreendeu, pois, enérgico esforço de recuperação destas entidades e seu esforço foi coroado de êxito. Já em 1965 somente duas Caixas Federais, de pequeno significado, não haviam sido totalmente recuperadas.

Em 1965, o total dos depósitos das Caixas Econômicas Federais elevava-se a Cr\$ 489,187 milhões, o que representava 23% do meio circulante em 31-12-65 (Cr\$ 2.174.781 milhões). O saldo dos empréstimos elevou-se a Cr\$ 272.439 milhões, ou 56% dos depósitos. Há a ressaltar, ainda, quanto às operações ativas, as vultosas aquisições de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

O resultado do exercício de 1965 foi um *superavit* de Cr\$ 22,1 bilhões, contra apenas Cr\$ 580 milhões em 1964.

Ainda não é possível apreciar, com números definitivos, a ação das Caixas Econômicas em 1966, uma vez que o prazo para o levantamento dos balanços termina a 30 de janeiro de 1967. As perspectivas, entretanto, são de que as quatro maiores Caixas — Rio, São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul — deverão apresentar um *superavit* mínimo de Cr\$ 60 bilhões. Estima-se, também, que as Caixas Econômicas deverão triplicar o saldo positivo em 1965, e que os depósitos ultrapassarão a cifra de 600 bilhões de cruzeiros em 31-12-1966.

O Programa de Investimentos Públicos

O Programa de Investimentos Públicos inclui todos os investimentos realizados com recursos administrados pelo Governo Federal, aplicados pelo Setor Público Federal, transferidos aos Setores Públicos Estaduais e Municipais ou para o Setor Privado.

Além dos recursos oriundos do Orçamento Central, são considerados os Fundos Extra-Orçamentários, os Recursos Próprios das Autarquias e Empresas de Economia Mista e os Recursos Internacionais.

Para se avaliar a importância dessas diversas origens, teremos, para o Programa de 1966 e 1965:

Fontes	1966	1965
Orçamento	30%	27%
Fundos Especiais	26%	24%
Recursos Próprios	26%	41%
Recursos Externos	18%	8%
	<hr/>	<hr/>
	100%	100%
	<hr/>	<hr/>

Para se analisar a participação do Setor Privado nesse conceito de Investimentos Públicos, temos:

	Execução 1965	Programa 1966
% Setor Público	89	90
% Setor Privado	11	10
	<hr/>	<hr/>
	100	100
	<hr/>	<hr/>

Os quadros abaixo indicam a execução dos Investimentos Públicos administrados pelo Governo Federal, dentro da definição deste documento.

Apesar dos cortes de despesas realizados no Orçamento de 1964, e a fase de transição por que passou a administração federal no ano, conseguiu-se obter um razoável volume de despesas de capital que, somando Cr\$ 1.930 bilhões, representou 10,3 % do PIB, principalmente devido ao desembolso dos órgãos descentralizados que tinham importantes projetos já em andamento. Apesar de o fluxo de recursos em 1965 ter sido, em termos reais, 27 % superior às aplicações de 1964, a fase de reorganização e institucionalização por que passou a administração federal, fez com que as aplicações tivessem sido superiores em 6 % às de 1964, em termos reais.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS

(A PREÇOS DE 1966)

(Em bilhões de cruzeiros)

SETORES	APLICAÇÃO ESTIMADA		ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO
	1964	1965	1966
Administração e Defesa.....	172	194	278
Energia.....	416	663	646
Petróleo.....	347	372	404
Transporte Marítimo e Portos.....	108	116	173
Rodovias.....	178	393	342
Ferrovias.....	147	217	252
Transporte Aéreo.....	20	42	36
Agricultura.....	135	108	138
Indústria e Mineração.....	625	109	690
Educação.....	149	219	129
Saúde e Saneamento.....	174	148	167
Habituação.....	47	92	63
Valorização Regional.....	218	119	160
Assistência e Previdência Social.....	74	58	40
Comunicações.....	14	16	23
TOTAL.....	2.824	3.464	3.531

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS

(PREÇOS CORRENTES)

(Em bilhões de cruzeiros)

SETORES	APLICAÇÃO ESTIMADA		ESTIMATIVA DE EXECUÇÃO
	1964	1965	1966
Administração e Defesa.....	84	144	278
Energia.....	204	491	646
Petróleo.....	170	276	404
Transporte Marítimo e Portos.....	53	85	173
Rodovias.....	87	291	342
Ferrovias.....	72	161	252
Transporte Aéreo.....	10	31	36
Agricultura.....	66	80	138
Indústria e Mineração.....	306	525	690
Educação.....	73	162	129
Saúde e Saneamento.....	85	110	167
Habitacão.....	23	68	63
Valorização Regional.....	107	88	150
Assistência e Previdência Social.....	36	43	40
Comunicações.....	7	11	23
TOTAL.....	1.383	2.566	3.531

Observação: Foram considerados os totais de recursos externos.

Cabe salientar que o Governo demonstrou preocupação com a consolidação da infra-estrutura econômica do País, seja no tocante a Energia Elétrica, Petróleo, Carvão, como a Transporte e Comunicações. Os programas de Energia Elétrica, Petróleo e Rodovias, particularmente, que antes da Revolução se encontravam em deterioração, receberam grande apoio financeiro, diretamente e através da reorganização e fortalecimento das empresas responsáveis pela sua execução, públicas e privadas. As entidades de transportes, na área de portos, marinha mercante e ferrovias, vêm sendo recuperadas, dentro de uma programação destinada a reduzir-lhes progressivamente o *deficit* e aumentar-lhes a eficiência operacional. Notadamente no tocante aos portos, medidas extremamente corajosas vêm sendo adotadas, como etapas indispensáveis à recuperação e expansão do nosso transporte marítimo. Na área de comunicações, os problemas de correios, telefones urbanos e telecomunicações têm soluções já em fase de estudos ou execução.

Indispensável é reconhecer, todavia, que esse esforço de consolidação da infra-estrutura deve ser acentuado nos próximos

anos. Daí a importância da programação decenal, econômica, técnica e financeira que se vem realizando, destinada a dotar todos aqueles setores — Energia, Transportes e Comunicações — de Planos Diretores capazes de orientar a ação governamental. Trata-se de programas objetivos apoiados em projetos específicos para sua execução adequada.

Finalmente, resta salientar que todo esse esforço de ação governamental integrada estêve ligado à introdução do *princípio do planejamento e coordenação econômica*, nas fases de elaboração, execução e controle de execução dos programas governamentais. Essa diretriz de planejamento e coordenação não é trabalho de um órgão, mas de todo o mecanismo da administração federal.

A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Coordenação da Ação Regional

O Ministério de Coordenação de Organismos Regionais, criado pela Lei nº 4.344, de 21-6-64, objetivou promover a coordenação de diversos organismos até então subordinados diretamente à Presidência da República. Visou esta medida descentralizar um conjunto de atribuições deferidas à Presidência e assim, melhorar a operacionalidade do sistema, objetivando a coordenação da ação dos ministérios setoriais, da administração centralizada e descentralizada.

Como conseqüência da operação, no triênio 64-66 verificou-se a necessidade de institucionalização permanente do MECOR em Ministério do Interior e Desenvolvimento Regional, como consta hoje na Reforma Administrativa.

Desempenhou o MECOR, no triênio, serviços de relevância como entidade de coordenação nos casos de calamidade pública. Nas chuvas de janeiro de 1966, na região Guanabara/Rio de Janeiro, nas sêcas do Nordeste, atuou dentro de suas limitações de órgão em organização de maneira ativa.

Na exploração do caminhamento da rodovia Bananal/Cachimbo/Manaus, procurou penetrar o grande vazio Amazônico

a fim de oferecer novas regiões para instalação de contingentes demográficos e abertura de oportunidades econômicas.

Na promoção do desenvolvimento Regional, foi o MECOR o patrocinador da Operação Amazônia, que teve seu ponto alto na Reunião de Investidores para o Desenvolvimento da Amazônia, em dezembro de 1966. Nesta Reunião, se instalou um verdadeiro seminário de debates sobre desenvolvimento econômico e concomitantemente, uma bolsa de compromissos de investidores privados do País em aplicar recursos na região.

Encontros na área da SUDENE também foram organizados, com a mesma finalidade.

Com relação à SPVERFSP (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País) o MECOR vem promovendo a reorganização e reestruturação desse órgão a fim de dinamizar o desenvolvimento regional.

Desenvolvimento do Nordeste

Ação Coordenadora da SUDENE

Durante o triênio 1964/66 o Governo Federal alcançou o objetivo de corrigir as deficiências da SUDENE na sua importante tarefa de coordenação dos investimentos públicos federais programados para a área nordestina.

Com as medidas adotadas pelo Governo, a SUDENE pôde efetivamente coordenar a programação regional, conseguindo que cada órgão atuante na área fixasse suas prioridades em função do Plano Regional de Desenvolvimento Econômico-Social do Nordeste.

Administração de Incentivos e Orientação ao Setor Privado

A atuação do Governo Federal na administração de incentivos e orientação do setor privado, permite-nos prever excelentes perspectivas para o futuro da economia nordestina.

A assistência da SUDENE ao setor privado e o aperfeiçoamento do mecanismo de incentivos fiscais, consagrados nos ar-

tigos 34/18 dos dois primeiros planos diretores, permitiu carrear para o Nordeste 471 bilhões de cruzeiros até 1966, dando, por outro lado, origem a projetos e outras solicitações de fundos da ordem de 609 bilhões de cruzeiros.

Portanto, julgamos ser lícito esperar que o objetivo de manter para os próximos anos o mesmo dinamismo do setor privado, observado no triênio passado, será plenamente coroado de êxito.

Atividades da SUDENE no Exercício de 1965

Durante o exercício de 1965 a SUDENE aplicou 73,9 bilhões de cruzeiros, sendo 22% aplicados diretamente e 78% através de Convênios.

No campo da assistência internacional, obteve a SUDENE comprometimento de recursos da ordem de 6,4 bilhões de cruzeiros e de 13,6 milhões de dólares em convênios com a USAID e BID.

Plano Diretor em Execução

Para 1966, ano em que se iniciou a execução do III Plano Diretor da SUDENE, todos os esforços foram dirigidos para que se cumprissem os investimentos programados.

Para o biênio seguinte a SUDENE deverá investir 248,7 e 347,4 bilhões de cruzeiros respectivamente nos anos de 1967 e 1968.

Neste Plano, embora a maior parcela de investimentos ainda esteja destinada ao setor de infra-estrutura, deu-se ênfase especial ao capítulo referente aos recursos humanos, implementando-se medidas para solucionar o grave problema de desemprego na região nordestina.

Incentivos Fiscais do Nordeste

O comportamento da SUDENE nesse particular pode ser definido a partir de duas grandes linhas de ação que, em síntese, abrangem:

a) a administração de incentivos previstos na legislação básica e diretora do órgão, com que se tem subsidiado projetos industriais privados — em sua quase absoluta totalidade — mediante colaboração financeira, ou concessão de isenções de naturezas fiscal e cambial;

b) a preparação e o funcionamento de um suporte técnico — inclusive com a colaboração de órgãos estaduais de planejamento na Região, e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), através do ETENE — que contempla o planejamento industrial do Nordeste, com vistas ao estabelecimento de políticas de prioridade, à definição de oportunidades industriais e à execução de programas de pesquisa e análise globais e setoriais sobre a indústria nordestina.

De forma supletiva, a SUDENE tem procurado também facilitar a criação de indústrias básicas, de caráter germinativo, longo período de maturação e tecnologia complexa, de que se constitui exemplo o aproveitamento de gases de petróleo, na região do Recôncavo, e a implantação da Usina Siderúrgica da Bahia S.A. — USIBA, em fase adiantada de projetamento, na qual se exige cooperação e participação mais efetiva do Poder Público.

Dentro deste quadro, verifica-se que a experiência da SUDENE, sob a égide dos dispositivos legais instituídos, inicialmente, com a sua criação, através da Lei nº 3.692-59, e, posteriormente, ampliados nos I e II Planos Diretores — Leis nºs 3.995-61 e 4.239-63 — confirma a hipótese de que a criação de incentivos e a sua correta administração permitem atrair investimentos privados para o Nordeste em nível capaz de influir positivamente para elevação da renda e do emprego na Região. Assim é que a posição relativa no Nordeste nos investimentos industriais do País tem aumentado e a SUDENE vem sendo crescentemente chamada a se pronunciar sobre projetos industriais que lhe são apresentados, abrangendo investimentos destinados à modernização e/ou ampliação de indústrias existentes e instalações de novas unidades industriais.

Não se poderá afirmar, entretanto, que o desencadeamento do processo de promoção industrial, com a presença de favores governamentais, no Nordeste, teria alcançado uma fase em que o seu prosseguimento se manifestaria doravante de forma cada vez mais independente com o progressivo afastamento dos subsídios governamentais.

Deve-se ter presente que, se de um lado, a ação governamental tem contribuído para a afirmação de um comportamento novo e gerador de um clima propício a substanciais investimentos na Região, de outro lado persistem as causas que enfraquecem a estrutura econômica do Nordeste e que em última instância se fazem sentir pela pressão dos excedentes de mão-de-obra não ocupada.

Tendo em vista estas razões, a ação da SUDENE deve traduzir sentimento de que é necessário garantir a continuidade da política de incentivos aos investimentos privados no Nordeste, que representem iniciativas economicamente viáveis.

Presentemente os incentivos propiciados pelo Governo no âmbito regional abrangem as seguintes facilidades:

a) atribuição de isenção de imposto de renda às indústrias em operação, inclusive para reavaliação de ativos, com as limitações do artigo 17, da Lei nº 239-63;

b) atribuição de isenção aduaneira para importação de equipamentos novos, que não possam ser produzidos no País;

c) atribuição de colaboração financeira:

— através de dispositivo estabelecido no Artigo 34, do I Plano Diretor e revigorado no Artigo 18 do II Plano Diretor, pelo qual é permitido às pessoas jurídicas de todo o País aplicarem em indústrias aprovadas pela SUDENE até 50% do imposto de renda e adicionais não restituíveis devidos, sempre que uma parcela equivalente de recursos privados seja também aplicada em contrapartida.

Outros favores de menor importância completam essa política executada sob rigorosos controles técnicos e financeiros e orientada por critérios de prioridade simples e objetivos.

Uma visão do quadro de projetos até agora aprovados pela SUDENE deixa bem claro três pontos, de marcante importância para a caracterização de aspectos positivos da política de industrialização, através dos mecanismos de incentivos que o órgão vem administrando, quais sejam:

a) a diversificação, quando a natureza dos projetos retrata campos surpreendentemente novos, como a produção da borracha sintética, geladeiras, veículos (utilitários e ônibus), soda cáustica, tubos plásticos, fogões, brocas, negro-de-fumo, octanol, rádios, fósforos, tornos, fios e cabos elétricos, tintas e vernizes, pilhas, leite em pó, enidrido ftálico, eletrodos de grafita, e uma enorme variedade de outros bens, dão uma boa imagem das novas oportunidades de investimento que se vem identificando na Região — mormente quando se recorda o antigo açanhamento da estrutura do seu produto industrial, onde apenas os ramos têxtil, químico e farmacêutico (notadamente óleos vegetais), e produtos alimentares (principalmente açúcar), representavam 72% do valor da transformação industrial, consoante dados de 1962;

b) o dinamismo alcançado pela movimentação de investimentos, configurado no interesse crescente pela Região, haja vista a progressividade do número de propostas aprovadas pela SUDENE, ou já submetida à sua análise, expressando as posições alinhadas a seguir:

A N O S	INVESTIMENTOS SUBMETIDOS À SUDENE	
	QUANTIDADE	VALOR EM Cr\$ BILHÕES (1)
1960/62.....	112	33
1963/65.....	286	308,7
1966/jun.....	75	139,5
	58 (2)	381,4

(1) Preços históricos. (2) Em análise

Paralelamente, crescem, da mesma forma, os contatos, a nível técnico, de empresários com a SUDENE, mediante manifestações formais que permitem a catalogação de um sem número de oportunidades de investimentos, já identificados através de 76 consultas, em 1965, e 136, de janeiro a junho de 1966, com uma estimativa de investimentos da ordem de Cr\$ 388 bilhões.

c) o comprometimento de recursos derivados dos Artigos 34/18 põe em evidência o fato de que existem, no Nordeste, projetos industriais de viabilidade comprovada, em quantidade suficiente para absorver os recursos que, pelo dispositivo dos Artigos 34/18, são carreados para a Região, anualmente, desde 1962, pelas pessoas jurídicas de todo o País.

Atividades do Banco do Nordeste

Até 5 de novembro do exercício passado, somente os recursos para investimento comprometidos nas operações de crédito especializado do Banco do Nordeste ascenderam a 214 bilhões de cruzeiros, sendo 98 bilhões já contratados e 116 bilhões em fase de contratação.

Essas inversões incluíram, ainda, recursos oriundos do BID, num total de 6,2 milhões de dólares e ensejaram a criação de cerca de 3.200 novas oportunidades de emprêgo na região.

No tocante aos recursos dos incentivos fiscais, estima-se em 250 bilhões de cruzeiros os depósitos efetuados no BNB.

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

A atuação do DNOCS na área nordestina, nos últimos 3 anos, tem-se dirigido principalmente para os setores de abastecimento d'água, esgotos sanitários, saneamento geral, barragens de finalidades múltiplas (hidrelétrica, piscicultura, abastecimento d'água, etc.).

Para a execução desses programas, o DNOCS investiu 30 bilhões de cruzeiros em 1964, dobrou esses investimentos em 1965 e ultrapassou 80 bilhões em 1966.

Desenvolvimento da Amazônia

Operação Amazônia

No campo regional, dentre os assuntos aos quais foi deferida elevada prioridade, destaca-se a reorganização do sistema de planejamento e desenvolvimento da Região Amazônica.

Para alcançar êsse objetivo o Governo Federal encetou a Operação Amazônia que, institucionalmente, se assentou nas seguintes Leis:

1ª) Lei 5.122, de 28-9-66, que transformou o Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S. A. — BASA.

2ª) Lei 5.173, de 27-10-66, que simultâneamente criou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, o Fundo de Investimento para o Desenvolvimento da Amazônia — FIDAM, e aprovou as diretrizes gerais do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

3ª) Lei 5.174, de 27-10-66, que ampliou e consolidou os favores fiscais concedidos à Amazônia.

4ª) Lei 5.227, de 18-1-67, que reformulou a política econômica da borracha.

Como se verifica, essa mobilização para o desenvolvimento da área amazônica alicerçou-se numa nova concepção de diretrizes econômico-sociais, na promoção de incentivos do setor privado e na montagem de uma infra-estrutura administrativa e financeira, flexível e adaptada às peculiaridades da região.

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

A necessidade de um órgão de Planejamento Regional capaz de comandar o processo de desenvolvimento da área amazônica e a impossibilidade de reestruturar a SPVEA, já com sua estrutura completamente distorcida de seu objetivo inicial, levou o Governo Federal, através da Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966, a extinguir aquela entidade e simultâneamente criar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM.

Ainda, através dessa Lei, aprovou-se a Estrutura do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e criou-se o Fundo de Investimento para o Desenvolvimento da Amazônia — FIDAM, que absorverá os recursos resultantes das isenções, que não tenham sido aplicados, esgotados os prazos legais para sua utilização e, conseqüentemente, mantendo totalmente na área os recursos oriundos dos referidos incentivos.

No período 1964/1966, a SPVEA conseguiu mobilizar recursos para a formação de capital na região que, a preços de 1966, corresponderam às cifras abaixo especificadas:

RECURSOS MOBILIZADOS PELA SPVEA PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL

(Cr\$ Milhões de 1966)

A N O S	RECURSOS DA SPVEA	RECURSOS DO SETOR PRIVADO CAPITAL PRÓPRIO E INCENTIVOS FISCAIS	FINANCIAMENTOS LONGO PRAZO	TOTAL
1964.....	38.738	14.057	13.407	65.202
1965.....	27.992	39.269	10.495	77.747
1966.....	26.462	101.955	18.701	147.118

Incentivos Fiscais na Amazônia

A área amazônica deve à política de incentivos fiscais, principalmente a extensão a seu território das isenções do Imposto de Renda e Adicionais, a transformação por que vem passando sua economia, o que permitirá em breve sua integração no processo de desenvolvimento nacional.

Importantes empresas, situadas no Sul do País, vêm demonstrando de forma efetiva o seu interesse em investir naquela região.

Sob o estímulo da legislação específica, Lei n.º 4.216, de 6 de maio de 1963, pode ser verificado, pela análise comparativa dos números, o crescente interesse dos contribuintes pelas aplicações na área, como abaixo se demonstra:

A N O	1963	1964	1965
NÚMERO DE DEPOSITANTES.....	1.309	1.634	4.327
Valores depositados (Cr\$ 1.000).....	1.643.206	3.232.611	11.642.953

A análise da origem dos recursos depositados no BCA, hoje BASA, por força da Lei nº 4.216, até junho de 1966, incluindo, portanto, contribuição relativa ao presente exercício, mostra-nos o seguinte quadro:

Á R E A	VALOR — Cr\$	PARTICIPAÇÃO
AMAZÔNIA.....	4.876.701.578	16,6 %
Outras regiões.....	24.610.370.215	83,6 %
TOTAL RECOLHIDO.....	29.487.071.793	100,0 %

Verifica-se através dos percentuais a expressiva contribuição das áreas mais desenvolvidas do País para a formação de capital numa região onde tal fator é reconhecidamente escasso, trazendo a experiência empresarial e tecnológica indispensável à modificação da estrutura sócio-econômica.

Após o natural período de ajustamento da iniciativa privada aos favores fiscais estabelecidos pela política econômica, iniciada em maio de 1963, a partir de fevereiro de 1965 se iniciaram as liberações de recursos, obedecendo aos cronogramas de inversões dos projetos aprovados. Tais liberações vêm sendo efetivas em termos progressivos, como se verifica pelo quadro a seguir:

DATAS	IMPORTÂNCIAS — Cr\$
30.06.65	363.000
31.12.65	1.088.000
30.06.66	4.542.000
20.07.66	6.458.000
22.07.66	6.058.000

O valor total das liberações até a presente data representa 22,9% dos 26,5 bilhões efetivamente demandados pelos projetos até então aprovados (35 ao todo).

No momento, os projetos em Carteira na SUDAM, para análise, representam investimento no total de 24,3 bilhões de cruzeiros, com participação de recursos da Lei n.º 4.216 de cerca de 15,6 bilhões, valor este que, adicionado aos 26,5 bilhões demandados pelos projetos já aprovados, apresentará o seguinte quadro:

Cr\$ 1.000

PROJETOS APROVADOS		
Liberações feitas	6.057.888	
Saldo a liberar	20.369.719	26.427.607
PROJETOS EM ANÁLISE	—————	15.618.736
Demanda efetiva total		42.046.343

A demanda dos projetos já aprovados — Cr\$ 26,4 bilhões, quase equivale ao total recolhido até junho de 1966 — Cr\$ 29,5 bilhões, devendo a diferença da demanda total efetiva — Cr\$ 15,6 bilhões — ser atendida pelos recolhimentos que seriam efetivados ainda no exercício de 1966.

Inúmeros projetos se encontram em elaboração nos diversos escritórios técnicos da entidade, numa inversão total de 126,6 bilhões de cruzeiros, com participação de recursos da Lei nº 4.216 no montante de Cr\$ 89,6 bilhões.

A soma da demanda potencial representada pelos projetos em elaboração com a demanda efetiva já analisada, comparada com os recursos decorrentes da Lei nº 4.216, proporciona o seguinte quadro:

Cr\$ 1.000

Projetos aprovados	26.427.607	
Projetos em análise	15.618.736	
Projetos em elaboração	89.645.000	131.691.343
Recursos em 31 de dezembro de 1965	16.418.670	
Previsão para 1966	50.000.000	66.418.670

Como pode ser observado, para uma demanda conhecida de 131,7 bilhões de cruzeiros conta-se, no momento, com apenas 66,4 bilhões, esperando-se que a diferença possa ser coberta pelos recursos de exercícios posteriores, ficando, assim, praticamente impossibilitada a formação de recursos ociosos.

Aspectos Setoriais

A distribuição setorial dos projetos mostra claramente tendência para a concentração em tórno de quatro ramos de produção, a saber:

(Cr\$ 1.000)

Ramo	Importância	%
I — Indústria têxtil, fibras	79.099.247	33
II — Agropecuária	55.400.000	24
III — Indústria madeireira	38.451.348	16
IV — Indústria de óleos	11.637.815	5
V — Outros	51.637.815	22
Total dos projetos aprovados, em análise e em aprovação	236.245.699	100

Constata-se que se forma na Amazônia um parque industrial típico, em grande parte voltado para o mercado externo, uma vez que elabora produtos dos quais há reconhecido mercado internacional, e que utilizará recursos naturais da área, de expansão potencial acentuada.

Acresce notar que, entre outros projetos, colocam-se investimentos de alta significação para a economia regional, por possibilitarem a substituição de importações que vêm onerando a balança comercial da área e que também terão por base matéria-prima de produção local, como, por exemplo:

(Cr\$ 1.000)

Indústria Siderúrgica	8.680.000
Indústria de Cimento	8.000.000
Indústria de Alimentos e Bebidas	5.490.000
Indústria de Vasilhames de Vidro	1.500.000

Cumpra destacar que grandes empresas do Sul do País têm demonstrado, através dos escritórios técnicos da SUDAM, interesse em aplicações na área amazônica.

Atividades do Banco da Amazônia S.A.

A necessidade da montagem de uma estrutura creditícia para servir de suporte financeiro ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia levou o Governo Federal, através da Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, a transformar o Banco de Crédito da Amazônia S/A, entidade voltada quase que exclusivamente para os problemas do setor da borracha, em Banco da Amazônia S/A, órgão ao qual está destinado importante papel como Banco de Desenvolvimento Regional.

Os créditos concedidos pelo Banco de Crédito da Amazônia Sociedade Anônima, entre janeiro e setembro de 1966, aos diversos setores da economia regional, ultrapassaram o montante de 104 bilhões de cruzeiros.

Os depósitos oriundos dos incentivos fiscais foram estimados em 55 bilhões de cruzeiros e, enquanto as liberações desses recursos para aplicação em projetos na região corresponderam a pouco mais de 1 bilhão em 1965, no exercício passado essas liberações ultrapassaram o montante de 10 bilhões de cruzeiros.

Política de Desenvolvimento Urbano

Antes de 1964, com exceção de algumas iniciativas isoladas, o Governo Federal não havia tomado qualquer iniciativa visando a integrar o desenvolvimento municipal e local no desenvolvimento geral do País. Durante o triênio 1964-1966, foram lançados os fundamentos para esta integração. O EPEA, o MECOR, o BNH e o CNG elaboraram uma série de estudos básicos visando à formulação de uma política nacional de desenvolvimento urbano e à implantação de um Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado.

A *política nacional de desenvolvimento urbano* deverá ser baseada numa estratégia de pólos de desenvolvimento. Para definir estes pólos foram elaborados pelo Conselho Nacional de Geografia estudos preliminares que caracterizaram:

1º) 128 micro-regiões homogêneas, subdivididas em cerca de 400 zonas, cobrindo todo o território nacional. O estudo do potencial econômico destas micro-regiões fornecerá as bases para a regionalização do Plano Decenal, em termos locacionais mais precisos.

2º) A hierarquia da rede urbana brasileira, com base no equipamento terciário existente nos centros urbanos do País.

Estes dois estudos permitirão um conhecimento preciso do potencial das micro-regiões.

O aproveitamento deste potencial, em termos de desenvolvimento, compatibilizado com as metas macro-regionais e nacionais, fornecerá as bases para a formulação da política nacional de desenvolvimento urbano, consubstanciada numa política de definição de regiões-programa e de pólos de desenvolvimento.

A *implantação do Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado* será feita de forma descentralizada, sob a coordenação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, SERFHAU, órgão subordinado ao Banco Nacional de Habitação.

O SERFHAU, criado pela Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, após uma fase experimental de atividades, foi estruturado

em termos adequados às suas funções de órgão central do Sistema, através do Decreto nº 59.917, de 30 de dezembro de 1966. Este mesmo decreto criou o Fundo de Financiamento para o Planejamento Local Integrado, atualmente em fase de regulamentação e que deverá ser gerido pelo SERFHAU.

Com base nestes instrumentos legais, o SERFHAU firmará convênios com os Estados da Federação, visando à implantação do Sistema, no decorrer dos próximos 4 anos. Pretende-se que, neste prazo, tôdas as regiões-programa e pólos de desenvolvimento tenha seus planos integrados elaborados com o apoio do SERFHAU, dos Governos Estaduais, das Universidades e do setor privado.

Além destas, outras medidas de caráter complementar foram tomadas, visando à implantação do Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado:

1ª) Com o apoio do CONSPLAN, algumas leis básicas foram preparadas, dentre as quais:

- a) Lei Nacional de Loteamentos;
- b) Projeto para inclusão de dispositivos sôbre planejamento local integrado, na Constituição Federal e nas Constituições Estaduais;
- c) Lei regulamentando empréstimos federais aos Municípios.

2ª) Encontro nacional de técnicos e professores de planejamento, visando à formulação de um programa nacional de treinamento de profissionais, a ser implantado a partir de 1967.

A POLÍTICA ECONÔMICA INTERNACIONAL

Os objetivos da Política Econômica Internacional atenderam, simultaneamente, ações em três campos: comércio exterior, propriamente dito, mercado cambial e capitais estrangeiros. Tais objetivos, no período 1964/66, tiveram a finalidade precípua de inverter a orientação até então vigorante no setor externo, isto é, de abandonar a ênfase de contenção das importações e expandir as exportações.

Esta nova orientação tornou-se mais premente pela elevada dependência indireta da renda nacional relativamente ao setor externo, de vez que, no atual nível de desenvolvimento industrial, os investimentos internos continuam repousando, em certo grau, na importação de bens de capital e produtos intermediários de difícil substituição por produção interna. Aquêles objetivos foram plenamente atingidos, uma vez que, no curto período de três anos (1964 a 1966), observou-se um forte incremento da exportação (cêrca de 25%) e uma rápida reversão no comportamento das importações, após sanada a retração da demanda observada em 1965, originada, em parte, de medidas estabilizadoras postas em prática pelo Governo Revolucionário.

BALANÇO DE PAGAMENTOS — 1962|1966
(milhões dólares)

DISCRIMINAÇÃO	1962	1963	1964	1965	1966 (**)
A — TRANSAÇÕES CORRENTES (1 a 3)....	— 458	— 182	80	263	42
1. Mercadorias.....	-(*) 89	(*) 112	(*) 344	655	460
Exportações (FOB).....	1.215	1.408	1.430	1.596	1.730
Importações (FOB).....	— 1.304	— 1.294	— 1.086	— 941	— 1.270
2. Serviços.....	— 407	— 333	— 326	— 437	— 458
3. Donativos (líquido).....	38	39	62	65	50
B — MOVIMENTO DE CAPITAIS AUTÔNOMOS (1 a 3).....	255	23	79	67	110
1. Ingressos.....	412	292	274	411	500
Investimentos.....	69	30	28	154	170
Empréstimos e Financiamentos (Inclusivo A.I.D.).....	343	262	226	257	330
2. Amortizações.....	— 411	— 319	— 256	— 239	— 300
3. Outros (Líquidos).....	27	95	103	— 55	— 90
C — TOTAL (A + B).....	— 203	— 159	159	330	152
D — ERROS E OMISSÕES.....	— 140	— 120	— 119	32	...
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO (C+D).....	— 343	— 279	40	362	152
E — ATRASADOS E CRÉDITOS COMERCIAIS	163	279	— 70	— 182	— 42
F — OPERAÇÕES DAS AUTORIDADES MONE- TÁRIAS (1 a 4).....	340	453	206	— 180	— 110
1. Empréstimos recebidos.....	200	365	177	244	39
F.M.L.....	— 18	5	— 28	20	13
Outros.....	218	360	205	224	26
2. Liquidações de Swaps.....	47	— 30	— 51	— 190	— 106
3. Aplicações a médio prazo, de haveres no exterior (aumento —)	—	—	—	—	— 121
4. Variação líquida de reservas (au- mento —).....	50	118	80	— 234	73
G — TOTAL (E + F).....	460	467	242	— 362	— 152

(*) Inclusive ouro não monetário.

(**) Estimativa em 3-1-67 — Dados sujeitos a retificação.

Fonte: Banco Central da República do Brasil.

O levantamento preliminar do balanço de pagamentos para 1966 indica que as transações com o exterior apresentaram *superavit* líquido da ordem de US\$ 152 milhões. Verifica-se, assim, pelo terceiro ano consecutivo, *superavit* no balanço de pagamentos, revelando uma propensão nítida de inversão de tendência observada nos anos anteriores. Esses resultados positivos se contrapõem ao forte desequilíbrio registrado nos anos de 1962 e 1963, quando o saldo negativo do balanço de pagamentos do Brasil foi de US\$ 343 milhões e US\$ 279 milhões, respectivamente. Para obtenção de *superavit* no último exercício, da mesma forma que em 1965, concorreram de forma preponderante as transações em contas correntes. Embora o valor das importações tenha crescido substancialmente, o extraordinário resultado obtido com as exportações, no ano passado, deixou saldo substancial, suficiente para cobrir as elevadas despesas com o item serviços.

O *deficit* do item serviços atingiu o montante de US\$ 468 milhões, superior em US\$ 11 milhões ao do ano anterior. As rendas de investimentos representam a despesa de maior destaque no período, devido não só à elevada soma de juros remetidos para o exterior, em função do endividamento total externo do País, mas, também, à redução nos atrasos com que se vinham processando as remessas relativas a lucros e dividendos.

O ingresso de capitais autônomos consubstanciados nos itens *Investimento e Financiamento*, para importação de equipamentos, atingiu o montante estimado de US\$ 500 milhões, superior em US\$ 89 milhões ao resultado obtido em 1965. Os investimentos de capital estrangeiro elevaram-se a US\$ 170 milhões, contra US\$ 154 milhões em 1965.

Resumidamente, foi o seguinte o comportamento de nossas transações com o exterior, nos últimos cinco anos:

Comércio Exterior

Precisamente no período 1950/63, as medidas de política econômica relacionadas com a expansão industrial do País resultaram discriminatórias contra as exportações, além de estarem sujeitas a

inúmeros entraves adicionais, tais como taxas de câmbio completamente dissociadas da estrutura de custos e preços internos, processamento burocrático complicado e lento, ausência de adequado mecanismo de financiamento, inclusive para a produção de bens exportáveis etc.

Em decorrência, as exportações brasileiras se mantiveram estagnadas na sua composição, nos últimos 20 anos, à exceção de 1951, quando, em conseqüência de fator extracomercial, como foi a perspectiva de conflito mundial justificada pelas ocorrências na Coréia, atingiram US\$ 1.769 milhões, dos quais US\$ 1.058 representados por café em grão.

As providências adotadas com vistas a imprimir nova orientação ao comércio exterior brasileiro, embora tivessem feição eminentemente preparatória, algumas delas demandando longo período de maturação, apresentaram resultados compensadores já a partir de 1964, quando ocorreu aumento de US\$ 23,310 milhões no total das exportações, em relação ao ano de 1963. Em 1965, com a continuidade da aplicação de medidas de incentivo, bem alentadores foram os resultados obtidos, alcançando-se receita cambial de exportações superior em cerca de US\$ 166 milhões à auferida em 1964. Os resultados até agora apurados, das exportações processadas em 1966, indicam uma elevação de cerca de US\$ 151 milhões em relação aos obtidos no ano de 1965, propiciando receita cambial da ordem de US\$ 1.746 milhões.

A melhoria conseguida na receita de divisas proveniente da exportação deve-se ao elenco de medidas adotadas pelas autoridades governamentais nos setores cambial, tributário, fiscal, creditício, de transportes e portuário, além das de ordem puramente administrativa, tôdas visando à implantação definitiva de uma política global e unificada de estímulos ao incremento e solidificação do comércio externo brasileiro.

Dentre as mais importantes medidas implantadas, cabe destacar: a liberação das taxas de câmbio, tornando-as realistas; regulamentação do sistema de «draw-back», tornando sua aplicação mais rápida e prática; autorização às empresas para utilizarem até 25% do valor FOB da exportação efetuada, e o pagamento de

amortizações e juros de empréstimos e de outros compromissos financeiros assumidos no exterior; a supressão dos «vistos» prévios em diversas operações de exportação; dedução da parcela correspondente à exportação de produtos manufaturados dos lucros sujeitos a impôsto de renda pelas emprêsas que exportarem êstes produtos; isenções de impôsto de consumo e de sêlo na operação de exportação; restituições dos impostos únicos sôbre combustíveis de energia elétrica; criação do Conselho Nacional do Comércio Exterior (CONCEX), comando único do comércio exterior, simplificando o processo de exportação e importação; criação de armazéns gerais alfandegados e de entrepostos aduaneiros e industriais.

Segundo ficou antes assinalado, êsse conjunto de medidas já vem produzindo resultados promissores, conduzindo a posição superavitária nosso balanço comercial, que, há dez anos, e durante sete exercícios sucessivos, se apresentava deficitário, conforme indica o quadro a seguir, onde se observa o acúmulo de saldo superior a US\$ 665 milhões nos anos de 1964 e 1965. Embora tenha havido decréscimo de importações nesse período, deverá ser alcançada em 1966 a elevação do saldo acumulado para mais de US\$ 850 milhões.

BALANÇO COMERCIAL

Unidade — US\$ 1.000

A N O	IMPORTAÇÃO CIF	EXPORTAÇÃO FOB	+ OU — NA EXPORTAÇÃO	
1956.....	1.306.835	1.423.246	+	116.411
1956.....	1.233.879	1.481.978	+	248.099
1957.....	1.488.826	1.391.607	—	97.219
1958.....	1.352.881	1.242.985	—	109.896
1959.....	1.374.473	1.281.969	—	92.604
1960.....	1.462.138	1.268.802	—	193.336
1961.....	1.460.095	1.402.970	—	57.123
1962.....	1.475.047	1.214.185	—	260.862
1963.....	1.486.848	1.406.480	—	80.368
1964.....	1.263.451	1.429.790	+	166.339
1965.....	1.096.423	1.595.475	+	499.056
1966 (*).....	1.634.000	1.746.000	+	212.000

(*) Estimativa

Fontes: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda e Caixa de Comércio Exterior.

Durante o ano de 1964 foram mantidos, ainda, gravames que oneravam as importações correntes, tendo sido adotado, em agosto,

novo tipo de encargo. Contudo, já a partir de então, iniciou-se a gradativa redução de depósitos prévios, incidentes sobre câmbio contratado para aquisição de divisas, até sua completa eliminação em novembro de 1965, quando foram também extintos os encargos financeiros instituídos em agosto de 1964.

Pesava ainda sobre as importações o ônus adicional de 100% do contravalor em cruzeiros do câmbio contratado a prazo para cobertura de importações em moedas conversíveis. Em abril de 1966 foi extinta esta obrigatoriedade.

Adicionalmente, os importadores também estavam restritos ao limite de US\$ 30 mil semanais (ou equivalente em outras moedas) destinados à cobertura de suas importações correntes. Este limite no início de 1965 foi elevado para US\$ 50 mil semanais e totalmente abolido em 1966.

Contudo, as mais importantes medidas com relação às importações foram realizadas em 1966, consubstanciadas na Resolução n.º 35 do Banco Central e no Decreto-lei n.º 63, de 22-11-66. A primeira refere-se à eliminação do Certificado de Cobertura Cambial, desaparecendo a obrigatoriedade de contratação prévia de câmbio a que estavam sujeitos os produtos de categoria geral; a segunda refere-se à alteração da tarifa alfandegária, a vigorar a partir de 1.º de março de 1967, permitindo, pelo menos a médio e longo prazos, um aumento da produtividade, beneficiando a indústria e o consumidor nacionais, e eliminando o artifício de categorias de importação, que nada mais representa senão um mecanismo de correção de possíveis desequilíbrios do balanço de pagamentos, nunca um instrumento de política econômica de proteção à indústria nacional.

Exportação

São realmente animadores os resultados obtidos no setor das exportações, a partir de 1964, ano em que o valor exportado se elevou a US\$ 1.430 milhões, contra US\$ 1.406 milhões em 1963. Em 1965 esse valor elevou-se a US\$ 1.596 milhões, para ascender,

em 1966, à cifra recorde, nos últimos 15 anos, de US\$ 1.746 milhões.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

(milhões de US\$ — valor FOB)

Mercadorias	1965	1966 (*)
Café	707	777
Algodão	101	111
Minérios (Fe. Mn)	137	125
Manufaturas	109	104
Açúcar	57	80
Cacau e derivados	41	72
Madeira-pinho	54	57
Milho em grão	28	12
Couros e Peles	24	30
Arroz	24	29
Outros	313	329
TOTAL	1.595	1.746

(*) Dados preliminares.

Fonte: SEEF do Ministério da Fazenda e CACEX.

Apesar da queda do preço internacional em 1966, houve um grande aumento na oferta física do café, permitindo que, graças à política traçada pelo Governo, a receita de divisas proporcionada pela exportação do produto fôsse inferior à do ano anterior. A expansão das vendas de mercadorias deu-se também em vista da presença de vários produtos novos na pauta de exportações. Tais resultados dão bem a medida dos estímulos e do apoio que o Governo vem emprestando ao comércio exterior.

Em termos gerais, foi bastante satisfatória a conjuntura de preços para a maioria dos produtos brasileiros, no mercado externo. O café, algodão e minério de ferro, entretanto, sofreram uma baixa em suas cotações internacionais no período.

A exportação de manufaturados vem-se constituindo no item de maior importância dentro da política de diversificação das exportações do País, sendo apenas superada pelo café. No período de 1960 a 1963 a contribuição média das manufaturas na receita de exportação do Brasil era de 2,8. Com os incentivos recebidos elevou-se para 4,9% em 1964 e 6,9% em 1965. Nesse último ano, foram embarcados para o exterior US\$ 111,5 milhões contra US\$ 69,9 milhões, em 1964, crescimento êsse decorrente não só da elevação do preço médio, mas também do acréscimo da quantidade exportada.

Tais resultados realçam o acerto das diretrizes básicas da política de exportação adotada (por exemplo, a remoção das barreiras alfandegárias) e o estágio alcançado por diversos setores da economia nacional que já podem atender às necessidades externas, muito embora tal desenvolvimento possa, em parte, ser atribuído ao recesso do mercado interno que levou o empresário a procurar novos mercados para colocar sua produção.

No exercício de 1966, o item de manufaturados apresentou um decréscimo de 4,7% no valor sobre 1965 (US\$ 104,4 milhões), estimando-se que, a partir do próximo ano, volte a apresentar tendência crescente. Não particular, deve-se ressaltar que, conquanto o item registre uma queda, o resultado alcançado pode ser considerado altamente favorável à exportação de manufaturas em geral, pois que em 1965 preponderaram, dentre os produtos, as exportações de produtos siderúrgicos, sendo que cerca de 81% para a Argentina. Como em 1966 as exportações de produtos siderúrgicos caíram em cerca de US\$ 25 milhões, praticamente devido ao recesso do mercado argentino, enquanto a redução no total de manufaturas foi de apenas US\$ 5 milhões, pode-se concluir que cerca de 80% da diminuição observada em produtos siderúrgicos foram recuperados com a exportação de outros produtos manufaturados.

Importação

As importações brasileiras que, no período 1941/54, alcançaram a cifra média anual de US\$ 987 milhões, elevaram-se no decênio de 1955/65 para uma média de US\$ 1.404,6 milhões

anuais. O menor valor apurado nesse período foi em 1965, quando a importação brasileira atingiu apenas US\$ 1.096 milhões; porém em 1966 acusou uma alta para US\$ 1.470 milhões.

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
US\$ 1.000 (CIF)

CLASSES	1964	1965
I Matérias-primas	316.458	273.413
II Gêneros alimentícios	297.606	213.204
III Produtos químicos e farmacêuticos	148.134	174.152
IV Máquinas e veículos	305.720	241.317
V Manufaturas e art. manufaturados	192.019	190.226
VI Transações especiais e diversas	3.514	4.111

Fontes: IBGE, SEEF (Ministério da Fazenda) e CACEX.

O comportamento das importações em 1966 reflete os resultados favoráveis da orientação estabelecida, pois nesse ano o valor total da importação superou o de 1965 em US\$ 374 milhões, com aumento, portanto, da ordem de 37%. Os itens IV e V, como se observa na tabela acima, foram os principais responsáveis pelo aumento nas importações brasileiras. Dentro das grandes classes podem ser ressaltados como os principais produtos importados:

I — matérias-primas — carvão betuminoso, petróleo e derivados;

II — gêneros alimentícios — trigo em grão (cêrca de 33%);

III — produtos químicos — adubos minerais e químicos;

IV — maquinarias e veículos — máquinas e aparelhos de terraplenagem, construção e conservação de estradas;

V — manufaturas e artigos manufaturados diversos — alumínio e suas ligas e cobre e suas ligas.

Transações de Invisíveis

A posição tradicionalmente devedora desta rubrica manteve-se, em 1966, em alto nível, notando-se um aumento em ambos os

sentidos. O *deficit* do item «Serviços» atingiu o montante de US\$ 468 milhões, superior em US\$ 11 milhões ao do ano anterior. As rendas de investimentos apresentam a despesa de maior destaque no período, devido não só à elevada soma de juros atendidos no período, em função do endividamento total externo do País, mas, também, à redução nos atrasos com que se vinham processando as remessas relativas a lucros e dividendos.

Movimento de Capitais Autônomos Privados e Oficiais

O ingresso de capitais autônomos, no período, consubstanciando nos itens «Investimentos» e «Financiamentos», para importações de equipamentos, atingiu o montante de US\$ 416 milhões, superior em US\$ 5 milhões ao de 1965.

Admitido o pressuposto de que o Brasil, a despeito da finalização de planos internos de investimentos particulares e oficiais, não pode prescindir, ainda, de capitais externos para complementação dos recursos necessários a proporcionar um crescimento adequado de seu produto interno, o Governo manteve as providências, adotadas em 1964/1965, na área legal e administrativa, estimuladoras do afluxo de capitais estrangeiros, possibilitando a entrada de investimentos no montante de US\$ 170 milhões, superior, ao nível de 1965, em US\$ 16 milhões; por outro lado, houve ligeira queda — US\$ 34 milhões — dos empréstimos, decorrente, em grande parte, da própria fase de reajustamento interno da economia, de recomposição setorial da atividade econômica.

Quanto às saídas de capital, representadas por amortizações dos empréstimos contraídos anteriormente, para projetos específicos e financiamentos compensatórios, o movimento foi elevado, registrando US\$ 370 milhões, superior, em US\$ 81 milhões, ao de 1965.

Endividamento Externo

O principal problema da dívida externa do Brasil, quando o Governo iniciou o programa econômico em 1964, era a excessiva concentração de pagamentos, quer de empréstimos compensatórios, quer de créditos de fornecedores.

Procurou, assim, o Governo, em 1964, reesquematizar os vencimentos, para os anos seguintes, e adotou uma rígida política de limitar severamente a contratação de novos créditos de curto prazo.

Com essas providências, o quadro de 1964 se alterou completamente, reduzindo-se os pagamentos anuais a parcelas razoáveis das receitas cambiais, como se vê no quadro abaixo:

ENDIVIDAMENTO EXTERNO

(US\$ milhões)

EM DEZEMBRO DE 1963			EM SETEMBRO DE 1966		
VENCIMENTO (*)	COMPROMISSOS	% s/A RECEITA DE 1963	VENCIMENTO (*)	COMPROMISSOS	% s/A RECEITA DE 1966
1964.....	1.173	80%	1967.....	628	29%
1965.....	437	20%	1968.....	463	23%
1966.....	376	26%	1969.....	341	16%
1967.....	287	18%	1970.....	290	14%
1968.....	116	15%	1971.....	260	12%
TOTAL DO QUINQUÊNIO	2.489			2.002	
Posteriores.....	1.400			2.868	
TOTAL (inclusive juros).....	3.889			4.870	
TOTAL (exclusive juros).....	3.186			3.617	

(*) Compromissos vencidos e vindendos.

Posição dos Haveres Líquidos das Autoridades Monetárias

Paralelamente à melhoria verificada na posição cambial do País, ocorreu também uma acentuada redução na posição negativa dos haveres líquidos das Autoridades Monetárias no exterior.

Igualmente é de destacar-se a profunda modificação ocorrida na composição dos haveres líquidos.

Em meados de 1964, a componente pronta e a curto prazo no total acusava o mais sério ponto a ser atacado, refletindo

inclusive a existência de atrasados comerciais num montante de US\$ 200 milhões, aproximadamente. Em fins de 1966, verificou-se uma completa inversão na posição negativa dos haveres líquidos externos, prontos e a curto prazo. Ocorre um agravamento parcial na posição de longo prazo, em parte pela reesquematização das dívidas vencidas e vincendas, mas, igualmente, pela preocupação do Governo em assumir compromissos no exterior a prazos compatíveis com a estrutura do balanço de pagamentos do País.

ASPECTOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS

AS REFORMAS ECONÔMICAS E SOCIAIS

A transformação das instituições econômicas e sociais do Brasil constituiu, desde abril de 1964, preocupação precípua deste Governo. Há longos anos a nossa estrutura econômica e social não vinha atendendo às aspirações do País, cerceando-lhe as possibilidades reais de desenvolvimento. Impunha-se todo um elenco de providências, a fim de adaptar essa estrutura obsoleta para um crescimento integrado e harmonioso.

Nos anos que precederam a Revolução, o reformismo não passava de assunto de inflamados discursos pronunciados nos palanques de comícios-monstro, pouco melhor do que um instrumento de agitação totalitária. A tal ponto foi subvertido o sentido da palavra «reforma» que elementos democráticos divisavam nela uma conotação de diretriz política incompatível com a índole brasileira. De qualquer maneira, porém, jamais as reformas passaram do alarido e da agitação.

Coube, assim, ao Governo Revolucionário estudar, planejar e iniciar a execução daquelas reformas, cujos principais campos são o tributário, habitacional, agrário, bancário, mercado de capitais, trabalhista, previdenciário, estatístico e administrativo. Determinamos nas realizações de maior vulto alcançadas no ano findo de 1966.

Reforma Tributária

Corrigidas, já, em sua maior parte, as falhas do sistema tributário vigente no início de 1964, que hoje não é mais aquele mecanismo arcaico e deficitário de então, tomou o Governo, em 1966, ainda várias providências de relêvo no setor:

a) aboliu a tributação em cascata do Imposto de Vendas e Consignações, criando, em seu lugar, o Imposto de Circulação de Mercadorias, que simplifica as transações, e evita a concorrência tributária entre os Estados;

b) reformou a Tarifa Alfandegária, em vigor desde 1957, completando, assim, as reformas introduzidas pelo Governo no mecanismo de controle do comércio exterior, com o objetivo de torná-lo dinâmico e ajustado à política de estabilização e aceleração do desenvolvimento econômico do País. A nova Tarifa extingue a categoria especial de importação, sem, todavia, privar a produção nacional de proteção adequada e, através de reduções tarifárias, beneficiará sensivelmente os consumidores, seja diretamente, pelo barateamento de certos produtos que são necessariamente importados, seja indiretamente, pela redução de custos de matérias-primas para a produção interna;

c) racionalizou o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, através de um instrumento legal que estabelece um critério de fixação dos preços dos derivados de petróleo, permitindo alteração da margem de refino para as refinarias nacionais e variação na arrecadação do imposto único, sem alteração da taxa de câmbio;

d) modificou a Lei do Imposto de Renda, introduzindo, entre outras inovações, a instituição da tributação das pessoas jurídicas com base no seu lucro real, eliminando a incidência do imposto sobre os lucros fictícios demonstrados pela escrituração em moeda nominal e reduzindo, através da eliminação do adicional de 10%, a tributação das pessoas físicas.

Reforma Agrária

O processo de aplicação gradualista e progressiva dos vários instrumentos previstos no Estatuto da Terra deu à Reforma Agrária Brasileira caráter nitidamente democrático, sem as transferências de propriedade da terra para o Estado nem os confiscos de terra que configuram a opção socialista.

Este procedimento, ainda que realizado em ritmo acelerado, não pode mostrar resultados imediatos na transformação de nossa estrutura agrária. Não apenas se vê o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária a lutar contra a incompreensão de amplos círculos, como ainda encontra dificultada a sua missão pela dimensão territorial e pela heterogeneidade de condições ecológicas e sócio-econômicas das diversas áreas do País, as quais exigiram uma regionalização adequada.

O Plano Nacional de Reforma Agrária compreende dois grandes projetos: o de Cadastro de Tributação e o da Discriminação de Terras. Ambos estão em plena fase de realização.

O primeiro é um instrumento básico do Estatuto da Terra, e já está integralmente implantado em seus aspectos essenciais: cêrca de 4 milhões de imóveis rurais e os respectivos arrendatários e parceiros, e quase um milhão de quilômetros quadrados de terras públicas estão sendo identificados para um conhecimento objetivo da estrutura agrária brasileira.

A Discriminação de Terras Públicas e Regularização dos Títulos de Domínio e Posse está a cargo de órgãos já instalados nos Estados do Rio, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e em vias de instalação nos Estados de Mato Grosso e Acre e nos Territórios Federais. Com a execução destes projetos ficarão conhecidas as terras da União disponíveis para o processo de colonização, ao mesmo tempo que centenas de milhares de atuais ocupantes terão seus títulos de domínio e posse regularizados, dando-se-lhes, assim, condições para o uso pacífico e tranqüilo das terras que exploram, ao abrigo dos litígios e conflitos que constituem focos de agitação naquelas regiões.

Nas áreas prioritárias, já definidas, planos de desenvolvimento encontram-se em acelerada execução.

Reforma Estatística

As exigências dos consumidores de estatísticas, notadamente na órbita do Governo Federal, apontam a necessidade urgente de se fixar, ao nível nacional, um programa mínimo de levantamento de dados que possibilite o fornecimento de informações básicas, com a rapidez e atualização necessárias ao seu aproveitamento para fins operativos.

Um Grupo de Trabalho, criado em abril de 1966, apresentou, recentemente, o seu relatório final, optando pela formulação de um PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS BASICAS, definido como um elenco de estatísticas indispensáveis às atividades de planejamento econômico-social e da segurança nacional. Esta seria a parte prioritária, imediata, do PLANO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS BASICAS, que teria como órgão central de coordenação o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, recentemente transformado em fundação. Este plano seria de caráter anual e plurienal, compreendendo aquelas estatísticas necessárias ao conhecimento da realidade nacional, nos seus principais aspectos, e a ele estaria assegurada a obrigatoriedade de prestação de informações por parte de pessoas físicas e jurídicas.

Reforma Previdenciária

A reforma da Previdência Social, velha aspiração das classes beneficiadas pelo sistema, recebeu do Governo a atenção que reclamava. Eram vários os inconvenientes que a pluralidade dos Institutos causava à prestação dos serviços previdenciários: urgia, pois, unificá-los, a fim de imprimir-lhes maior dinamismo. Não há quem desconheça o tumulto e o desperdício resultantes da multiplicidade, em uma mesma localidade, de órgãos incumbidos de funções iguais, mas confinados, cada um, ao atendimento de uma área específica ou de uma dada categoria profissional ou social. A par desse desperdício, o sistema antigo implicava em permanecerem inúmeras povoações desprovidas de qualquer órgão de Previdência Social, já que, em virtude da área de atividade

de cada Instituto, muitos não achavam justificada a instalação de um órgão em determinada cidade.

Este aspecto só poderia ser superado através da unificação administrativa de comando, favorecida pela descentralização executiva, de vez que as ordens e instruções emanadas de uma só administração central serão executadas nos mesmos moldes, por todos os órgãos, o que constitui uma garantia de que todos os beneficiários da Previdência Social, estejam onde estiverem, serão atendidos de forma igual.

Assim, a unificação, que teve por objetivo principal a desburocratização dos serviços dos Institutos, oferece, ainda, a vantagem de simplificar os métodos de trabalho, racionalizar as rotinas, facilitando, destarte, a concessão de benefícios, com redução de gastos administrativos. O montante dos benefícios foi aumentado e os servidores dos Institutos de Previdência não serão prejudicados em decorrência da criação do Instituto Nacional de Previdência Social. Os pontos básicos que definem o papel dos empregados e empregadores na orientação e controle de seus órgãos de previdência foram mantidos.

Reforma Administrativa

O Governo aceitou o desafio que representa a execução de uma Reforma Administrativa, por todos reclamada e sempre postergada. É consenso geral que a Administração Pública Federal de há muito não oferece condições de funcionamento que lhe permitam o cumprimento da importante missão de atender à coletividade brasileira.

De fato, os estudos realizados revelaram a existência de uma máquina emperrada, excessivamente centralizada, descoordinada, inadequada para atender, na forma desejável, às mais elementares necessidades de um serviço público compatível com o dinamismo de nossa época. Daí o objetivo primordial da Reforma ter sido a modernização de seus instrumentos, principalmente no sentido da descentralização, e o estabelecimento da efetiva responsabilidade dos seus administradores e, ao mesmo tempo, a

criação de contrôles que assegurem a correta aplicação dos dinheiros públicos, sem prejuízo do ritmo de trabalho e sem diminuir seu grau de eficiência.

Os esforços foram dirigidos, fundamentalmente, menos no sentido de alterar a estrutura da Administração Pública do que em modernizá-la e os princípios orientadores e os instrumentos dos processos administrativos.

Sublinhe-se, entretanto, que a Reforma exige continuidade. Ela é sobretudo um estado de espírito, resultante da tomada de consciência, pelos governantes, de que é preciso reformar, transmitir ao povo a decisão de reformar e, em função disto, criar estímulos aos funcionários, para que trabalhem dentro do espírito da Reforma e se dediquem à sua efetivação. Com isso, o administrador público estará habilitado a tomar decisões expeditas, corretas, coordenadas e tempestivas.

Com a Reforma Administrativa o Poder Executivo contará com os instrumentos essenciais para organizar a Administração Federal, elaborar os programas gerais e setoriais de trabalho, operar segundo o roteiro do orçamento-programa, atuar dentro do ritmo imposto pela programação financeira, controlar o funcionamento dos serviços, acompanhar a execução dos programas e fiscalizar, racionalmente, o emprego dos dinheiros públicos.

A DEMOCRATIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES

O programa de reformas sociais do Governo, visando à democratização de oportunidades, foi ampliado em 1966. As oportunidades de vida num país jovem como o Brasil e caracterizado pelos desníveis de renda dependem em grande parte da ação prioritária governamental em áreas carentes de estímulo e dinamização. O acesso de um número crescente de brasileiros da classe média e das classes trabalhadoras à educação, à terra e à habitação deve ser alvo de uma política voltada para a humanização do homem.

Paralelamente às reformas fiscal, monetária, creditícia, salarial e política implementadas desde 1964, cuidou-se de fortalecer a base da pirâmide social, sem o que aquelas reformas cairiam fatalmente no vazio. Não apenas se criaram oportunidades realistas a fim de que parcelas até então descuradas da população pudessem subir na escala social, como também forças inaproveitadas foram atraídas a uma participação mais efetiva nos programas de desenvolvimento, entre elas o setor estudantil.

Com efeito, a massa estudiosa brasileira, uma das áreas politicamente mais inquietas do País, vinha sendo vítima da exploração demagógica de ideologias interessadas apenas na subversão e no caos social. Desde abril de 1964, o Governo Revolucionário empenhou-se, por meios pacíficos que incluíram o debate com órgãos de direção estudantil, em estruturar a vida universitária brasileira em bases mais harmônicas e democráticas eliminando focos de discórdia, promovendo relações baseadas no respeito mútuo entre mestres e discípulos, e operando uma mudança de mentalidade que se consubstanciou no sistema democrático das eleições acadêmicas e no melhor aproveitamento escolar.

Essa reforma de mentalidade veio a ser reforçada, em data recente, com a criação do MUDES — Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social, de objetivos nitidamente brasileiros, adaptados, portanto, à nossa realidade e aos imperativos do nosso desenvolvimento. Dotado pelo Governo dos recursos financeiros indispensáveis ao seu funcionamento, e iniciativa de setores do comércio e da indústria preocupados com a projeção social da empresa no mundo moderno, a Fundação MUDES está sendo institucionalizada de forma a congregar brevemente os universitários brasileiros num amplo movimento de pesquisa e atuação que se traduzirá, sem dúvida, num serviço social dos mais relevantes.

Os estudos para implantação do MUDES, ora em processo, incluem também a participação de operários no campo de ação desse movimento destinado a canalizar o idealismo e as energias da juventude para tarefas coletivas que lhes aperfeiçoará os ideais democráticos. Dessa forma será formado um corpo de

voluntários estudantis e operários para ação social e econômica no sentido da melhoria do nível de vida, com particular ênfase sobre alfabetização, educação sanitária, elevação da produtividade agrícola e melhoria das condições habitacionais.

Educação

Na área educacional propriamente dita, e em que pèse à preocupação maior com os problemas mais agudos do saneamento das finanças públicas e contenção gradativa da taxa inflacionária, o Governo optou de início por uma visão geral que lhe permitisse partir posteriormente para a formação de uma estrutura adequada de recursos humanos. A atualização das estatísticas educacionais constituiu o primeiro passo para o levantamento da nossa realidade nesse campo prioritário de ação desenvolvimentista. A realização, em 1964, do Censo Escolar, permitiu a visão conjunta da real situação da população estudantil entre 7 e 14 anos de idade; êsse levantamento, acrescido dos dados disponíveis sobre docentes e discentes, até 1965, permitiram a projeção das necessidades de escolarização.

Êsses estudos indispensáveis ao equacionamento racional do problema vieram a ser completados com a elaboração e publicação do Diagnóstico da Educação Brasileira, o qual gerou e sugeriu novas pesquisas de importância sobre o ensino nacional e sua relação com a disponibilidade dos recursos humanos, desde o ensino primário à situação das universidades, sem esquecer o ensino industrial. O conhecimento permitido por essas pesquisas está-se traduzindo no Plano Decenal de Educação, sinônimo de dinamização das atividades educacionais no Brasil.

Estatuto da Terra

Outro fator importante no panorama da democratização de oportunidades é sem dúvida uma distribuição mais racional e um aproveitamento mais efetivo da terra. O surto industrial experimentado pelo País a partir da II Grande Guerra não foi acompanhado *pari passu* pela agricultura. Ao instituir a Reforma

Agrária, através do Estatuto da Terra, e entregar sua execução ao IBRA e INDA, o Governo teve em mira corrigir as distorções da atividade rural que impediam e ainda impedem em muito a mobilidade social das camadas mais baixas da população. O combate ao latifúndio improdutivo, a extensão ao trabalhador do campo das vantagens até então auferidas pelo trabalhador urbano, a fixação do trabalhador rural ao solo e a humanização das relações entre a força de trabalho campesina e os proprietários de terras começaram por abrandar e extinguir as áreas de atrito entre empregadores e empregados, integrando as duas classes num processo econômico mais igualitário.

Casa Própria

Um dos itens principais no programa de reforço da infraestrutura foi a aceleração da indústria de construções civis. O Banco Nacional de Habitação, que somente em 1966 entrou em franco processo de demarragem, contará doravante, graças ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, com recursos triplicados, estando, portanto, em condições de dinamizar os seus vários programas, entre eles o Programa Impacto, o Projeto de Cooperativas, o Programa de Hipotecas e o de Sociedades Imobiliárias.

Entre as atribuições do BNH figura a da produção de unidades residenciais. Para atender à demanda crescente de habitações por parte das várias camadas da população, realizou-se a montagem de um sistema de programas de aplicações destinado a fomentar a oferta de habitações; à produção e comercialização de materiais de construção; à industrialização leve e montagem de habitações em terrenos de propriedade do adquirente; ao término de edifícios ou conjuntos residenciais que tivessem um pré-investimento de 50% do seu valor; à construção de edifícios ou conjuntos residenciais por intermédio das Sociedades de Crédito Imobiliário e das Caixas Econômicas Federais e Estaduais.

No tocante à população de baixa renda, o BNH, através de Companhias de Habitação, desenvolveu programas que, incluindo a substituição de habitações deficientes, abrangeram projetos de «unidade sanitária», composta de banheiro, cozinha e

um cômodo; a chamada «casa-embrião», além de projetos amplíaveis ou habitações semideterminadas, até projetos de auto-ajuda ou ajuda mútua. Adaptados às condições locais, êsses projetos são modulados de modo a permitir uma industrialização leve e progressiva, segundo as necessidades e possibilidades do grupo a ser atendido, mediante prévio levantamento sócio-econômico.

O programa da casa própria estendeu-se ainda aos operários sindicalizados, através de cooperativas habitacionais operárias; aos empregados ou operários, com a colaboração das empresas, em programas associados do empregado, da empresa e complementação financeira do BNH; aos servidores civis e servidores militares através de suas instituições de classe; à população de renda média, através de cooperativas de poupança em grupo, e à população em geral, mediante o sistema de poupança livre realizado pelas Sociedades de Crédito Imobiliário e pelas Caixas Econômicas, e também pelo sistema de caução ou compra de créditos hipotecários.

Bolsas para Operários

Partindo da premissa de que é impossível educar sem ter em conta problemas de alimentação, saúde, material escolar, vestuário e transporte, o Governo, em convênio com a USAID, instituiu o Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE) para filhos de operários, e que atende, preliminarmente, a êsses requisitos, atribuindo ao bolsista uma quantia superior ao valor do custo do ensino. Denominado de gasto pessoal, êsse excedente pode ser aplicado no vestuário, na aquisição de livros didáticos ou tratamento de saúde.

Implantado no ano passado, o programa não conseguiu levar ao sindicato e ao sindicalizado, devido à premência de tempo, uma informação precisa; tampouco houve tempo para o amadurecimento do Programa Especial de Bolsas. Mesmo assim, conseguiu-se deferir cêrca de 23 mil bolsas. O programa para 1967 é muito mais ambicioso, prevendo-se um número de bolsas em tórno de 60 mil. Como está, o Programa já representa um reforço da ordem de quase 200 % sôbre as oportunidades de ensino oferecidas até ago-

ra aos estudantes, e sua importância não se resume nisso, pois *êle tem a finalidade de criar um nôvo critério de objetividade do ensino em nosso País.*

Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

Ainda no âmbito da democratização de oportunidades, o Governo promoveu a reforma do instituto da estabilidade — autêntica ficção datada do tempo do Estado-Nôvo, uma vez que era moda as emprêsas dispensarem os empregados quando êstes se aproximavam dos fatídicos dez anos que lhes davam direito à sonhada estabilidade.

Além disso, essa legislação paternalista constituía obstáculo poderoso ao desenvolvimento nacional. Muitos empreendimentos estrangeiros desistiram de se radicar no Brasil por causa do emaranhado de leis falsamente trabalhistas que, na verdade, oneravam pesadamente os investimentos, e impediam o livre trânsito da economia, uma vez que as emprêsas com vultoso passivo trabalhista dificilmente podiam ser transferidas para terceiros, e suas possibilidades de reestruturação de capital diminuïam em face da inflação.

Um levantamento realizado pelo MTPS, com base na relação da lei dos 2/3, comprovou que apenas 15 % dos empregados eram, na ocasião, estáveis, e figuravam, em sua maioria, nas emprêsas mais antigas. De outro levantamento, efetuado em São Paulo, verificou-se que nas emprêsas mais modernas, embora com tempo suficiente para ter empregados estáveis, não chegava a 1 % o número dêstes.

Ante o problema o Governo não poderia ficar inerte, e assim cuidou de estudar os seus aspectos de modo até mais amplo que o da simples estabilidade, visando, antes de tudo, a um verdadeiro e positivo aperfeiçoamento do atual sistema de indenização por tempo de serviço.

Os estudos que resultaram na lei vigente de Garantia do Tempo de Serviço respeitaram integralmente o preceito constitucional que assegura amplamente a estabilidade aos empregados; criou-se apenas mais um sistema, pelo qual o trabalhador, sope-sando o maior número de vantagens que oferece, poderá por *êle* optar.

As vantagens trabalhistas do nôvo instituto de estabilidade saltam aos olhos:

— amparo financeiro do trabalhador, em qualquer tempo de sua atividade profissional;

— fim da situação que tornava vantajosa para o empregador a dispensa do empregado;

— direito assegurado ao trabalhador de transferir de uma empresa para outra, em caso de mudança de emprego ou de demissão, o capital depositado mensalmente em seu nome pelo empregador;

— soma do tempo de serviço de todos os empregados, defesa do poder aquisitivo do pecúlio, depositado em nome do empregado, através da correção monetária, e recebimento de juros;

— crescimento progressivo do pecúlio, que dará ao trabalhador aposentado condições financeiras para se estabelecer por conta própria ou aplicar seu capital com inteira liberdade de escolha;

— materialização do direito de cada trabalhador procurar o trabalho do seu agrado, sem se prender à indenização por tempo de serviço;

— libertar o assalariado do temor de deixar um emprego, já que o tempo de serviço não será mais uma prisão — criando assim oferta de melhores oportunidades;

— resguardar o pecúlio do trabalhador contra as falências, concordatas ou qualquer ato financeiro por parte da empresa;

— participação ativa dos sindicatos na defesa do direito do trabalhador;

— possibilidade de realização do plano progressivo de construção da casa própria para os trabalhadores;

— assegurar à família do trabalhador, em caso de morte ou impedimento para o trabalho, além de pensão do Instituto a que pertence, o recebimento integral e de uma só vez do pecúlio acumulado com o seu esforço;

— controle mensal, pelo próprio trabalhador, da formação de seu capital, constituído exclusivamente pela contribuição do empregador.

EDUCAÇÃO, SAÚDE, PREVIDENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Educação e Cultura

A ação do Govêrno no setor educacional visou primordialmente a quatro pontos: o aprofundamento do conhecimento do sistema de ensino e sua planificação conseqüente; a expansão do atendimento escolar; a utilização efetiva da educação como instrumento de aperfeiçoamento do processo de democratização de oportunidades; a formação, através da educação, de uma estrutura mais adequada de recursos humanos, imprescindível ao desenvolvimento nacional.

Ao assumir o Poder, o Govêrno encontrou a educação nacional com os vícios já sobejamente conhecidos de todos e, ao mesmo tempo, totalmente desconhecida tanto em seus aspectos quantitativos como qualitativos. A política mais coerente com a atitude reformista, renovadora e eficientizadora da Revolução só poderia ser — como realmente foi — a de deflagrar estudos e pesquisas visando preparar terreno para medidas mais importantes de transformação do setor. As estatísticas educacionais foram atualizadas nos três níveis de ensino; realizou-se o Censo Escolar; do Censo Demográfico de 1960, encontrado em situação caótica, foi retirada amostra especial, de modo a permitir conhecer-se a situação educacional da força de trabalho do País; foram levadas a cabo inúmeras pesquisas que permitiram tomar-se consciência das necessidades nacionais mais urgentes de mão-de-obra de nível superior e no setor industrial. Todos êsses estudos serviram de base à elaboração de um Diagnóstico do Setor de Educação, primeiro estágio para a elaboração do Plano Setorial de Educação de Longo Prazo, parte importante do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, já concluído, e que será alvo de um aperfeiçoamento gradual e sistemático.

A expansão do atendimento escolar processou-se, neste período, de modo adequado. Em 1965, primeiro ano letivo em que a expansão referida se deveu à ação do atual Govêrno, constatou-se um crescimento, em relação a 1964, de 14% nas matrículas do

ensino médio (1.892.000 matrículas em 1964 e 2.154.000 em 1965), e cerca de 9,5% no contingente de alunos nos cursos superiores (142.386 alunos em 1964 e 155.781 em 1965). No ensino primário estima-se que o acréscimo de matrículas atingiu cerca de 3% entre 1964 e 1965, passando de 10.217.000 a 10.500.000. Ao mesmo tempo que se atendia à meta de expansão da faixa escolarizada da população brasileira, dois outros objetivos estavam presentes: o incremento de matrículas foi sobretudo expressivo nos ramos de ensino médio e superior de maior impacto no processo de desenvolvimento econômico (25% de incremento no ensino médio agrícola; 26% de aumento no ensino normal; 15% de acréscimo no ensino médio industrial; 13% no ensino superior de agronomia; 15% em veterinária e 16% em enfermagem); o aumento de matrículas no ensino médio, predominantemente efetuado nos estabelecimentos públicos, gratuitos, permitiu minimizar os efeitos negativos do ponto de estrangulamento social em que esse nível de ensino se constitui (em 1964, 56% das matrículas se registravam na rede de estabelecimentos privados e, em 1965, essa participação reduziu-se a 52%).

Os Fundos Nacionais de Ensino Primário e Médio, assim como as vultosas verbas federais destinadas às Universidades, crescentes, tiveram importância primordial na extensão da faixa de população escolarizada, além de permitirem um concomitante aperfeiçoamento qualitativo do sistema nacional de ensino. A criação do salário-educação, igualmente, obra do Governo Revolucionário, merece especial referência, pelo seu impacto sobre a educação elementar.

No ensino primário, as melhorias qualitativas, resumidamente, podem expressar-se pelos passos seguros dados no sentido de ampliar a educação básica para 6 anos; pelo crescente número de cursos de aperfeiçoamento e formação de professores e especialistas em administração escolar; pelo reequipamento dos prédios escolares, etc.

No ensino médio, visando a eliminar os vícios do academismo excessivo do 1º ciclo, o Governo Federal tem exercido intensamente uma ação incentivadora e, em certos casos, criadora,

ampliando o número de ginásios polivalentes. No setor do ensino comercial, atingiu a 16 o número de Centros de Aplicação de Ensino Funcional, o que se deu simultaneamente com a intensificação de seminários e estágios destinados a treinar equipes de professores e coordenadores para a sua implantação em novas unidades escolares. No campo do ensino industrial, desenvolveu-se intenso programa de assistência técnica aos estabelecimentos de ensino. No ensino agrícola, a rede de escolas foi melhorada, de modo a atender mais eficientemente às necessidades pedagógicas. Em todos esses setores o Governo promoveu o aperfeiçoamento e treinamento de grande contingente de professores, dando ênfase à especialização de docentes para o ensino técnico, assim como produziu ou adquiriu e distribuiu material didático, prestando assistência direta aos estabelecimentos escolares.

No ensino superior foram reequipadas as unidades escolares, de modo a propiciar-se um ensino mais eficiente; o Estatuto do Magistério, visando a incentivar o corpo docente dêsse nível de ensino, foi pôsto em vigor; foram concedidas especiais condições de aperfeiçoamento aos Centros de Treinamento Avançado, que objetivam ampliar e qualificar convenientemente os quadros de docentes universitários e pesquisadores.

Não descurou o Governo do estabelecimento de condições propícias à democratização de oportunidades através da educação. Além das medidas já citadas de expansão do ensino gratuito, cumpre ressaltar outras, igualmente importantes, de assistência direta aos estudantes.

No ensino primário, onde a deserção e a reprovação se processavam intensamente, o Governo Federal concorreu decisivamente para expandir o Programa de Alimentação Escolar: em 1965 foram distribuídas 5,3 milhões de merendas e 2,2 milhões de almoços diários, atendendo 7,5 milhões de crianças; em 1966, ampliada a ação ao ensino ginásial público, foram atendidos por dia 11,3 milhões de estudantes. A Campanha Nacional de Material Escolar, igualmente, intensificou a produção de cadernos e a aquisição de outros artigos, para distribuição a baixo custo aos jovens brasileiros.

No ensino médio intensificou-se sobremaneira a assistência aos educandos. A CONABE ampliou o número de bolsas de estudo distribuídas. Ao mesmo tempo, criou-se o Programa Especial de Bolsas de Estudo (PEBE), destinado a propiciar, às classes trabalhadoras, reais oportunidades de ascensão na escala social e econômica. Em 1966, ano inicial do Programa, concedeu o Governo cerca de 24 mil bolsas, para gastos pessoais ou integrais, a estudantes carentes de recursos das redes de ensino público e privado, respectivamente, tendo já garantido a expansão do seu número em 1967, até o limite de 70 mil. A Diretoria de Ensino Industrial, por seu turno, mantém um programa próprio de bolsas, tendo agraciado, em 1966, 1.500 alunos dos cursos industriais com os auxílios referidos.

No ensino superior criou-se um programa federal de bolsas de manutenção para os alunos delas necessitados para a conclusão de seus cursos de graduação; a CAPES elevou enormemente a concessão de bolsas no País e no exterior, para futuros docentes e cientistas (em 1963 distribuiu 281 bolsas; em 1964, 334; em 1965, 983, e em 1966, 1.368), em campos prioritários para o desenvolvimento econômico do País e o bem-estar de sua população.

Cumprе lembrar ainda, no caso específico da formação de mão-de-obra, o notável desenvolvimento do Programa Intensivo do Ministério da Educação: desde 1964 até os dias correntes o Programa treinou cerca de 100 mil operários semiqualeificados, qualificados e mestres.

Alguns programas de especial relêvo foram alicerçados, para deflagração imediata: aquêlе referente à alfabetização e educação assistemática nas Capitais das várias Unidades da Federação, e o concernente à distribuição de livros para os alunos e manuais para professôres nos três níveis de ensino, no total de 51 milhões de exemplares, em três anos, gratuitos para os discentes do ensino elementar e médio, e para venda a baixo preço aos alunos do ensino superior, são exemplos de realce.

Reformas básicas imprescindíveis foram levadas a efeito no Governo Revolucionário, especialmente no ensino superior: que-

brou-se o privilégio da gratuidade indiscriminada nos estabelecimentos federais de nível superior, injustificada em um país no qual o ensino médio é ainda predominantemente privado, pago e demasiado oneroso para as condições médias da população nacional; procedeu-se à reestruturação das Universidades brasileiras, ao nível institucional, cedendo-se-lhes, ao nível técnico, a assistência necessária à implantação da reforma, que as tornará muito mais eficientes, sob todos os pontos de vista.

No campo cultural, igualmente, a Revolução deixa uma obra meritória, destinada a integrar a Cultura no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Grupo Executivo da Indústria do Livro, criado em 1965, para atender às reivindicações da indústria editorial, baratear e difundir o livro brasileiro, tornou-se plena realidade, como elemento de ligação entre os editores de livros e o Governo e as entidades monetárias.

Assim é que a nova Carta Magna do País determina completa isenção de impostos, exceto o de renda, para os livros, jornais e revistas e o papel em que são impressos, os quais não poderão ser tributados nem no plano federal nem no estadual ou municipal. Acresce que cerca de um terço do papel destinado a livros, jornais e revistas é financiado pelo Banco do Brasil a longo prazo. A importação de maquinaria moderna para o reequipamento e a expansão do parque gráfico brasileiro está sendo feita em grande escala, graças ao aval dos Bancos Federais e à disponibilidade de divisas estrangeiras pelo Brasil. Os convênios firmados através do Ministério da Educação, e que beneficiarão consideravelmente a indústria do livro no País, colocarão à disposição do estudante brasileiro, nos níveis primário, médio e superior, mais de 50 milhões de volumes nos próximos três anos, prevendo-se a criação de milhares de novas bibliotecas escolares.

As perspectivas para o futuro são, hoje, extremamente promissoras: cumpridas as metas do Plano Decenal de Educação, cuja tônica democrática é evidente, o País poderá, brevemente, dispor de uma estrutura de recursos humanos impulsionadora do pro-

gresso nacional, e orgulhar-se de atingir um estágio de justiça social digno de suas tradições históricas.

Pesquisa

A ação governamental no setor da pesquisa foi extremamente profícua no período 1964-1966.

A concessão de bolsas, com o propósito de estimular o trabalho científico em regime de dedicação exclusiva e visando formar novos pesquisadores, sentiu notável incremento: em 1964, o Conselho Nacional de Pesquisas distribuiu 607 bolsas (546 no País e 61 no exterior); em 1965, essa cifra elevou-se a 853 (777 no Brasil e 76 no estrangeiro); em 1966, finalmente, o número de bolsas concedidas atingiu 1.162, mostrando um acréscimo de 90% sobre o montante referente a 1964. Predominaram os auxílios prestados a pesquisadores atuando em ciências agrônômicas, biológicas e químicas, prioritárias para o desenvolvimento nacional.

Visando a formar uma base informativa sólida para o planejamento da pesquisa no País, passo imprescindível para a maximização dos efeitos dos recursos aplicados nessa atividade, o CNPq concluiu, em 1966, o levantamento dos pesquisadores brasileiros, cujos resultados serão publicados em meados de 1967; justamente nessa época, publicar-se-á o resultado de pesquisa realizada em 1966, visando a definir as condições de trabalho dos pesquisadores nacionais e suas relações com a evasão dos mesmos para o exterior, que no Brasil se apresenta em termos modestos, especialmente em virtude dos incentivos dados ao setor nos últimos três anos. Além dessa preparação para estudos futuros mais profundos, procedeu-se à coordenação de esforços do Ministério da Agricultura, SUDENE, CAPES, BNDE e Universidades, no campo do planejamento da pesquisa a curto prazo.

Em 1967, estarão concluídos ou aprofundados inúmeros trabalhos importantes. O CNPq, por exemplo, terá desenvolvido pesquisas visando à recuperação dos campos cerrados para a agricultura e a pecuária; levado a efeito o treinamento de tecnó-

logos e a integração dos trabalhos em agricultura na Região Nordeste, bem como concluído programas de médio prazo para intensificar a formação de pesquisadores nos setores de geologia, química e agricultura. Outra meta importante a perseguir consistirá no equipamento de alguns centros de treinamento avançado e pós-graduação, pela CAPES, nas diferentes áreas em que atua o CNPq, com o propósito de elevar os cursos de pós-graduação ao nível dos similares estrangeiros, evitando-se, dêsse modo, que jovens cientistas e docentes, a fim de aprofundar seus conhecimentos, tenham que deslocar-se para fora do País.

Saúde

I — Descrição e Análise dos Principais Programas e Projetos Executados em 1966

Coube ao Setor Saúde do EPEA a elaboração do Diagnóstico Preliminar de Saúde e Saneamento, cuja análise da situação de saúde da população brasileira permitiu fôsse elaborada a Política Nacional de Saúde e o conseqüente Plano Decenal de Saúde, a ser inserido no contexto global do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.

A análise dêsse documento revelou os seguintes pontos principais:

1º) A alta mortalidade geral no Brasil é devida principalmente ao grande número de óbitos entre menores de 5 anos de idade.

2º) A vida média ao nascer ainda é baixa, embora tenha passado de 43 anos no decênio 1940-50, para 54 anos e 9 meses em 1964.

3º) À semelhança do que ocorre nos países desenvolvidos, a mortalidade no grupo etário de 50 anos e mais é predominantemente devida aos neoplasmas malignos, às doenças do coração e às lesões vasculares do sistema nervoso central.

4º) As principais causas de morbidade por doenças transmissíveis são: as diarreias infecciosas, a gripe, a pneumonia, a malária, a tuberculose do aparelho respiratório, a esquistossomose mansônica, a doença de Chagas, o sarampo, o tétano, a lepra e a ancilostomose. Ainda as doenças transmissíveis são responsáveis por aproximadamente 40% dos óbitos que ocorrem no País, valendo salientar que o número de mortes por diarreias infecciosas entre crianças menores de 5 anos de idade no Estado da Guanabara foi, em 1960, duas vezes maior que o registrado, em conjunto, na Suécia, França, Holanda, Inglaterra, Canadá, Suíça e Noruega, enquanto a população desse grupo de idade era 33 vezes menor do que a dos países citados.

5º) As regiões geo-econômicas brasileiras que apresentam os mais baixos níveis de saúde, são também as de menor renda *per capita*.

6º) O abastecimento de água às populações está afeto a vários órgãos de diferentes níveis da Administração Pública que vêm funcionando sem coordenação de suas atividades e cerca de 44% das sedes municipais não dispunham, em 1961, de abastecimento público de água, nem sequer de projetos para sua implantação.

Além desse documento, foi elaborado um outro pelo Ministério da Saúde intitulado «Programa de Ação» para o quinquênio 1967/1971, baseado na Política Nacional de Saúde estabelecida para o decênio. Com vistas a u'a melhor atuação junto aos órgãos do Ministério da Saúde, no sentido de orientar e coordenar a Política de Saúde a ser executada nos anos próximos, foi criada e instalada uma Unidade de Planejamento, Avaliação, Pesquisa e Programas Especiais junto ao Gabinete do Ministro.

Campanhas de Contrôlo e Erradicação

Erradicação da Malária — Constitui um dos maiores programas de saúde do Governo, dada a extensão da área sobre que se projeta e a importância de que se reveste a endemia, com transmissão por vezes em áreas ainda não protegidas.

Atende o Governo, com êsse critério, a dois compromissos: um, interno, considerado imperativo nacional para a saúde e o desenvolvimento, outro, externo, relacionado com os compromissos com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)¹ e a Agência Internacional para o Desenvolvimento, do Governo Norte-Americano (USAID), para a execução de um programa de erradicação da malária, de interesse e órbita continental, simultâneo com os que se executam nos demais países sul-americanos.

O índice geral de positividade para malária, no País, era de 12,7% em 1963; em 1964, baixava para 8,8%, caindo a 6,21% em 1965 e a 6,11% em 1966.

Nos 10 Estados e Territórios inteiramente sob a ação de operações de erradicação, o referido índice, que era de 3,10% em 1963, reduziu-se a 2,72% em 1964, para descer a 0,99% em 1965 e apresentar, em 1966, a auspiciosa cifra de 0,55%.

O programa vem sendo incrementado, conforme estabelece o Plano Nacional de Erradicação da Malária, de forma gradual e progressiva, e nêle se prevê que as operações efetivas de erradicação atingirão a totalidade da área malárica do País, até 1970.

No ano de 1966 foram borrifadas, com inseticida, de forma adequada, cêrca de 2 milhões de casas, repetindo-se a operação cada 6 meses. Com essa providência mantêm-se diretamente protegidos 10 milhões de habitantes.

Merece registro também o grande progresso obtido nos Estados do Nordeste e no Paraná, nos quais áreas consideráveis estão livres da endemia, graças às operações de erradicação que lograram interromper a transmissão da malária.

Os investimentos do Governo na Campanha de Erradicação da Malária vêm apresentando curva ascensional considerável. De 5,5 bilhões de cruzeiros em 1963, alcançaram 24,5 bilhões em 1966.

Erradicação da Variola — A constante redução do número de casos e de óbitos por variola em tôdas as Regiões, notadamente no Norte, Nordeste e Leste, evidencia, de maneira clara, os resul-

tados gerais relativamente bons da fase de ataque da Campanha Contra a Variola no Brasil. Em dois anos e meio, o Ministério da Saúde vacinou 25 milhões de pessoas contra a variola, enquanto que, nos dois anos anteriores a 1964, só haviam sido vacinadas 2 milhões de pessoas.

Com maiores recursos materiais advindos de ajuda internacional e também com créditos suplementares que deverá receber, a Campanha poderá, na sua fase de ataque, ser concluída num período de 3 anos com resultados quantitativos correspondentes a cerca de 90% da população estimada para o ano de sua conclusão em cada Unidade Federada. A aquisição de 150 pistolas injetoras tem permitido vacinar 150.000 pessoas por hora e o resultado dessa vacinação em massa já pode ser visto pelo número de casos verificados no primeiro semestre de 1966, que foi de 169, comparado com 2.120 casos verificados no ano anterior. Foram até o presente atendidos os Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Guanabara, Território do Amapá e Distrito Federal, continuando os trabalhos em mais 12 Unidades Federadas.

Verminoses — Ainda é grande a massa de habitantes das áreas rurais parasitada por helmintos. A utilização de águas impróprias para o consumo, a poluição do solo com dejetos humanos e os ambientes domiciliares anti-higiênicos são fatores determinantes do grande número de pessoas infectadas com ancilostomídeos, em quase todo o território nacional.

Durante o ano foram realizados cerca de 2.000.000 de exames coprocópios, tratando-se aproximadamente três milhões de doentes com anti-helmínticos e ferruginosos, através dos Postos do DNERu, das Secretarias dos Estados e dos Municípios, além de entidades assistenciais que trabalham em estreita colaboração com o Departamento.

Combate à Doença de Chagas — Como um dos mais sérios problemas de saúde do Brasil, a profilaxia da Doença de Chagas tem-se enfatizado nos 2 últimos anos, alargando-se a área de expurgos domiciliares à zona do Nordeste onde os inquéritos têm demonstrado alta incidência de triatomíneos vetores do *T. Cruzi*.

Utilizando o BHC à 30% de isômero-gama, inseticida de ação tóxico-residual, foram desinsetizados em 1966 mais de 1.000.000 de prédios, nos Estados do R. G. do Sul, Paraná, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Alagoas, R. G. do Norte, Ceará e Distrito Federal.

Ainda não se conhece método de tratamento da doença.

Combate à Esquistossomose — Está em plena execução o projeto de estudos dos métodos para controle da doença, em 4 áreas-piloto da Guanabara, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, onde se vêm testando novas substâncias moluscidas e quimioterápicas de ação esquistossomicida, visando o tratamento de doentes.

Em outras zonas dos Estados do R. G. do Norte, Paraná e Distrito Federal realizam-se testes terapêuticos visando novos medicamentos.

Durante o ano, ainda se realizaram as atividades de profilaxia clássicas e que se vêm aplicando há alguns anos.

Febre Amarela — Um surto de relativa intensidade ocorreu no sul do País onde se verificaram 21 casos de febre amarela silvestre.

Estes surtos epizooticos são observados ocasionalmente em algumas zonas cobertas de mata, para onde o vírus é transportado, possivelmente, da região enzoótica da Amazônia.

A profilaxia da doença se faz pela vacinação com a cepa 17 D, que confere imunidade por longo periodo.

No ano de 1966 foram imunizadas mais de 3.500.000 pessoas, além de vigilância *antiaegypti* em portos e aeroportos de trânsito internacional.

Filariose — Doença de incidência focal, ocorre em Belém e Recife, com outros pequenos focos na Bahia e S. Catarina.

Além do controle dos criadouros do *Culex pipiens fatigans*, faz-se também o tratamento de doentes com Filariosan. Em 1966, fizeram-se mais de 500.000 exames de sangue e trataram-se mais de 10.000 doentes.

Peste — Ocasionalmente ocorrem pequenos surtos de peste humana, como se verificou em 1966, com alguns casos no Ceará, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. A profilaxia se faz com a aplicação de inseticida de ação tóxico-residual no interior dos domicílios, além de desratização com cianogás e fluoracetato de sódio e medidas de anti-ratização.

Em 1966, foram feitas mais de 800.000 despoluições, inspecionando-se quase 1.500.000 prédios.

Tuberculose — A política de ação na luta contra a tuberculose tem consistido, antes de tudo, em valorizar teticamente as quase quatrocentas unidades médico-sanitárias, entre hospitais e dispensários espalhados pelo território brasileiro, mercê da implantação de métodos padronizados de diagnóstico e tratamento da doença, do treinamento do pessoal e da supervisão dos serviços. Quanto à expansão da atividade da Campanha Nacional Contra a Tuberculose, esta resultou, sobretudo, de ajustes, acôrdos e convênios com outras entidades que operam no campo da Saúde Pública e, por isso mesmo, podem inserir a parte de tuberculose em sua rotina com mínima despesa e enorme proveito. Por esse meio, em 70 unidades da Fundação SESP já foi instituído tal trabalho, beneficiando largas áreas do interior do País. Vale salientar, por fim, que o programa de construção de leitos para tuberculosos, ampliados no último biênio com 200 leitos no Sanatório de Belém e novas unidades hospitalares em Pôrto Alegre e Natal, estará concluído ainda no atual Governo, graças ao próximo funcionamento dos hospitais de Londrina e de Cuiabá, em cooperação com os respectivos governos estaduais.

Saneamento

A cargo do Departamento Nacional de Endemias Rurais, está em plena execução a campanha de construção de fossas procurando dotar o maior número de moradias da área rural com adequada destinação de dejetos humanos. Foram instaladas aproximadamente 12.000 fossas em 95 municípios, principalmente na área

endêmica da esquistossomose. Concluídas 29 obras de abastecimento d'água, continuam em execução mais 17 sistemas em vários Estados do Brasil.

Foi assinado, entre o Governo brasileiro (Banco Central) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um contrato, no valor de US\$ 15.000.000, do qual é interveniente a FSESP, para o financiamento de abastecimento d'água para pequenas comunidades, já tendo sido elaborado um plano, visando a beneficiar cêrca de 200 comunidades, em três anos.

Simultâneamente, a FSESP atuou em quase todos os Estados da Federação, realizando trabalhos de engenharia, dos quais podem ser destacados os relativos a abastecimento d'água, pesquisas de vários tipos e reformas ou construções de unidades sanitárias e hospitalares.

O resumo destas principais atividades vem a seguir, por número de localidades:

Execução de obras de abastecimento d'água	122
Trabalhos de abastecimento d'água em pequenas localidades	11
Pesquisas d'água de subsolo	19
Estudos de abastecimento d'água em pequenas localidades	12
Operações de Serviços d'Água e Esgotos	85

Estudos e Pesquisas

Grande ênfase tiveram as pesquisas e estudos sôbre vários problemas de saúde pública. A peste e a esquistossomose foram estudadas em áreas-pilôto, por equipes de técnicos nacionais e pesquisadores estrangeiros de alto conceito. Novas substâncias moluscicidas e quimioterápicas vêm sendo testadas, ao mesmo tempo que métodos conjuntos são aplicados nas áreas sob observação, visando equacionar os meios mais eficientes para o contrôlo da esquistossomose. Além dêstes estudos realizam-se pesquisas visando à vacinoterapia do tracoma e leishmaniose, novos anti-helmínticos, macrofilaricidas e também pesquisas sôbre toxoplasmose, arbovírose e brucelose.

Através do Instituto Oswaldo Cruz foram realizadas investigações clínico-epidemiológicas das doenças infectuosas e parasitárias além de investigações de campo e ecológicas necessárias ao esclarecimento de problemas de epidemiologia, de profilaxia e tratamento de doenças. Foram publicados mais de cem (100) trabalhos científicos originais.

Através do Instituto Evandro Chagas, da Fundação SESP, prosseguiram os estudos sobre o vírus na região Amazônica e a pesquisa aplicada nos campos da bacteriologia e da parasitologia, com vistas ao trabalho de saúde pública.

Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal

Criação da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, de acôrdo com a Lei n.º 5.019 de 7-6-66, que autorizou sua instituição e o Decreto n.º 59.050 de 11-8-66, que aprovou seus Estatutos, registrados sob número 15.696 — Livro A 7, em 22-8-66, no cartório do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, atribuindo-lhe a manutenção da Escola Nacional de Saúde Pública, do Colégio Técnico e de outros estabelecimentos de ensino de saúde pública. Foram realizados 10 cursos com a frequência total de 132 alunos, assim discriminados:

	Alunos
Saúde Pública para médicos	10
Saúde Pública para veterinários	9
Saúde Pública para enfermeiros	22
Saúde Pública para farmacêuticos	5
Fisiologia clínica e sanitária	17
Educação Sanitária	8
Saúde Mental	16
Odontologia Sanitária	16
Organização e Administração hospitalares	12
Visitadoras sanitárias	17

Além disso, foram realizados 3 cursos descentralizados, sobre atualização em Saúde Pública, em convênio com as Secretarias de Saúde de Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

O Instituto Oswaldo Cruz realizou um Curso de Aplicação, com duração de um ano diplomando 16 especialistas, e um curso avançado sobre Aplicação dos Radioisótopos em Biologia, no qual foram diplomados 10 especialistas.

Pela Fundação SESP foram concedidas 977 bolsas de estudo, assim distribuídas: Pessoal Graduado 439, Formação de Graduados 13, Pessoal Auxiliar 335, Pessoal Técnico e Administrativo 190.

Atividades de Assistência Hospitalar

Concluído o grande conjunto do Hospital Pinel, na Guanabara, com 300 leitos, que funcionará como unidade de ensino e assistência. Concedidos aos Estados auxílio no montante de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, para prosseguimento e conclusão de obras e para manutenção de hospitais psiquiátricos.

Através da Divisão de Organização Hospitalar, foram concedidos auxílios no montante de treze bilhões e trezentos e cinco milhões de cruzeiros, para manutenção, obras e equipamentos de instituições hospitalares nas Unidades da Federação. Prosseguidos os trabalhos do Censo Hospitalar do Brasil, realizado em 1965, e prestes a ser divulgado.

Atividades Médico-Sanitárias

Sob a responsabilidade da Fundação SESP, estiveram em funcionamento em todo o território nacional, 197 Unidades Assistenciais as quais realizaram, aproximadamente, 5.500.000 atendimentos.

Assistência à Maternidade e à Infância

Adquiridas 450 toneladas de leite em pó, da Fábrica de Pelotas, operada por cooperativa que congrega 4.000 pequenos produtores de leite.

Estudadas pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 55.979, de 22-4-65, diversas bacias leiteiras de Alagoas, Bahia e Paraná. Selecionada a bacia leiteira de Pão de Açúcar, Alagoas, para construção de nova fábrica de leite em pó para fins assistenciais, cujo anteprojeto de construção se acha em fase final de elaboração e que prevê a industrialização de 100.000 litros diários de leite.

Iniciada a construção de quatro (4) Centros Experimentais de Assistência ao Pré-Escolar, sendo um em Teresina, Piauí; dois em Natal, Rio Grande do Norte; e um na Guanabara.

Foram beneficiadas 55.000 mães e crianças do Estado do Rio Grande do Sul com a distribuição das 450 toneladas de leite em pó, provenientes da Fábrica de Pelotas, tendo sido distribuídas 10.000 toneladas de leite em pó, doadas por «Alimentos para a Paz» e que beneficiaram 600.000 indivíduos do mesmo grupo vulnerável em outras Unidades da Federação.

Distribuídos auxílios às Obras de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância, em todo o território nacional, no montante de Cr\$ 970.000.000.

II — Sumário dos Principais Programas e Projetos Levados a Cabo nos Anos de 1964 e 1965

Atividades de Assistência Hospitalar

Realizado o «Censo Hospitalar» instituído pelo Decreto número 55.643, de 27 de janeiro de 1965, para coleta de elementos mínimos indispensáveis ao pleno conhecimento da rede hospitalar brasileira, a fim de permitir uma atuação objetiva e realística do Ministério.

Instituído o Plano de Inspeções Hospitalares que permitiu melhor aplicação dos auxílios governamentais concedidos às instituições hospitalares.

Editados as «Normas para construções hospitalares» e o «Regimento Hospitalar».

Estabelecidos acôrdos de financiamento na França e na República Federal da Alemanha, no montante de 15 bilhões de cruzeiros, para importação de material e equipamento hospitalar sem similar nacional.

Saneamento

Construídos e postos em funcionamento sistemas de abastecimento de água em 52 cidades do interior.

Assegurada a concessão de empréstimo, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, equivalente a 15 milhões de dólares, para financiamento parcial de sistemas de abastecimento d'água em 200 comunidades do interior e para a conclusão do projeto da cidade de Salvador, Bahia.

Campanhas de Combate e Erradicação

Reestruturada a Campanha de Erradicação da Malária pela Lei nº 4.709, de 28 de junho de 1965, o que permitiu expansão da fase de ataque a essa endemia nos estados do Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Piauí, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina e nos Territórios de Rondônia e Amapá.

Tôda a área malarígena brasileira foi trabalhada nas diversas fases operacionais de forma permanente e continuada.

A Campanha Nacional contra a Variola efetuou 13 milhões e 500 mil vacinações.

Adquiridas e distribuídas 6 milhões setecentos e cinquenta mil doses de vacina antipólio (Sabin).

Administração

Durante o período, foram produzidas, aproximadamente, 60 milhões de doses de vacina antivariólica, 9 milhões de doses de vacina antiamarílica e 8 milhões de doses de vacina antitífóidica.

Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal

Adquirido um imóvel em esqueleto com uma área de 14 mil metros quadrados e realizadas as obras de acabamento e adaptação, para instalação da Escola Nacional de Saúde Pública.

Construída a sede da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, com capacidade para 100 alunas do curso de graduação em enfermagem e 100 alunas do curso de auxiliar de enfermagem.

Estudos e Pesquisas

Pôsto em execução um plano-pilôto para o controle da esquistossomose em quatro áreas diferentes: em Minas Gerais, na Bahia, em Pernambuco e na Guanabara.

Instalado e pôsto em funcionamento um projeto-pilôto para o controle da peste em Garanhuns e reequipados laboratórios do Instituto Agêu Magalhães.

III — Apresentação dos Principais Programas e Projetos Definidos como Prioritários para o Ano de 1967

Atividades Médico-Sanitárias

Expansão da infra-estrutura médico-sanitária nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, num total de 52 unidades sanitárias a serem construídas e instaladas pela Divisão de Organização Sanitária.

A Fundação Serviço Especial de Saúde Pública deverá instalar e manter 4 unidades na região Norte, 42 na região Nordeste e 25 no Estado de Minas, que, acrescidas às Unidades Sanitárias já em funcionamento, sob sua responsabilidade, totalizarão 382 Unidades.

Atividades de Assistência Hospitalar

Ampliação das áreas de financiamento interno e externo para o reequipamento hospitalar das entidades oficiais e particulares.

Melhoria e ampliação do atual Manicômio Judiciário Heitor Carrilho e construção de novos Pavilhões na Colônia Juliano Moreira.

Manutenção de 11 estabelecimentos hospitalares para tuberculose, inclusive do Sanatório de Cuiabá, a ser inaugurado em março.

Ampliação do Hospital do Instituto Nacional do Câncer, e auxílio para reequipamento de hospitais-padrão de combate ao câncer em Pôrto Alegre, Campos e Goiânia.

Assistência à Maternidade e à Infância

Implantação de novas fábricas de leite em pó operadas por cooperativas de pequenos produtores.

Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal

Curso de Saúde Pública para 60 alunos, com duração de 10 meses, 11 cursos diferenciados com duração média de 6 meses para 220 alunos e outros de menor duração para um total de 75 alunos.

Administração

Centralização de repartições do Ministério, através da construção, na Guanabara, de um bloco com área de 12.000 m².

Campanhas de Contrôlo e Erradicação

Erradicação da Malária — Em obediência ao Plano Nacional da Erradicação da Malária, tôda a área malarígena brasileira será trabalhada nas diversas fases operacionais, mantendo sob operações de erradicação cêrca de 3 milhões de domicílios.

Combate à Doença de Chagas — Serão expurgados um milhão duzentos e quarenta mil domicílios em 30.186 localidades de 14 Estados, para o que serão consumidas 860 toneladas de BHC.

Combate à Esquistossomose — Como decorrência dos bons resultados obtidos nos projetos experimentais (áreas-piloto), serão ampliadas as atividades de profilaxia nas regiões de maior incidência, notadamente nos Estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe, Alagoas, Minas Gerais e Goiás.

Erradicação da Variola — Conclusão do programa de erradicação em 3 Unidades da Federação e vacinação de aproximadamente 35 milhões de pessoas.

Combate à Tuberculose — Expansão da ação dispensarial às regiões do interior do País, mediante o aproveitamento da rede de Unidades Sanitárias Estaduais.

Vacinação contra a Poliomielite — Serão fornecidas aos Estados e Territórios 8 milhões de doses de vacina Sabin, que beneficiarão a 3 milhões de crianças.

IV — Conclusões e Observações sobre a Política do Setor Saúde

O nível de saúde de uma sociedade está na dependência da quantidade de bens e serviços de que dispõe. Resulta, pois, da interação de numerosos fatores e condições, e sua elevação não depende, apenas, da quantidade dos serviços de saúde à disposição das populações. Entretanto, deve ressaltar-se que a utilização de recursos tecnológicos, no campo da saúde, determina modificações favoráveis nos demais fatores e condições que afetam o padrão de vida, por melhorarem o nível de saúde dos indivíduos. Daí porque são de alta rentabilidade os investimentos em benefício da saúde do homem.

Ao Ministério da Saúde cabe assegurar as condições necessárias para o emprego judicioso desses recursos, seja executando diretamente determinadas atividades, seja prestando assistência técnica e financeira aos Estados, Municípios e entidades particulares, seja, ainda, estabelecendo normas técnicas de ação para todo o território nacional.

Estudos da situação sanitária brasileira permitiram salientar os seguintes aspectos:

- elevadas taxas de mortalidade e morbidade, provocadas principalmente por doenças transmissíveis;
- alta percentagem de população que não dispõe de serviços de abastecimento de água e de remoção de dejetos;
- distribuição inadequada dos recursos médico-sanitários no território nacional;
- baixo rendimento na produção de serviços pelas instituições de proteção e recuperação de saúde.

Como decorrência dessas verificações, decidiu-se que a Política Nacional de Saúde deverá visar:

- à intensificação do combate às doenças transmissíveis;
- ao aumento de produtividade do sistema de proteção e recuperação da saúde, para manutenção da atual taxa de satisfação da demanda de assistência médica;
- à expansão da rede de unidades locais de saúde.

Para atingir êstes objetivos, são consideradas indispensáveis e prioritárias as seguintes medidas:

- criação dos instrumentos institucionais e legais capazes de assegurar ao Ministério da Saúde a coordenação das atividades de saúde do Setor Público Federal;
- estabelecimento de um sistema nacional de estatísticas da saúde, que possa fornecer informações uniformes e oportunamente processadas, para satisfazer as necessidades administrativas e de planejamento;
- melhoria da qualificação do pessoal profissional e intensificação da formação de pessoal de nível médio auxiliar, como um dos meios para o aumento de produtividade e a ampliação da cobertura dos serviços de saúde;
- formulação de um programa de pesquisas, visando a encontrar as melhores formas de aplicação dos recursos

humanos, tecnológicos e financeiros na solução dos problemas nacionais de saúde;

- ampliação das campanhas de âmbito nacional contra as doenças transmissíveis, cujo combate se baseia na aplicação de agentes imunizantes ou de inseticidas de ação residual ou no emprêgo em massa de recursos terapêuticos;
- assistência técnica e financeira para projetar, construir e operar serviços de abastecimento de água e de remoção de dejetos;
- ajuda financeira visando a incentivar a ampliação do número de unidades locais de saúde, responsáveis pela execução de atividades básicas, dentro de um sistema regionalizado de administração; e
- colaboração técnica e financeira com as instituições que prestam assistência médica, visando à sua melhor distribuição no País e ao aumento de sua produtividade.

Essas, as premissas em que assenta o Programa de Ação a ser pôsto em execução pelo Ministério da Saúde, a partir do corrente ano.

Previdência Social

Longa tem sido a caminhada da previdência social desde a criação, em 1923, das Caixas de Aposentadoria e Pensões, organizadas à base de emprêsas. Foi inegavelmente a partir de 1930 que se instaurou entre nós a idéia da impostergabilidade de um sistema previdenciário que se escudasse em bases técnicas rigorosas. É que, em verdade, resulta êle de uma consequência lógica da industrialização, e tôda sociedade que se estrutura em base industrial necessariamente deve constituir um sistema de proteção ao homem contra o infortúnio, e bem assim, contra os eventos fatais que o colocam na impossibilidade de receber os meios indispensáveis à sua subsistência e à de sua família, ou, em caso de morte, de amparar seus dependentes até que possam prover sua própria manutenção.

Uma sociedade constituída em bases nitidamente agrárias é, pela sua própria natureza, solidarista, e se estrutura em regime patriarcal. Já a sociedade industrializada perde essa característica de natural proteção paternalista, e, por isso, carece mais urgentemente de um sistema previdenciário de proteção ao trabalhador. Torna-se, assim, necessária a criação de um efetivo regime de seguridade social, utilizando-se, porém, a técnica do seguro, que repousa na compensação estatística das conseqüências dos riscos eventuais. Baseado na expansão sempre crescente do número de segurados-contribuintes, pode-se mesmo assegurar que a criação de um sistema único de previdência, ao invés da atomização do regime segundo o critério de categorias profissionais, é uma determinante da racionalização administrativa e da solidez econômica do próprio sistema.

Nesse sentido uma série de medidas foram postas em prática, culminando com a reforma administrativa do sistema de previdência para o fim de adaptá-lo à conjuntura nacional e ao espírito reformista da Revolução. Duas opções foram então submetidas a exame. Uma sugeria a reformulação total do sistema, inclusive a de sua legislação, e a criação simultânea de Ministério específico para os assuntos de previdência social. Sôbre ser mais complexa e demandar maiores estudos e providências administrativas de grande profundidade, a reformulação em termos ministeriais constituiria ainda pesado ônus ao País. Já a segunda opção atendia melhor às exigências requeridas. Tratava-se de um plano de unificação administrativa de tôdas as entidades previdenciárias, sob a égide de um órgão único: o Instituto Nacional de Previdência Social. Esta segunda alternativa, mais simples que a anterior, de execução menos complexa e atendendo convenientemente ao aspecto administrativo, oferecia a vantagem de proporcionar ao Governo uma substancial economia, o que se afigurava da mais alta importância, levando-se em conta as exigências do programa de contenção de despesas, impôsto pela necessidade de acelerar-se a reconstrução econômica nacional.

O Governo optou pela segunda forma. A unificação do sistema, todavia, não acarretará nenhuma modificação no elenco

dos benefícios regulamentares ou redução dos serviços de assistência médica já outorgada aos trabalhadores. Ao contrário disso, ela tem em vista justamente racionalizar os serviços, evitar o paralelismo de ação e a pluralidade de instituições, o que não só é dispendioso, mas, também, incômodo e prejudicial aos segurados e, sobretudo, imprimir uma orientação única às diretrizes que todo o sistema previdenciário deverá obedecer.

Fortes e indiscutíveis as razões que militavam a favor da unificação do sistema. Basta recordar o tumulto e o desperdício resultantes da existência, em uma mesma localidade, de vários órgãos incumbidos dos mesmos deveres, mas confinado cada um ao atendimento de uma área específica ou de uma categoria profissional ou social. A par do desperdício econômico e administrativo decorrente desta multiplicidade, o antigo sistema oferecia o espetáculo, incompreensível de um lado e inaceitável de outro, de permanecerem inúmeras localidades do País desprovidas de qualquer órgão da previdência social, exatamente porque, em virtude da divisão de áreas, nenhum dos Institutos encontrava motivos suficientes para a instalação de órgão próprio. Acrescente-se a êsses dois extremos o caso de uma localidade que não apresentava condições para instalação senão do órgão de um dos Institutos, hipótese em que se depara o fenômeno injustificável de serem atendidos apenas os segurados filiados a êsse Instituto, permanecendo os demais ao desamparo do sistema, quando a lei impõe as mesmas obrigações e os mesmos direitos a todos os trabalhadores urbanos, indistintamente.

Tal situação somente poderia ser superada, em termos realísticos, através da unificação de todo o sistema de previdência social — o que foi concretizado por intermédio do Decreto-lei nº 72, de 21 de novembro de 1966. Graças à economia resultante da fusão levada a efeito se tornará possível, daqui por diante, estender a rede administrativa previdenciária a regiões mais longínquas. Além disso, a unificação possibilitará a desburocratização dos serviços, a simplificação dos métodos e processos de trabalho e, em conseqüência, tornará mais célere a concessão dos benefícios, com evidente redução nos custos operacionais.

Em antecipação à unificação do sistema de previdência social o Governo elaborou e pôs em imediata execução um plano de coordenação das providências indispensáveis à solução racional do problema. Trata-se do Plano de Ação para a Previdência Social, cujo objetivo é a supervisão da reforma executada, através de estudos antecipados sobre o sistema de padronização das rotinas e a uniformização dos métodos de trabalho, visando à adoção imediata de padrões mais elevados na prestação de serviços. Esse plano estabelece, igualmente, uma programação prioritária que define a política do Governo no campo da previdência social, ao mesmo tempo que passa a orientar os executores, os empresários, os segurados e demais interessados nessa política.

O Plano é complexo e abrange todos os setores do sistema previdenciário, cabendo-lhe, entre outras tarefas, as seguintes: no que diz respeito aos benefícios — a) imprimir orientação antiburocrática e humanista na prestação dos serviços; b) realizar o censo dos beneficiários; c) expandir a rede de atendimentos, mediante a criação de novos postos; d) descentralizar as fases de habilitação e de pagamento de benefícios, por meio de convênios; e) rever as normas específicas, com o objetivo de simplificar e unificar os procedimentos; f) padronizar os formulários; — no que tange à assistência médica: a) seleção preferencial dos riscos e cobertura, quanto possível, integral dos ônus financeiros do tratamento; b) assistência ampla pré-natal; c) custeio parcial dos serviços prestados em regime de livre escolha; d) manutenção de serviços médicos assistenciais próprios tão-somente em caráter pioneiro e utilização sistemática para prestação da assistência médica dos serviços de terceiros, observada uma ordem prioritária; e) análise permanente e sistemática, por profissionais vinculados aos Institutos, da atuação desenvolvida pelos serviços médicos de terceiros, com vistas à manutenção do atendimento em nível compatível com a comunidade.

O Plano, além das providências acima enumeradas, no terreno ainda da assistência médica, tem por alvo a execução do seguinte programa: a) extensão a todo território nacional da assistência à maternidade e aos casos de males enquadrados como grandes riscos, mediante credenciamento generalizado de profissionais e de

serviços médicos especializados; b) constituição de comunidades de serviços médicos da previdência social, mediante uso dos órgãos próprios já existentes, ou convênios; c) conclusão das obras de edificação e de instalação de hospitais, casas de saúde e ambulatórios para uso geral da previdência, de maneira a colocá-los em funcionamento com a maior urgência possível; d) utilização em comum pelas instituições de seus serviços próprios; e) aquisição centralizada de material de equipamento, de largo e contínuo uso, ou altamente especializado, para utilização das mesmas autarquias. Em relação à cobertura dos riscos de acidentes do trabalho, o Plano tem em vista as seguintes diretrizes: a) integrar o acidente do trabalho no plano normal de benefício, já agora do novo Instituto; b) delegar às empresas filiadas à previdência social serviços de prestação da assistência médica e de pagamento das mensalidades aos acidentados; c) premiar, com redução de taxas, as empresas que mantenham sistema de prevenção de acidentes do trabalho, de forma que as mesmas paguem somente o custo operacional de cobertura do risco.

Dentro dessa mesma área de ação, o Plano executará o seguinte programa: a) extinção dos Departamentos de Acidentes do Trabalho e incorporação de suas atividades aos setores correspondentes; b) instituição de campanha publicitária sobre a integração do seguro de acidentes do trabalho, com vistas a assistir às empresas sujeitas ao regime da previdência social; d) celebração de convênios, para prestação de serviços, com as empresas interessadas.

Além desses objetivos, que são de elevado alcance social e humano, o Plano de Ação para a Previdência Social teve a incumbência de reformular o sistema de arrecadação, racionalizar as atividades de Procuradoria, padronizar e uniformizar os serviços de contabilidade e dar nova dinâmica à administração geral. Constituiu-se, assim, numa providência de natureza programática, indicando o elenco de medidas administrativas necessárias à racionalização dos serviços previdenciários, representando um pensamento racional e seguro em relação aos principais problemas que a previdência terá de enfrentar.

Ao lado da unificação do sistema de previdência social, o Governo, tendo em vista melhorar o atendimento dos segurados e suas famílias, mas, igualmente, levando em conta os interesses das empresas e da sociedade em geral, promoveu, através do Decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966, algumas alterações na Lei Orgânica da Previdência Social. Entre essas alterações, devem ser citadas as seguintes: elevação do teto dos benefícios para dez vezes o valor do maior salário mínimo, ao mesmo tempo em que, por um correto princípio atuarial, se eleva também a receita de contribuição; a atualização, igualmente, dos benefícios tôdas as vezes que se alterar o salário mínimo, visando com isso que êles sejam pagos sempre em têrmos de moeda real.

De apreciável interesse para o segurado e até mesmo para a empresa, são, também, as medidas simplificadoras instituídas no referido diploma legal em relação ao processo de inscrição dos segurados, que começam atribuindo validade plena, para fins de previdência, às anotações constantes da carteira profissional, que assim ganha maior expressão como documento básico do trabalhador, poupando-se à empresa o trabalho de fornecer atestados e declarações com elementos já constantes da carteira. Nesse mesmo ato é previsto, igualmente, a possibilidade de emissão de uma carteira especial para os trabalhadores autônomos, e se estabelece que o custeio da emissão de carteiras profissionais corra por conta da previdência social.

Esse estatuto legal introduziu outras e profundas modificações na LOPS, tôdas destinadas a beneficiar os segurados e racionalizar os serviços, convindo ressaltar as seguintes providências: eliminação do limite máximo de vinte e quatro meses em relação ao auxílio-doença, passando êle a ser mantido enquanto houver incapacidade para o exercício da profissão habitual do segurado; a aposentadoria por invalidez já não dependerá de exame médico nos casos de moléstia que acarrete segregação compulsória; dissociação do auxílio-natalidade, benefício em dinheiro, da assistência médica, que será prestada em caráter obrigatório, mas sem que dela dependa, como ocorria antes, a fixação do valor do auxílio em dinheiro; reformulação do critério para a concessão da aposentadoria por tempo de serviço; e, no que diz respeito à assistên-

cia médica, instituição da contratação de serviços de hospitais e outros estabelecimentos mediante pagamento global, ou seja, pagamento conjunto da hospitalização e dos cuidados médicos, sem se estabelecer distinção entre as duas parcelas.

Todos êsses atos constituem um sistema e obedecem a uma orientação de natureza política bem definida. Não são atos isolados, e sim uma verdadeira reformulação dos princípios norteadores e da sistemática da previdência social. Ao invés de buscar ignorar as causas do seu mau funcionamento, tomou o Governo uma decisão corajosa: os males de há muito estavam diagnosticados; urgia dar-lhes solução racional. Pode-se, pois, hoje falar em nova previdência social, tão profundas e extensas são as modificações introduzidas no sistema. Os princípios gerais que as nortearam podem ser assim resumidos: racionalidade administrativa; economia de meios; descentralização e exequibilidade mais célere das decisões. Os objetivos a atingir, através do novo sistema, são: igualdade de tratamento a todos os beneficiários da previdência social, nivelamento dos serviços, não tomando como padrões os ineficientes, mas ao contrário, adotando como paradigma o bom nível atingido por alguns serviços; mais ampla possibilidade de atendimento a um maior número de beneficiários, graças à concentração da receita e à economia quanto às despesas da máquina administrativa; atendimento irrestrito do segurado e seus dependentes como clientes que têm direito aos serviços e aos benefícios, e não como postulantes de um favor; interiorização da previdência, de maneira a atender, não apenas aos grandes centros, mas também aos núcleos populacionais do interior, atualmente desassistidos de qualquer proteção, inclusive dos serviços de natureza médica; simplificação burocrática, mediante a padronização e formulários e adoção de carteira profissional como documento único necessário à obtenção dos benefícios.

Habitação

A Situação Habitacional Antes da Revolução

O problema habitacional do País, antes da Revolução de Março de 1964, apresentava uma situação extremamente caótica.

Enquanto se processava intenso aumento demográfico, e se verificava em torno das cidades uma expansão em ritmo duas ou três vezes maior que o próprio aumento geral da população, os órgãos governamentais, totalmente descapitalizados, ou vivendo à custa de minguados recursos orçamentários, achavam-se praticamente paralisados, e o setor privado também em crise, tendendo para a estagnação.

A Fundação da Casa Popular, mal dispendo de recursos para manter seu próprio pessoal, não conseguiu em 15 anos construir mais de 17.000 habitações. Os Institutos de Previdência Social, cujas Carteiras Habitacionais haviam demonstrado certa atividade a partir do Governo Dutra, quase se limitavam a manter os conjuntos já construídos, embora dispusessem de vultoso patrimônio em terrenos e glebas adquiridos anteriormente. Nas Caixas Econômicas Federais, a concessão de empréstimos imobiliários, constituindo enorme subsídio em face da inflação e da ausência de Correção Monetária, se transformava em verdadeira doação.

Do lado do setor privado, as sucessivas leis de congelamento de aluguéis retiravam qualquer possibilidade de incentivo ao investimento em habitação. Daí o paradoxo anteriormente apontado: a um incremento demográfico e a uma enorme expansão urbana, correspondia precisamente uma menor oferta de habitações para venda ou locação. A inversão total em habitação, dentro do conjunto das Contas Nacionais, correspondia a uma percentagem extremamente baixa, de cerca de 2%, ou pouco mais, do Produto Interno Bruto. O chamado *deficit* habitacional, definido pelo número de habitações rústicas ou carentes dos requisitos mínimos de higiene e conforto, correspondia a cerca de 8 milhões de habitações, num total de 16 milhões de domicílios.

A razão fundamental dessa carência habitacional explicava-se, de um lado, por um conjunto de leis antigas e obsoletas, quando não demagógicas, que impediam dispusesse o Governo de uma autêntica Política Habitacional, e, de outro lado, pela falta dos necessários mecanismos institucionais. Tudo conspirava para a situação se tornar cada vez mais crítica: havia inflação sem que houvesse correção monetária para exigir um retorno dos empréstimos em termos reais; havia alguns poucos órgãos encarregados de

cuidar do assunto, mas sem dispor de organização e dos recursos adequados; havia um excesso de restrições legais, que, a pretexto de proteger o inquilino, retiravam qualquer possibilidade de incentivo ao investimento da poupança privada na construção de casas para aluguel; não existiam órgãos de fomento, nem de estímulo à poupança; por fim, desaparecera o investimento público em habitação, enquanto o setor privado, devido à falta das necessárias facilidades de crédito, limitava-se à construção de residências financiadas exclusivamente pelos respectivos proprietários. Não é de estranhar-se, pois, que as favelas continuassem a crescer em torno das grandes cidades, porque as classes de pequena renda familiar, precisamente as que mais necessitam de assistência do Estado em matéria de financiamento, não encontravam qualquer apoio nos deficientes órgãos existentes.

Por tôdas essas razões, uma das primeiras preocupações do Governo foi a de encaminhar ao Congresso Nacional o projeto que deu lugar à Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Pela primeira vez, via-se o Governo brasileiro interessado na implantação de uma Política Habitacional, que jamais existira anteriormente. A Lei nº 4.380, a par do seu profundo espírito social, terá também as mais inestimáveis conseqüências porque o Plano Nacional de Habitação vai acarretar uma repercussão em tôda a economia do País, quer pelas perspectivas de novos empregos, quer pelo seu efeito multiplicador na indústria de materiais de construção, móveis e utensílios.

A criação do Banco Nacional da Habitação, como órgão primordialmente de fomento, e não de construção de habitações, estas deixadas a cargo da iniciativa privada, foi assim a peça mais importante na implantação de todo o sistema financeiro da habitação, juntamente com a criação também do instituto da correção monetária, das Sociedades de Crédito Imobiliário, das Letras Imobiliárias, etc.

Depois das dificuldades iniciais, é fora de dúvida que muito se fez nestes últimos três anos visando implantar-se o Sistema Financeiro da Habitação, dentro da filosofia prevista na Lei nº 4.380, isto é, no sentido de constituir-se o Banco Nacional da Habitação

num órgão de fomento e de distribuição do crédito, estimulando, por outro lado, o espírito de poupança e deixando às empresas o papel que lhes deve caber de promotoras e executoras das iniciativas e projetos. Nas faixas da população de baixa renda familiar, caberá ainda aos órgãos governamentais, estaduais ou municipais, e com o suporte financeiro do BNH, a promoção e a assistência indispensáveis àquelas faixas, pelas quais não se nota maior interesse de parte da iniciativa privada.

Esse foi o esquema previsto na Lei nº 4.380, e sua implantação não tem sido fácil, num país que, embora possuidor de notável desenvolvimento industrial em outros setores, apresentava e ainda apresenta, sem dúvida, grande atraso no que concerne à solução de problemas fundamentais como o da Habitação, o da Saúde e o da Educação, impedindo um desenvolvimento harmonioso nos campos econômico e social.

Algumas das Metas já Realizadas

O Plano Nacional da Habitação vem desempenhando eficiente papel de integração nacional. Sua atuação desenvolve-se praticamente em todo o território brasileiro. As pouquíssimas unidades federativas ainda não alcançadas — apenas um Estado e os Territórios — não acorreram com a desejada presteza à convocação do Governo. Já o fazem, porém, neste instante, de modo a reunir esforços no propósito comum.

Um nítido sentido de descentralização e de cooperação com os Estados e Municípios assinalou a presença do Banco Nacional da Habitação, nesse particular.

Ao lado de imediatas medidas de execução, o Banco Nacional da Habitação procurou institucionalizar as suas políticas. Assim é que foram regulamentados e postos em funcionamento os instrumentos e instituições legais, de modo a propiciar sentido orgânico e integrado ao sistema habitacional.

Definidas as áreas de atuação por faixas de renda populacional, orientou-se a política no sentido de fazer chegar a iniciativa privada, como principal agente promotor e de crédito, até onde

fôsse técnicamente possível. Reservou-se   a  cao estatal exclusivamente para aqueles tipos de habita o destinados   popula o de mais baixa renda.

Dentro dessa orienta o, foram institucionalizadas e regulamentadas: as Companhias de Habita o Popular — COHABs, de iniciativa local; as Cooperativas Operárias; as Carteiras de Habita o das Caixas Econ micas; as Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias e o sistema assecuratório de sua liquidez; e o Mercado de Hipotecas.

Além d esses, a institui o de novos instrumentos legais — as Associa es de Poupança e Empréstimo e a Cédula Hipotecária — complementar  o sistema, conferindo-lhe maior flexibilidade operacional.

Do lado das realiza es efetivas, o Banco Nacional da Habita o, atento   realidade brasileira, vem aplicando programas conjunturais e permanentes. Entre os primeiros, destaca-se aquele destinado a reativar a constru o civil, paralisada ou em lento ritmo de progresso. Nesse programa, aplicado em vários centros de grande concentra o demográfica, tais como a Guanabara, São Paulo, Belo Horizonte, Pôrto Alegre, Recife, Vitória, Goiânia, Niterói e João Pessoa, o Banco Nacional da Habita o já comprometeu recursos da ordem de aproximadamente Cr\$ 42 bilhões, mobilizando obras em valor superior a Cr\$ 200 bilhões.

Cumpra acentuar que a orienta o do Govêrno não descurou os aspectos sociais. Em apenas dois anos de existência, o Banco Nacional da Habita o assinou convênios com diversas institui es, objetivando aplicar Cr\$ 280 bilhões no financiamento de 72.000 residências, das quais 40.000 através das Companhias de Habita o Popular, para as famílias de mais baixa renda.   conta d esses convênios, teve início a constru o de 40.000 unidades, com 22.000 já efetivamente entregues a seus adquirentes.

Alfora êsse atendimento, os Sindicatos foram convocados a uma estreita colabora o com o Govêrno. A conjugaq o dos esforços do Banco Nacional da Habita o e dos trabalhadores permitiu fôssem criadas as Cooperativas Habitacionais Operárias,

cujo plano, em três anos, prevê o atendimento da casa própria para 100.000 brasileiros sindicalizados, dos quais 20.000 já no ano de 1967.

Além dos investimentos programados à conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, principal fonte de recursos à disposição do Banco Nacional da Habitação e de seus numerosos agentes financeiros, cumpre mencionar ainda a existência de programas habitacionais a cargo de diferentes entidades, tais como: as Caixas Econômicas Federais, o IPASE e outros órgãos da administração centralizada.

O Planejamento Habitacional Como Parte do Planejamento Global

Além de toda a constelação de leis interessando o setor habitacional, como sejam: a Lei nº 4.380, de 21-8-64, que criou o Banco Nacional da Habitação; a Lei nº 4.591, de 16-12-64, que dispõe sobre os condomínios e incorporações imobiliárias; a Lei nº 4.494, de 25-11-64, que regula a Locação de Prédios Urbanos, e a Lei nº 4.864, de 29-11-65, que criou medidas de estímulos à indústria da Construção Civil, preocupou-se também o Governo com o Planejamento Habitacional, dentro do Plano Decenal.

A existência de um Plano de Longo Prazo no tocante ao Setor Habitacional justifica-se plenamente pela necessidade de se dispor de uma visão de conjunto de como deverão desenvolver-se os investimentos governamentais em área de tantas repercussões no futuro progresso do País, nos campos econômico e social.

Assim, ao lado da criação dos órgãos e mecanismos institucionais necessários à implantação do sistema financeiro da habitação, cuidou também o Governo de dotar as instituições de um planejamento setorial no setor da habitação.

Dentro do mesmo espírito que presidiu a instituição do Orçamento-Programa Plurianual, já consagrado na Constituição, visa a Programação Habitacional distribuir os recursos disponíveis no atendimento das diversas classes sociais, definidas pelos diversos níveis de renda familiar. Isso permitirá uma compatibilização não apenas dos recursos globais investidos em habitação, dentro

das possibilidades da economia nacional, como também dos custos dos diferentes padrões habitacionais, com a capacidade de pagamento das diferentes faixas de população a serem atendidas.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado pela Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, vai constituir poderoso instrumento para gerar novos investimentos em habitações através de poupança do próprio setor privado, indispensável ao atendimento da demanda habitacional. Ainda assim, não desconhece o Governo a existência de numerosas faixas de população, tanto nas cidades, como nos meios rurais, de reduzida capacidade de pagamento, e para as quais aquele Fundo não é suficiente.

As más condições de habitação, como as de saúde e saneamento, são uma decorrência das condições próprias de país em vias de desenvolvimento. A melhoria daquelas condições virá, no entanto, pouco a pouco, ao longo do tempo, como conseqüência natural de todo o trabalho de criação dos órgãos institucionais e do funcionamento dos mecanismos adequados. Assim se justifica com mais razão a manutenção de órgão específico de Planejamento Habitacional, com a incumbência, ademais, de acompanhar e implementar o referido planejamento, evitando as distorções e propondo as necessárias medidas corretivas.

Em suma, o problema habitacional brasileiro está identificado e acham-se devidamente lançadas as bases para o seu equacionamento e solução. Os primeiros resultados já se mostram promissores. Resta consolidar e manter dinâmico o sistema já em efetivo funcionamento.

AS FORÇAS ARMADAS

As diretrizes traçadas na Mensagem ao Congresso Nacional para execução no ano de 1966 foram observadas com segurança e determinação na área das Forças Armadas. Empenhou-se o Governo em promover a consecução dos objetivos colimados, seja mantendo a Marinha, o Exército e a Aeronáutica exclusivamente dedicados à sua destinação constitucional, seja assegurando-lhes condições indispensáveis para a implantação de reformas e o desenvolvimento de sua integração.

O Estado-Maior das Fôrças Armadas, no decorrer de 1966, desenvolveu uma atividade proficua no campo do planejamento militar, procurando um maior entrosamento com as Fôrças Singulares.

Estudo meticoloso foi realizado pelo EMFA, tendo em vista o estabelecimento de um «Plano Militar para a Amazônia Ocidental», a ser apresentado às autoridades superiores do País.

Cordenou no Brasil todos os assuntos referentes ao Destacamento Brasileiro (FAIBRAS) junto à Fôrça Interamericana de Paz na República Dominicana. Proporcionou-lhe o apoio logístico adequado e procedeu ao planejamento de substituição e, posteriormente, do regresso definitivo da FAIBRAS.

Acelerou-se o ritmo das obras em Brasília, visando à terminação do edificio-sede do EMFA, ao prosseguimento do Hospital das Fôrças Armadas e ao início de construção das residências para o pessoal do EMFA. Com a nova legislação do Serviço Militar, implantou-se a Comissão do Serviço Militar (COSEMI), não sem grandes dificuldades no que tange a pessoal e ao recebimento de recursos financeiros a ela destinados, iniciando-se uma atividade nova de execução, no âmbito do EMFA.

As reuniões de Chefes de Estado-Maior foram realizadas, mensalmente, propiciando um entendimento mais estreito entre as Fôrças Singulares e o EMFA; nelas se buscou uma solução comum para diferentes problemas militares, administrativos e de planejamento.

Em todo o território nacional, adestraram-se as Fôrças Armadas em exercicios e manobras de vulto, singulares e combinados, tendo em vista os modernos tipos de guerra e eventuais possibilidades de participação direta no campo da segurança interna, admitida a hipótese de emprêgo, após esgotados os meios policiais adequados.

Decididamente empenhado em seu propósito de garantir a inteira dedicação profissional dos quadros de oficiais das Fôrças Armadas, o Govêrno definiu o que seja «Função Militar», de forma a assegurar a permanência dos militares voltados para seus

misteres exclusivamente profissionais. E, já agora, a nova Constituição fixa em dois anos o afastamento máximo do militar da ativa das fileiras das Forças Armadas.

Os resultados promissores ensejados pela vigência das novas Leis de Promoções e de Inatividade bem podem ser assinalados, em particular quanto aos critérios de seleção dos novos chefes militares nas três Forças.

Apesar de persistirem as razões que impediram o Governo de suprir as Forças Armadas com os recursos necessários para lhes permitir um reaparelhamento eficiente e lhes oferecer autonomia em relação à produção no Brasil do material bélico indispensável; algum progresso foi conseguido nesse sentido.

Na Marinha de Guerra, como medidas que constituíram os passos preliminares para o seu ingresso na reposição e ampliação de seus meios flutuantes, através da construção naval no Brasil, foi criada a Comissão para a Construção de Navios; foi atualizado o Plano Básico de Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes; e dada ênfase ao prosseguimento das negociações iniciadas com o Governo norte-americano, visando à coparticipação dos dois países num programa de construção naval. Sem dúvida, estão sendo dos mais promissores os resultados dessas providências.

O reaparelhamento das Bases Navais, que constitui fator fundamental para assegurar a eficiência da Esquadra, foi, também, objeto de realizações importantes, com o prosseguimento de obras iniciadas em exercícios anteriores e a concentração de esforços para a obtenção do máximo de rendimento para os empreendimentos.

É notório que o Exército vem, gradativamente, aumentando sua participação no esforço de desenvolvimento nacional. E essa contribuição se manifesta, seja na ampliação do atendimento de encargos assistenciais de seu próprio pessoal — com relêvo, a grande amplitude proporcionada ao Plano de Construção de Residências Militares em tôdas as Guarnições do País, — seja na ação cívica levada a efeito por essa Força na melhoria dos índices econômicos e sociais de diferentes regiões do País. Nesse particular, destacam-se os trabalhos do 1º Grupamento de Engenharia

no Nordeste; os do 5.º Batalhão de Engenharia de Construção na Rodovia Brasília-Acre e na administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré; e do 2.º Batalhão Ferroviário, prosseguindo o lançamento de trilhos em demanda à Capital Federal, para integrar Brasília à rede ferroviária do sul do País. Deve, ainda, ser assinalado o trabalho extenso levado a efeito nos Estados do Sul, sob a responsabilidade de três Batalhões de Engenharia, com a missão de construção do tronco ferroviário Sul.

Quanto à Aeronáutica, vale ressaltar a execução do Plano Aeroviário Nacional, que possibilitou a melhoria de alguns aeroportos e a construção de novos.

Com base no programa de Renovação do Material Aéreo, foram executados vários projetos.

Afinal, cabe consignar a atuação da Força Aérea Brasileira em sua relevante missão de integração nacional, realizando cerca de 1.500 viagens interligando mais de uma centena de cidades brasileiras. No atendimento das chamadas Missões de Humanidade a FAB colaborou, não só em território nacional, com o transporte de víveres, combustível e abrigos, por ocasião das enchentes e temporais que assolaram os Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, como também, em território estrangeiro, em operações de socorro às populações flageladas pelas inundações nas províncias argentinas de Corrientes e Formosa e, ainda, transportando medicamentos e agasalhos para a população do Vietnã do Sul.

Pode-se, finalmente, afirmar que, voltadas, exclusivamente, para seus afazeres profissionais, as Forças Armadas, inspiradas e orientadas pela exemplar conduta de seus altos Chefes, imunes a qualquer tipo de envolvimento político, partidário, asseguraram à Nação a paz e a tranqüilidade social e a garantia da continuidade dos métodos implantados pelo Movimento de 31 de março de 1964.

Ação das Forças Armadas

Já integradas às suas atribuições específicas, com os seus cursos e escolas em funcionamento intensivo e a instrução condizente com as suas necessidades, as Forças Armadas puderam

acompanhar o empenho do Governo em aparelhá-las e modernizá-las.

Disciplinadas e coesas, as Fôrças Armadas cooperaram, ampla e ativamente, no pleito eleitoral realizado no dia 15 de novembro de 1966, assegurando o livre comparecimento do povo às urnas e a apuração dos votos.

No campo internacional, mantiveram as nossas Fôrças Armadas o elevado conceito em que são tidas. Em cursos, comissões, estágios, visitas, congressos, nossos militares se sobressairam, aperfeiçoando também os seus conhecimentos profissionais.

O Exército, que de há muito busca a real integração da Amazônia, equacionou todos os problemas no sentido de vivificar a fronteira, tornar efetiva a nossa presença, bem como proporcionar a assistência necessária aos irmãos, a serviço da Pátria, em tão longínquas paragens.

Em 1966, foi determinado o estabelecimento da rede rádio em fonia ligando tôdas as organizações militares daquela fronteira, o que possibilitará inclusive a necessária proteção ao vôo das aeronaves da FAB.

O Centro de Instrução de Guerra nas selvas formou, no ano findo, a primeira turma de peritos em operação na região.

O Exército, a Marinha e a Aeronáutica, com a aplicação de suas novas Leis de Promoções, obtiveram resultados positivos na seleção de seus chefes, face aos critérios estabelecidos.

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA

A formulação da política externa teve em vista o fortalecimento do poder nacional, através da atuação da diplomacia como agente do desenvolvimento econômico e social do País, no contexto da opção básica de fidelidade ao sistema democrático ocidental.

A captação de recursos externos orientados para o desenvolvimento nacional, a participação no esforço integrado de criação de riqueza na América Latina e a postulação de bases mais eqüi-

tativas para o comércio dos países industrializados com os países em processo de desenvolvimento constituíram as linhas fundamentais da ação econômica da diplomacia brasileira, quer no plano bilateral, quer no plano multilateral.

No plano multilateral, ganharam especial relêvo as relações interamericanas, no contexto de um plano de desenvolvimento das zonas fronteiriças, como pressuposto básico de uma política de interação econômica e de incremento do intercâmbio comercial. Dentro dessa programação de política continental, já se acha em curso o planejamento conjunto, pela Comissão Mista Brasileiro-Uruguia de Melhoramento da Bacia da Lagoa Mirim, do desenvolvimento econômico de uma área de 66.260 km², dos quais 33.260 km², com seiscentos mil habitantes, em território brasileiro. Essa experiência pioneira de planejamento transnacional contou com a ajuda de US\$ 1,500,000.00 das Nações Unidas e deverá estar concluída no prazo de 4 anos, compreendendo o desenvolvimento integrado da área, o controle das enchentes e da salinização, a regularização e o melhoramento da navegação na Lagoa, assim como a sua conexão com o mar. Igualmente com vistas à valorização das áreas fronteiriças, elaborou-se o Plano Itamaraty I, em colaboração com outros órgãos de administração federal, em missão de estudos ao Rio Grande do Sul. O referido Plano recomendou a execução de um esquema de obras nos setores de transporte, o aumento da capacidade hidrelétrica da região e a obtenção de créditos e financiamentos para a sua implementação.

A interconexão das redes elétricas do Brasil e do Uruguai vem sendo objeto de estudos pela Comissão de Interconexão Elétrica Regional, enquanto no Paraguai, já está concluída a obra de aproveitamento elétrico da energia dos rios Acaraí e Mondaí, realizada com a cooperação técnica brasileira.

Por outro lado, o Brasil vem desenvolvendo esforços no sentido de projetar a construção, com caráter multinacional, de uma Usina Siderúrgica em Corumbá, como fator de catalização do desenvolvimento integrado das zonas fronteiriças do Brasil, do Paraguai, da Bolívia e mesmo da Argentina.

No plano da integração continental, as comunicações terrestres vêm merecendo particular atenção, através dos programas de unificação das redes de transporte. No momento, o Brasil está pavimentando a BR-471, entre Pelotas e o Chuí, e já concedeu prioridade à BR-116, entre Pelotas e Jaguarão. Por sua vez, o Uruguai faz o mesmo com a «Reta 18», entre Rio Branco e Treinta y Tres. Ademais, a ponte Quarai-Artigas teve a sua construção adjudicada, por concorrência pública, a uma firma brasileira. Obra de capital importância nesse setor é a pavimentação da BR-290 — Pôrto Alegre-Uruguaiana, em curso de execução e que foi objeto de promessa de prioridade por parte do Brasil, em troca de medida análoga para a estrada Los Libres-Paraná (Entre Rios). Executadas essas obras, será possível chegar de Salvador (Bahia) a Valparaíso (Chile), por estrada pavimentada, visto que o túnel subfluvial Santa Fé-Paraná está em fase de construção adiantada e o asfaltamento entre Mendoza (Argentina) e Santiago (Chile) se processa satisfatoriamente. Na interligação com os países vizinhos, além das rodovias Curitiba-Foz de Iguaçu, que ligará Assunção ao Rio, São Paulo, Brasília e ao Pôrto de Paranaguá e Concepción-Pedro Juan Caballero, que vinculará extensas regiões do Paraguai ao pôrto de Santos, é de grande significação a rodovia Brasília-Lima, que substituirá, em parte, a velha Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, a ser erradicada.

O incremento das relações comerciais latino-americanas, dentro do quadro de integração econômica continental representado pela ALALC, fez acentuados progressos em 1966. No que se refere, em particular, ao comércio do Brasil com a ALALC, as importações da Zona aumentaram substancialmente, de tal modo que, tomando-se como base o ano de 1961, registrou-se até 1965 um acréscimo de cerca de 423%, ou seja, de US\$ 45 milhões, passou-se a US\$ 190,4 milhões. No mesmo período, as exportações brasileiras para a Zona aumentaram em 100% e a participação na totalidade do nosso comércio exterior do intercâmbio com os países da Zona progrediu de 4,9% para 14,4%. No ano de 1965, pela primeira vez, uma conjuntura favorável ao Brasil propiciou um saldo positivo nas trocas com a Zona, situação essa que

voltou a repetir-se em 1966. Ademais, o grau de diversificação alcançado em nossa pauta de exportação para a ALALC é bem ilustrativo da importância de que a Zona de Livre Comércio se reveste para os interesses do comércio exterior brasileiro.

Dentro do espírito integrativo que norteia a evolução da ALALC, foi assinado, em 1966, um Convênio sobre Transportes Terrestres, entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, com vistas a criar condições mais propícias à circulação de mercadorias entre os três países, assim como a incrementar o turismo.

Finalmente, no plano das relações políticas e econômicas interamericanas, teve especial significado a Ata das Cataratas, assinada em junho de 1966, pela qual os Governos brasileiro e paraguaio manifestaram a sua disposição de proceder, de comum acordo, ao estudo e levantamento das possibilidades econômicas, e, em particular, dos recursos hidráulicos pertencentes, em condomínio, aos dois países, no Salto Grande de Sete Quedas.

No decurso do ano de 1966, as relações do Brasil com os Estados Unidos da América mantiveram-se no nível de entendimento e cooperação atingido após a Revolução de março de 1964.

O saneamento das finanças brasileiras revigorou o clima de confiança condicionante dos investimentos estrangeiros, assegurando a continuidade da ajuda externa ao Brasil por parte das agências oficiais e dos bancos particulares norte-americanos.

Teve início em 1966 a implementação do Acôrdio de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos da América, de 6 de fevereiro de 1965, em vigor a partir de 17 de setembro de 1965. O sistema instituído por êsse Acôrdio permitiu à Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) submeter ao Governo brasileiro 91 pedidos de seguro, num total de US\$ 422,092,508, dos quais 18, num montante global de US\$ 87,724,986, referentes a investimentos diretos, financiamentos, empréstimos, assistência técnica e reinvestimentos mereceram a aprovação das autoridades brasileiras.

Em 23 de abril de 1966, foi assinado com os Estados Unidos da América o VI Acôrdio de Produtos Agrícolas, em conformi-

dade com o Ato de Desenvolvimento do Comércio Agrícola e Assistência, mais conhecido como Lei Pública Americana nº 480 (PL-480), que, atendendo aos atuais interesses brasileiros, tornou disponível para o Brasil o valor total das aquisições de trigo e não apenas um percentual desse valor, como acontecia nos acôrdos anteriores.

A atual política econômico-financeira do Governo repercutiu também de modo muito favorável nos países da Europa Ocidental, criando clima particularmente propício à captação de recursos para os programas nacionais de desenvolvimento. Três importantes acôrdos — de Comércio, de Cooperação Intelectual e de Cooperação Econômica e Técnica — foram assinados com o Governo português. Missões econômico-financeiras da Finlândia, da Dinamarca, da Espanha, de Portugal, da República Federal da Alemanha, da França e da Bélgica visitaram o Brasil, daí resultando substancial incremento do nosso intercâmbio com aqueles países. Em 8 de julho de 1960, foi assinado com a Dinamarca um Acôrdio de Empréstimo para Desenvolvimento, no valor de 14 milhões de coroas dinamarquesas, destinado, de preferência, à aquisição de equipamentos para a indústria açucareira, maquinaria agrícola, máquinas para a indústria pesqueira, de cimento, de construção naval e de gado. Por ocasião da visita da Missão alemã, foram assinados entre os representantes do Kreditanstalt für Wiederaufbau e os respectivos mutuários brasileiros os últimos convênios relativos à aplicação do montante de 200 milhões de marcos, postos à disposição do Governo brasileiro pelo Governo alemão, através do Protocolo de Cooperação Financeira.

Com o objetivo de completar as medidas adotadas pelo Governo, tendentes à restauração do nosso crédito externo, foi assinado um Protocolo, em 14 de julho de 1966, que liquidou o contencioso francês relativo à Companhia Port of Pará, mediante o pagamento pelo Governo brasileiro, a título de indenização, do montante de US\$ 9,285.750.00, em três parcelas iguais, sendo que a primeira vencerá 30 dias após a abertura do crédito pelo Congresso Nacional e as subseqüentes, em 30 de março de 1967 e 30 de março de 1968.

O comércio com os países do Leste Europeu orientou-se no sentido de aumentar o volume das nossas trocas comerciais, em bases reciprocamente vantajosas. Foi assinado com a União Soviética um Protocolo sôbre fornecimento de maquinaria e equipamento, no montante de US\$ 100,000,000.00, a vigorar no período de 1966 a 1968. O Governo, por sua vez, enviou à Hungria, Tcheco-Eslováquia e Polônia uma Missão Econômica, com o objetivo de incrementar nossas relações comerciais com aqueles países. Foi acordado com a Hungria o fornecimento ao Brasil de trigo, alumínio e equipamentos agrícolas, registrando-se, na oportunidade, ofertas de créditos industriais, num total de US\$ 40,000,000.00.

As estatísticas referentes ao primeiro semestre de 1966 apontam apreciável aumento no volume de trocas, em comparação com o ano anterior, entre o Brasil e os países socialistas. De janeiro a junho, o total de importações e exportações atingiu a cifra de US\$ 114,035,000.00, persistindo, porém, considerável desequilíbrio no intercâmbio, com vultoso saldo favorável ao Brasil.

No Oriente Próximo, intensificaram-se, em particular, nossas relações com o Estado de Israel, através da assinatura de importante convênio sôbre a utilização de Energia Nuclear para Fins Pacíficos.

Com o Japão, foi concluído um Acôrdo Intergovernamental e um Acôrdo Interbancário, êste último entre o Banco do Brasil S.A. e o Export-Import Bank japonês, ambos para o reescalonamento das dívidas da empresa brasileira USIMINAS com aquele país. Ao mesmo tempo, o comércio brasileiro com o Japão adquiriu maior importância, graças às exportações de minério de ferro do Brasil. De acôrdo com o contrato celebrado pela Companhia Vale do Rio Doce, o Brasil forneceu ao Japão, em 1966, cerca de um milhão de toneladas de minério de ferro, quantidade que deverá atingir 4,5 milhões de toneladas em 1980, num montante de 50 milhões de toneladas daquele minério. A inauguração do pôrto de Tubarão veio impulsionar essas exportações, imprimindo-lhes regularidade.

A África não estêve ausente das preocupações do Governo, tendo sido enviada Missão de representantes de diversos órgãos

da administração, a fim de examinar as possibilidades de incremento do intercâmbio com os países e territórios que compõem a África Austral. A referida Missão visitou a África do Sul, Moçambique, Angola, Gana e a Costa do Marfim, tendo encontrado perspectivas bastante favoráveis.

No âmbito dos organismos econômicos internacionais, a atuação brasileira pautou-se pelos mesmos princípios inicialmente enunciados, tendo encontrado também atmosfera propícia, em consequência do crédito de que hoje goza o Brasil no exterior e do prestígio que alcançou a sua política econômico-financeira, nos meios internacionais. Assim é que no GATT e, especialmente, no «Kennedy Round», o Brasil se esforçou para obter dos países industrializados melhores condições tarifárias, ou de outra natureza, para o setor externo da nossa economia, que resultam num tratamento mais favorável aos países subdesenvolvidos. Na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o Brasil participou de todas as reuniões da Junta de Comércio e Desenvolvimento e de suas comissões subsidiárias, colaborando, de modo decisivo, nas negociações sobre produtos de base e na elaboração de estudos que visem à expansão das exportações de manufaturas dos países em desenvolvimento.

Com vistas a racionalizar e ampliar a captação de recursos externos para o seu desenvolvimento, o Brasil prosseguiu, no decorrer de 1966, no seu programa de criação de uma rede de acordos, para evitar a dupla tributação em matéria de imposto de renda, iniciando negociações com o Reino Unido, França, República Federal da Alemanha, Dinamarca, Suíça, Bélgica, Áustria, Itália, Portugal, Espanha, Noruega, Japão e Estados Unidos da América. Com estes três últimos países, já se chegou à assinatura do acordo, aguardando-se apenas sua aprovação pelo Congresso.

Com o seu crédito restabelecido no exterior, a sua política econômico-financeira acolhida com entusiasmo pelas organizações internacionais competentes na matéria e com o seu prestígio político restaurado, o Brasil pôde voltar a assumir nas organizações internacionais as atitudes que, desde há muito, honram a nossa tradição

diplomática. Assim é que, na reformulação das bases filosóficas da OEA e na sua reestruturação institucional, a atuação brasileira foi de especial relevância, alinhada no sentido da modernização da Organização, para torná-la apta a responder aos desafios que lhe lançam a segurança coletiva e o desenvolvimento econômico incipiente da América Latina. Nas reuniões do Conselho Interamericano Econômico-Social, o Brasil, com a sua participação ativa, alcançou importantes objetivos no campo da assistência técnica e financeira à América Latina.

De igual modo, nas Nações Unidas, o Brasil, novamente eleito para o Conselho de Segurança, vem exercendo, no plano econômico e no plano político, o papel moderado e de moderador, que sempre o distinguiu naquele *forum* mundial, desde a sua criação.

PARTE II

**ASPECTOS
SETORIAIS DO DESENVOLVIMENTO
(1964/1966)**

INFRA-ESTRUTURA

ENERGIA, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Energia Elétrica

Realizações de 1964 a 1966

Durante o último triênio o Governo definiu e executou uma política eminentemente dinâmica no setor de Energia Elétrica. Dentro de um clima de proveitosa colaboração entre as empresas públicas e as concessionárias privadas foi ampliada a capacidade instalada de 1.330 MW, dos quais 280 MW em 1966; levou-se a efeito a política de serviço pelo custo, isto é, a plena remuneração do investimento, permitindo ao setor que se autofinancie, visando à eliminação de pontos de estrangulamento na economia.

A atividade da ELETROBRÁS pautou-se pela sua finalidade, qual seja a de empresariar a participação do Governo Federal no setor, mediante investimento e financiamento de projetos, bem como coordenando programas.

A colaboração financeira da ELETROBRÁS soma, no exercício de 1966, Cr\$ 377,7 bilhões, sendo Cr\$ 66,9 bilhões como participação, Cr\$ 73,6 bilhões como financiamento, Cr\$ 97,1 bilhões de empréstimos a curto prazo, Cr\$ 51,3 bilhões de adiantamentos à União e o restante destinado a amortizações de financiamentos, serviços, despesas de operação, etc.

Os pontos de maior destaque nos programas de eletrificação a cargo do Governo Federal, no período, foram a inauguração da usina de Furnas, com 900 MW, em sua primeira etapa, e o início

da construção da usina de Estreito, de 600 MW, que deverá ser inaugurada em 1970. Prosseguiram, nesse período, as obras da usina de Paulo Afonso, da CHESF, que terá assim sua potência ampliada, no primeiro trimestre de 1967, para 535 MW. Presentemente está sendo ultimada a construção da usina de Santa Cruz, no Estado da Guanabara, bem como a ampliação, para 100 MW, da SOTELCA, em Santa Catarina.

Prosseguem as obras da usina de Boa Esperança, no Rio Paraíba, e da usina do Funil, no rio Paraíba do Sul.

Deve ser ressaltada a importância da ampliação dos sistemas de transmissão e distribuição, ampliação que também tem contado com o apoio de vários órgãos financeiros internacionais, principalmente o BIRD, o BID e a AID.

No âmbito federal, o maior programa de distribuição é o que está realizando a CAEEB, subsidiária da ELETROBRÁS. Ainda de importância relevante foi o trabalho, recém-entregue ao Ministro das Minas e Energia, elaborado pelo Comitê de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, planejando o desenvolvimento energético dessa região; um estudo análogo para a Região Sul foi iniciado em 1966, também, em parte, sob os auspícios do Fundo Especial das Nações Unidas.

Política de Energia Elétrica

Alguns aspectos desta política, pelo sentido econômico geral que contém, devem ser ressaltados:

1. Orientação do planejamento global de modo a unificar e harmonizar os programas de eletrificação visando ao atendimento das necessidades nacionais, de forma equitativa e econômica, para que os recursos, qualquer que seja sua procedência, encontrem a aplicação mais produtiva.

2. Cumprimento, em sua plenitude, da norma legal de prestação de serviço pelo custo, pela correção monetária periódica dos

ativos das empresas, de maneira a manter constante a remuneração real do investimento, particular ou público, visando sobretudo a mobilizar, dentro do próprio setor, os recursos necessários para financiar sua expansão.

3. Ampliação dos sistemas geradores com base em usinas convencionais, sendo que as de origem hidráulica, quando e como unicamente exeqüíveis, devem continuar constituindo o principal suporte destes sistemas. Deverá haver suplementação termelétrica, quando a melhor eficiência e segurança do conjunto assim aconselharem.

4. Prosseguimento na recuperação dos serviços de distribuição, assim como o acompanhamento do futuro programa de geração por uma expansão compatível das redes de transmissão e distribuição existentes.

5. A energia nuclear, como fonte geradora de energia elétrica em larga escala, não deve ser considerada como estágio presente, pois o País se beneficiará mantendo-se na expectativa do desenvolvimento da tecnologia neste campo. É recomendável concentrar toda a atividade do setor nuclear na formação de técnicos, na pesquisa, na prospecção, na produção de isótopos e, eventualmente, na instalação de uma usina átomo-elétrica piloto.

6. Utilização dos produtos de petróleo, para a produção de energia elétrica, condicionada à necessidade de instalações de emergência, ao apoio necessário às instalações hidrelétricas, bem como proporcionada ao mercado de combustíveis líquidos nacionais.

7. Aproveitamento das reservas de carvão do Sul do País, como fonte suplementar de energia primária para a produção de energia elétrica.

8. Estímulo à padronização de instalações e equipamentos usados nos serviços de eletricidade.

9. Estímulo à formação de pessoal técnico, com vista ao suprimento das necessidades presentes e futuras do setor.

Energia Nuclear

O desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos é o objetivo fundamental da Comissão Nacional de Energia Nuclear. A CNEE executa o seu programa de pesquisas, basicamente, através do seu Departamento de Exploração Mineral e do Instituto de Energia Atômica (IEA) de São Paulo, do Instituto de Engenharia Nuclear (IEN) da Guanabara, e do Instituto de Pesquisas Radioativas (IPR) de Belo Horizonte.

Durante o ano de 1966, foram executados diversos projetos no valor global de Cr\$ 8.433.922 mil, sendo cerca da metade no desenvolvimento da energia nuclear. Nos anos de 1964 e 1965 foram feitas aplicações globais no valor de Cr\$ 488.114 mil e Cr\$ 1.665.572 mil, respectivamente.

Petróleo

Conselho Nacional de Petróleo

No setor do petróleo, o ano de 1966 foi o da implantação das diretrizes da política do Governo, que, entre outros fins, visou a estabelecer a harmonia entre as atividades da iniciativa privada e do Estado, à reativação do nível de investimentos, e à contribuição setorial à estabilidade monetária.

A programação setorial estabeleceu como objetivos primordiais a elevação da produção de petróleo bruto, a manutenção de auto-suficiência na produção de derivados, a diversificação das linhas da fabricação das refinarias com elaboração de subprodutos complementares, a ampliação e a diversificação da produção petroquímica, o aperfeiçoamento do sistema de transporte de derivados e do sistema abastecedor de gás liquefeito de petróleo.

O Decreto-lei nº 61, de 21-11-1966, ampliou as responsabilidades do CNP, particularmente no que diz respeito à fixação dos preços dos derivados de petróleo, em cuja composição deverão ser levados em conta o custo médio do processamento de um barril de petróleo, de modo a espelhar, proporcionalmente, os níveis de

preços internacionais de seus similares, os custos do refino e o lucro capaz de assegurar o êxito econômico de todo o preço de refino. Dessa forma é necessária a verificação meticulosa dos custos em função do preço do mercado internacional do petróleo bruto e de outros materiais de consumo importados e da taxa de câmbio; dos custos em função das despesas com pessoal; de outros custos variáveis segundo a conjuntura interna de preços do País; e da depreciação, da amortização e da remuneração dos capitais investidos.

Como resultado dos incentivos oferecidos pelo Decreto número 56.571, de 9 de julho de 1965, que fixou as diretrizes e bases para expansão da indústria petroquímica, foram encaminhados para exame e aprovação do CNP projetos que objetivam instalar unidades petroquímicas para produção de fertilizantes, de plásticos e de detergentes sintéticos.

O consumo estimado de matérias-primas pelos projetos aprovados e de execução confirmada é da ordem de 63 milhões e trezentos mil metros cúbicos anuais de gás natural, 550 t/mil de nafta e 16.500 t de gás residual de refinaria. Será dotado, assim, o País de uma indústria integrada de fertilizantes, que virá contribuir de forma relevante para o desenvolvimento do setor agrícola. Serão produzidos, em São Paulo: amônia, polieteno, acetileno, cloreto de vinila, metanol, etc.

Em termos globais, os investimentos em petroquímica representam mais de 15% de toda a formação de capital prevista no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), para 1966. A ordem de grandeza dos investimentos é revelada pela simples consideração de que somente dois deles somam Cr\$ 400 bilhões.

No setor do abastecimento de derivados, o CNP vem procurando fazer face à grande precariedade do sistema de armazenamento de gás liquefeito de petróleo GLP, que se acha no máximo de sua utilização. Mesmo assim, o Conselho não tem conseguido evitar as crises periódicas no fornecimento do produto. Essa situação precária do sistema decorre das elevadíssimas taxas de expansão de consumo doméstico desse derivado, que virtualmente impossibilitam a oferta, quer da produção interna, quer da importação, de acompanhar satisfatoriamente a demanda. Também

no setor industrial a demanda tem sido crescente, e está situada em cêrca de 3,5% do total. O consumo é estimulado, sobretudo, pelo baixo nível dos preços do GLP, mantidos sob regime de proteção fiscal. Tendo em vista que o fato contribui para aumento da importação de gás, o CNP estuda medidas de contenção da demanda, para limitar o consumo aos usuários domésticos, para os quais o gás liquefeito é freqüente e praticamente insubstituível.

Por outro lado, o CNP atribuiu à PETROBRAS a construção e operação de um sistema de armazenamento regular para estocagem de GLP em todo o País, com prioridade para o pôrto de Santos. Nessa cidade, a capacidade de armazenamento deverá ser de 40.000 toneladas de gás refrigerado, além da atual capacidade de estocagem das distribuidoras privadas. Com essa medida, espera o Conselho evitar os constantes racionamentos de um combustível consumido em cêrca de seis milhões de lares.

PETROBRAS

A execução da política nacional do petróleo, a cargo da PETROBRAS, registrou, em 1966, expressivo êxito em setor fundamental do abastecimento, o da produção de óleo cru. Ao encerrar-se o ano, essa produção excedia a de dezembro de 1965 em mais de 50.000 barris diários (cêrca de 7.950 metros cúbicos por dia), alcançando-se, dêsse modo, o objetivo a que se propôs a Empresa.

Resultado tão auspicioso coroou os trabalhos de exploração, orientados no sentido da concentração de esforços em áreas mais favoráveis, e que permitiram a identificação de pelo menos quatro novos campos, dos quais três no Recôncavo Baiano e um em Sergipe.

Cabe relembrar aqui as diretrizes básicas da política do petróleo do atual Governo, enunciadas na Mensagem de 1965:

- procurar obter todo o suprimento de petróleo que o nosso desenvolvimento exija, através de forte apoio à expansão da indústria nacional do petróleo, para manter pelo menos

estável, em valor absoluto, o dispêndio cambial com a compra externa dêsse combustível;

- preços internos sem subsídios, com vistas à constituição de um mercado de energia aberto baseado (1) nos menores preços possíveis, em face das condições do mercado e das exigências de investimento da indústria, e (2) na livre escolha, pelos consumidores, das fontes de energia mais convenientes ao atendimento de suas necessidades específicas.

O primeiro objetivo, pode-se dizer, foi plenamente alcançado nestes dois últimos anos, prevendo-se que em 1967 seja ultrapassada a meta fixada e reduzido, significativamente em termos absolutos e relativos, o dispêndio com as importações de petróleo e derivados.

O segundo objetivo foi igualmente atingido, embora o tratamento gradualista que o Governo decidiu aplicar no combate à inflação não tenha permitido fôsse alcançada a plenitude dos efeitos desejados.

Para a consecução dos objetivos acima citados, a Empresa adotou as seguintes principais diretrizes:

- 1) Aperfeiçoamento e renovação administrativa, eliminando-se, gradativamente, as deficiências que se vinham apresentando.

- 2) Integração máxima das atividades da indústria, nos moldes da experiência internacional de suas congêneres, mantendo em vista seu objetivo fundamental de garantir o abastecimento nacional de petróleo e derivados. De acordo com essa orientação, a PETROBRAS vem assegurando a auto-suficiência de refinados e vem acelerando a produção interna da matéria-prima, ao mesmo tempo em que vem propiciando ao País a aquisição, no exterior, de petróleo a preços reduzidos. Finalmente, através de sua presença na distribuição, vem de completar êsse esforço de integração, em bases de autofinanciamento do Setor. Na distribuição, fato marcante foi a conclusão, em 1966, da Base de Provitamento de Betim, MG, a primeira base dêsse tipo a ser inaugurada pela PETRO-

BRÁS, que iniciou, igualmente, a construção das bases de Caxias, São Paulo, Vitória e Brasília, DF.

3) Hierarquização dos investimentos, de acordo com escala rigorosa de prioridades.

Até agora, devem ser mencionados os seguintes principais fatos:

- 3.1 — Conclusão, em 1964, da Unidade de Craqueamento Catalítico da Refinaria Duque de Caxias, possibilitando triplicar a produção de gás liquefeito de petróleo e elevando de 42% a capacidade nominal inicialmente projetada para essa refinaria.
- 3.2 — Conclusão, em 1966, do oleoduto Rio-Belo Horizonte — ORBEL, com capacidade de vazão para 45.000 barris diários de petróleo bruto a serem processados na Refinaria Gabriel Passos. A partir da sua inauguração, em virtude de não estar ainda em funcionamento a REGAP, o oleoduto está sendo utilizado para a transferência de claros, com apreciáveis benefícios para o abastecimento da região.
- 3.3 — Conclusão, também em 1966, de duas fábricas de asfalto, uma em Madre-de-Deus, Ba, e outra em Fortaleza, Ce, somando a capacidade de 180.000 toneladas do produto, ou seja, duplicando a capacidade total até então instalada no País.
- 3.4 — Instalação, em 1966, de sistema provisório de oleoduto e terminal em Sergipe, para escoar o petróleo produzido naquela região.
- 3.5 — Incorporação, em 1966, à Frota Nacional de Petroleiros — FRONAPE, unidade da PETROBRAS, de quatro navios-tanque, de 10.500 tdw cada um, construídos em estaleiros nacionais, de acordo com a política de incentivar e prestigiar a indústria nacional.
- 3.6 — Finalmente, num período relativamente curto, deverão estar concluídos importantes empreendimentos, destacando-se: a) no setor de refinação, as refinarias

Alberto Pasqualini — REFAP, no Rio Grande do Sul, e Gabriel Passos — REGAP, em Minas Gerais; b) no setor de transporte, o terminal marítimo de São Sebastião, para suprimento de cru à Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, e o sistema terminal-oleoduto de Tramandaí para a Refinaria Alberto Pasqualini; c) no setor de petroquímica, a unidade de butadieno do conjunto Petroquímico Presidente Vargas — COPEV, com o que se prescindirá da importação dessa matéria-prima; as unidades de pirólise de eteno, que elevarão a produção de eteno para 100 t/dia as de reformação catalítica e de extração de aromáticos.

Resumo das Atividades Setoriais em 1966

EXPLORAÇÃO — Segundo diretrizes anteriormente fixadas, as atividades exploratórias da PETROBRÁS, em 1966, concentraram-se nas áreas consideradas mais favoráveis à descoberta de petróleo, e que pudessem responder, a curto prazo, às técnicas de prospecção de hidrocarbonetos, atualmente utilizadas. Dessa forma, os esforços exploratórios foram dirigidos às bacias do Recôncavo, na Bahia, de Barreirinhas, no Maranhão, às de Sergipe e Alagoas, onde novas e promissoras descobertas de campos produtores de petróleo foram assinaladas. Por outro lado, intensificou-se o trabalho nos campos já conhecidos, no sentido de delimitá-los e determinar sua capacidade produtiva.

No ano recém-findo foram perfurados 178 mil metros em poços exploratórios (152 mil e 171 mil metros, respectivamente, em 1964 e 1965) e 214 mil metros em poços de desenvolvimento (100 mil e 123 mil metros em 1964 e 1965, respectivamente).

PRODUÇÃO — A produção de petróleo bruto, em 1966, alcançou 6,7 milhões de m³, o que representa um aumento de 22% em relação ao ano anterior (5,5 milhões de m³). Para este resultado de 1966, a Bahia participou com 6,5 milhões de m³, provenientes de 22 campos produtores; Sergipe, com 190 mil m³, de um campo; e Alagoas com 29 mil metros, de 2 campos.

No tocante à produção de gás, registrou-se um volume de produção de cerca de 793 milhões de m³ (532 milhões, em 1964, e 683 milhões, em 1965).

RESERVAS DE PETRÓLEO E GÁS — Segundo os dados presentemente disponíveis (30-6-66), as reservas nacionais de petróleo estavam avaliadas em 109,38 milhões de metros cúbicos de óleo (15,78 milhões para Sergipe-Alagoas e 93,60 milhões para a Bahia) e de 25.485 milhões de metros cúbicos de gás (2.093 milhões para Alagoas-Sergipe e 23.392 milhões para a Bahia).

É digno de ressaltar, nesta parte, que a estimativa de reserva de óleo de Carmópolis leva em conta, tão-somente, o fator de recuperação primária. Os estudos de reservatório ainda em preparo, para conhecimento mais detalhado de suas características, indicarão as técnicas mais aconselháveis a serem aplicadas, o que poderá elevar, na mesma área, o montante de reservas de óleo até agora avaliadas para Carmópolis.

De outra parte, como perspectiva, podem ser referidas novas possibilidades de aumento de nossas reservas, na Bahia, com as seguintes descobertas: Camaçari nº 2, Fazenda Onça nº 1, Malombé nº 1, Sesmaria nº 2, Massapê nº 3 e nº 7, Jacuípe Norte nº 1, Biriba nº 3, Lagoa do Paulo nº 1, Lamarão nº 1, Fazenda Boa Esperança nº 1, Fazenda Caruaçu nº 5; em Sergipe, podemos contar com o poço Aquilhada e Várzea da Flor nº 1; finalmente, em Barreirinhas, abrem-se perspectivas de uma terceira grande bacia petrolífera do País.

Refinação e Petroquímica

Em 1966, as refinarias e fábricas de asfalto da PETROBRAS processaram, aproximadamente, 16,8 milhões de m³ de petróleo, dos quais, cerca de 7 milhões se referem a petróleo de procedência nacional, correspondendo a 41,6 % do total processado. Em 1965, esse processamento totalizou, respectivamente, 14,6 milhões e 5,4 milhões de m³, significando uma participação de 37,1 % (35,8 % em 1964) do óleo nacional sobre o total processado pelas refinarias.

Da mesma forma, houve sensível aumento na produção de borracha sintética. No que se refere às vendas desse produto, registrou-se acréscimo na sua comercialização, passando de 35.000 t em 1965 para 41.000 t em 1966, ou seja 20 % a mais. Resultado mais expressivo, em termos relativos, foi alcançado na exportação de borracha sintética, elevando-se para 11.000 t em 1966 (7.000 t em 1965), ou seja, um incremento de 60 %.

Quanto à industrialização do xisto, anota-se o prosseguimento, em 1966, do trabalho de construção da Usina Protótipo de Irati, que irá processar os xistos do Paraná. Por outro lado, mereceram apreciáveis esforços os trabalhos de geologia de superfície e subsuperfície, topografia, mapeamento e sondagem pioneira, ao longo da formação Irati, com vistas ao seguro conhecimento das jazidas.

Mercado de Derivados do Petróleo

Ao contrário do que ocorreu em 1965, quando se verificou declínio no consumo de derivados, de 4,4 % em relação ao ano anterior, em 1966 assinalou-se expansão da ordem de 9,5 % em confronto com 1965.

Expandiram-se, de forma marcante, no ano que se findou, as quantidades consumidas de gasolinas A e B (+ 11,3 % e + 20 %, respectivamente), gás liquefeito (+ 11,3%), óleo diesel (+ 10%), óleo combustível (+ 5,6 %). A progressiva substituição das aeronaves convencionais pelas movidas a turbina continua refletindo-se na expansão do consumo de querosene para jato, cujo incremento, em 1966, atingiu a 15,5 %.

Importação de Petróleo Bruto e Derivados

A recuperação do consumo de produtos petrolíferos em 1966, relativamente a 1965, aliada ao início da operação das fábricas de asfalto inauguradas no ano passado, acarretou um aumento de

cêrca de 2,2 milhões de m³ no volume total de petróleo bruto processado no País. Nessas condições, a despeito do crescimento da produção interna, tornou-se necessário importar mais 1,3 milhões de m³ em 1966. Mesmo assim, graças à obtenção de melhores preços no mercado internacional, foi possível manter, nos mesmos níveis de 1964, os gastos com essa importação.

É importante assinalar, ainda, a política, posta em prática pela PETROBRÁS, de diversificar as fontes de suprimento de petróleo bruto. Enquanto em 1954 sòmente a Venezuela nos fornecia petróleo, em 1966, nove países exportaram petróleo para o Brasil, incluindo a própria Venezuela, que continuou como nosso maior fornecedor, seguindo-se a URSS, a Arábia, o Iraque e o Kuwait.

Importação de Derivados

— *Gás Liquefeito.* Em virtude do incremento do consumo desse produto, sua importação, em 1966, cifrou-se em tórno de 241 mil t, contra 173 mil t em 1965, no valor de, respectivamente, US\$ 13,4 milhões e 10,1 milhões.

— *Combustível de aviação (Gasolina e querosene para Jato).* A importação desse derivado alcançou, em 1966, quase 430 mil t, no valor de US\$ 13,7 milhões, nível idêntico ao do ano anterior.

— *Óleos lubrificantes.* A PETROBRÁS importou, no ano recém-findo, 311,8 mil m³ de óleos lubrificantes básicos a granel, no valor de US\$ 22,6 milhões. Em 1965, foram adquiridos 255,9 m³ no valor de US\$ 19,1 milhões.

— *Parafina.* Foram adquiridas, no exterior, 17,9 mil t de parafina, no valor de 2,7 milhões de dólares. No ano anterior foram importados 10,9 mil t, no valor de US\$ 1,7 milhões.

— *Óleo combustível.* Face ao desequilíbrio ocorrido em agosto próximo passado entre a produção nacional e o consumo de óleo combustível, foram importadas 17,3 mil t desse produto, cujo valor totalizou US\$ 212 mil. Em 1965 adquiriram-se 19,4 mil t desse derivado, no valor CIF de US\$ 243 mil.

— *Resíduos aromáticos.* A fim de complementar a produção nacional, foram importadas, para revenda, 24,5 mil t de resíduos aromáticos em 1966, no valor de US\$ 562 mil, contra 12,5 mil t, no valor CIF de US\$ 251 mil, em 1965.

— *Butadieno, estireno e etilbenzeno.* O aumento das importações dessas matérias-primas, em 1966, decorreu do maior volume de produção e de vendas de borracha sintética realizado nesse ano. Assim, as importações de butadieno, estireno e etilbenzeno alcançaram cerca de 9,4 milhões de dólares em 1966, contra cerca de 5,8 milhões em 1965.

Vale notar que o butadieno, a mais significativa das matérias-primas citadas, para produção de borracha sintética (representa cerca de 80% das demais, em valor), deverá ter sua produção interna iniciada, provavelmente, em 1967.

Carvão

Política do Setor

A linha mestra da política do carvão deverá fundar-se num planejamento econômico global. Os estudos feitos recomendam a ampliação, com um sentido harmônico, do consumo dos três produtos resultantes de beneficiamento do carvão: metalúrgico, vapor e rejeitos piritosos, evidenciando-se paralelamente a necessidade de se conduzir a solução do problema do carvão com a preocupação de utilizá-lo como fonte energética na região carbonífera e como matéria-prima para indústrias aí localizadas e em outros Estados.

Desde 1964 que as usinas de Charqueadas, Figueira, Tubarão e SOTELCA vêm alcançando em parte aquele objetivo, constituindo realizações importantes da política em relação a esse setor. No que diz respeito à SOTELCA, particularmente, foram inauguradas duas unidades de 50 MW cada, estando aprovada a instalação de 150 MW adicionais até 1970, prevendo-se ainda posteriores ampliações.

Atividades da Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN)

Principais Programas e Projetos Executados em 1966

1) *Administração*

Coordenação do programa de tôdas as atividades administrativas, para a manutenção dos serviços de Pessoal e Material da Comissão.

Recursos Empregados

Cr\$ 650.449.133

Foram também realizados, e estão em andamento, projetos atinentes às atividades ligadas à pesquisa, lavra e financiamento de estoque.

Recursos Empregados

Pesquisa	Cr\$ 1.195.359.749
Lavra	Cr\$ 427.019.672
Financiamentos	Cr\$ 426.644.088
	<hr/>
SOMA	Cr\$ 2.049.023.509

2) *Transporte Ferroviário*

Foram executadas obras de melhoria em ferrovias que trabalham em benefício do carvão nacional. Essas ferrovias receberam recursos financeiros concedidos pela Comissão.

Recursos Distribuídos

Estrada de Ferro Jacuí	Cr\$ 16.000.000
Estrada de Ferro D. Teresa Cristina	Cr\$ 200.000.000
Viação Férrea do R. Grande do Sul ..	Cr\$ 217.604
Estrada de Ferro Central do Brasil ..	Cr\$ 100.000.000
	<hr/>
SOMA	Cr\$ 316.217.604

3) Indústria — Siderúrgica

Foram aplicados recursos nesse setor, para integralização de capital, nas subsidiárias:

Aços Finos Piratini	Cr\$ 2.500.000.000
SIDESC	Cr\$ 1.965.000.500
	<hr/>
SOMA	Cr\$ 4.465.000.500

4) Energia — Geração

Foram aplicados recursos nesse setor, para integralização de capital, nas subsidiárias:

UTELFA	Cr\$ 1.339.200.000
SOTELCA	Cr\$ 3.040.000.000
	<hr/>
SOMA	Cr\$ 4.379.200.000

5) Energia — Transmissão

Foram aplicados recursos nesse setor para instalação de linhas de transmissão e de subestações:

Linhas de Transmissão	Cr\$ 730.000.000
Subestações — CELESC	Cr\$ 3.530.000.000
	<hr/>
SOMA	Cr\$ 4.260.000.000

6) Energia — Combustíveis Sólidos

Os programas e projetos compreendem financiamentos às empresas mineradoras para aquisição de equipamento de emprêgo em lavra e beneficiamento de carvão e subprodutos. O objetivo principal é a racionalização da lavra e melhoria constante na produtividade dessas empresas.

Recursos aplicados

Cr\$ 980.519.325

7) Educação — Ensino Primário

Concessão de auxílios a diversas entidades educacionais de nível primário existentes nos três Estados sulinos.

Recursos aplicados

Cr\$ 101.500.000

8) *Saúde, Atividades de Assistência Hospitalar*

Melhoria das instalações e aquisição de equipamento especializado de hospitais e casas de saúde existentes nos municípios carboníferos dos três Estados sulinos.

Recursos aplicados

Cr\$ 59.500.000

9) *Saúde, Educação Sanitária*

Os projetos executados e em andamento nesse setor visam a proporcionar melhoria das condições de saneamento das comunidades minerais, mediante recursos financeiros concedidos em colaboração aos órgãos estaduais e municipais encarregados dos serviços de água e esgoto.

Recursos aplicados

Cr\$ 34.164.000

*Principais Programas e Projetos Levados a Cabo
nos Anos de 1964 e 1965*

EM 1964

Nesse ano as principais aplicações em projetos foram as seguintes:

1. *Obras* — Trabalhos realizados nos serviços de abastecimento de água, construção de casas operárias e remodelação de uma pista de aeroporto.

Valor Cr\$ 110.400.000

2. *Equipamento* — Para subestação elétrica e termelétrica.

Valor Cr\$ 550.000.000

3. *Instalações* — Linhas de transmissão de energia elétrica.
Valor Cr\$ 1.900.000.000

4. *Inversões* — Financiamento para excedentes de produção de carvão. Para integralização de capital das subsidiárias. Auxílios para assistência social.

TOTAL DE APLICAÇÕES EM 1964

Cr\$ 7.515.918.000

EM 1965

As principais aplicações em projetos, nesse ano, foram as seguintes:

1. *Obras* — Trabalhos realizados nos serviços de abastecimento de água, remodelação de trecho rodoviário, construção de casas operárias, implantação de uma fábrica de fertilizantes, construção de trecho ferroviário.

Valor Cr\$ 953.164.000

2. *Equipamento* — Para subestação de energia elétrica e para mecanização de lavra.

Valor Cr\$ 1.513.615.000

3. *Instalações* — Linhas de transmissão de energia elétrica.

Valor Cr\$ 3.725.000.000

4. *Inversões* — Financiamento para excedentes de produção de carvão.

Para integralização de capital das subsidiárias. Auxílio a Estradas de Ferro consumidoras de carvão nacional. Auxílios para assistência social.

Valor Cr\$ 12.441.725.000

TOTAL DAS APLICAÇÕES EM 1965

Cr\$ 18.633.504.000

Transportes

Política do Setor

O Setor de Transportes no Brasil ocupa uma posição de grande relevância no contexto econômico. Além de absorver uma grande parcela dos recursos reais disponíveis para formação de capital fixo, foi um dos maiores responsáveis por uma série de desequilíbrios na economia brasileira. Os *deficits* operacionais das empresas estatais são elevados e exercem uma contínua pressão sobre o Tesouro Nacional. No passado, havia uma íntima vinculação entre as emissões de papel-moeda e as necessidades financeiras das empresas estatais para cobrirem os gastos não financiados pela receita da venda dos seus serviços. No período de 1964 a 1966 os *deficits* foram acentuadamente reduzidos e a sua cobertura não esteve mais vinculada às emissões de papel-moeda, reduzindo-se, portanto, o impacto inflacionário.

Os desequilíbrios encontrados no setor não se limitam somente a aspectos financeiros. A alocação de recursos para investimentos em transportes não se processava segundo critérios racionais. Deficiências institucionais tornavam impraticável a operação das várias modalidades de transportes sob uma forma coordenada e eficiente. O Governo adotou medidas radicais de forma a criar condições a longo prazo para que o setor de transporte viesse a exercer papel dinâmico na economia nacional. A perspectiva do Governo não se limitou à visão a curto prazo.

Consciente de que os problemas que afetavam o setor de transportes tinham raízes profundas e requeriam soluções consistentes e compatíveis entre si, o Governo realizou estudos dentro de uma perspectiva de longo prazo. O Plano de Ação Econômica do Governo definiu as diretrizes básicas da política de transportes de longo prazo. Com a assistência técnica da ONU, um grupo de técnicos brasileiros e estrangeiros reunidos no Grupo Executivo de Integração da Política dos Transportes trabalha há mais de um ano na elaboração de planos e programas de transporte, dentro das linhas básicas da política estabelecida. A primeira

fase dos estudos acaba de ser completada, constituindo-se em planos diretores decenais ferroviários, rodoviários, portuários e marítimos, além de estudos e recomendações gerais sobre a integração e coordenação das várias modalidades de transportes.

Na Reforma Administrativa está prevista a criação do Ministério dos Transportes, que implementará os planos e programas estudados e dará continuidade às atividades de planejamento. Prevê-se que em 1971, caso sejam executadas as recomendações dos estudos feitos, o sistema brasileiro de transportes estará equacionado em bases racionais, eliminados, então, todos os desequilíbrios e distorções verificados no passado.

Setor Rodoviário

Durante o ano de 1966 o DNER executou, de conformidade com o Decreto n.º 57.088, de 22 de outubro de 1965, obras iniciadas em exercícios anteriores, dentro da orientação do Programa de Ação do Governo.

As principais metas alcançadas foram:

- a) aumento de manutenção da rede federal existente;
- b) programa de pavimentação crescente;
- c) concentração de recursos em obras prioritárias;
- d) introdução de critérios econômicos para decisões futuras;
- e) construção de rodovias para substituições de trechos ferroviários antieconômicos.

Em termos físicos, o DNER realizou, no ano de 1966, o seguinte:

Implantação	784.6 km
Pavimentação	851.9 km
Restauração	3.697.069.0 m ²
Obras de arte	1.667.6 m
Melhoramentos	878.4 km

Dentre as obras rodoviárias cumpre destacar:

I — BR-116, nos trechos:

- a) Fortaleza — Feira de Santana

b) Rio de Janeiro — São Paulo (duplicação)

II — BR-101, nos trechos:

a) Joinvile — Florianópolis

b) Divisa RN/PB — Divisa SE/BA

III — BR-262, o principal trecho executado foi o de Belo Horizonte — Uberaba.

IV — Paranaguá — Foz de Iguaçu (BR-277)

V — Fortaleza — Sobral (BR-277)

Curitiba — Divisa PR/SC (BR-468)

Pôrto Alegre — Alegrete (BR-290)

Quinta — Chuí (BR-471)

Pôrto XV — Rio Brilhante (BR-267)

Recife — Salgueiro (BR-232)

ATUAÇÃO NO PERÍODO 1964-1966

Serviços	1964	1965	1966
Implantação (km)	742,5	1,099,4	784,6
Pavimentação (km)	599,3	711,3	851,9
Restauração (m ²)	—	4,564,456	3,697,069,0
Obras de arte (m)	1,800	6,371,6	1,667,6
Melhoramentos (km)	592,7	497,6	878,4

Neste período, algumas medidas de ordem econômico-financeira foram tomadas, como a revisão do decreto de Imposto Único, realizada em fins de 1964, de modo a aumentar a participação do usuário no financiamento dos gastos rodoviários. Uma nova revisão foi feita em novembro de 1966, para corrigir certas distorções, e, finalmente, uma emenda constitucional veio modificar o critério de distribuição do Fundo Rodoviário Nacional. Essas medidas restituíram a capacidade de investimento do DNER, mantendo-se adequadamente a rede existente e também efetuando-se novos investimentos para sua expansão.

Setor Ferroviário

I — Em 1966, a Rêde Ferroviária Federal S/A prosseguiu na sua política de aumento de produtividade e de redução dos *deficits* operacionais.

Dentre as inúmeras realizações, destacam-se as seguintes:

a) *Renovação de Via Permanente*

Tiveram prioridade os serviços e as aquisições de materiais relacionados com a remodelação da via permanente, possibilitando melhor utilização do equipamento de transporte existente, bem como maior segurança do tráfego.

b) *Renovação do Material Rodante e de Tração*

Foram adquiridos, em 1966, 600 vagões para a bitola de 1,00 metro, além de 50 carros de passageiros, os quais foram construídos nas oficinas das próprias ferrovias. Destinados a atender à demanda de passageiros dos subúrbios da área do Rio, foram recebidos ainda 53 trens-unidades.

c) *Eletificação*

Foram realizados serviços de eletrificação em diversas ferrovias.

d) *Erradicação de Linhas, Ramais e Estações Antieconômicos*

Dando-se prosseguimento ao programa traçado, totalizou-se a eliminação de 1.010 km de linhas improdutivas.

e) *Resultados Financeiros*

No encerramento do exercício de 1966, apresentaram saldos favoráveis em seus balanços a E.F. Santos a Jundiá, a E.F.D. Teresa Cristina e a subsidiária Rêde Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S/A (AGEF).

II — O Departamento Nacional de Estradas de Ferro continuou as obras constantes do Plano Preferencial de Extensão Ferroviária, cabendo parte da execução à Diretoria de Vias de Transporte do Ministério da Guerra e à RFFSA.

III — No biênio 1964/1965 destacaram-se as seguintes atividades da RFFSA:

a) Remodelação de cerca de 5.000 km de linhas, cujas obras foram concluídas em 1966; deve-se salientar também a execução de programas de sinalização e modernização de comunicações e licenciamento.

b) No setor de obras, a política adotada pela RFFSA foi a de concentrar recursos nas iniciativas que viessem a produzir sensível redução nos custos da operação ferroviária.

Nesse sentido, merecem destaque as obras de construção de variantes em várias ferrovias, a conclusão dos alargamentos de bitola na V.F. Centro-Oeste e na E.F. Leopoldina, além de sua eletrificação.

Ressalte-se, ainda, a entrada em funcionamento do Ferryboat no Rio São Francisco, permitindo a ligação Norte-Sul.

c) Ao parque de material rodante e de tração da RFFSA foram incorporados, no referido biênio, 56 locomotivas diesel-elétricas e encomendadas mais 69 unidades, além de 1.355 vagões e 40 carros de passageiros.

d) Quanto à erradicação de ramais antieconômicos, a medida saneadora alcançou 2.654 km de linhas sem expressão econômica.

e) Relativamente a tarifas, a RFFSA vem seguindo a política de constante atualização dos preços cobrados pelo transporte sob a forma integrada em tôdas as ferrovias de seu sistema, desde o ano de 1964.

f) Quanto à política de pessoal, a RFFSA adotou um regime de austeridade. Não foram descurados os programas de adaptação e treinamento dos servidores. O seu número, que em 1964 era de 154.354, reduziu-se em 1966 a 140.202, ou seja, uma

diferença de 14.152, devida principalmente a desligamentos voluntários.

g) O esforço no sentido de intensificar o transporte de cargas pesadas a longas distâncias redundou no aumento do nível de trabalho realizado pela RFFSA. O número de toneladas-quilômetros transportadas aumentou de 25%, entre 1963 e 1966.

Setor Navegação

I — *Comissão de Marinha Mercante*

A carga transportada na cabotagem durante o ano de 1966 ascendeu a um total de 10,4 milhões de toneladas, correspondendo a um acréscimo de cerca de 20% em relação ao ano anterior.

Verifica-se, assim, um resultado satisfatório no elenco de medidas adotadas pelo Governo com o objetivo de devolver à Marinha Mercante a posição alcançada alguns anos atrás.

Paralelamente verificou-se uma elevação dos fretes na cabotagem marítima.

II — *Lloyd Brasileiro*

Em 1966, através do convênio celebrado com a Cia. Nacional de Navegação Costeira, o Lloyd Brasileiro recebeu e passou a operar 21 navios daquela autarquia. Desta forma, conta atualmente uma frota de 79 unidades, totalizando 516.650 TDW.

Em suas linhas regulares, transportou durante o ano um total estimado de 1.217.000 toneladas de carga, o que correspondeu a uma receita superior a 40 milhões de dólares. Por outro lado, participou no transporte de granéis de importação como fretador, por conta de terceiros, transportando aproximadamente 2.000.000 de toneladas.

Dentre as principais medidas levadas a cabo no período 1964/1966, destacam-se as seguintes:

a) Reclassificação de praticamente todos os navios classe «Nações», que se encontravam paralisados ou com suas vistorias vencidas;

b) Eliminação dos afretamentos a «Time Charter», passando a operar apenas com navios próprios;

c) Celebrações de acordos bilaterais e multilaterais de transporte com os diversos participantes das linhas tradicionais;

d) Maior agressividade na participação da bandeira brasileira nas linhas tradicionais e extensão de atividades a outras zonas de intenso intercâmbio comercial.

III — Cia. Nacional de Navegação Costeira

A empresa auferiu uma receita de aproximadamente 3 bilhões de cruzeiros, até ser transformada em empresa de reparos navais.

a) Estaleiros

Nos estaleiros da ilha do Vianna foi mantida a continuidade dos serviços prestados pela companhia, cujas oficinas assistiram, durante o ano, sua antiga frota, a do Lloyd Brasileiro e embarcações de diversas empresas particulares, além de navios de bandeiras americana, argentina e holandesa.

Concretizou-se durante o ano de 1966 a construção do dique Henrique Lage, com uma capacidade de docagem de navios de até 22.000 TDW, e cujas primeiras escavações foram iniciadas há 30 anos.

No período 1964/1966 passou por uma fase de transição, na qual se procurou reorganizar as suas atividades, com o fim de superar as dificuldades financeiras existentes. Assim, sem prejuízos dos seus atendimentos normais, a companhia liquidou os débitos em atraso, obteve um melhor índice de aproveitamento de sua frota e conseguiu, ao final de 1965, alcançar um equilíbrio econômico-financeiro.

Com a celebração do convênio com o Lloyd Brasileiro, a companhia passou então a promover as mudanças necessárias à especialização de suas atividades no setor de reparos navais.

IV. — Outras Empresas

a) *Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração dos Portos do Pará.*

No setor navegação foram recuperadas e colocadas em tráfego diversas unidades da frota.

Entre os serviços portuários executados no ano de 1966, destacam-se a recuperação de guindastes e a pavimentação de trechos de cais.

b) *Companhia de Navegação do S. Francisco*

Iniciou-se em 1966 a construção de empurradores, chatas semi-integráveis e lanchas-ônibus, visando à separação do transporte de carga e de passageiros.

c) *Serviço de Navegação da Baía do Prata*

Durante o ano de 1966 foram adquiridos diversos equipamentos para uso das oficinas e unidades de sua frota. Do mesmo modo, foram feitos estudos para construção de rebocadores.

d) *Serviços de Transportes da Baía de Guanabara*

O número de passageiros e a quantidade de cargas transportados no período 1964/1966 aumentaram, conforme demonstram as cifras abaixo:

LINHA	PASSAGEIROS (em milhões)	CARGA (1.000 t)
Rio-Niterói.....	1964	1.126
	1965	690
	1966	1.252
Rio-Paquetá.....	1964	—
	1965	—
	1966	—

Houve uma melhoria acentuada nos resultados financeiros da empresa, tendo a receita passado de Cr\$ 1,3 bilhões, em 1964, para Cr\$ 2,9 bilhões, em 1965, e, finalmente, para Cr\$ 4,5 bilhões, em 1966.

Construção Naval

A Comissão de Marinha Mercante prosseguiu, durante o ano de 1966, nas encomendas de novas unidades aos estaleiros nacionais, dentro dos recursos financeiros disponíveis. Dessa forma, manteve-se a continuidade operacional da indústria de construção naval, permitindo-se, ao mesmo tempo, a renovação da frota mercante nacional.

Os dados abaixo mostram os novos contratos para construção assinados em 1966:

ESTALEIRO	N. DE UNIDADES	TIPO	TDW
Ishikawajima.....	1 1	Barcaça de carvão Rebocador	11.000
Companhia Comércio Navegação	2	Frigoríficos	4.300 cada
Verolme	1	Barcaça p'der. pe- tróleo	1.200
Estaleiro Só	5	Chata Curral	75 cada
Cia. Nav. São Francisco	3 12	Rebocador Chata	200 cada

No período 1964/1966 a Comissão de Marinha Mercante contratou com recursos do Fundo de Marinha Mercante um total de 95,4 bilhões de cruzeiros, correspondendo a 104.000 TDW em 1964 e 101.000 TDW em 1965, além de alguns rebocadores e um dique flutuante neste último ano.

Portos

Em 1966, o Governo prosseguiu na sua política de recuperação dos portos nacionais. Assim, por meio de diversas leis e decretos,

criou as bases indispensáveis à reformulação da política portuária nacional.

Dentre essas leis e decretos há que ressaltar:

- a) Decreto-lei nº 83, de 26-12-66 — Estabelece normas para cobrança, pelas Administrações Portuárias, de taxas portuárias;
- b) Lei n.º 4.860, de 26-11-65 — Dispõe sobre o regime de trabalho nos portos, criando regime de dois turnos;
- c) Decreto-lei nº 5, de 4-4-66 — Estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais, e dá outras providências.

Ainda nesse período, foi constituída a Sociedade Brasileira de Dragagem, que executará em moldes industriais os serviços de dragagens dos portos e das vias navegáveis.

Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN)

Dentre as obras executadas podem ser citadas as seguintes:

- a) Construção de um molhe de proteção no pôrto de Ilhéus;
- b) Construção de Armazéns em Paranaguá;
- c) Dragagem nos portos de Rio, Santos e Recife;
- d) Ampliação do pôrto de Mucuripe, no Estado do Ceará.

Em 1966 foi assinado contrato entre o DNPVN e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, de um crédito de 5,6 milhões de dólares para execução das obras e serviços de melhoramento e ampliação do pôrto de Paranaguá.

Entre os projetos para construção e expansão de portos, destacam-se o do pôrto de Itaquí (MA) e o nôvo trecho do cais do pôrto de Maceió.

Administração do Pôrto do Rio de Janeiro

Houve um aumento acentuado na movimentação de carga no pôrto do Rio no período de 1964/1966, conforme se observa nos dados abaixo:

EM 1.000.000

A N O	PETROBRÁS	LONGO CURSO	CABOTAGEM	TOTAL
1964.....	5.2	5.0	3.4	15.6
1965.....	4.9	5.6	3.4	15.9
1966.....	6.1	6.0	3.8	15.9

Houve ainda um acentuado incremento de produtividade, conforme atestam os índices seguintes:

A N O	PESSOAL EMPREGADO	CARGA MOVIMENTADA 1.000 t	TONELADAS POR EMPREGADO
1964.....	6.882	8.409	1.222
1965.....	6.415	8.932	1.392
1966.....	6.117	9.867	1.613

Em 1966 foram aplicados Cr\$ 5,3 bilhões em investimentos, dos quais Cr\$ 2,9 bilhões destinados ao Parque de Minério e Carvão.

As instalações especiais para importação de carvão entrarão em funcionamento no início de 1967, permitindo um desembarque de 700 toneladas por hora.

Comunicações

Telecomunicações

O Setor de Serviços Públicos de Comunicações, durante o biênio 1964-1965, foi objeto de intensa reorganização e aparelhamento, tendo em vista capacitá-lo a planejar e executar o Plano Nacional de Telecomunicações.

A criação da EMBRATEL, a aquisição e dinamização da Companhia Telefônica Brasileira e a elaboração pelo Conselho Nacional de Telecomunicações das bases necessárias ao estabelecimento de um Plano Nacional de Telecomunicações, são apenas alguns dos marcos mais importantes dessa administração, no período.

O ano de 1966 foi rico em realizações: o Governo elaborou um plano trienal de emergência objetivando modernizar, expandir e integrar as redes telefônicas locais e de longa distância, regulamentar, cadastrar e disciplinar os serviços de radiodifusão pública, privada, de telegrafia e telex.

Tal esforço, de acordo com o Programa Plurienal de Investimentos do Governo Federal, prevê a utilização, ao longo do período, de recursos da ordem de Cr\$ 860.000.000.000 (oitocentos e sessenta bilhões de cruzeiros), dos quais Cr\$ 853.000.000.000 destinados a projetos de investimento e Cr\$ 7.000.000.000 aos de custeio.

Dentro desse espírito, o programa de atividades dos órgãos governamentais ligados a essa atividade apresentaram as seguintes realizações:

I — CONTEL (*Conselho Nacional de Telecomunicações*)

- Aprovação dos Planos da EMBRATEL, CTB e DCT.
- Encaminhamento da elaboração do Plano Diretor do Sistema Nacional de Telecomunicações.
- Acordo com o BNDE e a Pontifícia Universidade Católica visando à preparação de um estudo integrado das redes estaduais de comunicações no Nordeste do País.
- Participação na Comissão Especial encarregada de realizar com a *International Telephone and Telegraph* os entendimentos necessários à compra amigável da Companhia Telefônica Nacional no Estado do Paraná, ora alvo de disputa judicial.

— Elaboração de estudos visando à criação dos Serviços de Contrôlo, Escuta e Localização de Estações Emissoras de Radiodifusão.

— Preparação do anteprojeto do decreto presidencial regulamentando a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que criou o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

— Regulamentação dos serviços de Telefonia e Rádio-Amador.

— Estabelecimento de um corpo de normas diretivas de aspectos particulares aos diferentes tipos de serviço de Telecomunicações.

— Promoção e patrocínio do 1.º Congresso Nacional de Telecomunicações.

II — EMBRATEL (*Empresa Brasileira de Telecomunicações*)

— Projeto e início das obras de implantação do Sistema Tronco-Sul.

— Recebimento e operação do enlace de Micro-Ondas Rio-Brasília.

— Estudos e detalhamento do projeto para a instalação da estação terrena de comunicações internacionais via satélite.

— Dimensionamento do Sistema Rádio-Enlace de alta densidade Belo Horizonte-Recife.

— Estudos necessários à expansão da atual rede de Micro-Ondas Rio-São Paulo.

— Estudos necessários à implantação da Rede Auxiliar de Telecomunicações.

— Dimensionamento do novo Sistema de Alta Densidade Rio-Belo Horizonte.

— Levantamento de dados necessários à elaboração do projeto Rádio-Enlace São Paulo-Campo Grande.

CTB — Companhia Telefônica Brasileira

— Projeto e início das obras de expansão dos serviços telefônicos locais dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo, visando à instalação, em 6 anos, de 780.000 novos terminais.

— Dimensionamento dos projetos de Rádio-Enlace São Paulo-Araraquara-Uberlândia; São Paulo-Campinas-São João da Boa Vista; São Paulo-Baurú.

— Estudos necessários à ampliação da capacidade dos sistemas em cabo coaxial Rio-Petrópolis; Santos-São Paulo.

— Ampliação e modernização das redes interurbanas secundárias dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Guanabara e Rio de Janeiro.

Correios e Telégrafos

Correios

A atual administração encontrou em abril de 1964 a rede postal brasileira com aproximadamente 510.000 km de rotas. Ao fim de 1966 acham-se em operação mais de 800.000 km.

Os serviços de correios ambulantes encontrados por este Governo em estado caótico, desprovidos de separação e manipulação postais, sem controle financeiro, hoje executam satisfatoriamente um percurso mensal de 1.400.000 km.

Em 1965, foi projetado em São Paulo, Capital, o primeiro Centro Automático de Triagem Postal. Sua construção, iniciada em 1966, prossegue regularmente, devendo ser inaugurado em 1967. Brevemente serão iniciadas as obras de construção de mais dois Centros (Guanabara — São Paulo) com entrada em operação prevista para 1968.

A presente administração pôs em execução uma série de medidas destinadas à redução ou detenção dos *deficits* operacionais dos Correios, a saber:

— Regulamentação do transporte e distribuição de correspondência por empresas permissionárias. Somente essa medida proporcionou ao departamento uma arrecadação superior a Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzeiros).

— Abolição total das franquias telegráficas.

— Maior cooperação com o Correio Aéreo Nacional, que somente em 1966 transportou para o DCT 231 toneladas de correspondência leve e 114 toneladas de correspondência pesada.

— Revisão geral dos processos de concessão do benefício de salário-família.

— Controle permanente dos pagamentos pela prestação de serviços extraordinários.

— Cobrança efetiva dos saldos devidos ao DCT e decorrentes do tráfego mútuo.

— Atualização das tarifas postais telegráficas.

— Fiscalização rigorosa do peso das malas postais transportadas por aeronaves de empresas comerciais.

— Aquisição de equipamento técnico para processamento automático de correspondência.

Receita Global de Correios

Segundo dados fornecidos pela Contadoria Seccional, foi o seguinte o comportamento da receita dos serviços de correios durante o quadriênio 1963/1966.

	(Cr\$ 1.000)
1963	4.767.105
1964	7.852.339
1965	20.580.255
1966 (até outubro)	16.386.237

Telégrafos

Embora tenha havido duas atualizações tarifárias, o fluxo de telegramas continua a crescer vertiginosamente, devido, sobretudo, à absorção do tráfego que se escoava por empresas privadas.

O serviço de telegramas fonados tem apresentado ótimos rendimentos. Criado após a Revolução, em 1964, naquele mesmo ano apresentou uma receita da ordem de 35 milhões de cruzeiros. Em 1966, até o fim do terceiro trimestre, essa receita atingiu 145 milhões de cruzeiros.

A presente administração expandiu e dinamizou a rede nacional de telex. Em 1963, havia em operação nas cidades de São Paulo, Rio, Brasília e Belo Horizonte, um total de 520 estações. Ao fim de 1966, encontravam-se em serviço 908 unidades interligando também as cidades de Santo André (SP), Recife e Porto Alegre. Além disso, já foram compradas para instalação em 1967 mais de 1.500 novas direções.* Foi o seguinte o comportamento da receita desse serviço ao longo do quadriênio 1963/1966:

1963	Cr\$	155.050.589
1964	Cr\$	591.895.631
1965	Cr\$	1.449.024.085
(estimativa) 1966	Cr\$	3.000.000.000

O atual Governo encontrou em 1964 a rede telegráfica em precárias condições; grande parte dos circuitos regionais e inter-regionais estavam interrompidos ou funcionando mal, apenas não só por deficiência e negligência técnicas, como por faltas de material, equipamento e organização.

Para sanar esse estado de coisas, o DCT já aplicou, em conservação e recuperação das redes, mais de Cr\$ 2.500.000.000 (dois e meio bilhões de cruzeiros). Além disso, foram comprados mais de Cr\$ 3.800.000.000 (três bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros) em material e equipamentos para utilização em novas ligações.

Devido, principalmente, à atualização das tarifas e ao aumento da capacidade de tráfego do sistema, a receita global dos serviços de telecomunicações apresentou movimento ascensional ao longo do quadriênio 1963/1966:

	(Cr\$ 1.000)
1963	2.859.968
1964	6.252.995
1965	12.913.996
1966 (até outubro)	15.943.835

(*) Salvador, Juiz de Fora, Curitiba, Fortaleza, Goiânia e Uberaba.

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Produção Agrícola

Ao elaborar o seu Programa de Ação Econômica, em 1964, ao Governo não passou despercebida a imperiosa necessidade de dar ao setor Agricultura o tratamento exigido pela conjuntura do País. Isto mais se fazia sentir ante o abandono a que tinham sido relegadas as atividades agropastoris, causando acentuada redução da produção de bens primários, com reflexos evidentes na economia dos demais setores dependentes ou com elas relacionados. Os efeitos negativos dessa situação caracterizavam-se, principalmente, pela ocorrência de sucessivas crises nos mercados de consumo.

No decurso dos últimos três anos, o Governo conseguiu imprimir aos diferentes setores de atividade o ritmo necessário de expansão. Dentro dessa linha de ação, não têm faltado à agricultura os estímulos de que estava carecendo, assim surgindo condições favoráveis ao incremento da produção.

Programação Orçamentária

Não obstante as dificuldades advindas da política de contenção de despesas, os recursos atribuídos ao Ministério da Agricultura vêm acusando razoável aumento, atingindo Cr\$ 177.338.002.000, em 1966, quando eram de Cr\$ 121.576.634.000 em 1964, e de apenas Cr\$ 44.876.695.000, em 1963.

A instituição do orçamento-programa veio disciplinar melhor a aplicação dos recursos e possibilitar uma visão ao mesmo tempo mais profunda e ampla dos problemas da Administração no setor de Agricultura.

Promoção e Extensão

O fomento vegetal foi feito através de corretivos e fertilizantes, estímulos a culturas de subsistência e outras, aplicando o

Departamento de Promoção Agropecuária Cr\$ 800 milhões no aumento das culturas básicas de alimentação, aproveitamento dos vales úmidos do Nordeste, irrigação e drenagem, postos agropecuários e pastagens.

No que se refere a sementes e mudas melhoradas, as dotações que em 1964 foram de Cr\$ 3 bilhões, para uma produção de 16.145 t., subiram em 1965 para Cr\$ 4 bilhões e 300 milhões e 18 mil t. e em 1966 para Cr\$ 4 bilhões e 900 milhões e 20 mil toneladas.

Defesa e Inspeção Sanitária

No campo da defesa sanitária vegetal, deu-se ênfase às campanhas de âmbito nacional contra pragas e doenças da lavoura, notadamente de cana-de-açúcar, com polvilhamento de 6.500 hectares, do cacau da Bahia, através de tratamento aéreo de 10 mil hectares, e da citricultura, com a erradicação de 2.675.301 plantas afetadas pelo cancro cítrico de um total de mais de 11 milhões de plantas levantadas. Este último trabalho exigiu um levantamento de 387.144 propriedades nos Estados de São Paulo, Paraná e Mato Grosso e a aplicação de verbas superiores a Cr\$ 2 bilhões cada ano.

Os trabalhos nesse setor são feitos pelo Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, que importou dos Estados Unidos três aviões para ampliação de sua Patrulha Aérea Fitossanitária e conseguiu também criar o Curso de Aviação Agrícola, que funcionará em São Paulo, destinando-se à formação anual de 30 pilotos-agrícolas especializados no tratamento aéreo das culturas. Além de realizar as reuniões anuais de fitossanitaristas, que estavam suspensas antes de 1964, o órgão manteve contatos com a FAO que permitem esperar, para meados deste ano, a assinatura de convênio estabelecendo a criação, no Brasil, de um laboratório de produtos fitossanitários de âmbito continental.

Desenvolveu-se, ainda, ação intensa no combate às principais doenças dos animais, destacando-se a Campanha Nacional Contra a Febre Aftosa, enfermidade que causa grandes prejuízos à pecuária nacional.

Em 1964 foram aplicados recursos da ordem de 500 milhões de cruzeiros, aumentados em 1965 para 1 bilhão e 500 milhões e. em 1966, para 3 bilhões de cruzeiros. Só no Rio Grande do Sul, em 1965, foram vacinados 2.070.420 bovinos, enquanto que, em 1966, ainda naquele Estado, imunizaram-se 5.500.000 bovinos.

Além da campanha contra a febre aftosa, estão em pleno desenvolvimento a de combate à raiva dos herbívoros, executada em 17 Estados da Federação e a de profilaxia e combate à brucelose.

Através do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas (SIPAMA), o Ministério da Agricultura inspeciona e presta assistência tecnológica a 1.790 estabelecimentos, contribuindo, eficazmente, para que ofereçamos ao comércio interestadual e internacional produtos de qualidade comprovada, com a expedição, para a consecução de tal objetivo, de «Normas higiênico-sanitárias e tecnológicas».

Assim, em 1965, inspecionou o abate e a industrialização de 6.146.359 animais de açougue, produtores das chamadas carnes vermelhas, e de 7.028.834 aves; inspecionou o beneficiamento de 671.212.804 litros de leite e a industrialização de 151.018 t de produtos laticínios e 86.725 t de pescado e 51.631 eqüídeos, estes exportados, na sua totalidade, para o mercado internacional.

Visando à perfeita capacitação de técnicos, criou-se o Centro de Treinamento de Inspeção de Carnes, em Barretos, em pleno funcionamento, onde têm sido realizados vários cursos de especialização para veterinários.

Recursos Naturais Renováveis

Após a Revolução, o Ministério da Agricultura reformulou tãda a legislação sôbre recursos naturais renováveis, elaborando-se, entre outros, o nôvo Código Florestal, a lei que torna obrigatório o tratamento preservativo das madeiras, a lei de incentivos fiscais para o reflorestamento e a lei de Proteção à Fauna.

O Departamento de Recursos Naturais Renováveis, na qualidade de órgão executivo da política florestal e conservacio-

nista, vem executando um programa através de suas 20 agências nos Estados, 8 Estações Florestais de Experimentação, 16 Parques Nacionais, 2 Florestas Nacionais e um Refúgio Biológico.

Nesse mesmo período, promoveu o reflorestamento de cerca de 3 mil hectares, com uma produção de mais de 12 milhões de mudas, dando atenção especial ao reflorestamento de coníferas na região Sul, de eucaliptos na região Centro-Oeste e de algaroba na região Nordeste.

Com base nos estímulos fiscais concedidos pela Lei n.º 51.106, de 2 de novembro de 1966, foram preparados, ainda, em 1966, cerca de 50 projetos, que proporcionarão recursos financeiros da ordem de sessenta e quatro bilhões de cruzeiros e o plantio efetivo de área equivalente a 80.000 ha nos próximos anos.

Por outro lado, o Ministério da Agricultura editou o Atlas Florestal do Brasil, obra que alcançou grande repercussão e que permite um exato conhecimento da situação atual do País neste setor.

Meteorologia e Climatologia

A modernização da rede meteorológica nacional, atingindo 190 estações, a melhoria do ensino, treinamento e pesquisa, e a construção do Centro de Recepção e Transmissão de Dados Meteorológicos em Brasília, para observações no Hemisfério Sul, são três programas fundamentais iniciados no triênio 1964/66. Para a instalação do Centro em Brasília já foram concedidos 189.900 dólares, conforme entendimentos mantidos com a Organização Meteorológica Mundial. Sua inauguração é prevista ainda para este ano, enquanto os planos de modernização exigirão prazo maior para sua conclusão, que permitirá ao Serviço de Meteorologia funcionar de acordo com as normas previstas pela Organização Meteorológica Mundial.

Economia Rural

O Departamento Econômico do Ministério da Agricultura incorporou o Serviço de Estatística da Produção, criando-se então,

para complementar-lhe a nova estrutura, o Serviço de Previsão de Safras e a Divisão de Levantamento e Análise Econômica.

O Serviço de Informação de Mercado Agrícola iniciou atividades em abril de 1966, abrangendo, inicialmente, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba. As comunicações serão estendidas brevemente a Recife e Pôrto Alegre.

Pesca

A carência de informações básicas e a insuficiência das estruturas institucionais técnicas e executivas estavam a entrar a ação dos órgãos governamentais na área da pesca.

Formulou-se, em 1965, um programa a ser cumprido em duas etapas: a primeira correspondendo à revisão da legislação geral da pesca, à reestruturação da SUDEPE, ao levantamento de informações básicas da pesca e à racionalização da comercialização do pescado; e a segunda estabelecendo as bases da política de desenvolvimento pesqueiro, regulamentação das leis, formação e capacitação de pessoal e implantação de um sistema estatístico-operativo, capaz de atender aos interesses econômicos e aos objetivos científicos de proteção e investigação da fauna ictiológica.

Os trabalhos em desenvolvimento visam a atingir os seguintes objetivos:

- 1 — incremento da frota de barcos de pesca de arrasto para a captura da merluza, na zona do Rio Grande do Sul;
- 2 — desenvolvimento do parque industrial de Santa Catarina, especialmente em relação à industrialização da sardinha e do camarão;
- 3 — incremento, com unidades tecnicamente adequadas, da frota de pesca de camarão de São Paulo, do Nordeste (Maranhão) e do Norte (Pará e Amapá);
- 4 — aumento da frota lagosteira no Nordeste, assim como expansão da captura do vermelho;
- 5 — desenvolvimento de centros de comercialização de pescado para o consumo da população, com unidades frigoríficas, em coordenação com a CIBRAZEM.

Reforma Agrária e Colonização

Reforma Agrária

A Reforma Agrária formulada pelo Estatuto da Terra em fins de 1964, considerada pelo Govêrno como uma das reformas fundamentais que competiam à Revolução de 31 de março, está sendo implantada pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), órgão que, estruturado em princípios de 1965, foi instalado em meados daquele ano. Após as necessárias providências para a liquidação da extinta Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), a elaboração dos indispensáveis atos de estruturação e funcionamento do nôvo órgão, bem como o preparo dos instrumentos legais previstos para a Regulamentação do Estatuto básico da Reforma, foram programados os Planos Nacional e Regionais e, desde logo, passou-se ao processo de implantação. Em 1965, foi iniciado o levantamento cadastral e criaram-se as Áreas Prioritárias do Nordeste, de Brasília e do Rio de Janeiro, sendo promovidas as medidas relativas à obtenção de locais e seleção de pessoal para instalação dos órgãos centrais e regionais, incumbidos da execução dos programas. No ano de 1966, todos os programas previstos tiveram sua implantação iniciada.

No Plano Nacional acham-se em execução dois projetos. O de Cadastro e Tributação, que constitui um instrumento básico do Estatuto da Terra, já está implantado em seus aspectos essenciais.

Cêrca de quatro milhões de imóveis rurais e os respectivos arrendatários e parceiros e quase um milhão de quilômetros quadrados de terras públicas estão sendo identificados, para um conhecimento objetivo da estrutura agrária brasileira.

São da maior significação, para a adequada aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Terra, os dados e índices estatísticos que estão sendo apurados com as informações fornecidas naquele levantamento. O contrôle dos contratos de arrendamento e parceria, que foram regulamentados em lei especial, fixando as primeiras normas autônomas de direito agrário, é outra atividade dêste projeto que contribuirá para a reformulação da estrutura agrária brasileira.

Outro projeto no Plano Nacional, em execução, é o da discriminação das terras da União e regularização dos títulos de domínio e posse, que está a cargo de órgãos já instalados nos Estados do Rio, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, e em vias de instalação no Estado de Mato Grosso. Com a execução deste projeto, ficarão conhecidas as terras da União disponíveis para o processo de colonização, ao mesmo tempo que centenas de milhares de atuais ocupantes terão seus títulos de domínio e posse regularizados, dando-lhes, assim, condições para o uso pacífico e tranqüilo das terras que exploram, ao abrigo dos litígios e conflitos que constituem focos de agitação naquelas regiões.

Os Planos Regionais em execução situam-se nas três Áreas Prioritárias criadas em 1965 e na Área Prioritária do Rio Grande do Sul, criada em 1966. Estas Áreas Prioritárias, que são grandes áreas de demonstração, para implantação da Reforma Agrária, totalizam cerca de 6% da área do território brasileiro, mas nelas são obtidos mais de 20% da produção agropecuária do País. Quatro grandes projetos estão sendo executados em cada uma dessas áreas.

Dois se referem ao cadastramento técnico dos imóveis rurais nelas compreendidos, em número de oitocentos mil, e ao levantamento e à avaliação dos recursos naturais e culturais que nelas ocorrem, para permitir a adequada formulação dos novos programas para os Planos Regionais de Reforma Agrária.

Os outros dois projetos são específicos para a reformulação da Estrutura Agrária vigente naquelas Áreas Prioritárias. Um se destina à criação de novas unidades agrícolas e à concentração parcelária para reorganização de propriedades minifundiárias, além dos trabalhos de regularização de áreas invadidas ou ocupadas irregularmente e um amplo processo de capacitação de pessoal nos três níveis superior, médio e elementar. Foram promovidas desapropriações de várias dezenas de glebas para implantação dos dezesseis distritos de colonização programados para um total de vinte e seis mil novas unidades agrícolas, já estando concluídos os projetos e iniciada a implantação de cinco, totalizando cerca de cinco mil lotes para parceleiros. Em cada um desses distritos está

sendo instalada uma Cooperativa Integral de Reforma Agrária, que foi o instrumento fundamental previsto no Estatuto da Terra para garantir o êxito desse tipo de colonização.

O outro projeto específico é o de Promoção Agrária que compreende um conjunto de medidas tendentes a elevar os índices de produtividade no setor agrícola pela implantação da tecnologia adequada. Estão sendo assistidos, de forma mais intensiva, os lavradores e pecuaristas localizados em áreas típicas, consideradas de demonstração, com a finalidade de difundir práticas e métodos adequados à conservação dos solos, ao cultivo, à defesa sanitária vegetal e animal, à seleção de espécies, ao melhoramento dos rebanhos, ao beneficiamento dos produtos agropecuários e à sua comercialização. Um amplo processo de elevação dos níveis de saúde, de educação, de habitação e de economia doméstica está sendo promovido com a implantação de centros de desenvolvimento de comunidades rurais, que despertam a consciência de seus membros para uma participação ativa na melhoria daqueles níveis.

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário vem, em seus dois anos de atividade, proporcionando ajuda financeira aos departamentos de assistência das cooperativas em todo o País.

No setor de Extensão Rural e Treinamento de Líderes Rurais e de Técnicos, o INDA celebrou convênios com a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR, visando à execução de atividades de Extensão Rural, no montante de Cr\$ 600.000.000 (seiscentos milhões de cruzeiros); com o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária — IGRA, para promoção de semanas ruralistas solicitadas pelo meio rural, do Estado do Rio Grande do Sul, no montante de Cr\$ 40.000.000 (quarenta milhões de cruzeiros) e com a Faculdade de Agronomia e Veterinária da UFRGS — FAV, com vistas ao aperfeiçoamento de profissionais de agronomia, veterinária, economia doméstica, bem como treinamento de liderança no meio rural, no montante de Cr\$ 30.000.000.

No que diz respeito a Cursos de Treinamento de Líderes Rurais, o INDA também participa através de convênios firmados com diversas entidades públicas e privadas nas várias regiões do País.

Realizou, ainda, cursos para formação de agentes de colonização, dirigentes de departamento assistencial de cooperativas e de capacitação em diversas atividades agrícolas.

Iniciaram-se, também, os trabalhos de estruturação dos municípios modelo em 11 unidades da Federação.

Abastecimento

No decurso do triênio 1964-1966, foram realizados vários estudos e tomadas providências no sentido de melhorar o abastecimento de diversas áreas. Salientam-se as seguintes:

a) levantamento geral da situação da indústria salineira nacional;

b) pesquisas sobre deficiências e/ou falhas dos portos nacionais e levantamento de suas características técnicas;

c) proposição ao Governo de medidas de emergência para o abastecimento da Amazônia;

d) coordenação dos meios de transporte no Rio Grande do Sul, quando da ruptura da Ponte de Socorro, na divisa daquele Estado com o de Santa Catarina, por ocasião das chuvas ali caídas em 1965. A ação da SUNAB junto à Comissão de Marinha Mercante, Lloyd Brasileiro, empresas privadas de navegação, Associação Comercial e Federação das Indústrias, levou à obtenção de transportes marítimos e ferroviários que permitiram atender às necessidades daquela região atingida pelas chuvas;

e) análise permanente do comportamento estacional de preços de gêneros alimentícios;

f) estocagem de boi em pé, no período de entressafra;

g), criação de estoques reguladores;

h) abastecimento nacional de pescado e desnecessidade de sua importação;

i) pesquisa de mercado, em ligação com o EPEA;

j) quantidade ideal e disponibilidade de alimentos traduzido para o inglês pela USAID e enviado aos USA;

l) convênio com o Ministério da Agricultura, para a provisão de safras e melhoria das estatísticas agrícolas.

Cobal

Os órgãos vinculados à SUNAB — COBAL, CIBRAZEM e CFP — atuaram harmonicamente visando a desenvolver o sistema de comercialização e abastecimento do País.

A Companhia Brasileira de Alimentos — COBAL realizou em 1964 aquisições da ordem de Cr\$ 19 bilhões, tendo as vendas atingido quantia superior a Cr\$ 12 bilhões, constituindo-se, no fim desse ano, estoques reguladores no valor aproximado de sete bilhões e setecentos milhões de cruzeiros.

No início de 1966, a COBAL possuía estoques reguladores de segurança num montante superior a Cr\$ 130 bilhões, incluídas as mercadorias adquiridas pela CFP.

No exercício de 1966 foram adquiridas 116.800 t. de produtos, no valor de Cr\$ 41,6 bilhões e vendidas mercadorias no valor de Cr\$ 145 bilhões.

Cibrazem

Durante os anos de 1964 e 1965, as atividades da CIBRAZEM se nortearam pela idéia de colocar em ação as Unidades Armazenadoras recebidas do Ministério da Agricultura, como fundo de capital. Para atender às necessidades de estocagem da safra de 65, atendendo à política de preços mínimos, foi necessário arrendar mais de 60 armazéns em vários pontos do País.

Os principais objetivos que a CIBRAZEM procurou atingir, durante o ano de 1966, foram os seguintes:

a) Recuperação do Frigorífico do Cais do Pôrto, um dos dez maiores do mundo e o maior da América do Sul.

b) Melhoria das instalações, incremento da produção de gelo e estocagem, do Entrepósito de Pesca do Rio de Janeiro e também a aquisição de modernos equipamentos para a movimentação e armazenagem do pescado.

c) Reparação das unidades da rede armazenadora e complementação da respectiva aparelhagem (secadores, máquinas de limpeza, etc.).

d) Foram reparadas as unidades armazenadoras de Irati, no Paraná; Campo Grande, em Mato Grosso; Mafra, Canoinhas, Chapecó e Videira, em Santa Catarina; Arcoverde, Caruaru, Vitória de Santo Antão e Armazém Portuário 3-A, em Pernambuco; Goiânia, em Goiás; Sobral, no Ceará; São Pedro e Picos, no Piauí; Panambi, Santana do Livramento e Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul; Armazém Externo F, Armazém Externo G e Armazém do Expurgo na Guanabara.

e) Término da construção de armazéns cujas obras haviam sido contratadas anteriormente à Revolução. A construção dos Armazéns de Francisco Beltrão, Barracão, Capanema, Toledo, Guaíra e Goio-Erê, todos no Paraná, foi concluída, aumentando, assim, de 36.000 t. a capacidade armazenadora da Companhia.

f) Melhoria das condições operacionais dos demais Entrepósitos da Companhia, inclusive dos que, aos poucos, estão sendo recebidos da SUDEPE. Foi concluído o Entrepósito de Aracaju que, por dez anos, aproximadamente, aguardava conclusão. Recuperação integral do Entrepósito da Bahia, atualmente com produção de 3.000 pedras de gelo mensais e estocando 60 t. de produtos congelados e refrigerados. Foram recuperados os Entrepósitos de Pôrto Alegre, Rio Grande e Angra dos Reis. Foi estabelecido convênio com a Fundação Abrigo Cristo Redentor, por via do qual a CIBRAZEM recuperou e passou a operar o Entrepósito da Marambaia.

Comissão de Financiamento da Produção (CFP)

No decorrer do ano de 1965 algumas modificações foram introduzidas na Política de Preços Mínimos, quais sejam:

a) reajuste obrigatório dos preços por ocasião das colheitas;

b) tentativa de descentralização da tarefa de compra dos produtos, até então exercida pelo Banco do Brasil.

O número de aquisições dos produtos amparados pelos preços mínimos, principalmente arroz, milho, feijão e farinha de mandioca, ascenderam em 1965, a 88.840, envolvendo 2,4 milhões de toneladas, no valor de Cr\$ 259 bilhões de cruzeiros.

Além das aquisições, foram efetuados, em 1965, financiamentos aos produtores, no montante de Cr\$ 34 bilhões, quando no ano anterior esta cifra atingiu Cr\$ 27 bilhões.

Em 1966, a Comissão de Financiamento da Produção realizou aquisições correspondentes a 2,5 mil toneladas de arroz e milho, no valor de Cr\$ 419 milhões. Quanto a produtos já elaborados, foram adquiridos 7 milhões de sacos de juta, no valor de Cr\$ 6 bilhões, tendo em vista a necessidade de se aliviar a indústria nacional, para que esta pudesse adquirir a fibra dos produtores.

A execução de medidas que venham induzir maior número de financiamentos será a meta a ser seguida pela Autarquia, de agora em diante, pois a prática comprovou que a intervenção governamental no sistema de comercialização, adquirindo produtos agrícolas, nem sempre se mostrou como a solução mais racional, pois, além de aumentar o índice de estatização da economia, raras vezes conseguiu elevar a renda bruta do agricultor. Por outro lado, o financiamento de produtos depositados, seja na propriedade agrícola ou nos armazéns gerais, tem permitido que os produtores se beneficiem das reações do mercado, que notoriamente ocorrem no transcurso do ano.

Foi realizado novo convênio com o Banco do Brasil S.A., no qual ficou caracterizada com maiores detalhes a problemática operacional entre este e a CFP.

Igualmente, assinou-se convênio com o Banco Central, através do qual se delega aos agentes financeiros deste a condição de atuar também no exercício da Política de Preços Mínimos, efetuando operações de compra e financiamento. Até o presente momento aderiram ao programa quinze bancos, entre oficiais estaduais e privados.

Realizou-se convênio com o Instituto Brasileiro do Café, com a finalidade precípua de dinamizar ainda mais a atuação do Governo, face às perspectivas de uma safra abundante em 1967, e pelo qual a CFP passará a utilizar dez armazéns localizados no Paraná, no esquema de compra de produtos agrícolas. Este fato é bastante significativo, pois irá ajudar o órgão citado no esquema de diversificação da cafeicultura, induzindo a plantação de cereais em áreas de erradicação.

Foi reformulado todo o sistema de armazenamento através de celebração de contratos, onde se definem as responsabilidades dos armazéns, evitando prejuízo da CFP, por desvio, negligência ou dolo por parte da firma armazenadora e por eventos de causa externa.

Comercialização do Trigo

Na comercialização do trigo, o principal fato a assinalar foi a instituição dos estoques reguladores, em todo o território nacional, medida levada a cabo sem qualquer ônus para o Governo, pois efetuada através de contratos de comodato para utilização dos silos dos próprios moinhos, encarregando-se estes de tôdas as despesas relativas à armazenagem e conservação do cereal.

Com base na mercadoria estocada, criou-se um sistema por meio do qual foram alcançados, objetivamente, os seguintes resultados:

a) eliminação do «câmbio negro» no comércio de farinha de trigo, o que já era considerado regime inevitável nas transações desse produto e dos subprodutos;

b) estabelecimento de plano racional de embarques e descarga do trigo importado, sanando a causa dos costumeiros congestionamentos nos portos, desonerando o Governo de pesadas multas que vinha suportando com sobre-estadias de navios nos portos nacionais e dando-lhe condições para auferir lucro considerável, através de prêmios obtidos por presteza nas descargas;

c) distribuição de trigo aos moinhos, mediante parcelas iguais e semanais, em substituição ao regime anterior de liberações

maciças do cereal, de acôrdo com o volume descarregado nos portos, refletindo-se essa prática diretamente nos custos de produção das indústrias, pois que, podendo dar maior rotatividade aos seus capitais de giro, sem se utilizar de vultosos e constantes empréstimos ao Banco do Brasil S/A, tiveram menores despesas no que se refere a juros.

Foi fundada nessa estrutura de comercialização e nos níveis de preços obtidos nas transações efetuadas no mercado internacional do trigo que o Governo teve condições, em maio do corrente ano, de reduzir de Cr\$ 186.000 para Cr\$ 175.000/toneladas o preço da entrega aos moinhos daquele cereal, para que a indústria moageira e a de panificação pudessem absorver os incrementos de seus custos de produção, sem a necessidade de fazê-los refletir sôbre o valor final de seus produtos.

No tocante ao trigo de produção nacional, a SUNAB, atenta à conjuntura mundial, de provável diminuição das quantidades do mercado ofertante, prosseguiu na sua política de estímulo à lavoura, caracterizada de modo mais evidente pelas seguintes medidas:

a) compra, pelo Governo, em caráter permanente, da totalidade da produção, por meio de organismo especialmente criado no Banco do Brasil S/A para êsse fim, propiciando rápida colocação da safra e imediato pagamento ao produtor;

b) fixação do preço de aquisição em Cr\$ 265.000 por tonelada, sem embargo de superar sensivelmente o do trigo importado, de modo a ser suficiente para cobrir o custo de produção apresentado pelos próprios produtores, assegurando-lhes margem de lucro superior a 30%, à base de lavoura com rendimento médio de 960 kg/ha, além de inserir, naquele preço, parcela de estímulo no valor de Cr\$ 10.000/tonelada, a ser paga ao agricultor que comprovar o uso de fertilizantes em sua lavoura;

c) revenda ao produtor, através das Cooperativas Tritícolas, de parte do cereal adquirido pelo Governo para fins de semeadura, isso significando assegurar àquele produtor financiamento para obtenção de semente, de 100% (cem por cento) da necessidade, a prazo de até 210 dias.

Quanto à industrialização, foi determinada rigorosa observância da legislação em vigor que, apesar de deficiente, não vinha sendo cumprida pelos moageiros, conseguindo, dessa forma, a eliminação de unidades improdutivas através de incorporações, além de impor àquela indústria maior disciplina, objetivando melhor índice de produtividade.

Trata-se de um conjunto de medidas que visam a dar ao parque moageiro nacional condições reais e harmoniosas de funcionamento, objetivando, precipuamente:

a) a eliminação dos moinhos improdutivos, possibilitando incorporações, de modo a facilitar o surgimento de unidades que, pelo seu vulto e localização, apresentem maior rendimento e, conseqüentemente, maior rentabilidade;

b) o estabelecimento de critério relacionando as capacidades de moagem e ensilagem, de modo a estimular a construção de silos, de cuja carência se ressentem nosso País;

c) a redução gradual da ociosidade existente, através de disposições que permitam aos industriais disporem das máquinas paradas, de acôrdo com suas conveniências econômicas, inclusive na industrialização de sucedâneos.

Política do Café

Política Externa

Acôrdo Internacional do Café

No âmbito externo, a tônica da política brasileira tem-se orientado no sentido dos princípios fundamentais preconizados pelo Convênio Internacional do Café, por entender o Brasil que a ação conjunta dos países ligados ao comércio do produto, em *forum* internacional comum, se afigura a via de solução mais consentânea para as nações produtoras, porque menos onerosa, dos problemas extremamente complexos que envolvem a produção e comercialização do café.

Tem o Brasil ponto de vista firmado de que para o sucesso duradouro do Convênio a solução mais importante está, a longo prazo, na abreviação do processo para adequar a produção ao consumo mundial e, a curto prazo, no estabelecimento de mecanismos de controle mais aperfeiçoados, que alcancem rapidamente a almejada estabilidade do mercado cafeeiro.

Assim, as teses desenvolvidas pelo Brasil na Organização Internacional do Café têm sido amplamente aceitas pelos demais países-membros, desde que se baseiam no princípio irrecusável de que o café é a chave para o desenvolvimento das nações produtoras. A debilidade da economia do café repousa fundamentalmente na superprodução, causa dos excessivos estoques que se avolumam através dos anos. Eliminando-se a causa, os recursos provenientes de uma tranqüila comercialização do café reverterão, maciçamente, para o financiamento de outros produtos alimentícios e outras matérias-primas indispensáveis ao desenvolvimento econômico.

Com essa atitude, de ampla cooperação internacional, e buscando a maximização dos recursos auferidos com a exportação do café, conseguiu o Brasil, durante o ano-convênio de 1965/1966, preencher integralmente a quota adjudicada pela OIC, exportando 17,6 milhões de sacas a uma receita cambial correspondente a 827 milhões de dólares, que lhe propiciou uma reserva de recursos para o financiamento do programa de erradicação e diversificação agrícola das regiões cafeeiras.

Apreciação sobre as Exportações

A análise da conjuntura externa do café no ano de 1966, tem como aspecto marcante a nítida recuperação das exportações brasileiras.

Em contraste com a situação verificada durante 1965, prolongamento de um período caracterizado pela hipertrofia dos negócios de café, face à retração dos principais centros consumidores em consequência de uma política de venda a preços reduzidos adotada

por alguns países produtores, o ano de 1966 evidenciou o acerto da política externa a longo prazo conduzida pelo Governo brasileiro, colhendo os resultados positivos de sua aplicação.

Assim, durante o ano de 1966 as exportações brasileiras de café elevaram-se a um montante de 17 milhões de sacas, representando um acréscimo de 3,5 milhões em relação ao ano anterior, ou seja, em termos relativos, a um crescimento da ordem de 26%.

A exportação de café em 1966 e sua comparação com os dois anos imediatamente anteriores se expressam pelos volumes seguintes (em mil sacas):

	1964	1965	1966
1º trimestre	4.589	2.505	4.285
2º trimestre	2.956	2.510	3.755
3º trimestre	3.528	4.125	5.217
4º trimestre	3.873	4.357	3.774
TOTAL	14.946	13.497	17.031

No que se refere à receita cambial, a exportação de café proporcionou um ingresso de, aproximadamente, 780 milhões de dólares, isto é, 10% superior ao ano de 1965, alcançando um dos níveis mais elevados dos últimos 10 anos. Os números assim se expressam (em milhões de dólares):

	1964	1965	1966
1º trimestre	211	137	209
2º trimestre	157	134	170
3º trimestre	180	212	225
4º trimestre	212	224	174
TOTAL	760	707	778

Os resultados auferidos em 1966 somente foram possíveis pela adoção por parte do Governo de uma política flexível de comercialização, orientada no sentido da maleabilidade dos preços do café brasileiro, acompanhando adequadamente os movimentos do mercado. Nesse sentido, o IBC por três vezes reduziu o nível de preços do café, de forma a manter a capacidade competitiva.

Sistema de Comercialização

Dando prosseguimento à reformulação dos métodos de comercialização, de forma a simplificá-los, escoimando-os de exigências supérfluas que não tinham outro sentido senão entravar o processo burocrático da exportação, ou adequá-los às conveniências da conjuntura atual do mercado externo, introduziu o IBC, no decorrer de 1966, algumas modificações que merecem ser destacadas, quer pela antecipação com que foram implantadas, quer pelo objetivo a que visaram. Destacam-se como principais iniciativas no setor amplo da comercialização:

a) *Desburocratização da exportação*

Antecipando-se ao processo de simplificação das exportações brasileiras preconizado pela Lei n.º 5.025, que criou o Conselho Nacional de Comércio Exterior (CONCEX), adotou o IBC, em 1966, algumas medidas que abreviaram as exigências de natureza administrativa nas vendas de café para os mercados consumidores.

Nesse sentido, foram abolidas antigas e desnecessárias exigências no envio, pelos exportadores, de amostras de café aos compradores no exterior, ganhando-se tempo na conclusão dos contratos de venda. Do mesmo passo, incorporou-se à remuneração final ao exportador os valores referentes às taxas de propaganda e de custeio, previstas em leis específicas, suprimindo-se trâmite demorado e retirando-se eventual influência que as taxas de câmbio possam exercer sobre o pagamento final ao exportador.

Outros aperfeiçoamentos foram equacionados e estão prontos para entrar em execução tão logo mereçam a concordância dos demais setores governamentais envolvidos.

Apesar da complexidade do mercado do café, talvez seja este o produto cujo processamento de exportação se cumpra com menor número de exigências e com maior rapidez.

b) *Sistema de garantia de preço ao comprador*

Instrumento fundamental na política de comercialização do café, e como tal reconhecido no mercado externo, inclusive por

competidores, que procuram imitá-lo, embora deficientemente, o sistema de garantia de preço concedida aos compradores do nosso produto, implantado em fins de 1965, através das Resoluções n^{os} 341 e 346, do IBC, mereceu observação constante de seu comportamento com o objetivo de, eventualmente, introduzir as modificações necessárias para o seu aprimoramento, de forma a usufruir dêsse mecanismo tôdas as vantagens que o mesmo possibilita.

Assim, no transcorrer de 1966, modificações substanciais sofreu o sistema de garantia, que, cronologicamente, foram as seguintes:

I — extensão de 45 dias para 90 dias após o embarque do café em portos brasileiros do prazo de garantia de preço, de forma a proporcionar aos compradores, nos mais remotos mercados consumidores, o ciclo integral de comercialização com o produto amparado por garantia de preço;

II — prazo de utilização de 120 dias — anteriormente fixado em 90 dias — dos valores das indenizações por diferenças de preços para novas compras de café brasileiro;

III — aferição das diferenças de preços pelas cotações *ex-dock* do mercado de New York, inculindo-se maior confiança aos compradores pela não-interferência direta que possa exercer o IBC nessas cotações. Anteriormente, o cálculo para indenização esteve baseado nos preços afixados pelo IBC;

IV — indenização imediata aos compradores pelas eventuais diferenças existentes à data do embarque, complementando-se o pagamento tão logo vencido o prazo de garantia, a fim de ativar a comercialização;

V — compensação dos valores de indenização em novas compras, de montante mais elevado, simplificando-se as exigências de ordem cambial;

VI — processamento do sistema por computação eletrônica de dados e fiscalização do mesmo por auditoria independente.

c) *Financiamento da exportação*

O financiamento da exportação afigura-se inequivocamente instrumento ativo na comercialização do café, todavia, inadequados critérios aplicados no passado levaram as autoridades governamentais a suprimi-lo por breve período até que fôsem completados os estudos sôbre a sistemática mais conveniente a adotar.

Nos prazos em que, a título experimental, foi concedido prazo de pagamento aos importadores de café brasileiro, evidenciou-se imediato incremento das vendas.

Comprovada a validade do financiamento como elemento ativador da comercialização, pôde o IBC, em colaboração com as autoridades monetárias, estabelecer um mecanismo de vendas a prazo em que, aproveitando as reservas de divisas acumuladas e sendo menos oneroso para o País, possibilita aos compradores realizarem suas compras de café brasileiro sob financiamento de até 90 dias em condições mais favoráveis que as prevaletentes em seus próprios mercados. A Resolução n.º 382, do IBC, baixada em 10-12-1966, com a aprovação do Conselho Monetário Nacional, consubstancia todo o sistema.

O nôvo mecanismo de financiamento da exportação de café tende a ser, juntamente com o Sistema de Garantia de Preço, pela flexibilidade que proporciona sua aplicação, dos mais válidos instrumentos da comercialização externa.

d) *Vendas dos Estoques Governamentais*

Iniciado na segunda metade de 1965, sob novos critérios, em que prevaleciam a não discriminação de comprador e condições que não afetavam a comercialização pelo setor privado, prosseguiu o IBC, em 1966, no suprimento ao comércio exportador dos cafês dos estoques do Govêrno cuja demanda se verificou em alguns mercados consumidores.

Assim, através de um sistema de rápida execução, em que o produto foi entregue aos exportadores, nos portos de embarque, nos prazos exigidos, o IBC, durante o primeiro semestre do ano passado, no período que antecedeu a atual safra cafeeira, vendeu

dos estoques oficiais cêrca de 2,5 milhões de sacas de café, cuja receita para o Tesouro Nacional atingiu a cifra expressiva de Cr\$ 90 bilhões.

Entrepósitos e Mercados Específicos

O ano de 1966 se apresentou como de significativa recuperação de vendas e de receita proveniente dos estoques nos Entrepósitos do IBC no exterior. Tal recuperação deve-se, tanto aos esforços desenvolvidos pelo Brasil no campo internacional, como ao estabelecimento de condições favoráveis para o consumidor nos mercados novos, onde acirrada competição se desenvolveu para sua conquista. Sem ferir os princípios da comercialização através do comércio exportador, foi possível deslocar competidores de mercados que antes se afiguravam de difícil penetração para o café brasileiro.

As vendas, em 1966, pelos três Entrepósitos do IBC — Trieste, Beirute e Hong Kong — totalizaram 1.106 mil sacas, que produziram uma receita bruta de US\$ 32 milhões, aproximadamente.

Por outro lado, no que diz respeito a mercados específicos, imprevista ação de concorrente obrigou o Brasil a tomar as precauções necessárias para não sofrer perda substancial. Trata-se, no caso, do mercado argentino em que o competidor passou a oferecer cafés, tanto ao consumidor, através de uma linha própria de industrialização, como aos industriais argentinos, com facilidades cambiais e de pagamento. Essa iniciativa teve a suportá-la intensa campanha propagandística.

A reação brasileira, como se fazia necessária, não tardou. Medidas econômico-financeiras e uma campanha de propaganda à altura neutralizaram os esforços colombianos que, todavia, não se afastaram do mercado, na expectativa de afrouxamento de nossa parte. O plano promocional, para ser executado até fevereiro de 1967, já produziu grande parte dos resultados previstos. A exportação brasileira para a Argentina cresceu de 27% sobre o ano anterior. Durante os sete primeiros meses de campanha e

do estabelecimento das referidas condições econômico-financeiras (junho-dezembro 1966) as exportações brasileiras subiram de 33,7% em relação ao mesmo período de 1965.

Política Interna

Esquema para Safra 1966/67

Especificamente quanto à política interna, a par das medidas de correção para eliminar antigas distorções e aprimorar os métodos de comercialização, continuou o Governo em sua diretriz de proporcionar ao País uma política integrada do café.

O ponto de partida para o aceleração da execução do planejamento realizado até meados de 1966 situou-se na discussão e definição dos pontos básicos que orientariam o Esquema Cafeeiro da Safra 1966/67, cuja comercialização se iniciou a 1 de julho.

Entenderam as autoridades governamentais, não sem relutância dos setores da lavoura mais diretamente interessados, que as bases financeiras da referida safra deveriam estar subordinadas à política global do País no campo econômico-financeiro e, mais que isso, diretamente vinculadas à pronta execução do programa de erradicação e diversificação agrícola nas áreas de cafeicultura, pedra angular de toda a política de café, ardorosamente defendida pelo Brasil no exterior em sua válida tese de controle da produção, que demandaria do Governo recursos de monta, somente disponíveis pelo estabelecimento de um contido esquema financeiro.

A oportunidade se afigurou propícia ao Governo. A expectativa de produção reduzida para o ano-cafeeiro 1966/67 — não superior a 20 milhões de sacas de café beneficiado — e a retomada do fluxo normal das nossas exportações ensejaram ao Governo manter os preços internos de garantia nos mesmos níveis da safra anterior, possibilitando-lhe rápida formação de recursos para imediata aplicação no Programa de Diversificação Agrícola, aprovado concomitantemente ao Plano de Safra pelo Conselho Monetário Nacional, com um destaque de fundos da ordem de Cr\$ 150 bilhões.

O Esquema Financeiro aprovado resultou, por outro lado, na imutabilidade dos critérios de exportação e níveis de remuneração aos exportadores, o que permitiu a passagem do ciclo de comercialização sem maiores reflexos no mercado externo.

Outras medidas podem ainda ser destacadas, quais sejam: a fixação dos preços de garantia em dois níveis; o primeiro, de Cr\$ 36.500 por saca para vigorar até 31-12-1966; o segundo, de Cr\$ 39.500 a ser aplicado de 1-1 a 30-6-1967, para permitir mais tranqüila comercialização, evitando precipitado encaminhamento de café para os estoques governamentais. Paralelamente aos preços de garantia, foram estabelecidos prêmios pelo aprimoramento de tipo e qualidade, de forma a facilitar a padronização dos cafés oferecidos à venda ao Governo. Foram melhoradas também as normas de encaminhamento do café das áreas de produção para os portos de exportação e abolido o anacrônico sistema de liberação contingenciada, que tantas distorções provocou no passado.

Fluxos Físicos e Financeiros

A análise retrospectiva do comportamento dos fluxos físicos e financeiros gerados pela comercialização do café em 1966 exige a apreciação de cada semestre em separado, em virtude da defasagem natural existente entre os anos civis e o período anual das safras cafeeiras.

No primeiro semestre de 1966, último do ano-safra 1965/66, a produção de café registrada no IBC atingiu 8,8 milhões de sacas. Dêsse total, cerca de 3,4 milhões de sacas foram encaminhadas aos portos, enquanto que aproximadamente 5,4 milhões foram registradas para venda ao IBC.

Não obstante o volume expressivo da produção registrada na safra 1965/66 — 37,7 milhões de sacas — as condições climáticas adversas, que predominaram na quase totalidade das regiões cafeeiras, no período de colheita e preparo do produto, prejudicaram sensivelmente a qualidade da safra, ocasionando distorções na sua comercialização pelo maior volume de vendas ao Governo.

A quantidade de sacas faturadas ao IBC no semestre totalizou 12,8 milhões, no valor de Cr\$ 405,6 bilhões, incluindo-se nesses totais a aquisição de cafés de safras anteriores.

Consumo Interno

Durante o ano de 1966, o IBC desenvolveu intenso esforço para assegurar a normalidade do abastecimento de café de consumo interno em todo o território nacional, diante da necessidade de coordenar os transportes, áreas armazenadoras e os demais meios imprescindíveis para uma distribuição de tal envergadura, pois os estoques do produto estão concentrados no Paraná e em São Paulo.

A alocação de quotas às indústrias de torrefação e moagem mereceu atenção especial em virtude da indispensável fiscalização do seu trânsito, industrialização e comercialização, com o objetivo de evitar o descaminho do café de consumo interno ou a falta do produto industrializado à população consumidora ao preço estabelecido em 30-12-65, ou seja Cr\$ 400 por quilo.

Quanto à evolução do consumo de café do País, pode-se observar a sua tendência crescente até 1965, tendo ocorrido no ano seguinte uma ligeira retração em face da elevação dos preços da matéria-prima fornecida às torrefações:

1960	5.118.342 sacas
1961	5.787.127 sacas
1962	6.223.910 sacas
1963	6.744.787 sacas
1964	7.524.021 sacas
1965	8.131.732 sacas
1966	8.097.387 sacas

Principais Programas e Projetos Executados em 1966

Programa de Erradicação e Diversificação

Durante o ano de 1966, trabalhou o IBC ativamente para pôr em execução um importante programa de controle da produção

cafeeira, de modo a eliminar o angustiante problema dos excedentes gerados pelo excesso de oferta, levando a cafeicultura a safras médias de 24 milhões de sacas. Assim, em julho, iniciou-se a formulação de um plano extensivo procurando vincular-se um decisivo corte na produção de café a um programa radical de diversificação agrícola.

A operação realizada pelo IBC/GERCA, em cooperação com outros órgãos governamentais, resultou em saldos plenamente satisfatórios, que superaram de muito os índices inicialmente previstos. O plano traçado para ser executado em dois anos, ao fim do ano de 1966 encontrava-se praticamente concluído.

Assim, de julho a dezembro de 1966, foram erradicados cerca de 434 milhões de cafeeiros, liberando-se uma área correspondente a 452 mil hectares, e comprometendo recursos da ordem dos 125 bilhões de cruzeiros, o que proporcionará uma ampla liberação de fatores produtivos da área da cafeicultura para o emprego em outras atividades agrícolas diversificatórias.

ERRADICAÇÃO NO BRASIL

PERÍODO JULHO/DEZEMBRO 1966

ESTADOS	N.º DE CAFEIROS ERRADICADOS	ÁREA LIBERADA ha (I)	VALOR (I) Cr\$ milhões
Espírito Santo.....	149.152.294	152.000	41.040
Paraná.....	115.261.347	136.000	46.240
Minas Gerais.....	81.126.941	68.000	15.640
São Paulo.....	49.519.175	56.000	14.560
Outros.....	38.890.815	40.000	7.800
TOTAL.....	433.950.572	452.000	125.280

(I) Valores estimados.

Deve-se salientar que o programa, levado a cabo pelo IBC/GERCA em 1966, não visou, simplesmente, à derrubada de cafeeiros e plantação de outros produtos agrícolas, na base de grosseira destruição desordenada. Em verdade, o plano objetivou a redução da produção cafeeira, mas de forma a executar fundamentalmente um programa desenvolvimentista para o Brasil, sobre uma base legítima. Com este intuito, cuidadosamente, escolheu-se

tanto as áreas no âmbito dos quais se desejou desencorajar a produção de café, dando-se a prioridade àquelas regiões vulneráveis às geadas e secas, como as áreas de baixa produtividade. Outrossim, destacou-se no plano aquelas que são melhor adaptáveis ao cultivo dos diversos produtos agrícolas — os gêneros alimentícios, as fibras, a silvicultura e etc. — a fim de assegurar maior produtividade.

Assim, de certa forma, rebaixando o potencial de renda dos cafeicultores e elevando o potencial de renda daqueles agricultores em processo de substituição do cultivo do café por outros produtos, o Brasil, não somente toma a iniciativa de atender às suas necessidades de gêneros alimentícios e fibras, mas também estimulará a exportação de outros produtos agrícolas.

Portanto, o Governo acredita que, através dessa política, o nosso País alcançará, tanto a diversificação agrícola, como a diversificação da exportação. Outros produtos agrícolas e artigos da indústria trarão de volta, de maneira sempre crescente, uma grande percentagem das rendas do Brasil provenientes da exportação.

Programa da Indústria de Armazenagem

Em prosseguimento ao desdobramento do projeto de modernização dos serviços do IBC, o tratamento racional dos problemas inerentes aos estoques governamentais de café ocupou, em 1966, um lugar primordial.

As providências do IBC nesse campo caracterizaram-se pela ação coordenadora de dois programas — o levantamento qualitativo dos estoques e o prosseguimento da construção de novos armazéns — o que possibilitou a eliminação de certos pontos de estrangulamento nas operações imediatas do Instituto. A partir dos resultados alcançados será possível, em futuro próximo, a implementação de um projeto a longo prazo, reformulando, em profundidade, a estrutura e as normas vigentes.

Entre as atividades desenvolvidas pelo IBC na área de armazenagem, durante o ano de 1966, destacam-se:

a) Desocupação da área armazenadora, considerada inadequada, para a boa conservação dos estoques governamentais — foram removidos 3 milhões de sacas.

b) Desocupação de área particular sujeita à taxa de armazenagem, transferindo os cafés para os imóveis próprios da Autarquia: cêrca de 2 milhões de sacas.

c) Transferência de 1 milhão de sacas de café de boa qualidade, dos armazéns dos portos para os do interior, visando à conveniente preservação em caso de eventual retôrno ao mercado.

d) Destinação para o consumo interno de 1 milhão de sacas de café considerado impróprio para a comercialização externa.

e) Reintegração de posse pela Autarquia de 3 armazéns, no Estado de Minas Gerais, que se encontravam cedidos a entidades estatais, num total de 10.000 m².

f) Início de demarches para reintegração de áreas cedidas a terceiros, no Estado de São Paulo, num total de 40.000m².

g) Alienação a indústrias, de cafés impróprios para consumo como bebida.

h) Treinamento de pessoal, visando aprimorar o nível técnico do funcionalismo, em relação aos serviços de armazenagem.

i) Seleção quantitativa dos estoques, visando à identificação do produto armazenado, para posterior padronização: 5 milhões de sacas.

j) Aquisição de 17,5 milhões de sacas de juta, por concorrência pública — quantidade necessária para atender, em parte, a conservação dos estoques; com um custo equivalente a 17 bilhões de cruzeiros.

k) Aquisição de 24 conjuntos de máquinas de rebenefício no valor de 2,8 bilhões.

l) Aquisição de 43 conjuntos de máquinas de higienização no valor de 1,6 bilhões.

m) Padronização dos estoques de café, visando atender às necessidades do comércio exportador, tendo sido iniciada em no-

vembro de 1966 a padronização dos estoques da Agência de Londrina.

Assistência à Cafeicultura

Em prosseguimento às suas atividades de amparo à lavoura cafeeira e promoção de pesquisas de experimentação no campo da agronomia e tecnologia do café, foram desenvolvidos pelo IBC, em 1966, os seguintes programas :

a) Revenda de material agrícola financiada pelo Fundo Rotativo de Revenda de Material Agrícola (FREMA), tendo alcançado os financiamentos o valor de 5,2 bilhões. *Materiais financiados*: sacaria para café (Cr\$ 242 milhões), inseticidas para combate à broca e fertilizantes (Cr\$ 4.862 milhões). Tais financiamentos foram concedidos a Cooperativas de Cafeicultores, diretamente, visando dar melhores condições econômicas ao lavrador e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do café produzido.

b) Acôrdo de Pesquisa e Experimentação para melhor conhecimento científico da planta, seu comportamento, as alterações de bebida do café em face de diversos fatores, técnica de colheita, adubações, defesa sanitária inclusive do produto armazenado, liofilização e solubilização (Cr\$ 826 milhões).

c) Acôrdos de Treinamento, visando o preparo de profissionais da agricultura de nível médio e superior (Cr\$ 186 milhões).

d) Acôrdos de Assistência Técnica à Cafeicultura, realizados especialmente com as Secretarias de Agricultura dos Estados visando à complementação dos trabalhos assistenciais do IBC (Cr\$ 1.184 milhões).

e) Acôrdos para melhoria do ensino rural, objetivando o preparo de profissionais agrícolas de nível médio para a cafeicultura (Cr\$ 270 milhões).

f) Acôrdos para Assistência Técnica em Nível de Comunidade Fechada, celebrados com 39 Cooperativas de Cafeicultores, pelos quais são contratados engenheiros agrônomos destinados a assistir tecnicamente a produção da comunidade cooperativada. Tais acôrdos são parte de uma estudada programação global e os

profissionais, após treinamento específico e planejado, iniciam o trabalho junto às Cooperativas elaborando um Projeto Regional de Assistência que é submetido ao IBC para aprovação. Pelo Acôrd, os profissionais são contratados pelas Cooperativas, que também assumem alguns encargos financeiros, mas atendem à orientação do IBC, a quem prestam contas dos resultados do seu trabalho através de Relatórios de Progresso (Cr\$ 390 milhões).

g) *Financiamentos a Cooperativas de Cafeicultores* destinados a investimentos básicos, construção de armazéns, aquisição e instalação de equipamentos para preparo e padronização de café e produtos diversificatórios, mecanização rural, serviços sociais, etc. Foram concedidos em 1966 créditos no montante de Cr\$ 2,2 bilhões, a 19 cooperativas, para pagamento em 7 anos, sendo um de carência e 6 para amortizações anuais, em parcelas iguais, a juros de 7% ao ano.

h) *Fechamento de duas Usinas de Benefício do Café*, as últimas 5 com extinção prevista para o início de 1967, por serem as mesmas obsoletas, antieconômicas e localizadas em regiões de cafeicultura extinta.

i) *Realização de 3 Cursos de Classificação de Café*, um em Londrina, outro em Belo Horizonte, o terceiro no Rio de Janeiro, tendo sido formados 57 classificadores de café.

j) *Transformação do Curso de Classificação de São Paulo em Centro de Treinamento de Classificadores de Café — CETRECAFÉ*, destinado a treinamento de classificadores do IBC.

k) *Implantação de um sistema de classificação de orientação para cafeicultores em 20 Centros Regionais de Orientação* instalados no Estado de São Paulo, 6 na Zona da Mata de Minas Gerais e 3 no Estado do Espírito Santo.

l) *Início do cadastro de cafeicultores em todo o País*, visando o registro de cerca de 500.000 cafeicultores, já estando em implantação o trabalho na Administração Central. O cadastro visa dar condições de planejamento adequado à assistência técnica.

Sumário dos Principais Programas e Projetos Executados em 1964 e 1965

1) *Estoque e Armazenagem:*

a) Elaboração e execução do plano de construção de unidades armazenadoras nas regiões produtoras, cujos resultados em 1964 e 1965 evidenciaram o seguinte balanço:

A N O S	UNIDADES CONCLUÍDAS	ÁREA EM M ²	CAPACIDADE EM 1.000 SACAS	CUSTOS Cr\$ BILHÕES
1964.....	6	95.472	3.819	4,6
1965.....	24	367.476	14.699	32,00

b) Execução do projeto de remoção e armazenamento dos estoques governamentais em unidades próprias do IBC, objetivando a minimização dos custos operacionais. O resultado do plano apresentou a seguinte evolução nas últimas 3 safras:

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTOQUES SEGUNDO O REGIME DE ARMAZENAGEM

(POSIÇÕES NO FIM DA SAFRA)

Em milhões de sacas

A N O S	IBC	ARMAZÉNS GERAIS	LOCADOS	OUTROS	TOTAL
1963/64.....	19,7	24,5	5,1	1,1	50,2
1964/65.....	23,8	22,2	4,5	0	50,5
1965/66.....	37,0	26,0	3,0	0	66,0

c) Intensificação do combate às pragas nos portos — foram realizados dois convênios:

I — Centro de Comércio de Paranaguá; e

II — Associação Comercial de Santos, em que esta Autarquia fornece o material necessário para tal finalidade, com 50% de abatimento sobre o preço do custo, colaborando, assim, com as Companhias de Armazéns Gerais, para exterminar os focos existentes.

2) *Assistência à Cafeicultura:*

Visando o atendimento das necessidades da lavoura cafeeira, o IBC desenvolveu em 1964 e 1965 os seguintes projetos e programas:

a) Análise do custo operacional das Usinas de Beneficiamento de Café, com a decisão posterior de encerramento das atividades de 46 unidades, restando somente 7 em funcionamento.

b) Criação de normas e regulamentos para definir gastos e aplicações com acordos de assistência técnico-financeira a produtores e suas organizações, o que resultou na criação do Fundo de Revenda de Material Agrícola.

c) Regulamentação de contas e recursos referentes a Acordos e Pesquisas de Assistência Técnica, que se encontravam, alguns, por período superior a 10 anos, em situação completamente irregular.

d) Reorganização e adoção de normas objetivando a padronização de programas para os Cursos de Classificação de Café em São Paulo, Guanabara e Belo Horizonte, com recuperação das atividades dos Cursos de Classificação de Vitória e Londrina, dando-se início à transformação do Curso de Classificação de São Paulo em Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento de Clasificadores de Café.

e) Estudo detalhado e cuidadoso do sistema para implantação do cadastro das propriedades rurais, objetivando o melhor conhecimento da realidade das zonas cafeeiras.

f) Adoção de um sistema pioneiro de assistência rural, em colaboração com organizações de produtores, para assistência técnica em nível de comunidade fechada, utilizada a filosofia extensionista e entregue à responsabilidade de agrônomos especialmente treinados.

g) Treinamento programado dos profissionais de agronomia encarregados da assistência às regiões produtoras, estendidos os treinamentos aos auxiliares de nível médio.

h) Execução do plano de estímulo ao cooperativismo rural, através de concessão de assistência técnica e financeira para implantação básica e aquisição de equipamentos primários de beneficiamento de café e aperfeiçoamento dos sistemas de padronização, exigindo-se das organizações financiadas compromissos adicionais visando uma programação de caráter educativo e social rural.

i) Adoção de um programa prioritário visando à pesquisa científica e experimentação agrícola subvencionada pela Autarquia, com o levantamento e seleção de entidades capacitadas a participar, em alto nível, no futuro, de um Programa Nacional de Pesquisas Cafeeiras.

INDÚSTRIA E MINERAÇÃO. SERVIÇOS

Indústria Siderúrgica

Em 1964, ao tomar posse, o Governo encontrou os investimentos particulares no setor siderúrgico praticamente paralisados e os programas governamentais grandemente atrasados, devido aos efeitos da inflação. Além disso, a multiplicidade de projetos particulares e estatais, requerendo apoio do Governo Federal, tornava essencial o estabelecimento de uma política a longo prazo para o setor e a fixação de critérios segundo os quais êsses projetos pudessem ser analisados.

Em vista disso, naquele ano, o Governo concentrou os seus esforços na conclusão das usinas existentes e incentivou a exportação dos excedentes de produção, tendo em vista a melhor utilização possível da capacidade instalada de produção. Além disso, com o auxílio da AID, promoveu o início da execução do Plano Intermediário da Cia. Siderúrgica Nacional, destinado a elevar a sua capacidade de produção, principalmente de fôlhas-deflandres, produto do qual o País ainda carece parcialmente.

Em 1965, o Governo estendeu às emprêsas siderúrgicas sob seu controle recursos superiores a Cr\$ 130.000.000.000 (cento e

trinta bilhões de cruzeiros) e promoveu, junto ao BID e à AID, financiamentos externos equivalentes a Cr\$ 42.000.000.000 (quarenta e dois bilhões de cruzeiros). Com isso foi possível concluir as obras fundamentais das usinas Intendente Câmara e José Bonifácio de Andrada e Silva, respectivamente da USIMINAS e da COSIPA, assegurando-se assim, finalmente, a integração destas duas usinas, enquanto, paralelamente, a CSN prosseguia na execução de seu Plano Intermediário e a Cia. Ferro e Aço de Vitória obtinha financiamento do BID para elaboração do seu projeto de expansão e integração.

Por outro lado, na lavra e no tratamento mecânico do minério destinado aos mercados interno e externo, a produção prevista para 1966, de 13.121.270 t, traduz um aumento de 14,6% sobre o ano anterior, resultado obtido não só por maior esforço produtivo como por contínuo aprimoramento da tecnologia aplicada, que, em 1966, absorveu Cr\$ 850.000.000 (oitocentos e cinquenta milhões de cruzeiros).

No setor ferroviário, tiveram prosseguimento as obras de implantação de novos ramais e variantes construídos com duas finalidades precípuas: aprimoramento das condições técnicas da EFVM e penetração do sistema da CVRD em regiões do Vale do Rio Doce ricas em minério de ferro. O total dessas obras, que inclui o pátio ferroviário do terminal de Ponta do Tubarão, exigiu dispêndios de cerca de Cr\$ 43.900.000.000 (quarenta e três bilhões e novecentos milhões de cruzeiros).

O ramal Alegria-Fábrica, ligando o Vale do Rio Doce ao do Rio Paraopeba, as duas maiores bacias de minério de ferro do País, possibilitará não só o escoamento do minério do Paraopeba para Vitória como também o da produção das usinas siderúrgicas do Vale do Rio Doce para os grandes centros consumidores da região Centro-Sul. Orçado em Cr\$ 66 bilhões, absorveu em 1966 Cr\$ 3.800.000.000 (três bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros). Além disso, a CVRD despendeu Cr\$ 730.000.000 (setecentos e trinta milhões de cruzeiros) em melhoramentos do trecho Desembargador Drumond-Costa Lacerda, arrendado à EFCB.

Cêrca de Cr\$ 18.000.000 (dezoito milhões de cruzeiros) foram investidos no término da primeira fase do terminal de Ponta do Tubarão e no prosseguimento acelerado da sua segunda fase, que consiste na instalação de um sistema de britagem e peneiramento para obtenção dos vários tipos de minério para exportação.

A construção de uma usina para fabricação de «pellets» na área do terminal de Tubarão, com capacidade anual de 2.000 t, foi o maior empreendimento da empresa iniciado em 1966. De custo total previsto — US\$ 13.700.000 (treze milhões e setecentos mil dólares) e Cr\$ 29.000.000.000 (vinte e nove bilhões de cruzeiros) — foram despendidos em 1966 US\$ 3.420.000 (três milhões quatrocentos e vinte mil dólares) e Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros). As obras serão intensificadas em 1967, de modo a permitir o início de operação da usina em meados de 1968.

No campo da assistência social, despendeu a CVRD a importância de Cr\$ 1.750.000.000 (um bilhão, setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros) em programas específicos de ensino e seleção profissional, além de criar a Carteira Habitacional com capital inicial de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), que já concedeu financiamentos no valor de Cr\$ 973.428.412 (novecentos e setenta e três milhões, quatrocentos e vinte e oito mil e quatrocentos e doze cruzeiros).

O Plano Anual para 1967 prevê uma produção de 12,8 milhões de t de minério, sendo 800 mil t para o mercado interno e 12,0 milhões de t para o externo. Considerando 1,3 milhões de t das associadas da CVRD, o total exportável será de 13,3 milhões de t.

O Plano consigna, ainda, inversões de Cr\$ 77.200.000.000 (setenta e sete bilhões e duzentos milhões de cruzeiros), US\$ 12.600.000 (doze milhões e seiscentos mil dólares) e DM 14,8 milhões no setor de mineração e atividades correlatas de beneficiamento, transporte e peletização de minério de ferro, de importação de carvão afora os investimentos sociais.

Os recursos previstos para realização das despesas em moeda nacional serão basicamente obtidos das próprias operações de Companhia. As despesas em moeda estrangeira serão cobertas

por financiamentos já obtidos, do BID e do KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU.

Setorialmente, estão programados:

a) Cr\$ 6.100.000.000 (seis bilhões e cem milhões de cruzeiros) e US\$ 2,700,000 (dois milhões e setecentos mil dólares) na mineração.

b) Cr\$ 38.000.000.000 (trinta e oito bilhões de cruzeiros e US\$ 2,500,000 (dois milhões e quinhentos mil dólares) no setor ferroviário, basicamente no prosseguimento da construção dos novos ramais de Costa Lacerda-Alegria e de Alegria-Fábrica;

c) Cr\$ 10.400.000.000 (dez bilhões e quatrocentos milhões de cruzeiros) e US\$ 2,100,000 (dois milhões e cem mil dólares) na complementação de obras e do aparelhamento do terminal de Ponta do Tubarão, visando, entre outras obras, o início do pier de carvão.

d) Cr\$ 14.300.000.000 (quatorze bilhões e trezentos milhões de cruzeiros) e US\$ 8,600,000 (oito milhões e seiscentos mil dólares) no setor industrial, que inclui, além da usina de peletização, outras atividades tradicionais como o tratamento de madeira (para a qual se estudam as possibilidades de exportação «in natura»);

e) Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros) na aquisição de dois grandes navios graneleiros, a serem construídos no Brasil, para a sua subsidiária, a DOCENAVE;

f) Cr\$ 2.900.000.000 (dois milhões e novecentos milhões de cruzeiros) e US\$ 400,000 (quatrocentos mil dólares) no setor administrativo e social, bem como em telecomunicações.

Mineração

Três fatos de suma importância realçam as atividades da Cia. Vale do Rio Doce em 1966, e fazendo dêsse ano o marco de uma nova fase na vida da Companhia:

a) a inauguração das obras da primeira fase do terminal oceânico de Ponta do Tubarão;

b) o início da construção da ligação ferroviária do sistema da Estrada de Ferro Vitória a Minas com o da Rede Ferroviária Federal, entre Costa Lacerda e Burnier; e

c) a encomenda do equipamento para a primeira usina de peletização de minério de ferro do País.

Tais empreendimentos têm por finalidade aparelhar a CVRD para enfrentar a evolução prevista do mercado mundial de minérios de ferro, no qual a oferta é cada vez maior e mais agressiva e cada vez mais rápida a introdução de aperfeiçoamentos na técnica de beneficiamento.

A luta pela manutenção de mercados e conquista de novos mercados trava-se hoje, principalmente, nos setores de transporte, terrestre e marítimo, e de beneficiamento do minério — e assim condicionam a atuação da CVRD.

Malgrado fatores de diversas naturezas, tais como a recessão da produção europeia de aço, a greve portuária inglesa e problemas ligados ao intercâmbio comercial com países europeus, especialmente da área socialista, a CVRD conseguiu, em 1966, atingir e mesmo superar o volume de exportação do ano anterior, com um total de 10.129.671 toneladas métricas pelos portos de Vitória e Tubarão; desse total, a S.A. Mineração Trindade (SAMITRI) contribuiu com 704.342 t e a Cia. de Mineração Ferro e Carvão com 253.284 t. As 9.172.046 t restantes, correspondentes à CVRD, representam um aumento percentual de 3,2% sobre o ano anterior.

O ano de 1965 marcou também o despontar da siderurgia como principal setor exportador de produtos manufaturados brasileiros. Naquele ano, a exportação de produtos de ferro e aço proporcionou ao País quase US\$ 44.000.000 (quarenta e quatro milhões de dólares) em divisas.

No final daquele ano, foi assinado um acordo entre o BNDE, o Ministério do Planejamento e o BIRD, para elaboração de um estudo aprofundado da siderurgia brasileira, a fim de estabelecer bases sólidas para a análise dos diversos projetos de expansão ou implantação de usinas em consideração e, inclusive, para negociação do financiamento externo necessário.

Em 1966, o setor siderúrgico experimentou expressivo aumento de produção e vendas, a despeito de uma retração do mercado externo que fez as exportações de aço caírem para 120 mil t, depois de atingirem mais de 370 mil t no ano anterior. De fato, após permanecer em 3.016 mil t em 1964 e 2.983 mil t em 1965 (conforme estatísticas publicadas pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia), as primeiras estimativas indicam para 1966 uma produção de aço em lingotes de mais de 3.700 mil t, ou seja, um acréscimo de cerca de 25% sobre o ano anterior. Mesmo considerando que as importações caíram levemente — de 210 mil t em 1965 para aproximadamente 170 mil t em 1966 — isto significa que o consumo aparente de aço do País sofreu um aumento da ordem de 35%, de um ano para o outro.

Embora uma parcela desse aumento certamente se deva a um aumento de estoques de aço nas indústrias de transformação, a sua maior parte seguramente corresponde ao notável aumento de produção das indústrias de bens de consumo durável e de bens de capital, bem como da construção civil.

Muito contribuíram as empresas estatais para este resultado.

A USIMINAS atingiu, em 1966, uma produção de 445 mil t, em comparação com 305 mil t em 1965 e 286 mil t em 1964, o que atesta o progresso crescente da empresa. Em particular, a USIMINAS manteve um alto nível de exportação — cerca de 87 mil t, em valor superior a US\$ 9.000.000 (nove milhões de dólares). Um detalhe marcante da atuação da USIMINAS em 1966 foi a assinatura de um Acôrdio Específico de Assistência Técnica com a YAWATA IRON & STEEL, que lhe permitirá desfrutar da experiência daquela empresa japonesa na fabricação de produtos especiais pelo prazo de dez anos. Além disso, a USIMINAS promoveu negociações com o Banco de Exportação e Importação do Japão, o Banco do Brasil e o BNDE para o reescalonamento de dívidas ao primeiro e para o financiamento de parte do seu programa de expansão.

A COSIPA, com a inauguração de sua acearia e de seu alto forno em fins de 1965, pôde finalmente funcionar como usina integrada, tendo atingido, ao final de 1966, expressiva produção

de aço em lingotes — e, assim, contribuído basicamente para o abastecimento da demanda interna de aço em ano de tão marcante expansão desta última.

A produção da Cia. Ferro e Aço de Vitória, por sua vez, atingiu 70.735 t de laminados de qualidade reconhecida no mercado interno (o que corresponde a 71% a mais que em 1965), estando programada para 1967 uma produção de 100 mil t.

Enquanto isto, a Cia. Siderúrgica Nacional, muito embora mantendo a sua produção estabilizada, conseguiu aumentar as vendas de laminados — de 921 mil t em 1965 para 957 mil t em 1966 — e continuou célere na execução do seu Plano Intermediário, que deverá estar concluído em meados de 1967. De conformidade com os cronogramas estabelecidos, foram despendidos, até 31-12-1966, Cr\$ 19.930 milhões, além de mais de US\$ 11 milhões financiados pela USAID, estando prevista para março de 1967 a entrada em operação do novo equipamento instalado, o qual possibilitará, a partir de fins deste ano, a eliminação do nosso *deficit*, até hoje crônico, de fôlhas-de-flandres.

A CSN despendeu também cerca de Cr\$ 10.000.000.000 (dez bilhões de cruzeiros) em obras correntes, das quais as principais foram a reforma e ampliação de seu alto forno nº 2, possibilitando uma produção diária de 2.000 t de gusa, e a conclusão do Escritório Central da CSN em Volta Redonda, com área construída de 37.000 m².

No setor de mineração de ferro, a CSN terminou a instalação e deu início à operação dos hidroclassificadores, com o conseqüente melhor aproveitamento dos finos de minério, até então refugados. Além disso, a incorporação de quatro modernos caminhões de 35 t de capacidade à frota de veículos da mineração de Casa de Pedra possibilitou sensível melhora na movimentação do minério junto às frentes de trabalho.

Outras relevantes realizações da CSN no ano de 1966 incluem o lançamento ao mar do navio *Siderúrgica X*, que virá substituir navios velhos e antieconômicos no transporte do carvão de Santa Catarina; a auto-suficiência em óleo de palma por meio de sua subsidiária OPALMA — Óleos de Palma S.A. — Agro-

Industrial; o convênio assinado com o Banco Nacional da Habitação, para construção de 4 mil casas residenciais em Volta Redonda, de forma a satisfazer em prazo curto as necessidades habitacionais de seus empregados; e a inauguração do Centro de Processamento de Dados da empresa.

Faz-se mister destacar que tôdas essas realizações da siderurgia brasileira se deram em meio a uma intensa campanha de redução de custos de produção, condizente com o programa de combate à inflação desenvolvido pelo Governo Federal.

Ainda como parte desse programa, as empresas siderúrgicas — e, em particular, as estatais — absorveram uma sensível parcela dos aumentos do custo de produção sem correspondente aumento de preços. É fácil concluir que o preço médio global do aço decresceu em termos reais, em 1966, como o comprova o caso da CSN, onde, para uma tonelagem vendida ligeiramente maior que em 1965, o faturamento realizado foi 19,5% mais alto, enquanto o aumento acumulado dos preços dos fatores de produção excedeu 30% no exercício de 1966. Não há como negar que isto representou um real sacrifício econômico para essas empresas, traduzindo-se em acentuada redução do lucro líquido, com acréscimo de endividamento ao final do exercício.

A par destas realizações, foi concluído em 1966 o estudo da siderurgia brasileira contratado pelo BNDE no ano anterior, sob os auspícios do BIRD, do qual foi encarregada a firma consultora BOOZ, ALLEN & HAMILTON. O relatório final apresentado pela consultora recomenda um Programa Integrado de Expansão de siderurgia brasileira que representa a adição de mais de 2.400 mil t de capacidade anual de produção (em termos de lingotes) no período 1967-1972, através da expansão de dez usinas existentes e instalação de duas novas usinas regionais.

O programa recomendado dá prioridade absoluta aos programas de expansão de COSIPA, USIMINAS e CSN — as duas primeiras para 1 milhão de toneladas e a última para 2,5 milhões de toneladas — centralizando na CSN a produção de chapas galvanizadas, fôlhas-de-flandres e perfis pesados, e recomendando prioridade para a linha de galvanização. Recomenda

também o estabelecimento de um programa de produção coordenado para essas três usinas. No que se refere aos produtos não planos, o programa baseia o abastecimento de barras pesadas e perfis médios na expansão da Cia. Ferro e Aço de Vitória, da Siderúrgica Barra Mansa e da ACESITA, enquanto, para barras e perfis leves, prevê a reativação da Mineração Geral do Brasil, a expansão de Belgo-Mineira, Lanari, Ferro e Aço de Vitória, ACESITA, Rio-grandense e Aparecida, bem como a instalação de Usinas e Corima, estas em Recife e Corumbá, respectivamente.

O investimento global correspondente é de US\$ 603,000,000 (seiscentos e três milhões de dólares), dos quais apenas US\$ 222,400,000 (duzentos e vinte e dois milhões e quatrocentos mil dólares) deverão ser despendidos em moeda estrangeira.

Este programa se encontra sob análise do BNDE e de outros órgãos técnicos do Governo Federal, para consideração de possíveis alterações ou adições, devendo a forma aprovada em definitivo constituir parte do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, em últimação.

Pesquisa de Recursos Minerais

As recentes descobertas de ricos depósitos de crisolita na faixa de serpentinitos e eruptivos ultrabásicos da região central de Goiás, a ampliação das reservas de cobre na Bahia e no Rio Grande do Sul, e das de estanho na Rondônia e no Pará, a importância crescente dos calcários no panorama industrial brasileiro, as ocorrências de cobre no Território de Roraima, no Estado de Mato Grosso e na Rondônia, o encontro do manganês na Rondônia, representam os fatos mais significativos no panorama mineral brasileira, exclusive petróleo, carvão e minério de ferro, tratados em separado.

A grande repercussão junto à iniciativa privada da descoberta destas ocorrências, notadamente de cobre e estanho, exigiram do Governo providências no sentido de evitar especulações no tocante a requisição de áreas para pesquisa. Neste sentido foi

regulamentado o item II do art. 14 do Decreto-lei nº 1.985, de 29-1-40 (Código de Minas), pelo Decreto nº 59.077, de 12-8-66, que dispõe sobre autorizações de pesquisa de jazida mineral que imponha elevado investimento, por depender de apurada técnica ou por localizar-se em região ínvia e de difícil acesso. A Portaria do DNPM nº 10, de 2-9-66, modificada pela de nº 19, de 10-11-66, indica quais as jazidas que necessitam apurada técnica e define, por coordenadas geográficas, as zonas consideradas regiões ínvias.

Outra atividade de grande importância para o setor mineral foi a elaboração de anteprojeto do Código de Minas, que, entre outras providências, procura suprir lacunas existentes no estatuto em vigor, eliminar pontos de interpretação controvertida, estabelecer justa gradação das penalidades e atualizar as multas previstas.

Com a promulgação da Lei nº 4.904, de 17-12-65, que dispôs sobre a Estruturação do Ministério de Minas e Energia e com a aprovação, por Decretos Presidenciais, do Regulamento do Ministério e do Regimento Interno dos diversos órgãos, o País passou a ter definitivamente estruturado o seu Ministério de Minas e Energia. Finalmente, com a Lei nº 5.188, de 8-12-66, foram criados cargos em número suficiente para ser formada uma equipe apta a dar cumprimento ao programa decenal de pesquisa mineral em vigor.

Como nos anos anteriores, em 1966 a Divisão de Fomento da Produção Mineral supervisionou a execução dos Projetos Tapajós, Rondônia, extensão do quadrilátero ferrífero, cobre da Bahia, chaminés vulcânicas, em Minas Gerais, e cobre de Jauru, em Mato Grosso. Dêsses, os três primeiros estão concluídos e o último foi iniciado em 1966.

O «Projeto Tapajós» objetivou fornecer elementos para pesquisa de ouro aluvionar. Os resultados apresentados, ao lado de fornecer elementos numéricos sobre a riqueza dos aluviões do vale do Rio Tapajós, permitem situar com relativa exatidão as áreas requeridas para pesquisa.

Em decorrência de terem sido encontrados indícios de cassiterita disseminada em quase toda a área do Território de Rondônia, o projeto que leva este nome foi ampliado de modo a permitir a cobertura fotográfica de praticamente a totalidade do território, 243.000 km².

Outro projeto concluído em 1966 foi o de extensão do quadrilátero ferrífero.

No projeto do cobre, na Bahia, foi feito o reconhecimento geológico para seleção de áreas para sondagem e lançada a rede de prospecção geoquímica de detalhe.

O projeto das chaminés vulcânicas consta de levantamento básico de uma área de 48.000 km², prevendo ainda o levantamento aerofotogramétrico de uma área de 860 km².

O projeto de cobre do rio Jauru consta de um levantamento fotogeológico de uma área de 55.000 km², na região Centro-Oeste de Mato Grosso, para obtenção de aerofotografias, compilação dos mosaicos e execução de foto-análise, investigações de campo, coleta de amostras e análises petrográficas e geoquímicas e compilação dos mapas.

Além destes projetos, tiveram prosseguimento os trabalhos executados pelos diversos Distritos, entre os quais se salientam sondagens nas Minas de Cromo, no Município de Campo Formoso (Ba), baritina no Município de Macaúbas (Ba) e de molibdenita, no Município de Itaberaba (Ba). No Espírito Santo continuaram as pesquisas para avaliação das jazidas de monazita e minerais associados. Na Paraíba foi iniciada a avaliação das reservas da jazida de argila bentonítica, no Município de Campina Grande. Em Minas Gerais desenvolveram-se as atividades de prospecção das jazidas de zinco; das chaminés vulcânicas; dolomita, para emprêgo em aciarias L. D., nas regiões de Ouro Preto, Itabirito, Belo Horizonte e Arcos; bauxita e rochas ultrabásicas mineralizadas de cromo e níquel, nas regiões de Sêro e Conceição do Mato Dentro; antimônio, na região de Belo Horizonte; estanho, tântalo, nióbio e titânio, na Região de São

João del-Rei; fosfatos, baritina e nióbio nos complexos alcalinos do oeste de Minas Gerais. regiões de Tapira e Araxá.

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina prosseguiram os trabalhos programados em continuidade aos empreendimentos dos anos anteriores, destacando-se o «Projeto Piratini», no qual foram iniciados os mapeamentos das estruturas controladoras da mineralização cuprífera e o «Projeto Caçapava do Sul», no qual foi concluído o mapeamento da primeira etapa e elaborado relatório final.

O programa de investimentos para 1967, através da efetiva implantação do Plano Mestre Decenal para Avaliação de Recursos Minerais, prevê dispêndios da ordem de Cr\$ 10.762.398.000, de acôrdo com a consignação do Orçamento para o DNPM. Deu-se prioridade, na efetivação destes investimentos, à continuação dos trabalhos iniciados, muitos dos quais já indicados anteriormente, acrescentando-se, ainda, as ocorrências de fosforito nos Estados de Pernambuco e Ceará; jazidas de fosfatos em Ipanema, no Estado de São Paulo; e as ocorrências de rutilo nos Estados do Ceará e Minas Gerais.

Através da DGM, que contará, em 1967, com uma dotação de Cr\$ 2,6 bilhões, terão prosseguimento os trabalhos do «Projeto da Carta Geológica ao Milionésimo», do «Projeto Bahia» e do «Projeto Brasília».

Prosseguirão, também, os trabalhos do Mapa Geológico da América do Sul, e do mapa tectônico do Brasil, bem como os trabalhos de rotina de levantamento e mapeamentos geológicos.

Indústria Química

Companhia Nacional de Alcalis

É a CNA a única produtora no País de carbonato de sódio, ou barrilha, produto químico de base.

Iniciando sua produção em 1960, enfrentou de início uma série de problemas ligados principalmente a deficiência administrativa. A partir de 1964, uma série de distorções foram sendo

corrigidas, possibilitando um aumento de produtividade, cujo melhor demonstrativo é o fato de que a empresa manteve seus preços sem alteração desde fevereiro de 1965, aumentando simultaneamente seu volume de produção.

Assim, foram produzidas, em 1966, 91.167 t de barrilha, contra 70.192 t em 1965 e 60.400 em 1964, correspondendo a um aumento de 50% com relação ao nível de 1964.

Além disso, em 1966 foi registrada a produção recorde mensal de barrilha, com 9.353 toneladas, acima mesmo da capacidade nominal de projeto que é de 9.000 t mensais.

Assinale-se ainda que, enquanto se verificava esse aumento no volume de produção, a empresa reduzia em 32% o seu efetivo, em relação ao que possuía em 31-12-64.

Iniciou ainda a empresa, no período, a diversificação de sua produção, com sal refinado, tendo produzido 7.607 t em 1965, 19.727 t em 1966 e estando em vias de iniciar (março de 1967) o funcionamento de uma nova unidade de produção de sal por combustão submersa, com capacidade para 100 mil toneladas anuais.

Como resultado deste aumento de eficiência, a empresa acusou lucro pela primeira vez: de Cr\$ 3 bilhões em 1965 e de Cr\$ 5,5 bilhões em 1966, mesmo mantendo constantes seus preços nestes dois anos.

Parte agora a CNA para a duplicação da fábrica de barrilha, pretendendo tê-la ampliada em 50% até o final de 1968 e em 100% até o final de 1970, sempre com vistas ao atendimento total das necessidades do mercado consumidor.

O crescimento acelerado que continua a se manifestar no mercado consumidor de barrilha e de sal refinado, a diversificação de sua produção com a produção de bicarbonato de sódio, a ampliação das atuais instalações da fábrica de barrilha, a auto-suficiência em sal garantem, não há a menor dúvida, para 1967, ótimas perspectivas à Companhia Nacional de Alcalis.

Sal

O desenvolvimento e aprimoramento da indústria salinera do País foram estimulados pela ação do Instituto Brasileiro do Sal.

Através de convênio firmado com o Ministério da Agricultura, foram feitos estudos para instalação de estações meteorológicas em Macau, Mossoró e Fortaleza, com o objetivo de dar melhores condições de funcionamento a uma indústria que tem seus maiores fundamentos nas condições climáticas do meio.

Assim, foi instalada em 1964 a primeira estação meteorológica em Macau e em 1966, assegurado o sucesso daquela, instalou-se uma segunda, em Mossoró, permitindo assim, pela primeira vez, aos salineiros, previsões meteorológicas que lhes facultam agora a adoção de medidas de segurança, impostas pelos fatores climáticos, com a devida antecedência.

Ainda, através do mesmo convênio com o Ministério da Agricultura, foram estudadas medidas para instalação de entrepostos de sal em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de modo a melhor atender às necessidades de consumo da pecuária do Brasil Central e do Sul do País, e foram empreendidos estudos sobre os métodos mais recomendáveis para administração de sal aos animais.

Como conseqüência, foi firmado, em 1966, convênio entre o IBS, o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado de Mato Grosso, para a construção de um entreposto de sal em Campo Grande, a qual já se acha em andamento.

Devido a fatores climáticos, que provocaram chuvas prolongadas nas regiões salineiras em 1964 e 1965, com conseqüente redução da produção nacional, realizou o IBS importações de sal do exterior de modo a suprir tôdas as necessidades do mercado interno.

Desta operação, como resultado da diferença entre o preço de venda e o custo do sal, resultou um saldo, em espécie, de Cr\$ 5.500.000.000 (cinco bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), que o IBS vem aplicando através do Fundo de Desenvolvimento da Indústria Salineira, no financiamento às empresas com os seguintes objetivos:

a) racionalização e mecanização dos processos de extração do sal, pela aquisição e instalação de novos equipamentos.

b) aquisição de embarcações auxiliares e veículos para transporte do sal das salinas aos navios;

c) construção e aparelhamento de armazéns para depósito e beneficiamento de sal.

Para 1967, espera o IBS:

— criar novas estações meteorológicas, de modo a estabelecer toda uma rede a serviço da indústria salineira do Nordeste;

— concluir os estudos sobre influência do sal no aumento da produtividade dos rebanhos;

— iniciar a instalação de entrepostos de sal na zona de pecuária de corte, ensejando a regularização do abastecimento e ampliando o mercado.

Política de Aperfeiçoamento Tecnológico

A tecnologia, arma de base do desenvolvimento econômico e social, não se improvisa, pois ela é o resultado de um lento e contínuo processo de informação acumulada e de pesquisa incessante. Por outro lado, a tecnologia importada nem sempre se adapta às peculiaridades da Nação. Daí o interesse do Governo em cuidar do desenvolvimento da pesquisa científica, que serve de base à pesquisa tecnológica aplicada e de moeda de intercâmbio para os resultados obtidos alhures, nos grandes laboratórios e centros de estudos do mundo inteiro.

O atual Governo está perfeitamente a par da situação em que se encontra a pesquisa técnico-científica e a de caráter industrial no País e já tomou uma série de medidas coordenadas para remediá-la. A reestruturação do ensino superior, voltado menos para o bacharelismo e mais para o tecnologismo, os programas de assistência técnica, de bolsas e de intercâmbio, a instalação de centros de documentação tecnológica, inclusive um de caráter latino-americano, em São Paulo, uma remuneração mais adequada aos pesquisadores e a concessão do tempo integral são alguns exemplos do que o Governo já fez no setor educacional. Mais particularmente na área do Ministério da Indústria e do Comércio, estão sendo tomadas medidas para revitalizar os Insti-

tutos Nacionais de Tecnologia e de Pêso e Medidas, o Centro de Estudos Econômicos e o Centro de Pesquisas Industriais e Técnicas, recém-criado na área da Comissão de Desenvolvimento Industrial.

Papel dos mais relevantes na ampliação e valorização do acervo tecnológico é constituído pelas patentes de invenção, modelos industriais, modelos de utilidade e marcas registradas. Foram tomadas medidas para a completa reestruturação e modernização do Departamento Nacional e do próprio Código da Propriedade Industrial, esperando-se para breve efeitos salutares. Cumpre também lembrar, nesta oportunidade, que o espírito inventivo nacional já começou a produzir frutos fora do País, pois pela primeira vez patentes brasileiras estão trazendo «royalties», constituindo-se desta forma no mais nobre dos produtos de exportação, fruto do gênio nacional.

Reconhecida a relação entre patentes e aperfeiçoamento tecnológico, o Ministério da Indústria e do Comércio desenvolveu um plano de ação de grande envergadura capaz de superar os problemas encontrados em 1965, e fazer face à demanda de Patentes e Marcas em futuro próximo.

Foi em completa estagnação que se encontrou o Departamento Nacional da Propriedade Industrial no início da atual gestão.

Nessas condições o Ministério da Indústria e do Comércio programou uma série de medidas indispensáveis à superação dos problemas encontrados. Tais medidas, em fase de realização, podem ser assim descritas:

a) Obtenção de auxílio financeiro governamental, para um programa de urgência no sentido de se «industrializar» o sistema de concessão de Marcas e Patentes, o que foi obtido pela lei referente ao Fundo da Propriedade Industrial nº 4.936, de 17 de março de 1966, num total de Cr\$ 500.000.000.

b) Utilização, com respectiva contratação de empregados eventuais, da verba orçamentária para pessoal eventual de Cr\$ 186.000.000, completando-se tal contratação em julho de 1966, bem como treinamento dêste pessoal para as funções que iriam ocupar dentro do Departamento. Esta providência foi total-

mente executada durante o mês de julho, já estando trabalhando, 200 funcionários, especialmente contratados para este fim.

c) Estudo e apresentação de proposta completa para mecanização do registro de informações referente a Marcas e Patentes, com o uso de máquinas eletrônicas. Este serviço foi completado em setembro, e as máquinas serão conseguidas durante o mês de dezembro, por concorrência pública.

d) Microfilmagem, por técnicos holandeses, das especificações técnicas das Patentes já concedidas, a fim de serem anexadas a cartões perfurados Hollerit, de fácil seleção por máquinas eletrônicas.

e) Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa, com auxílio de firma especializada, criado em 8-9-1966, com o fim de apresentar projeto técnico para reorganização administrativa do Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

f) Treinamento e adaptação dos 200 funcionários contratados para a pronta solução (a curto prazo) dos processos em atraso, por mais de cinco anos, naquele Departamento.

g) Revisão completa do atual Código da Propriedade Industrial, com o fim de atualizá-lo, por mensagem ao Congresso Nacional, dentro dos próximos dias.

Com essas medidas foram criadas as condições básicas para completa reformulação da política de propriedade industrial e os resultados alcançados já se mostram auspiciosos, bastando citar que o número de processos sobre patentes que obtiveram solução aumentou de 3.700 em 1964, para 12.000 em 1966 e o número de processos sobre marcas, respectivamente, de 18.000 para 60.000.

O impacto de tais medidas deverá ser relevante na formação da Tecnologia própria do País, uma vez que o sistema de patentes constitui um dos mais efetivos estímulos para o inovador, inventor ou empresário, sobre os quais, em última análise, repousa todo o progresso tecnológico.

Política de Turismo

Verificando a importância das atividades turísticas assumidas nos últimos vinte anos na política econômica de outras na-

ções, o Governo resolveu equacionar o problema, a fim de permitir encontrar um instrumento adequado para expandir a infraestrutura existente e possibilitar um incremento cada vez maior no denominado «turismo receptivo».

Resolveu-se, em primeiro lugar, regulamentar as atividades dos agentes de viagens, o que foi feito através do Decreto nº 59.193, de 8 de setembro de 1966.

Ainda dentro dessa primeira etapa, com a entrada em vigor do Decreto nº 59.193, de 8 de setembro de 1966, foi regulamentada a concessão da autorização para a instalação, em todo o País, de exposições de caráter internacional, o que representa um fator de importância para o turismo e propaganda de produtos comerciais.

O turismo não se compõe, somente, dos três elementos básicos comumente citados, ou seja, comunicações, transportes e hospedagem. Envolve um conjunto dos mais diversos fatores, econômicos, culturais, políticos e geográficos. Este complexo, integrado por atividades executadas por órgãos governamentais de alto nível, necessitava ser coordenado por uma entidade inter-ministerial que, abrangendo direta ou indiretamente todas essas atividades, conseguisse coletar todos os elementos necessários à formulação da política nacional do turismo.

Essas razões conduziram à elaboração de um projeto que, aprovado, se transformou no Decreto-lei nº 55/66, criando o Conselho Nacional do Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR).

Ao Conselho Nacional de Turismo, órgão colegiado que contém representantes de vários Ministérios e da iniciativa privada, sob a presidência do Ministro da Indústria e do Comércio, cabe a tarefa de formular a «política nacional do turismo».

A Empresa Brasileira de Turismo, empresa pública criada segundo os mais modernos preceitos administrativos, compete a execução das diretrizes e normas ditadas pelo Conselho Nacional do Turismo.

O desenvolvimento da política do Turismo terá o incentivo de benefícios fiscais e de financiamentos fornecidos pela EMBRATUR, conforme o disposto no Decreto-lei nº 55/66.

Com a instalação desses órgãos, é pensamento do Governo acelerar a expansão da infra-estrutura do turismo, a fim de permitir, ao Brasil, em curto prazo, receber um número cada vez crescente de turistas, que poderão aportar ao País em consequência das oportunidades criadas e da baixa de tarifas, o que fatalmente acontecerá com a modernização do sistema de transporte, particularmente a introdução dos aviões a jato de grande capacidade de transporte.

O turismo interno foi também levado em consideração, cabendo ao novo órgão criar condições ao seu desenvolvimento, porquanto esse tipo de turismo, apesar de não representar captação de divisas, tem um profundo significado cultural e histórico: permitirá que os brasileiros melhor conheçam o País e os habitantes de suas mais diversas regiões.

Ademais, o turismo interno propiciará a criação das condições financeiras indispensáveis à implantação e manutenção da infra-estrutura turística do País.

Política de Seguros

O Governo empreendeu, em 1966, a tarefa de fixar as bases do fortalecimento do mercado segurador nacional, por entender que esse setor de atividade podia e devia transformar-se, segundo o exemplo histórico de outras nações, em fonte de progresso para o País. O seguro, por sua estrutura técnica e econômica, funciona como um dos importantes condutos da poupança coletiva, podendo, por isso mesmo, com sua expansão operacional, canalizar recursos de monta para o mercado de capitais e aumentar o fluxo de investimentos para o desenvolvimento econômico nacional.

Duas causas principais, entre outras, concorriam para o processo de enfraquecimento do seguro brasileiro, cujas consequências já se refletiam perigosamente na descapitalização das Sociedades Seguradoras. Ambas reclamando providências urgentes, mereceram desde logo atenção prioritária. A primeira consistia no aviltamento dos preços das coberturas, cujo declínio já os havia deslocado para níveis inferiores aos limites previstos nas tarifas oficiais em vigor. A segunda consistia na exagerada dilatação

do prazo médio de encaixe dos prêmios de seguros, daí resultando as mais sérias perturbações para a gestão financeira das Sociedades Seguradoras.

O problema dos custos foi devidamente equacionado, sendo objeto de uma nova disciplina à base de normas realistas e funcionais que produzirão os efeitos visados. O problema financeiro do encaixe de receita encontrou também adequada solução, substanciada no regime de obrigatoriedade da cobrança bancária dos prêmios de seguros que veio a ser instituído com o Decreto número 59.195, de 8 de setembro de 1966.

Em seguida, cuidou-se de aperfeiçoar o processo de colocação dos seguros de órgãos do Poder Público. Estes compõem avultada massa de operações, constituindo uma área onde se impunha não só a preservação dos mais altos padrões éticos na condução dos negócios, mas também a observância de critérios em perfeita harmonia com a política de fortalecimento do mercado interno adotada pelo Governo. Os estudos dessa matéria tiveram como corolário a implantação do sistema de sorteios e concorrências, estabelecido pelo Decreto nº 59.417, de 26 de outubro de 1966. É tarefa confiada à execução do Instituto de Resseguros do Brasil.

Ultrapassada essa etapa das medidas iniciais e mais urgentes, empenhou-se o Governo na reformulação da Política de Seguros. Firmou-se então a plena convicção de que o desenvolvimento da atividade seguradora, especialmente nas proporções idealizadas pelo Governo e reclamadas pelo interesse público, carecia antes de mais nada de uma reforma da legislação que a regia. Sobrevivendo às realidades econômico-sociais que a haviam modelado, tal legislação antes embargava a evolução do seguro, ao invés de estimulá-la e condicioná-la.

Contendo a nova Política de Seguros, foi elaborado o anteprojeto do qual viria resultar o Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. Com êsse diploma abriu-se em verdade uma nova era para o mercado segurador nacional, que aí veio a encontrar as condições essenciais para um desempenho que o colocará em sua exata e devida posição no contexto da economia do País.

Essa nova política oficial terá sua execução confiada a um órgão de alto nível criado para êsse fim. Trata-se do Conselho

Nacional de Seguros Privados, composto de 6 (seis) Ministros de Estado (Indústria e Comércio, Fazenda, Planejamento e Coordenação Econômica, Saúde, Trabalho e Previdência Social, Agricultura), do Superintendente de Seguros Privados, do Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, do representante do Conselho Federal de Medicina e de três representantes da iniciativa privada.

Os objetivos principais visados por essa política são a expansão do mercado de seguros, minimizando-se em consequência o grau de sua dependência externa e o volume de divisas despendidas para a colocação internacional de seus excedentes; o aproveitamento das potencialidades financeiras desse mercado em consonância com a política de investimentos do Governo Federal; o condicionamento da atividade de Sociedades Seguradoras estrangeiras à observância, no mercado interno, de exigências semelhantes às impostas nos países de origem e congêneres brasileiras; a preservação da liquidez e solvência das Sociedades Seguradoras.

A síntese final dessa política é o fortalecimento do mercado interno no benefício do progresso econômico nacional. Para isso a nova legislação contém todos os instrumentos necessários.

Criando o Sistema Nacional de Seguros Privados, no qual se integram tôdas as operações relativas à previdência particular, o Decreto-lei nº 73/66 deu ao mercado a unidade que lhe era indispensável. Antes enfraquecido pela sub-divisão em áreas autônomas e desarmonicas, o mercado de seguros passa agora a desfrutar de uma integração operacional que lhe favorecerá em muito o funcionamento orgânico e o progresso econômico.

Simultaneamente com o fortalecimento do setor privado ocorrerá, também, o do setor público. Para tanto, o referido Decreto-lei nº 73, extinguindo o antigo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, criou em substituição a Superintendência de Seguros Privados. Visou-se descentralizar a ação fiscalizadora e normativa do Estado, através de um órgão autárquico que, com autonomia administrativa e financeira, tivesse flexibilidade capaz de assegurar ao Poder Público uma presença, quando e onde necessária, com a rapidez e oportunidade reclamadas pelas contingências e pelo interesse coletivo.

Dentro do contexto da nova legislação ressalta ainda, como peça das mais importantes para a expansão e fortalecimento da atividade seguradora nacional, a extensão do instituto da obrigatoriedade do seguro a diversas modalidades de cobertura. Trata-se de providência que, ao mesmo tempo, atenderá diretamente ao interesse público, por ampliar a proteção securatória em termos que abrangem uma órbita consideravelmente maior de situações econômico-sociais.

Calcula-se que, já em 1967, em decorrência das perspectivas abertas às operações de seguros, as reservas financeiras das Sociedades Seguradoras cresçam de Cr\$ 200.000.000.000 (duzentos bilhões de cruzeiros) para Cr\$ 800.000.000.000 (oitocentos bilhões de cruzeiros), avolumando-se com isso a afluência de recursos originários desse setor e destinados ao mercado de capitais.

Todo esse incremento operacional do mercado reclamaria, de certo, uma disciplina melhor da atuação dos profissionais da corretagem de seguros, já que a função intermediadora a cargo dos mesmos é de suma importância para a boa condução dos interesses do público e das Sociedades Seguradoras. O Ministério, por isso, cuidou de dar a esse exercício profissional uma regulamentação estimuladora e apropriada, contendo adequadas condições de trabalho e procurando, ao mesmo tempo, eliminar dessa área de atividade a presença de pessoas sem preparação profissional e sem as qualificações compatíveis com a preservação da boa ética. Em resumo, a regulamentação baixada busca a verdadeira profissionalização da corretagem de seguros.

Na execução da política de redução da evasão de divisas deve ser destacada a atuação do Instituto de Resseguros do Brasil, cujo advento, em 1939, foi inspirado na realização de tal objetivo. Em 1966, dos prêmios auferidos pela referida entidade, que se avaliam em cerca de Cr\$ 75.000.000.000 (setenta e cinco bilhões de cruzeiros), apenas foram cedidos a mercados externos Cr\$ 7.200.000.000 (sete bilhões e duzentos milhões de cruzeiros), representando 9,6 % daquela receita. Trata-se de índice altamente expressivo já que, nos anteriores de 1965 e 1964, as percentagens registradas foram de 13,1 % e 22,8 %, respectivamente.

Cabe ainda uma referência à melhoria do setor externo da atividade seguradora nacional. Nesse capítulo, a ação do Govêrno tem procurado a melhoria constante do intercâmbio com outros mercados, através do Instituto de Resseguros do Brasil, salientando-se a propósito o apoio dado ao trabalho que vem sendo realizado pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio, com vistas à formação de um mercado regional de seguros e resseguros. Por outro lado, tem incentivado sempre, por tôda sorte de providências indicadas, a definitiva implantação do seguro de crédito à exportação, do qual é certo esperar, não só a criação de estímulos às vendas externas de produtos da indústria nacional, como também uma nova e mais satisfatória posição do seguro brasileiro na faixa do próprio comércio exterior do País.

PARTE III

**O BRASIL DE HOJE E DE AMANHÃ:
PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS**

O BRASIL DE HOJE E DE AMANHÃ: PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

O Brasil de hoje é um país muito mais promissor do que aquele recebido em abril de 1964. O Brasil deixou de ser o país dos problemas impossíveis, do impasse político, da instabilidade social, do imobilismo administrativo. *Ele é hoje um país em busca de novas soluções, capaz de organizar-se e agir objetivamente.* A despeito das naturais dificuldades de uma fase de transição, há perspectivas amplas nas diferentes áreas.

Houve resultados satisfatórios, embora às vezes inferiores ao desejado, com relação aos diversos objetivos do programa de Ação Econômica. Caminhou-se decididamente no sentido de alcançar relativa estabilidade de preços. A expansão anual dos preços caiu de um ritmo anual superior a 100% para cerca de 40%, e as perspectivas para 1967 são bem mais favoráveis do que o resultado de 1966. Se mais rápido não se andou, obteve-se, em compensação, resultado excepcional com referência ao balanço de pagamentos, de forma não transitória. Tal melhoria da situação externa é condição indispensável, juntamente com o declínio da inflação, a uma aceleração do desenvolvimento econômico. E essa aceleração já começou.

Da estagnação ou retrocesso passou-se a um nível de crescimento anual do produto da ordem de 5 a 6%. O setor agrícola está recebendo grandes estímulos. O setor industrial, a despeito de naturais dificuldades em certas áreas, prepara-se para nova fase de grande dinamismo, através de projetos de investimentos já aprovados pela Comissão de Desenvolvimento Industrial e que ultrapassaram, em 1966, a importância de Cr\$ 1 trilhão.

Dispondo a economia de situação interna e externa muito mais favorável do que há dois anos atrás, já corrigidas as distor-

ções mais sérias do sistema de preços, reduzida consideravelmente a inflação, saneadas as finanças públicas, regularizado o balanço de pagamentos, solucionados os mais sérios problemas dos principais setores, reformadas as estruturas econômicas e sociais, institucionalizado o mecanismo de coordenação econômica, introduzido o orçamento-programa, sensivelmente elevada a produtividade da administração centralizada e descentralizada, far-se-á possível, no próximo quinquênio, fortalecer o setor privado e público nacionais, mantendo sistematicamente elevados níveis de investimento e produção, para o mercado interno e externo. Com isso, terá a atual política econômica atingido seus propósitos fundamentais, de preparar a economia nacional para uma fase de progresso acelerado, sem distorções.

O atual Governo sabe, e disso se orgulha, *que em muitos setores está plantando principalmente para o futuro*. Havia necessidade de uma ação intensa para resultados imediatos, mas mister se fazia fugir ao imediatismo. Houve, por isso, a preocupação, particularmente no tocante aos programas de expansão dos principais setores e às mudanças de estrutura, de lançar as bases para uma economia dinâmica, com oportunidades para todos.

Aquela preocupação assume maior importância no momento em que se procura conferir nova perspectiva ao planejamento, no Brasil, conjugando a visão de longo prazo, capaz de oferecer diretrizes gerais para a política econômica, com a visão de curto prazo, traduzida em planos de implementação, de modo a assegurar a indispensável revisão e os meios de execução àquela outra ótica. Usado com equilíbrio, esse mecanismo de planejamento pode converter-se em poderoso instrumento da ação governamental no sentido de assegurar-lhe consistência, continuidade administrativa e racionalidade.

Como contribuição ao futuro Governo e ao País, o atual Governo ensaiou os primeiros passos no sentido de conhecer as perspectivas econômicas e sociais do Brasil, através de um PLANO DECENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL.

Aquêl Plano, naturalmente ainda em forma preliminar, sujeito a revisões e necessitando de melhor tratamento dos

instrumentos para sua execução, será dotado de indispensável flexibilidade para efeito de uma ação anual, objetiva e permanentemente atualizada.

A análise das principais estratégias de desenvolvimento consideradas executáveis conduz a uma perspectiva de *crescimento da capacidade* de produção de bens e serviços a taxas que se elevam cerca de 5% em 1967 até pouco mais de 6% a partir de 1969. Tal expansão de capacidade parece compatível com taxas de crescimento do produto iguais ou superiores a 6%, se levarmos em conta a absorção de capacidade ociosa verificada em alguns setores e mudanças tecnológicas não incorporadas à função de produção.

As referidas perspectivas de crescimento são compatíveis com o acentuado declínio da taxa de inflação, nos primeiros anos, e sua virtual ausência nos últimos anos do período. Para esse efeito, prevê-se uma queda no consumo do Governo, com parcela do produto nacional, e a expansão da dívida pública, financiando parcela sempre maior do *deficit* governamental. A participação do Governo tenderia a declinar, tanto sob o ponto de vista da participação de sua despesa total no produto como da participação dos investimentos públicos no investimento total. Apesar disso, o montante destes permanecerá em níveis elevados, principalmente para atender às necessidades de infraestrutura e de certas indústrias básicas (notadamente siderurgia).

As possíveis limitações ao desenvolvimento, na base das taxas previstas, podem originar-se do lado do esforço interno de poupança e do setor externo. Quanto ao primeiro fator, as necessidades de formação de capital exigem taxas de investimento bruto, nos últimos anos do decênio, um pouco superiores a 20% (*em termos reais*). Se é verdade que, na fase de intensa industrialização, taxas dessa ordem foram registradas, cabe lembrar que as disposições de investir do setor privado, emergindo de um período de luta anti-inflacionária, podem permanecer aquém da expectativa. Para efeito de redução das necessidades de capital e de expansão das oportunidades de emprego, programa-se uma ascendente absorção de mão-de-obra, cujo contingente cres-

ceria a taxas que variam de 3,0 a 3,5% de 1967 a 1971, permanecendo nesse nível ao final do decênio.

Com relação ao setor externo, sem embargo da substituição de importações já alcançada pela economia brasileira e da política de promoção de exportações programada, as necessidades de importações de bens de capital e bens intermediários associados com os elevados níveis de investimento e produção esperados parecem conduzir a um *deficit* em conta corrente que tenderia a expandir-se no fim do período, embora dentro de proporções consideradas permissíveis.

Numa primeira aproximação, já é possível indicar, de forma inteiramente preliminar, as principais prioridades setoriais a serem incorporadas ao Plano. Tais prioridades decorrem de um balanço crítico do processo de desenvolvimento brasileiro no pós-guerra, levando-se em conta os resultados obtidos pelo Programa de Ação nos diversos setores.

A primeira prioridade diz respeito à consolidação de alguns setores de Infra-estrutura. É o caso, notadamente, de Energia Elétrica e Transportes. Encontram-se em início os estudos de preparação de um Plano de Telecomunicações e de reorganização do sistema de correios.

Em seguida, espera-se poder definir uma política industrial que permita ao País retirar muito maior proveito de suas vantagens comparativas, em sentido dinâmico, do que lhe foi possível no passado. Dentro dessa orientação, além do possível reequipamento de certas indústrias tradicionais, as perspectivas de rápida expansão parecem concentrar-se nas indústrias siderúrgicas de bens de capital (incluindo equipamentos pesados, material ferroviário e construção naval), metais não-ferrosos, química e, possivelmente, papel e celulose.

No tocante às chamadas indústrias tradicionais, dependentes muito mais da *taxa de variação* da renda real (melhor ainda: da renda disponível e de sua distribuição) do que do nível de renda, está-se procedendo a um exame sistemático das medidas capazes de conduzir ao aumento de produtividade de tais indústrias, assim como à plena utilização da capacidade.

Uma terceira prioridade diz respeito à transformação tecnológica na agricultura (notadamente na área de produção animal) e à modernização do sistema de abastecimento, principalmente para os grandes centros urbanos. Do desenvolvimento da agricultura, seja através dos aumentos de produtividade como da expansão da área cultivada (ainda possível, em termos), dependerá em grande parte a preservação do dinamismo da economia brasileira. Não apenas a sua contribuição direta ao crescimento global será importante, como o ritmo da expansão das indústrias tradicionais poderá ser consideravelmente dinamizado pelo desempenho do setor agrícola (assim como do setor externo), notadamente nas áreas de substancial aumento da produtividade média do trabalho.

Caberia referência, a seguir, à política de desenvolvimento social, pela consolidação das políticas de Previdência e Saúde — Saneamento, e pelo grande impulso a ser dado aos programas de Habitação e Educação. A atuação sobre o *fator humano* do desenvolvimento, geralmente subestimado nos programas econômicos, deverá efetivar-se principalmente (mas não exclusivamente) através da Educação, em caráter formal (nas escolas) ou informal (treinamento no trabalho, por exemplo).

Cabe, finalmente, cuidar de dois fatores que representam condição para o atendimento das quatro grandes prioridades setoriais já indicadas. Trata-se, de um lado, como já salientamos anteriormente, do *fortalecimento da empresa privada nacional*, na fase de transição para a relativa estabilidade de preços.

Aquêle fortalecimento teria lugar, antes de tudo, por políticas gerais, como a de consolidação dos setores de infra-estrutura e combate à inflação, a manutenção de uma política fiscal orientada para o desenvolvimento, etc. Mas deve manifestar-se, também, através de solução dos principais obstáculos à expansão da empresa nacional, destacando-se: o problema do capital de giro, o problema da produtividade e o problema de acesso a fontes de recursos internacionais.

De outro lado, é imprescindível assinalar a importância de certos aspectos institucionais: a consolidação do mecanismo de

planejamento e coordenação econômica, nos estágios de elaboração, execução e controle de execução de planos e programas; a plena introdução do orçamento-programa; a implementação da reforma administrativa, para a dinamização da administração pública federal.

Tais medidas, já em curso de execução, algumas bem avançadas, são indispensáveis à racionalização da ação governamental, sem dúvida um dos mais importantes objetivos do meu Governo, desde a Revolução de março de 1964.

Senhores Congressistas:

Obedecendo ao disposto no inciso XVIII do artigo 87 da Constituição Federal, encaminho a Vossas Exce-lências a Mensagem anexa sôbre a situação do País.

Ai estão descritas, em resumo, as providências tomadas pelo meu Govêrno no propósito sincero e cotidiano de tornar êste País mais próspero e o seu povo mais feliz.

Desejo outrossim reiterar ao Congresso Nacional o reconhecimento do meu Govêrno pela contribuição constante e laboriosa ao trabalho de implantação das grandes reformas políticas, sociais, econômicas, financeiras e, sobretudo, da nova Constituição da República.

Brasília, 1º de março de 1967.

H. CASTELLO BRANCO



Fig. 1

ÍNDICE ANALÍTICO

INTRODUÇÃO

	<i>Págs.</i>
a) A Crise Anterior à Revolução	10
b) Definição da Política do Governo	15

Parte I

A REVOLUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

ASPECTOS ECONÔMICOS

<i>O Combate à Inflação</i>	23
Os Resultados do Combate à Inflação	24
O Controle dos Principais Fatores Inflacionários	27
A Política Fiscal em 1966	27
Situação Monetária e Bancária	38
<i>A Retomada do Desenvolvimento</i>	43
Resultado	43
As Diretrizes da Ação Governamental	45
Política de Desenvolvimento Industrial	47
Assistência Financeira ao Desenvolvimento	50
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	50
Fundos de Financiamento	54
Banco do Brasil	55
Banco do Nordeste do Brasil	57
Banco da Amazônia	58
Banco Nacional de Crédito Cooperativo	59
Caixas Econômicas	60
O Programa de Investimentos Públicos	61

	<i>Págs.</i>
<i>A Política de Desenvolvimento Regional</i>	64
A Coordenação da Ação Regional	64
Desenvolvimento do Nordeste	65
Ação Coordenadora da SUDENE	65
Administração de Incentivos e Orientação ao Setor Privado	65
Atividades da SUDENE no Exercício de 1965	66
Plano Diretor em Execução	66
Incentivos Fiscais do Nordeste	66
Atividades do Banco do Nordeste	70
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas	70
Desenvolvimento da Amazônia	71
Operação Amazônia	71
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ...	71
Incentivos Fiscais na Amazônia	72
Aspectos Setoriais	75
Atividades do Banco da Amazônia S.A.	76
Política de Desenvolvimento Urbano	77
<i>A Política Económica Internacional</i>	78
Comércio Exterior	80
Exportação	83
Importação	85
Transações de Invisíveis	86
Movimento de Capitais Autônomos Privados e Oficiais	87
Endividamento Externo	87
Posição dos Haverés Líquidos das Autoridades Monetárias ..	88
 ASPECTOS SOCIAIS E INSTITUCIONAIS	
<i>As Reformas Económicas e Sociais</i>	89
Reforma Tributária	90
Reforma Agrária	91
Reforma Estatística	92
Reforma Previdenciária	92
Reforma Administrativa	93

	<i>Págs.</i>
<i>A Democratização de Oportunidades</i>	94
Educação	96
Estatuto da Terra	96
Casa Própria	97
Bólsas para Operários	98
Fundo de Garantia de Tempo de Serviço	99
<i>Educação, Saúde, Previdência Social e Habitação</i>	101
Educação e Cultura	101
Pesquisa	106
Saúde	107
I — Descrição e Análise dos Principais Programas e Projetos Executados em 1966	107
II — Sumário dos Principais Programas e Projetos Leva- dos a Cabo nos Anos de 1964 e 1965	116
III — Apresentação dos Principais Programas e Projetos Definidos como Prioritários para o Ano de 1967 ..	118
IV — Conclusões e Observações sôbre a Política do Setor Saúde	120
Previdência Social	122
Habitação	126
A Situação Habitacional Antes da Revolução	126
Algumas das Metas já Realizadas	131
O Planejamento Habitacional como Parte do Planeja- mento Global	133
<i>As Forças Armadas</i>	134
Ação das Forças Armadas	137

ASPECTOS DA POLÍTICA EXTERNA

Parte II

ASPECTOS SETORIAIS DO DESENVOLVIMENTO (1964/1966)

INFRA-ESTRUTURA

<i>Energia, Transportes e Comunicações</i>	149
Energia Elétrica	149

	<i>Págs.</i>
Realizações de 1964 a 1966	149
Política de Energia Elétrica	150
Energia Nuclear	152
Petróleo	152
Conselho Nacional de Petróleo	152
PETROBRAS	154
Carvão	161
Política do Setor	161
Atividades da Comissão do Plano do Carvão Nacional (CPCAN)	162
Transportes	166
Política do Setor	166
Setor Rodoviário	167
Setor Ferroviário	169
Setor Navegação	171
Construção Naval	174
Portos	174
Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN)	175
Administração do Pôrto do Rio de Janeiro	176
Comunicações	176
Telecomunicações	176
Correios e Telégrafos	179

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

<i>Política Agrícola</i>	182
Programação Orçamentária	182
Promoção e Extensão	182
Defesa e Inspeção Sanitária	183
Recursos Naturais Renováveis	184
Meteorologia e Climatologia	185
Economia Rural	185
Pesca	186
<i>Reforma Agrária e Colonização</i>	187
Reforma Agrária	187

	<i>Págs.</i>
<i>Abastecimento</i>	190
COBAL	191
CIBRAZEM	191
Comissão de Financiamento da Produção (CFP)	192
Comercialização do Trigo	194
<i>Política do Café</i>	196
Política Externa	196
Apreciação sobre as Exportações	197
Sistema de Comercialização	199
Entrepósitos e Mercados Específicos	202
Política Interna	203
Principais Programas e Projetos em 1966	205
Sumário dos Principais Programas e Projetos Executados em 1964 e 1965	211

INDÚSTRIA E MINERAÇÃO. SERVIÇOS

<i>Indústria Siderúrgica</i>	213
<i>Mineração</i>	216
<i>Pesquisa de Recursos Minerais</i>	221
<i>Indústria Química</i>	224
Companhia Nacional de Alcalis	224
Sal	225
<i>Política de Aperfeiçoamento Tecnológico</i>	227
<i>Política de Turismo</i>	229
<i>Política de Seguros</i>	231

Parte III

O BRASIL DE HOJE E DE AMANHÃ: PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS